

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

52

Neste número:

**Globalização e Trabalho
Participação Política e Gênero
Movimentos Sociais
Mercado no Leste Europeu
Futebol e Teoria Social**


EDUSC

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Editor

Charles Pessanha (IUPERJ, UFRJ)

Comissão Editorial

José Ricardo Ramalho (UFRJ)

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ)

Ricardo Benzaquen (IUPERJ)

Conselho Editorial

André Singer, USP

Maria Celina D'Araújo, UFF

Clarissa Baeta Neves, UFRGS

Edna Castro, UFPA

Fernanda Arêas Peixoto, Unesp, USP

John Dawsey, USP

Jorge Zaverucha, UFPE

Leonilde Sérvolo de Medeiros, UFRRJ

Marcos Lanna, UFPR

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli

Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais

Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans

Editoração eletrônica: Rodrigo Lemes de Moraes

Produção gráfica:

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Arminda, 10-50 • CEP 17011-160 - Bauri - SP

Fone (14) 235-7111 - Fax (14) 235-7219

e-mail: edusc@usc.br

Appropriate articles are abstracted/indexed in:

Hispanic American Periodicals Index

DataÍndice

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar

05508-900 São Paulo – SP

Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



Sumário

Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura <i>Ângela Maria Carneiro de Araújo</i>	5
Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes <i>Clara Araújo</i>	45
Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais <i>Fabiano Toni</i>	79
A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado <i>Celso F. Rocha de Barros</i>	105
Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002) <i>Luiz Henrique de Toledo</i>	133
Perfil Institucional do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará (UFPA) <i>Edna Castro</i>	167
Teses e dissertações	171

Colaboraram neste número:

Angela Maria Carneiro Araújo, doutora em Ciência Política pela Unicamp, é professora do Departamento de Ciência Política da mesma instituição, onde desenvolve pesquisas na área de trabalho e sindicalismo.

Clara Araújo, doutora em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é professora do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ. Suas pesquisas envolvem os temas das relações de gênero, com um foco particular sobre o estudo da participação política e das relações de trabalho, da cidadania e das políticas de identidade. É autora de vários artigos sobre participação política por gênero e sobre ações afirmativas.

Fabiano Toni, doutor pela Universidade da Flórida, é professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Celso F. Rocha de Barros é bolsista de doutorado pelo CNPq junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de Oxford. É mestre em Sociologia pela Unicamp e ex-bolsista do Programa de Formação de Quadros Profissionais do Cebrap. Pesquisa o processo de transição pós-socialista no Leste Europeu. Pode ser contactado em celso.barros@sociology.ox.ac.uk.

Luiz Henrique de Toledo, doutor em antropologia social pela USP, é professor adjunto no departamento de ciências sociais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Atualmente atua nas áreas da antropologia urbana e da antropologia do esporte. Já publicou os livros *Torcidas Organizadas de Futebol* (Anpocs/Autores Associados, 1996), *No País do Futebol* (Jorge Zahar Editor, 2000) e *Lógicas no Futebol* (Hucitec/Fapesp, 2002), além de artigos em revistas acadêmicas.

Edna Castro é pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura

Ângela Maria Carneiro de Araújo

Introdução

O termo globalização tornou-se, nos anos de 1990, uma palavra muito em voga, tendo sido empregado pela mídia, por analistas políticos e econômicos, por consultores de empresas, governantes, sindicalistas bem como no debate acadêmico em torno do significado das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais vivenciadas nas últimas décadas em todo o mundo.

Apesar do termo ser muitas vezes definido de modo vago e impreciso e de ter suscitado uma reação intelectual ao seu emprego, o debate acadêmico em torno da definição, das causas e conseqüências da globalização avançou muito a partir dos anos de 1990. Um sem número de novos títulos foram publicados nesse período, escritos a partir de diferentes disciplinas e enfoques teóricos. Se esta interdisciplinaridade e pluralidade de enfoques, de um lado, enriquece e delimita o debate, superando as visões mais simplistas, de outro, torna impraticável a realização de uma resenha completa e atualizada da bibliografia sobre o tema.

Por essa razão, esta resenha não pretende ser exaustiva¹, e inclui autores representativos dos principais enfoques teóricos no que diz respeito à definição do fenômeno da globalização, à explicação de seu surgimento, desenvolvimento e conseqüências. No que diz respeito à questão específica do trabalho e sua relação com a globalização, o

número de autores considerados será menor, pois nem todos se detêm mais aprofundadamente nesta relação.

As discussões sobre globalização referem-se, em geral, ao processo de mudanças desencadeado desde meados dos anos de 1960. Apesar das diferenças de interpretação quanto ao caráter, a extensão e a história destas mudanças, a maioria dos autores compartilham a idéia de que, a partir de meados dos anos de 1970, o mundo tem experimentado “mudanças espetaculares”, no sentido de “uma superação das fronteiras e uma acentuação da internacionalização” (Boyer, 2000, p. 17). Muitos concordam com Giddens quando afirma: “estamos atravessando um período importante de transição histórica. Contudo, as mudanças que nos afetam não estão confinadas a qualquer uma das regiões do globo, mas se espalham por toda a parte” (Giddens, 1999, p. 1).

Pelo menos quatro destes processos de mudança são reconhecidos tanto pelos defensores quanto pelos críticos da globalização. Em primeiro lugar, a intensificação do comércio internacional, verificada a partir de meados dos anos de 1970, e medida pelo índice de crescimento das exportações, que supera em muito o índice de produção nacional pelo menos nos países da OECD (5,3% contra 1,9% entre 1984 e 1994 – Boyer, 2000, p. 17). Este crescimento foi impulsionado pela liberalização dos mercados e acompanhado de uma mudança no

conteúdo das trocas. Desde o pós-guerra e principalmente a partir dos anos de 1970, o comércio internacional foi sustentado sobretudo pelos bens manufaturados, mas a partir de meados da década de 1980, seu crescimento deveu-se ao comércio de serviços financeiros e de telecomunicações.

Em segundo, a desregulamentação e internacionalização dos mercados financeiros que ocorreu de forma muito rápida a partir do começo dos anos de 1980. A intensificação dos fluxos financeiros, que operam hoje em tempo real, superando distâncias e fronteiras, foi impulsionada pelas medidas de liberalização dos mercados financeiros, até então fortemente regulados no plano nacional, e pelas inovações tecnológicas relativas ao tratamento e transmissão de informações. Estas novas condições tornaram o capital financeiro mais móvel e desenraizado, alteraram as relações entre credores e investidores e “levaram a uma maior autonomia entre os rendimentos dos investimentos financeiros e especulativos e as taxas de lucro da produção nacional”. (Waddington, 1999, p. 6) A volatilidade adquirida por este capital, que significa a busca da otimização dos seus rendimentos no curto prazo em escala mundial, interfere no funcionamento das bolsas de valores, dos mercados de títulos públicos e de divisas e, portanto, na condução das políticas econômicas pelos diferentes Estados nacionais. Nesta medida, o capital financeiro internacional, como observa Boyer (2000, p. 19), constitui “um contra-poder, aparentemente anônimo mas potente/poderoso”.

Em terceiro, a revolução tecnológica nos transportes, nas comunicações e no processamento e transmissão de informações além de reduzir o tempo e as distâncias e permitir o estabelecimento de relações/conexões supraterritoriais, transforma o que é produzido e o modo de produzir. A tecnologia da informação tornou-se cada vez mais internacionalizada, pois sua difusão ocorreu muito rapidamente, impulsionada pelas atividades

de corporações multinacionais tanto da indústria quanto do setor financeiro.

Em quarto, o crescente investimento externo realizado pelas grandes empresas multinacionais é considerado como um dos mais importantes fatores que impulsionam a globalização da atividade econômica (Waddington, 1999, p. 7). Ele é acompanhado de um crescente poderio e concentração da produção em corporações multinacionais gigantes, que constituem agentes centrais na difusão tanto das novas tecnologias de informação quanto das inovações gerenciais. As tentativas destas corporações em realizar um único regime de produção em todas as suas plantas no plano internacional leva a uma maior integração da produção em escala global e à emergência de novos paradigmas produtivos. A globalização da produção foi também realizada por meio da extensão internacional das cadeias de fornecedores e de subcontratação, através de arranjos baseados no controle indireto (Waddington, 1999, p. 11).

Conseqüência importante da intensificação do comércio internacional e do crescimento do investimento externo direto é a mudança no caráter da divisão internacional do trabalho. Para muitos autores, a divisão do trabalho em um mundo globalizado dá-se de modo desigual, com a concentração da produção baseada em capital intensivo e alto valor agregado nos países da tríade (Europa, América do Norte e Japão/Ásia do Leste) e da produção baseada em trabalho intensivo e baixo valor agregado nos países em desenvolvimento. Esta distinção, identificada como divisão Norte/Sul ou Primeiro e Terceiro Mundos, foi modificada na última década com a industrialização de países menos desenvolvidos como os países do Leste asiático, com a dispersão da produção das multinacionais inclusive em áreas menos desenvolvidas do globo e pelo fato de alguns dos países menos desenvolvidos conseguirem melhorar seus ganhos decorrentes da produção e da exportação de produtos primários.

Cada uma dessas mudanças tem consequências importantes para o trabalho e os trabalhadores. No entanto, as diferenças na definição do fenômeno da globalização implicam modos distintos de identificação e qualificação de suas relações e consequências para o trabalho. As múltiplas interpretações, por contemplarem questões relativas ao caráter, à extensão e à história da globalização, fazem com que a relação entre esse conceito e as mudanças no mundo do trabalho seja também concebida de diferentes maneiras.

Esta resenha está dividida em duas partes: na primeira, identificaremos os principais enfoques no que diz respeito à definição de globalização (seu caráter e escala), suas causas e suas consequências; na segunda, discutiremos nossa compreensão de como deve ser tratada a relação entre globalização e trabalho.

Os Hiperglobalistas

O debate sobre a noção de globalização tem se desenvolvido a partir de um conjunto de questões que podem ser assim resumidas: a) definição: a natureza e as especificidades do fenômeno; b) medida: evidências e indicadores empíricos relativos à presença e extensão do fenômeno; c) cronologia: dúvidas sobre a novidade do processo e sua periodização; d) explicação: globalização como um processo explicativo ou como aquilo que deve ser explicado; e) julgamento normativo: os efeitos (positivos ou negativos) da globalização para nações, Estados, classes e grupos.

A partir destas questões é possível identificar quatro posições neste debate: 1) os hiper-globalistas ou radicais, que surgem numa primeira onda da literatura sobre globalização (Hay e Marsh, 2000); 2) os céticos ou regecionistas; 3) os transformacionistas; e 4) os críticos.

Os hiperglobalistas (Held *et al.*, 2000b) – ou radicais, como Giddens (1999) os denomina, podem ser identificados pela sua

defesa da inexorabilidade e imutabilidade do processo de globalização, visto como uma nova era na história da humanidade. Esta vertente vê a globalização como um fenômeno fundamentalmente econômico, que provoca a desnacionalização das economias por meio do estabelecimento de redes transnacionais de produção, comércio e finanças.

O termo foi empregado em 1983 por Levitt (1983 *apud* Boyer, 2000) para indicar a convergência dos mercados no plano mundial, e posteriormente estendido por Ohmae (1990) para pensar o papel das empresas multinacionais e a integração global da produção. Para este autor, a crescente facilidade com que corporações multinacionais se movem através das fronteiras nacionais e transferem capital e produção para outros países, a redução do custo e o aumento da velocidade das comunicações internacionais, o desenvolvimento de cadeias internacionais de fornecedores (*global sourcing*) e o fato de muitas empresas passarem a empregar um quadro internacionalmente móvel de gerentes significa que as companhias multinacionais tornam-se cada vez mais independentes de seus países de origem, ou seja, tornam-se *stateless*. (“sem Estado”) (Ohmae, 1990). Isto implica que a natureza da difusão de inovações através das fronteiras é moldada mais pelas forças do mercado global e da mudança tecnológica do que pelas características específicas de cada país (Edwards, 1998). O resultado é uma crescente integração do mercado mundial e a convergência das práticas empresariais e formas de organização da produção.

Nesta economia “sem fronteiras” (*borderless*), as empresas transnacionais, como agentes propulsores da globalização, procuram redefinir em seu proveito as regras do jogo que eram antes impostas pelos Estados-nação. Os governos nacionais perdem de forma crescente a capacidade de controle sobre a sua política econômica e de responder por seus próprios recursos às demandas dos cidadãos. A autoridade e legitimidade dos Esta-

dos nacionais são ameaçadas e sua soberania é reduzida na medida em que instituições de governança nos planos local, regional e global adquirem papéis cada vez mais importantes. Além disso, esta vertente argumenta que constrangimentos impostos pelos fluxos financeiros e pela competitividade no mercado global tornam insustentáveis as políticas de proteção social dos Estados de bem-estar e impõem a todos os governos nacionais a adoção de políticas econômicas de corte neoliberal (Held *et al.*, 2000b).

No interior dessa vertente é possível identificar duas variantes, uma neoliberal e outra de extração marxista, que divergem principalmente no que diz respeito à avaliação das consequências da globalização.

A posição neoliberal vê a emergência do mercado global e a competitividade global como elementos impulsionadores do progresso e festejam o triunfo das forças impessoais do mercado sobre o poder estatal. Sua visão otimista os leva a ressaltar os benefícios em termos de maior eficiência e bem-estar que a emergência de uma economia global propaga pelo mundo. Como a competitividade global não produz necessariamente resultados de soma zero, a globalização, na visão dos mais entusiastas, não produziria nem vencedores nem perdedores absolutos (Ohmae, 1990). Efeitos políticos positivos são também vistos como uma consequência da integração global na medida em que a “harmonização institucional das políticas comerciais, dos sistemas fiscais, das estruturas de propriedade” requerem o estabelecimento de normas internacionais (Busch, 2000, p. 30).

Para os marxistas a globalização significa o triunfo da forma opressiva do capitalismo global. Eles discordam da visão otimista expressa pela variante neoliberal, argumentando que o capitalismo global cria áreas de exclusão reforçando desigualdades tanto entre países quanto no seu interior. No entanto, concordam com aqueles quanto ao fato de que as políticas tradicionais de proteção so-

cial se tornam cada vez mais difíceis de sustentar (Held *et al.*, 2000b, p. 4).

Os hiperglobalistas portanto, tanto na sua variante neoliberal quanto na variante marxista, compartilham uma visão determinista que busca nas “forças impessoais do mercado” ou nas “mudanças estruturais do capitalismo” a explicação para o processo de acelerada globalização, que vêem como homogeneizador e inexorável.

Assumindo uma posição globalista mais moderada, a partir de um perspectiva neo-marxista, Castells (1996) considera que o processo de globalização do final do século XX reflete mudanças profundas na dinâmica do capitalismo.² Ele identifica o surgimento de um “capitalismo informacional e global”, e “uma sociedade de redes” (*the network society*), na qual as redes podem ser definidas como interações padronizadas e regularizadas entre agentes independentes, núcleos de atividades e/ou posições de poder. Como os hiperglobalistas ele entende a globalização como uma nova realidade histórica marcada pela integração dos mercados financeiros e por uma grande mobilidade do capital impulsionada pelas novas tecnologias. A economia global é vista como “uma economia capaz de operar como uma unidade em tempo real numa escala planetária” (Castells, 2000).

A Literatura Crítica: Os Céticos

Em resposta à visão mais otimista expressa pelos hiperglobalistas surgiu uma literatura crítica que recusava a idéia da presença de um processo acelerado, inexorável e homogeneizador de globalização sustentado por corporações transnacionais e por um mercado genuinamente global.

Os céticos, como ficaram conhecidos, desenvolveram uma crítica rigorosa, que contribuiu para decompor e desmistificar o conceito de globalização. Para Hay e Marsh (2000), esta “segunda onda” constituiu “uma

refutação devastadora” da tese neoliberal da globalização. Apesar de ser possível identificar nesta vertente um número de autores de distintas extrações teóricas, vamos nos basear, para um resumo de suas principais teses, principalmente no trabalho mais representativo deste esforço crítico, o de Paul Hirst e Grahame Thompson, e de forma marginal também em um representante da escola regulacionista francesa, Boyer.³

Os céticos recusam a visão de globalização exposta pelos globalizadores mais extremados como um mito. Eles contrapõem a concepção de uma economia globalizada àquela de uma economia internacional, pensadas, ambas, como tipos ideais. Na economia global, as economias nacionais são permeadas e rearticuladas pelo sistema econômico internacional, que se torna autonomizado e socialmente desenraizado, na medida em que cresce a interdependência econômica sistêmica entre os países e a produção e os mercados tornam-se genuinamente globais.

Em contraste, numa economia internacional as entidades principais continuam sendo economias nacionais, mas estas tornam-se crescentemente interconectadas por meio do comércio internacional e do investimento externo. A forma de interdependência entre as economias nacionais implica uma relativa separação das dimensões doméstica e internacional, tanto no que diz respeito à elaboração de políticas e à regulação, quanto aos impactos de eventos econômicos, pois eventos internacionais são filtrados através de processos e políticas nacionais (Hirst e Thompson, 1999, p. 8).

O estabelecimento destes tipos ideais permite pensar a possibilidade da combinação dos dois na realidade. No entanto, para esses autores esta hibridização não está ocorrendo. Sua refutação da tese da globalização pode ser resumida nos seguintes argumentos:

a) Os níveis de abertura dos mercados, de internacionalização e de interdependên-

cia da atividade econômica verificados a partir de meados dos anos de 1970 não constituem uma novidade sem precedentes, pois o nível de abertura e interdependência da economia internacional era muito maior no período pré-Primeira Guerra do que em qualquer outro período. Assim, se comparados historicamente, os fluxos internacionais de capital, de comércio e de migrantes, tanto em relação aos níveis do PIB quanto em escala geográfica são, na economia internacional pós-1970, bem inferiores aos verificados no período de 1890-1914.

b) Companhias verdadeiramente transnacionais são raras. A prática da maioria das corporações multinacionais mostra que elas permanecem enraizadas nas suas economias nacionais ou regionais de origem, tanto em termos de produção e de vendas (na medida em que 65 a 70% do valor adicionado continua a ser produzido nos seus países de origem) como de financiamento.⁴ Este é um padrão de funcionamento muito distinto das corporações “sem Estado” e marcadas por alta mobilidade ideadas por Ohmae (*stateless footloose companies*). Além disso, as multinacionais tem estratégias distintas no que diz respeito à expansão de suas atividades no exterior e à localização de suas bases de inovação tecnológica (P&D) e, argumentam Hirst e Thompson (1999: 95), as evidências mostram que essas estratégias são marcadas fortemente pelos sistemas produtivos e pelas regulamentações fiscais de seus países de origem.

c) No que diz respeito à questão da governança, na medida em as multinacionais permanecem atadas aos seus países ou regiões de origem e em que os sistemas de negócios, de produção e de tecnologia permanecem nacionalmente enraiza-

dos, instituições nacionais ou subnacionais continuam sendo importantes na regulação e monitoramento das atividades destas corporações.

- d) As afirmações relativas à mobilidade do capital são também exageradas quando se leva em conta que o investimento externo direto é altamente concentrado nas economias capitalistas avançadas, e com exceção de alguns países em desenvolvimento que recebem uma pequena parte deste investimento, os países do Terceiro Mundo permanecem excluídos tanto do investimento quanto do comércio internacional. Como, além disso, tanto os fluxos de investimento quanto os fluxos comerciais e financeiros permanecem concentrados nos países da Triáde (Estados Unidos, Japão e Europa), o que ocorre é muito mais um processo de regionalização ou de triadização do que de globalização.
- e) Estes três blocos econômicos têm o poder de exercer pressões regulatórias sobre os mercados financeiros e outras tendências econômicas. Apesar do alcance e dos objetivos da governança econômica ser limitada pelos interesses e doutrinas econômicas divergentes destes grandes poderes isto significa que os mercados globais estão sujeitos a alguma forma de regulação e controle (Hirst e Thompson, 1999).

A estes argumentos, Boyer acrescenta as seguintes críticas:

- Mundialização é um processo que redefine as relações entre centro e periferia, de modo que países e regiões inteiras permanecem excluídos do desenvolvimento econômico e tecnológico. No que diz respeito à inovação tecnológica, o que se observa é um aumento das desigualdades entre um pequeno número

que lidera o processo de inovação, uns poucos que são seus seguidores e um grande número de excluídos, abandonados à sua própria sorte. O que se observa é a reconstituição de uma hierarquia de espaços produtivos e um aumento ainda maior das especializações tecnológicas. “Globalização não significa, portanto, homogeneização dos espaços mundiais, mas ao contrário, diferenciação e especialização” (Boyer, 2000, p. 26).

- O sistema financeiro conheceu uma internacionalização sem precedentes, mas os sistemas nacionais continuaram a ter diferenças significativas no que diz respeito à regulação dos mercados financeiros. O mesmo pode ser dito de outras variáveis relativas ao mercado de trabalho como a formação profissional e a contratualização das relações de trabalho. Assim, se a financeirização teve impacto importante sobre os objetivos e condições das políticas econômicas nacionais, o estilo destas políticas continuou fortemente impregnado de especificidades nacionais.
- Se os sistemas econômicos nacionais foram transformados e sua autonomia reduzida pela maior mobilidade do capital financeiro e do capital industrial, eles não desapareceram. Isto significa dizer que certas escolhas de políticas econômicas feitas no passado e no presente contam e implicam trajetórias diferentes. O edifício institucional construído ao longo do tempo foi mais emendado e recomposto pela mundialização do que destruído.

O Estado-nação não foi minado pela onda da competição global, e é um exagero dizer que ele entrou em declínio, pois ele continua a ser “um dos componentes essenciais de um sistema internacional que multi-

plicou as fontes de interdependência sem, no entanto, privar de substância as entidades domésticas” (Boyer, 2000, p. 31).

A partir dessas críticas, tanto Hirst e Thompson quanto Boyer concluem que o termo globalização está sendo abusivamente empregado para designar o que é, na verdade, a continuidade de um processo de internacionalização marcado pela intensificação da interdependência entre as economias nacionais. Como lembram os primeiros, numa economia internacional, as maiores empresas – baseadas nacionalmente – e os maiores centros financeiros e de serviços são fortemente orientados para o exterior e para o desempenho no mercado internacional. A economia internacional consiste num mercado mundial aberto baseado na interação comercial entre nações e é regulada tanto pelos Estados nacionais quanto por agências supranacionais.

No entanto, se para Hirst e Thompson este processo de internacionalização existe desde 1870, tendo ressurgido e se ampliado continuamente, apesar de momentos de recuo (como o da crise de 1930), para Boyer seria um erro afirmar a identidade da configuração internacional do final do século XX com a de outros períodos históricos anteriores. Para este autor, portanto, o processo de mundialização tem um conjunto de novidades que o distinguem de outros momentos de intensa internacionalização. Como aspectos distintivos deste processo ele destaca: 1) o sistema financeiro internacional não tem a mesma estabilidade estrutural verificada sob o regime do padrão ouro; 2) o movimento de abertura das fronteiras que ocorreu de 1967 a 1996 não tem paralelo em períodos anteriores; 3) o vigor do processo de industrialização dos países do Leste asiático e o fato de os países de velha industrialização verem sua participação na produção mundial declinar continuamente; 4) as condições de emergência das novas regras internacionais

são distintas, pois a presença marcante da tríade impõe novas regras do jogo que só podem surgir mediante a negociação com os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Ademais, os anos de 1990 foram marcados por lógicas e níveis heterogêneos de regulação. Além das próprias firmas multinacionais e das regras de direito privado, é possível distinguir os seguintes níveis de construção de regras e instituições internacionais: arranjos setoriais estabelecidos por firmas de um mesmo setor; uma série de acordos comerciais bilaterais exigem uma convenção geral multilateral garantida por uma organização internacional do tipo da OMC; zonas econômicas (América do Norte, Europa, Sudeste asiático); regionalização ou gestão local dos bens coletivos (Boyer, 2000, pp. 41-44).

A Abordagem Transformacionista

Endereçando suas críticas tanto ao hiperglobalistas quanto aos céticos, os transformacionistas (assim nomeados por Held *et al.*, 2000b, p. 7) consideram a globalização como um processo historicamente sem precedentes e como uma força transformadora poderosa que está sacudindo sociedades, economias e a ordem mundial (Giddens, 1996 *apud* Held *et al.*, 2000b).

Contra a posição dos céticos de que a globalização da economia no final do século XX não é especialmente diferente do processo de internacionalização existente em períodos anteriores, principalmente se comparada com o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, Giddens (1999, p. 10), por exemplo, vai afirmar que a “globalização, como nós a experimentamos, não é apenas nova, mas revolucionária”. Outros autores vão propor uma abordagem sócio-histórica que evita tanto a presunção de que globalização é um fenômeno totalmente novo quanto a de que não há nada de novos nos níveis atuais de interconexões econômi-

cas, políticas e sociais globais (Held *et al.*, 2000, p. 17; Scholte, 2000). Para eles, apesar de existirem importantes continuidades entre as fases históricas anteriores da globalização e a fase atual, esta “constitui uma forma histórica distintiva, a qual é um produto de uma conjuntura única de forças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas (Held, McGrew, Goldblatt e Perraton, 2000, p. 429). Estes autores criticam também o uso de evidências quantitativas para comprovar ou negar a existência da globalização, pois estão interessados em explicar as mudanças qualitativas por ela promovidas nas relações sociais e no exercício do poder e que não podem ser apreendidas apenas por meio de dados estatísticos.

Partindo de um enfoque weberiano (individualismo metodológico) e da crítica ao determinismo econômico presente tanto nas análises dos globalistas quanto dos céticos, os transformacionistas entendem a globalização como um conjunto de processos históricos contingentes e marcados por contradições. Para esta vertente, a compreensão desse processo de mudanças exige a consideração da transformação da espacialidade e da temporalidade das relações e interconexões nas distintas dimensões da atividade humana.

Giddens (1990) define globalização como “distanciamento no tempo/espço” e afirma que na era moderna o nível deste distanciamento é mais alto do que em qualquer outra época, pois há uma crescente expansão das relações entre o local e as formas e eventos sociais distantes. A globalização refere-se a esta expansão bem como à intensificação no âmbito mundial das relações sociais que vinculam localidades distantes, de forma que acontecimentos locais são influenciados por acontecimentos de regiões distantes e vice-versa.

Held, McGrew, Goldblatt e Perraton, assumindo uma posição muito semelhante à de Giddens, desenvolvem de forma mais detalhada esta definição. Para eles, globali-

zação refere-se a processos espaço-temporais de mudanças que transformam a organização dos afazeres humanos na medida em que vinculam e expandem a atividade humana através de regiões e continentes. Este conceito implica 1) a *extensão* de atividades econômicas, sociais e políticas através de fronteiras (compressão do espaço), que pode se dar por meio da ampliação de redes de atividades sociais e de poder e da possibilidade de ação à distância; 2) a *intensificação* de padrões de interações e fluxos que transcendem os limites das sociedades e dos Estados nacionais; 3) o aumento da *velocidade* das interações sociais, da difusão de idéias, bens, capital, informações e pessoas (compressão do tempo), impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico nos sistemas de transporte e de comunicações; 4) o *impacto* de eventos distantes sobre localidades é majorado e o desenvolvimento dos eventos mais localizados podem ter conseqüências globais importantes, o que significa que há um aprofundamento do envolvimento entre o local e o global (Held, *et al.*, 2000b, p. 15).

Para os autores desta corrente, a globalização é um processo diferenciado que ocorre em todas as dimensões centrais da atividade social, ou seja, ela é ao mesmo tempo política, tecnológica, cultural e econômica. As interconexões globais emergem como “teias e redes complexas de relações entre comunidades, Estados, instituições internacionais, organizações não governamentais e corporações multinacionais que fazem a ordem global” (Held *et al.*, 2000b, p. 27).

A influência do individualismo metodológico, que é predominante nesta corrente, leva os transformacionistas a pensar a globalização como um conjunto de processos que são moldados por fatores conjunturais e que definem uma estrutura em evolução que tanto impõe *constrangimentos* quanto fortalece Estados, comunidades e forças sociais. A globalização é, nesse senti-

do, vista como um processo de “estruturacão”, na medida em que é “um produto tanto de ações individuais quanto das interações entre um sem-número de agências e instituições”. (Held *et al.*, 2000b, p. 27).

Os transformacionistas não defendem um destino histórico determinado para a globalização nem avaliam os desenvolvimentos presentes com base em um tipo ideal, seja ele de um “mercado global perfeitamente integrado”, seja de uma sociedade global. Como são processos contraditórios, marcados por tendências conflitantes e até opostas, seu resultado não é necessariamente um conjunto de mudanças atuando numa única e mesma direção. A trajetória futura da globalização é vista, portanto, como incerta.

No que diz respeito à explicação das causas da globalização ou de suas forças motrizes, ao contrário de boa parte da literatura que procura identificar um único imperativo, como o imperativo expansionista do mercado ou do capitalismo ou ainda a mudança tecnológica, os transformacionistas buscam construir uma explicação mais compreensiva do fenômeno da globalização, como produto de uma combinação complexa de fatores que abarcam as mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e políticas.

Giddens distingue quatro dimensões explicativas da globalização: a economia capitalista mundial, o sistema de Estados nacionais, a ordem militar mundial e o desenvolvimento industrial. As duas primeiras estão conectadas de vários modos pois, se de um lado as políticas econômicas domésticas e internacionais dos Estados envolvem muitas formas de regulação da atividade econômica, de outro, as corporações transnacionais têm grande poder econômico e capacidade de influir sobre a elaboração de políticas tanto nos seus países de origem quanto em outras regiões nas quais estão envolvidas. Assim, se os Estados-nação são os principais atores na ordem política mundial, as corporações (empresas industriais, financeiras e bancos) são

os principais atores na economia global. A expansão da influência destas corporações traz no seu bojo uma expansão dos mercados financeiros e de *commodities*. Mas como a economia capitalista não é constituída apenas pelo mercado e envolve a transformação da força de trabalho que se insere em relações de classe, em mercadoria, esse processo tem implicações para as desigualdades inscritas no processo de globalização (Giddens, 2000, pp. 94-95).

No que diz respeito à influência de qualquer Estado individual na ordem política global, Giddens vai mostrar que ela é fortemente condicionada pelo nível de sua riqueza material e de sua força militar. No entanto, os Estados não se movem apenas por considerações econômicas mas como atores, que derivam seu poder de sua capacidade soberana e tem envolvimento estratégico ou aliança com outros Estados. Um aspecto da natureza contraditória da globalização se expressa no fato de que a perda de autonomia de alguns Estados é freqüentemente acompanhada do aumento da autonomia de outros, como resultado de alianças, guerras ou mudanças econômicas e políticas de diversos tipos.

Quanto à ordem militar internacional, este autor chama atenção para a necessidade de se analisar as conexões entre as alianças entre Estados, a industrialização da guerra e o fluxo de armamentos e técnicas de organização militar entre distintas regiões do globo. A globalização do poder militar também diz respeito à guerra. E as duas guerras mundiais do século XX mostraram o modo como conflitos inicialmente localizados podem se transformar em uma questão mundial (p. 96).

A quarta dimensão diz respeito à expansão da divisão internacional do trabalho impulsionada pelo desenvolvimento do industrialização. A expansão da interdependência global ocorrida desde a Segunda Guerra Mundial levou a mudanças na distribuição da produção no mundo, com a desindustria-

lização de regiões/países desenvolvidos e uma industrialização recente de países do terceiro mundo. A acelerada interdependência tornou mais difícil para países capitalistas regularem suas economias nacionais, sendo esta uma das razões do declínio das políticas de corte keynesiano. Uma das conseqüências do industrialismo é a difusão em todo o mundo de novas tecnologias, principalmente das tecnologias da comunicação. Estas tecnologias influenciaram todos as dimensões da globalização, inclusive a globalização cultural, aspecto fundamental que está por trás de todas as dimensões institucionais já mencionadas (Giddens, 2000, p. 97).

No que diz respeito aos impactos da globalização, os transformacionistas rejeitam a idéia da convergência global ou da emergência de uma única sociedade global, pois para eles a globalização não tem como conseqüência uma crescente homogeneidade ou harmonia. Ao contrário, ela está associada a novos padrões de estratificação, que tem tanto uma dimensão social quanto uma dimensão espacial. A primeira refere-se à desigualdade, ou seja, aos efeitos desiguais do processo de globalização nas condições e chances de vida de povos, classes, sexos e grupos étnicos. A segunda refere-se à hierarquia, ou seja, à assimetria no acesso ao controle sobre as infra-estruturas e redes globais. Este acesso desigual significa que alguns Estados e comunidades se envolvem de forma crescente na ordem global, enquanto outros são excluídos. A globalização, segundo os autores desta corrente, altera (remodela) as configurações tradicionais de poder entre países, superando a divisão Norte/Sul ou entre Primeiro e Terceiro Mundo, na medida em que novos padrões de inclusão e exclusão estão presentes em todas as sociedades e regiões do mundo (Held *et al.*, 2000b; Giddens, 1999).

Quanto ao trabalho e ao emprego, a habilidade das corporações multinacionais de organizar produção transnacionalmente levou, em muitos setores, a uma transferência

da produção dos países da OECD para países em desenvolvimento e mesmo países de baixa renda na busca da redução dos custos do trabalho. Na medida em que a competição global se intensificou, foi crescente o movimento das multinacionais de reduzir os postos de trabalho nos seus países de origem e *expandir o emprego nos países de mais baixos salários*. A pressão para a redução de custos do trabalho levou, nos países de origem e em muitos dos países hospedeiros, a uma redução crescente dos benefícios sociais e a transferência do fardo na sustentação dos sistemas de previdência para os trabalhadores.

Mas como as multinacionais têm papel central na inovação e difusão tecnológica e necessitam ter acesso à tecnologia e trabalho qualificado, a transferência da produção para outros países tem de levar em conta estes fatores. Se o uso de novas tecnologias pode ser feito com o emprego de trabalhadores com baixos salários dos países em desenvolvimento, a realocação da produção pode ser vantajosa. Nesse sentido, "a globalização da produção pode contribuir para ampliar os diferenciais de salários entre trabalhadores qualificados e não qualificados tanto no interior de um país e entre países" (Held *et al.*, 2000b, p. 279).

Se ocorresse uma redução dos custos de transferência da produção seria possível esperar que os salários fossem cada vez mais determinados pela competição global e que ocorresse, no médio prazo, uma forma não absoluta de convergência dos salários no plano mundial. No entanto, levando-se em conta a resistência dos movimentos de trabalhadores em diferentes países e sua capacidade de extrair concessões das empresas, é improvável que esta convergência dos salários ocorra. Mas os autores aqui considerados observam também que nas condições da globalização, o balanço de poder entre trabalhadores e capital multinacional modificou-se nitidamente em favor do último.

Um outro argumento central desta corrente no que concerne aos impactos estrutu-

rais da globalização, refere-se ao fato de este processo reconfigurar as funções e o poder dos Estados nacionais. Embora reconhecendo que os Estados nacionais continuem poderosos e podem ainda reclamar legalmente autoridade soberana sobre o que ocorre dentro de seus territórios, os transformacionistas observam que a autoridade estatal convive de forma crescente com instituições de governança internacional (da União Européia e da OMC), que lhes são justapostas, e com os constrangimentos e obrigações impostos pela legislação internacional.

Para esta corrente, a globalização é associada com a desterritorialização e com a retorialização das atividades econômicas e políticas, processos estes que correspondem à emergência, no plano global, de “organizações econômicas e políticas não-territoriais tais como multinacionais, movimentos sociais transnacionais, agências reguladoras internacionais etc.” (Held *et al.*, 2000b, p. 9). No plano político, isto tem como consequência o surgimento de um novo “regime de soberania”, no qual o poder se torna mais difuso entre agências públicas e privadas de governança nos âmbitos local, nacional, regional e global. Isto não significa que o poder dos Estados nacionais foi reduzido pela globalização, mas que seu papel e funções estão sendo modificados e reestruturados pela justaposição e intersecção com as distintas instâncias de governança em um mundo cada vez mais interdependente.

Este processo de reestruturação dos Estados nacionais está também relacionado com o impacto da globalização sobre a tomada de decisão e elaboração de políticas públicas, na medida em que torna algumas opções de políticas mais custosas e dependendo da vulnerabilidade do país ou do governo às condições globais constrange ou facilita suas escolhas políticas em maior ou menor grau (Held *et al.*, 2000b).

Os transformacionistas elaboraram assim uma interpretação mais compreensiva

da globalização ao percebê-la como um fenômeno social multifacetado e diferenciado, que se desenvolve nos distintos domínios da vida social. Deste modo, eles procuram romper com as visões que reduzem o fenômeno apenas à dimensão econômica ou a uma lógica linear simples ou a dados estatísticos. No entanto, os transformacionistas são críticos moderados das conseqüências ou impactos da globalização. Giddens, como o teórico da “Terceira Via”, critica a estratégia do protecionismo como alternativa aos impactos perversos da crescente competitividade global e em muitas de suas conclusões aproxima-se da visão dos hiperglobalistas. Também Held *et al.* (2000b, p. 279), apesar de afirmarem a incerteza da trajetória futura da globalização, aproximam-se da visão mais otimista associada à versão neoliberal esposado por parte dos hiperglobalistas, ao considerar a possibilidade de uma convergência dos preços e dos salários como resultado da ação das corporações multinacionais e da competitividade no mercado global.

O Desenvolvimento de uma Análise Crítica Alternativa

Hay e Marsh, em sua introdução ao livro *Demystifying Globalization*, depois de “surfarem” pelo que eles denominam a primeira e a segunda “ondas” da literatura sobre a globalização, identificadas respectivamente com a literatura empresarial acrítica e com os textos produzidos pelos céticos, apresentam os textos reunidos neste volume como uma contribuição para o desenvolvimento de uma “terceira onda” que se propõe a “desempacotar” e desmistificar o conceito de globalização.

No entanto, Hay e Marsh não consideram a contribuição dos transformacionistas. Como estes desenvolvem uma interpretação teórica mais abrangente e crítica às concepções tanto da primeira quanto da se-

gunda “ondas”, podem ser considerados como parte de uma “terceira onda” na literatura sobre globalização.

Identifico em Hay e Marsh, em alguns dos autores reunidos na coletânea por eles editada, bem como nos textos mais recentes de Jessop (1999), Scholte (2000) e MacLean (2000) o desenvolvimento de uma interpretação distinta das anteriormente mencionadas pela sua densidade argumentativa e crítica. Estes autores, ao mesmo tempo em que reconhecem a existência e a novidade do processo de globalização, desenvolvem uma crítica aguda tanto dos seus fundamentos e conseqüências, quanto dos postulados e implicações das concepções que dominam o debate acadêmico e político sobre o tema. Por essas razões, na falta de um melhor adjetivo, vou chamá-los de “globalistas críticos” e penso que eles inauguram uma “quarta onda” nos estudos sobre a globalização.

Hay e Marsh partem da crítica à concepção essencialista ou determinista que vê a globalização como um processo sem sujeito, e reifica seus efeitos e conseqüências vistas como homogêneas e universais. Atuando como uma força onipresente e onipotente, independentemente das ações e intenções dos sujeitos reais, a globalização, nesta concepção, é vista como um fator causal e é associada à lógica da necessidade e da inevitabilidade.

Estes autores propõem observar a globalização não como um processo, mas como uma tendência, para a qual há contratendências. O desafio posto para os que querem contribuir para o desenvolvimento de uma concepção crítica, mais integrada e desmistificadora da globalização, é “revelar a articulação dinâmica e contingente de processos em certos contextos espaciais e em determinados momentos que produzem efeitos que podem ser compreendidos como evidências da globalização” (Hay e Marsh, 2000, p. 6).

Nesse sentido, esta nova concepção não deve perguntar o que a globalização deve explicar, mas revertendo a direção da causalida-

de dominante na literatura, tomar a globalização como o que deve ser explicado. Isto significa, para estes autores, recusar tanto as abordagens que privilegiam a estrutura quanto as que privilegiam a ação dos sujeitos na determinação dos resultados. A busca das causas da globalização deve identificar os sujeitos envolvidos e, ao mesmo tempo, dar atenção à estruturação das tendências de globalização.

Para estes globalistas críticos, portanto, a globalização deve ser compreendida como o resultado contingente e tendencial de múltiplos processos que são, ao mesmo tempo, sociais, econômicos, políticos e culturais. Estes processos, que interagem de forma específica e contingente e se desenvolvem de forma desigual no espaço e no tempo, são complexos, contraditórios e freqüentemente sofrem resistências. Assim, a heterogeneidade e a especificidade das tendências globalizantes é que são ressaltadas na medida em que, freqüentemente, distintos processos que atuam em uma variedade de escalas espaciais e horizontes temporais interagem produzindo diferentes tendências à globalização em distintos contextos (Hay e Marsh, 2000, p. 11).

Colocada deste modo, a concepção dos globalistas críticos tem vários pontos em comum com a dos transformacionistas: a visão da globalização como produto de um conjunto de processos contingentes, como um processo de estruturação multifacetado, contraditório, cuja trajetória futura permanece em aberto, o que supõe resistências e a possibilidade de reversão.

No entanto, seguindo Wincott na sua crítica aos que ele denomina os “teóricos da globalização complexa”,⁵ parece-me que os transformacionistas caem, de certa forma, na armadilha da reificação, na medida em que tratam a globalização como se ela fosse uma “coisa” real, que poderia ter causas e conseqüências. Armadilha da qual os “globalistas críticos” procuram escapar quando conferem à globalização um caráter tendencial que supõe a existência de contratendências.

Além disso, e talvez mais importante, os “globalistas críticos” distinguem sua interpretação da dos transformacionistas pela ênfase no discurso e na ideologia da globalização. Tanto Hay e Marsh quanto Wincott consideram que globalização só pode ser tomada como um fator causal que produz “efeitos” quando ela for um discurso, uma construção social. Assim, apesar de questionarem as visões que conferem papel causal, explicativo à globalização, é central na concepção destes autores considerar o papel positivo que as idéias sobre globalização podem desempenhar na configuração (estruturação) dos contextos econômicos, sociais e políticos nos quais vivemos.

Conscientes de que devem ser cautelosos para que esta posição não leve ao privilégio do plano discursivo, estes autores preocupam-se em buscar as relações entre as idéias sobre globalização, de um lado, e os processos que estas idéias pretendem descrever, de outro. Clammer (2000), estudando o Japão, mostra que os efeitos que a globalização têm em um contexto nacional específico manifestam-se geralmente através das respostas que produzem. Mas estas não são respostas à globalização *per se*, mas a um entendimento específico ou a uma construção particular sobre a globalização.

Assim o próprio discurso sobre globalização pode servir para produzir os efeitos que este mesmo discurso atribui à própria globalização.⁶ Mas não é apenas desta perspectiva que a questão do discurso é tratada pelos autores desta vertente. Ngai-Ling Sum (2000) analisa a dialética complexa da regionalização-globalização na região asiática do Pacífico, mostrando como ela é mediada discursiva e institucionalmente. Baseando-se na idéia de “orientalismo” como a construção histórica e discursiva de um “outro” em relação à auto-identificação do Ocidente, analisa o papel dos discursos relativos à relação “comércio-competitividade-desenvolvimento” na mediação das relações sociais e econô-

micas e na trajetória de desenvolvimento na região do Pacífico asiático. A autora destaca o papel constitutivo do discurso ao mostrar que uma série de “novos orientalismos” condicionam e constroem os recursos estratégicos dos Estados na região. Ela também examina os contextos estruturais nos quais formações discursivas específicas são contestadas e “como possibilidades narrativas estão diferencialmente inscritas em formações discursivas específicas” (Sum, 2000, p. 106).

Um outro elemento que distingue esta vertente das anteriores diz respeito à ênfase colocada na interação entre as dinâmicas cultural e econômica. Sum, por exemplo, sugere a necessidade do desenvolvimento de uma “economia política cultural” (*cultural political economy*) que dê conta da interação complexa e dialética entre as dinâmicas discursivas-culturais e os fatores econômicos institucionais. Isto significa que “processos econômicos devem ser situados em contextos culturais e compreendidos em termos de especificidades culturais, na medida em que o processo de mudança não reside em um momento (o econômico) nem no outro (o cultural), mas na interação dos dois” (Hay e Marsh, 2000, p. 13).

É possível, por fim, afirmar que o enfoque distintivo dos “globalistas críticos” tem por base uma certa heterodoxia marxista – com exceção de Scholte – e, em alguns dos autores, uma clara influência gramsciana. Ao conceber a globalização como uma tendência para a qual existem contratendências, estes autores tomam a globalização como um campo de luta e procuram identificar processos com sujeitos. Ou, como afirmam Hay e Marsh (2000, p. 13), eles compartilham a preocupação de “trazer de volta o sujeito para a análise da globalização”. Isto significa no que diz respeito à relação entre estrutura e ação, que a política, pensada como ação, imaginação e intenção dos sujeitos, tem papel positivo na criação das estruturas que vão, então, condicionar e limitar as possibili-

lidades humanas (Piven, 1995 *apud* Hay e Marsh, 2000). A globalização, nestes termos, é vista como o resultado da interação entre grupos, classes, nações, como o produto da ação de sujeitos que fazem a história, mas não nas circunstâncias que eles escolhem (Hay e Marsh, 2000, p. 11).

Há, no entanto, entre os autores desta vertente nuances, ou diferentes ênfases no que diz respeito à interpretação da globalização, suas causas, manifestações e contradições. Vou discutir aqui os trabalhos de três autores que, do meu ponto de vista, são os mais representativos por procurarem desenvolver uma análise crítica alternativa e mais compreensiva do fenômeno.

Jessop (1999) e Scholte (2000) entendem globalização como uma tendência que se desenvolve de forma desigual no tempo e no espaço e que envolve um tipo distinto, porque novo na história contemporânea, de “compressão espaço-tempo”. Para Scholte (2000, p. 48), isto significa que distâncias territoriais têm sido cobertas em intervalos de tempo cada vez menores. Nas transações e conexões globais, o “lugar” não é mais territorialmente definido, as distâncias territoriais são cobertas em tempo zero e as fronteiras territoriais não representam mais impedimentos. Globalização é então entendida como supraterritorialidade, e “descreve circunstâncias nas quais o espaço territorial é substancialmente transcendido”.

Para Jessop, no entanto, estruturalmente, globalização envolve tanto *time-space compression* quanto *time-space distantiation*. Enquanto a primeira significa a intensificação da ocorrência de eventos em tempo real e/ou a crescente velocidade de fluxos sobre uma dada distância, a segunda, alonga (estica) relações sociais no tempo e no espaço de modo que eles podem ser controlados/coordenados por períodos de tempo mais longos, em distâncias maiores ou em múltiplas escalas de atividade. Neste último sentido, a ten-

dência à globalização se reflete no crescente alcance espacial das divisões de trabalho em diferentes campos e é possibilitada pelas novas tecnologias – materiais e sociais – de transporte, comunicação e controle.⁷ Além disso, Jessop considera que, do ponto de vista estratégico, a globalização envolve também as tentativas dos atores de realizar, de modo continuado, a coordenação global de atividades em distintas ordens institucionais ou sistemas funcionais. Estas formas de coordenação, que variam muito e não têm eficácia garantida, podem incluir, por exemplo, redes interpessoais, alianças estratégicas estabelecidas por firmas transnacionais, a constituição de “regimes internacionais” para o governo de campos de ação específicos e projetos para a governança global.

Globalização é, para esses dois autores, um fenômeno ao mesmo tempo estrutural e estruturante. O “postulado da estruturação” significa, para Scholte, que o curso da história resulta das escolhas dos agentes e de disposições estruturais que se constituem mutuamente. As forças estruturais estabelecem o leque de opções disponíveis para os atores em um dado contexto histórico e encorajam os atores a tomar determinadas decisões ou iniciativas e não outras. Por sua vez, as estruturas dependem da acumulação das decisões dos atores para sua criação e perpetuação. A tendência à globalização desenvolve-se, de acordo com esta concepção, quando as condições estruturais estão maduras e quando os agentes tomaram as iniciativas para fazer com que as possibilidades para tal desenvolvimento de fato se efetivassem.

Para Jessop, que focaliza principalmente a globalização econômica, ela deve ser interpretada tanto como um “contexto estrutural” mais inclusivo, no qual processos que ocorrem em outros níveis econômicos subglobais podem ser identificados e inter-relacionados, quanto como um “horizonte de ação” mais amplo para o qual “estratégias de

acumulação e projetos econômicos podem ser direcionados” (1998, p. 23).

Como “contexto estrutural”, a globalização não deve ser vista como um mecanismo causal, mas como um fenômeno emergente e em evolução que resulta de processos econômicos em diferentes escalas. Nesta medida, sua natureza depende de processos que ocorrem em escalas subglobais (local, urbana, regional, através de fronteiras, nacional e macroregional) que continuam significativas – mesmo que transformadas – como lugares efetivos de atividades econômicas reais. Além disso, as escalas menores constituem, freqüentemente, lugares-chave de resistência e das contratendências à globalização (Jessop, 1999; Dirlík, 1999).⁸

Já horizonte de ação globalização significa “pensar globalmente mesmo quando agindo localmente, ou em escala urbana, regionalmente ou triadicamente”. Isto significa a necessidade de se levar em consideração, estrategicamente, as implicações espaciais e em diferentes escalas dos processos globais (Jessop, 1999, p. 23).

A globalização, desta perspectiva, não é vista como um único mecanismo causal, mas como uma tendência complexa e contraditória que resulta de vários processos causais. Tanto para Jessop quanto para Scholte, essa tendência surge da inter-relação de condições e impulsos estruturais e das iniciativas dos agentes econômicos e políticos. No entanto, estes dois autores adotam perspectivas teórico-metodológicas distintas na sua interpretação das causas da globalização. Jessop busca, a partir de uma perspectiva marxista, a explicação das contradições e do movimento desigual de globalização nas contradições internas ao movimento de valorização do capital e à estratégia político-econômica hegemônica, bem como nas lutas e resistências à globalização.

Scholte, por sua vez, identifica de forma precisa – e esta é uma das suas importantes contribuições – as forças estruturais e aquelas ligadas às iniciativas dos atores que cons-

tituem as condições necessárias tanto para iniciar como para acelerar a expansão da supraterritorialidade. As forças estruturais são, para ele, a expansão do racionalismo – como estrutura dominante do conhecimento – e as mudanças no desenvolvimento do capitalismo; enquanto, entre as iniciativas dos atores, são considerados cruciais as inovações tecnológicas nas comunicações e no processamento da informação e o desenvolvimento de determinadas políticas regulatórias, principalmente a adoção de políticas neoliberais (em especial a liberalização dos mercados), que influenciaram o tipo atual de globalização (Scholte, 2000, p. 90). Adotando uma perspectiva sistêmica, ele entende que nenhuma dessas forças tem primazia sobre as outras, pois cada uma delas, ao mesmo tempo, causa e é causada pelas outras.

Scholte toma a expansão do racionalismo como uma das forças estruturais impulsionadoras da globalização, pois entende que a supraterritorialidade não poderia se realizar sem uma mentalidade que encorajasse o seu desenvolvimento. O racionalismo tem quatro características principais: ele é secularista, antropocêntrico, tem caráter científico e instrumental. Quando se torna uma estrutura social dominante, tende a subordinar outras formas de conhecimento, que são desprezadas como “irracionais”.

O racionalismo, de acordo com este autor, estimulou o desenvolvimento da supraterritorialidade de várias formas, mas principalmente por ter se constituído como uma base “ideal” para as outras causas da globalização. Como já nos mostrou Weber, a passagem de relações sociais orientadas pela tradição para relações sociais orientadas pela racionalidade acompanhou a passagem do mundo feudal para o mundo capitalista. O racionalismo pode ser visto como o “verdadeiro espírito do capitalismo”. Do mesmo modo, as novas tecnologias da informação desenvolveram-se a partir do conhecimento científico e de “uma vontade antropocêntrica e instru-

mentalista de controlar a natureza". Além disso, modernas leis racionais e o desenvolvimento da organização burocrática formam um o pano de fundo para as medidas regulatórias que incentivam a globalização.

Para Scholte, o cientificismo e o instrumentalismo contidos no racionalismo incentivam o movimento de globalização, pois "o pensamento científico é não territorial: as verdades obtidas através de métodos 'objetivos' são válidas para qualquer um, em qualquer lugar e em qualquer tempo" (Scholte, 2000, p. 95). Ademais, a territorialidade, principalmente as fronteiras dos Estados nacionais, contradiz a lógica instrumentalista do moderno pensamento econômico, para o qual a superação das distâncias e das fronteiras são condição para o alcance de uma divisão de trabalho mundial mais produtiva. Assim, na concepção deste autor, de distintos modos, o pensamento racional tem incentivado o desenvolvimento da imaginação global e as várias atividades supraterritoriais que ela promove.

Apesar de recusar uma visão materialista ou economicista que explica o desenvolvimento da globalização apenas pelas mudanças no capitalismo, Scholte considera que a acumulação do excedente teve papel central na história da globalização. A busca constante de aumento da acumulação do excedente tende a submeter mais e mais setores da economia à lógica capitalista. Assim, além da agricultura, da indústria, do transporte e das finanças, educação, habitação, seguridade social, saúde, entretenimento foram incluídos no circuito de acumulação de capital.

O capitalismo impulsiona o desenvolvimento da globalização de quatro modos. Primeiro, pressionadas pela lógica da acumulação capitalista muitas empresas buscam mercados globais como meio de aumentar seu volume de produção e de vendas, alcançar economias de escala e aumentar suas margens de lucros. Empresas capitalistas tiveram grandes incentivos para desenvolver

produção global, redes globais de distribuição e a infra-estrutura de comunicações necessárias para apoiá-las. Em segundo lugar, a contabilidade global, por meio da qual as empresas podem alterar seus preços de modo coordenado no âmbito mundial, de forma que seus lucros gerais sejam maximizados. Elas podem ainda buscar, em um espaço transnacional, lugares de baixa taxaço para concentrar seus lucros ou o ciberespaço para escapar das obrigações fiscais.

Em terceiro, o *global sourcing* é visto pelo autor como um meio de fortalecer a acumulação, principalmente para as grandes corporações transnacionais, na medida em que elas podem estabelecer suas facilidades produtivas onde os custos são baixos e os recursos considerados ótimos. Globalização, deste modo, dá ao capital uma posição vantajosa na medida em que ele adquire uma mobilidade supraterritorial da qual nem os trabalhadores nem os Estados podem usufruir. A possibilidade de realocização do capital através das fronteiras estatais alterou o poder de barganha em favor do grande capital. Além disso, a globalização permitiu aos capitalistas, principalmente os baseados no Norte, contrarrestar as estratégias socialistas e da economia estadista que, em busca de uma redistribuição da riqueza mundial, desenvolveram-se sobretudo em países do Sul (Ásia, África e América Latina) a partir de meados do século XX.

Finalmente, em quarto lugar, o desenvolvimento das comunicações globais e dos fluxos financeiros, além de fornecer possibilidades adicionais de valorização do capital através do aumento da produção primária e industrial, oferecem por si mesmos grande potencial para acumulação.

Scholte recusa o determinismo tecnológico, mas reconhece que a globalização não teria sido possível sem a "revolução" tecnológica nos transportes, nas comunicações e no processamento de informações. As inovações tecnológicas, por sua vez, dependeram das es-

truturas racionais e capitalistas que criaram uma ordem social favorável ao seu desenvolvimento acelerado. Além disso, estas inovações não teriam sido aplicadas em larga escala sem um quadro regulatório que estabelecesse um nível substantivo de padronização técnica nos planos nacional e mundial.

A “revolução” tecnológica desempenhou papel central na criação dos espaços transnacionais. Os avanços tecnológicos nas telecomunicações e na informática constituíram instrumentos essenciais para o desenvolvimento das comunicações e das transações financeiras globais, bem como para a coordenação global da produção e para o desenvolvimento de redes e movimentos sociais transnacionais. Estas inovações forneceram, portanto, parte importante da infra-estrutura para o movimento da globalização, na medida em que constituíram uma força propulsora da supraterritorialidade.

Scholte identifica nos mecanismos de regulação uma área na qual as iniciativas dos atores são cruciais para o desenvolvimento da globalização. Muitos mecanismos regulatórios emanaram dos Estados nacionais, mas também de instituições regionais ou transnacionais criadas pelos Estados. As relações supraterritoriais não se teriam desenvolvido se políticas estatais não tivessem sustentado estes processos. Globalização e Estados nacionais são, portanto, para este autor, não só compatíveis como co-dependentes, mas a chave para esta co-dependência são os mecanismos de regulação e não o Estado. Contudo, afirmar que arranjos institucionais e legais encorajadores são indispensáveis para a expansão das relações globais não significa dizer que os *policymakers* têm escolhas livres, não restringidas. Assim como é verdade que certos governos tomam decisões para inibir o avanço da globalização (por exemplo, restringindo fluxos financeiros, proibindo entrada de *softwares* para Internet), é também verdade que Estados fortes têm maiores possibilidades de influenciar os rumos da globalização do que

os mais fracos. No entanto, as forças estruturais impulsionadoras da globalização (racionalismo e capitalismo, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias) colocaram os governantes, mesmo nos Estados mais fortes, sob grande pressão para promover o desenvolvimento da supraterritorialidade (Scholte, 2000, p. 102). E mesmo governantes contrários ao desenvolvimento da globalização sucumbiram, pelo menos parcialmente, a uma acomodação com esta tendência.

A questão parece ser, portanto, que tipo de políticas e instituições regulatórias os diferentes governos erigiram na tentativa de governar o movimento de globalização. Se os governantes não podem negar o crescimento de relações globais, eles, no entanto, têm diferentes opções para lidar com a direção e a velocidade deste processo. Scholte (2000, pp. 103-105) identifica quatro principais medidas regulatórias que, adotadas por diferentes governos, contribuem para promover o processo de globalização:

- A padronização técnica e de procedimentos, que facilita as conexões supraterritoriais na medida em que as partes envolvidas seguem as mesmas regras e rotinas (exemplo importante são as normatizações em todas as áreas da tecnologia estabelecidas pela International Organization for Standardization – ISO).
- A liberalização dos mercados que levou ao fim do protecionismo e à eliminação de restrições ao livre movimento de dinheiro, investimentos, bens e serviços – (mas não de trabalhadores) e teve como uma de suas conseqüências a criação de zonas destinadas à produção para exportação (EPZ – *export processing zones*) que impulsionou a globalização da produção.
- As garantias de direito de propriedade para o capital supraterritorial, fundamental para o desenvolvimento das corporações globais.
- A criação e legalização, por diferentes Estados nacionais, de organizações

transnacionais ou multilaterais que hoje constituem as agências regionais e transnacionais de governança, além da permissão para atuação em vários territórios nacionais de associações e movimentos sociais.

Tendo apontado essas quatro causas primárias da globalização, que são vistas com as condições necessárias para o seu desenvolvimento, Scholte reconhece a existência de outros fatores que contribuíram para a expansão das relações supraterritoriais, como forças secundárias: a construção de identidades e comunidades transnacionais, que contribuiu para o desenvolvimento de uma consciência global e levou distintos grupos a estabelecerem redes de comunicação global e a formar associações transnacionais com base nas identidades de classe, gênero, etnia etc.

No entanto, há um conjunto de circunstâncias que operam contra o movimento de globalização e que constituem contratendências. Scholte menciona as políticas estatais que procuram limitar os fluxos globais, as identidades territoriais, as formas de conhecimento não racionais e a produção de subsistência que mantém parte da população do mundo resistente às conexões transmundiais, assim como as revoltas contra o capitalismo e o racionalismo, que se opõem à ampliação da supraterritorialidade.

A presença destas contratendências e de forças sociais alternativas mostra que “globalização não é inevitável” e nem se desenvolveu de acordo com uma trajetória predeterminada. Para este autor, portanto, apenas uma explicação que considere o desenvolvimento da supraterritorialidade como o produto histórico de um processo de estruturação no qual os atores tiveram iniciativas e escolhas que apesar de constrangidas, não deixaram de ser significativas, permite indicar os fatores ou medidas que podem influenciar o grau e a direção da expansão da globalização.

Bob Jessop oferece uma contribuição singular ao desenvolvimento de uma visão alternativa dos processos que levam à globalização. Ele acrescenta à contribuição de Scholte a idéia de que a globalização é acompanhada de uma “relativização da escala” e uma crítica mais incisiva do conceito e do fenômeno que aponta para suas contradições e limites internos.

De acordo com Jessop, o período do fordismo atlântico foi marcado por uma coincidência espaço-temporal e congruência estrutural entre economias nacionais, Estados nacionais e sociedades nacionais. Esta dominância da escala nacional, que foi tomada como um dado da realidade e naturalizada, dependia de fundações materiais e ideológicas específicas, as quais não podiam ser tomadas como dadas. Mas como a dinâmica contraditória da acumulação de capital e as lutas nela inscritas escapam das tentativas de fixá-las em estruturas institucionais espacial e temporalmente delimitadas, qualquer solução, como a que se configurou nos “trinta anos gloriosos” do pós-guerra, é instável e provisória. Assim, a predominância da escala nacional neste período de expansão econômica foi minada de vários modos, inclusive pelos processos, ocorrendo em distintas dimensões espaço-temporais, que contribuem para a tendência de globalização.

Com a crise do fordismo e as mudanças dela decorrentes, a naturalização da escala nacional foi substituída por uma visão que considera tanto a importância do “global” como escala “natural” de organização econômica, quanto diferentes escalas econômicas subnacionais. Estas últimas surgem naturalizadas no discurso que descobre a importância do local, do urbano e das economias regionais como aquelas que “estiveram sempre lá”.

Para o autor, no contexto das mudanças do período pós-fordista, o que ocorre é “uma proliferação de escalas espaciais (terrestres, territoriais ou telemáticas) e sua relativa dissociação em hierarquias complexas

e emaranhadas”, que correspondem a uma mistura complicada de estratégias orientadas para diferentes escalas, na medida em que diferentes forças econômicas e políticas buscam as melhores condições para sua inserção em uma ordem internacional em transformação (Jessop, 1999, p. 24). Assim, em comparação com o período do pós-guerra, o período pós-fordista é marcado pela “relativização da escala”, pois apesar da escala nacional ter perdido a primazia, nenhuma outra dimensão de organização econômica e política, – seja a global, a local, a urbana ou a triádica – tornou-se predominante. Diferentes escalas espaciais de organização econômica desenvolvem-se e consolidam-se e novos horizontes de ação são imaginados tendo como base novos modos de compreender a competição. Assim, as distintas dimensões espaciais são tomadas estrategicamente como objetos de gerência econômica, regularização ou governança.

Esta “relativização da escala” no momento atual envolve tanto oportunidades quanto ameaças para os atores econômicos, sociais e políticos, na medida em que ela “está associada com ações para explorar e para resistir aos processos que produzem globalização” (Jessop, 1999, p. 26). Assim como atores econômicos podem estabelecer alianças para ampliar seu alcance global ou se proteger da competição global, Estados em diferentes níveis enfrentam as consequências da reestruturação global e se envolvem na gestão dos processos que identificam como produzindo o que se entende por globalização.

Na identificação do que ele chama as “ilógicas” da globalização, Jessop mostra que as contradições do capitalismo podem dificultar a completa realização da globalização e quaisquer tentativas de se mover na direção desta realização são inerentemente instáveis, como mostra a forma neoliberal de globalização.

O neoliberalismo constitui, para este autor, a estratégia hegemônica para o desenvolvimento da globalização econômica, de-

vido à sua primazia nos Estados Unidos, à importância dos ajustes neoliberais na maioria dos países capitalistas avançados e nas economias pós-socialistas e, também, por ser ele sustentado por órgãos internacionais como OECD e FMI. Contudo, uma estratégia hegemônica pode se mostrar irracional e, apesar da pretensão de universalidade, promover interesses particulares. É o caso das políticas neoliberais que tendem a ampliar as contradições inerentes à dinâmica de acumulação capitalista, ao reforçarem o momento abstrato formal do valor de troca do capital, às expensas do momento concreto substantivo do valor de uso. É neste momento abstrato que o capital, na sua forma de capital financeiro, pode se tornar mais facilmente desenraizado de lugares específicos e ter fluxo livre através do tempo e do espaço, mas nos seus momentos concretos, que se expressam na produção de mercadorias, o capital só pode se materializar em espaços territoriais específicos e frações temporais determinadas.

Há, portanto, uma tensão entre a demanda neoliberal por uma aceleração dos fluxos de capital abstrato através de um espaço crescentemente desterritorializado e a necessidade das formas concretas de capital de se fixarem no tempo e em espaços territoriais.⁹ Esta tensão cria novas formas de contradições e dilemas. O primeiro dilema decorre da crescente interdependência entre os fatores econômicos e extra-econômicos na criação da competitividade estrutural que, por sua vez, gera contradições na forma de organização temporal e espacial da acumulação. Assim, do ponto de vista temporal, há uma contradição central entre o cálculo econômico de curto prazo, principalmente nos fluxos financeiros, e a dinâmica de longo prazo da “verdadeira competição” entre capitais concretos, que está enraizada em recursos (materiais, tecnológicos, humanos, de organização etc.) que levam anos para serem criados, estabilizados e reproduzidos. Do

ponto de vista espacial, a contradição se estabelece entre a economia considerada um espaço de fluxos e a economia um conjunto de recursos econômicos e extra-econômicos enraizado social e territorialmente.

A segunda contradição fundamental no regime de acumulação pós-fordista dá-se entre a economia de informação e a sociedade da informação: na primeira, a apropriação privada do conhecimento torna-se a base da monopolização dos lucros decorrentes e da competitividade nacional. Na segunda, ao contrário, o acesso público ao conhecimento é visto como condição para “o empoderamento pessoal e para a expansão da esfera pública” (Jessop, 1999, p. 30).

O ressurgimento dessas contradições gera problemas para a ação coletiva e dilemas para os atores econômicos e políticos. Um destes dilemas enfrentados pelos atores políticos, no contexto da crise dos Estados de bem-estar, foi a escolha entre a liberalização dos mercados (principalmente do financeiro), que levaria à dissociação entre os capitais financeiro e industrial, e a adoção de estratégias protecionistas ou mercantilistas, que poderiam forçar uma cooperação maior entre estas frações do capital. Outro dilema relacionado a este foi o do ataque ao salário social como custo de produção e a retração do Estado de bem-estar, de um lado, ou a defesa da política de pleno emprego, dos serviços públicos e das transferências de renda sem levar em consideração seu impacto sobre a competitividade internacional. O que havia de comum a estas soluções divergentes e as tornava falsas soluções, era sua ênfase unilateral em um dos momentos das contradições estruturais do capitalismo. Sua oposição, por outro lado, significava o compromisso unilateral de revigorar a organização econômica e política nacional ou apoiar de modo incondicional o movimento global irrestrito do capital abstrato.

Os problemas relacionados à ação coletiva que decorrem das contradições já apontadas ocorrem tanto no domínio econômico

quanto no político. No domínio econômico eles se referem aos conflitos entre o capital em geral e os capitais particulares, que se expressam em lutas hegemônicas em torno de estratégias de acumulação específicas. Politicamente, estes problemas ocorrem no conflito entre as funções econômicas do Estado (em assegurar as condições para a acumulação do capital e para a reprodução da força de trabalho) e seu papel na manutenção da coesão social em uma sociedade fracionada e pluralista. Estes problemas, em conjunto, criam outros problemas de *meta-governance* na medida em que muitas tentativas de regulação econômica falham, ao mesmo tempo em que os atores políticos têm de reconhecer que a não intervenção é, em si mesma, uma forma de intervenção com suas próprias limitações e possibilidades de fracasso.

Existem, portanto, limites objetivos (internos) à globalização econômica devido à necessidade do capital tanto de relações sociais desenraizadas de seu velho ambiente social quanto de reinseri-las (reenraizá-las) em novas relações sociais.

Jessop conclui que a inabilidade da forma neoliberal de globalização para reconciliar os dois momentos da acumulação de capital no plano global e resolver suas contradições

[...] gera uma busca contínua por uma “fixação espaço-temporal” e por um compromisso institucionalizado em uma escala menos inclusiva, os quais podem prover a base para uma inserção favorável na mutante hierarquia econômica global e para a coesão social dentro de um espaço econômico, social e político relevante” (Jessop, 1999: 37).

Neste contexto, apesar do desafio colocado pela globalização aos Estados nacionais, estes permanecem como atores centrais que procuram de modos diferentes e muitas vezes conflitantes, organizar o desenvolvimen-

to dos movimentos de globalização-regionalização e enfrentar suas conseqüências e impactos na esfera nacional.

As Raízes Filosóficas da Globalização e a Crítica Teórico-metodológica

MacLean (2000) no seu denso e seminal artigo "Philosophical Roots of Globalization and Philosophical Routes to Globalization", parte da crítica das raízes filosóficas do que ele considera a ortodoxia da disciplina Relações Internacionais, seu *mainstream*, e que constitui parte da sua autoridade disciplinadora. O autor centra sua análise crítica principalmente na desconstrução do realismo clássico e do neo-realismo, vistos como constituindo a ortodoxia dominante na disciplina e como representações explícitas das suas "raízes filosóficas" (MacLean, 2000, p. 33). Seu argumento é o de que esta ortodoxia interpreta mal ou não reconhece (*mispercebe*) a globalização devido a dois elementos centrais de suas raízes filosóficas. Primeiro, a predominância de uma filosofia específica, derivada da teoria política clássica, que caracteriza os fenômenos relevantes nas relações internacionais como políticos e toma o Estado como principal ator nas relações internacionais e como unidade central de análise. Ao entender globalização fundamentalmente como um fenômeno político, o realismo e o neo-realismo reduzem a complexidade do mundo moderno no período recente, tratando outros elementos importantes da práticas sociais contemporâneas como práticas marginais a serem submetidas ao controle político.

Segundo, a predominância de uma filosofia genérica, obscurecida e profundamente embebida na disciplina, identificada na epistemologia empiricista. Com base nesta epistemologia, a análise da globalização mantém-se no nível das aparências, das causas e conseqüências observáveis. Globaliza-

ção é vista como uma "coisa", um processo, como algo que se realiza empiricamente e deve ser explicado.

Essa metateoria, mesclada às análises que compõem a ortodoxia das Relações Internacionais, manifesta-se por meio de um conjunto de categorias dicotômicas, como *teoria e prática, objetividade e subjetividade, ação e estrutura, o político e o econômico, o doméstico e o internacional, tempo e espaço*, que são vistas como separadas e externas umas às outras (MacLean, 2000, p. 42).

O autor identifica, portanto, nas concepções dominantes na disciplina Relações Internacionais um conjunto consistente de assunções, que ele relaciona com relações reais de poder e hegemonia no mundo. Estas assunções são compartilhadas não apenas pelos que são parte da ortodoxia, mas também pelos que pretendem questioná-la a partir de uma posição heterodoxa. MacLean mostra como autores que se pretendem críticos da visão ortodoxa, seja por defenderem uma análise interdisciplinar ou uma posição heterodoxa na interpretação da globalização, compartilham com ela uma definição que é ahistórica e abstrata na forma, e na medida em que traduzem globalização pelas suas manifestações empíricas, sem conseguir demonstrar o que é "global" na globalização, reafirmam os principais motivos e dicotomias do discurso empiricista dominante.¹⁰

Quanto à interdisciplinaridade, na medida em que para MacLean, a análise da globalização não é central nem capaz de provocar mudanças nas distintas disciplinas nas quais ela surgiu, corre-se o risco de desenvolvimento de um "gueto acadêmico interdisciplinar da globalização". Isto pode ocorrer a não ser que "globalização seja teorizada de tal forma a confrontar a ortodoxia dentro de cada disciplina e aquele elemento profundo que constitui em cada uma a aliança epistemológica transdisciplinar silenciosa mas efetiva dos empiricismos" (MacLean, 2000, p. 46). Por estas razões, o autor defende a ne-

cessidade da mudança de uma análise interdisciplinar para uma análise *antidisciplinar* da globalização.

A tese central deste autor é a de que o desenvolvimento de uma análise convincente da globalização deve partir de uma crítica da relação que cada disciplina estabelece com o conceito de globalização pois “parte do que globalização significa reside nas teorizações existentes sobre ela” (MacLean, 2000, p. 42). Partindo de uma teoria-metodológica crítica, esta posição corresponde à idéia de que tornar um conceito concreto não envolve a avaliação de diferentes teorias sobre ele, mas uma avaliação do relacionamento entre as teorias existentes e o objeto de investigação como relação causal. Deste ponto de vista, uma revisão crítica da literatura não é uma tarefa pré-teórica que antecede o momento da pesquisa propriamente dita, mas uma parte essencial da pesquisa desde o seu início.

Para este autor, conceitualizar globalização, então, não significa apenas descrever como distintos agentes (governantes, diplomatas, empresários, cidadãos etc.) pensam e praticam a globalização mas conceitualizar a relação mediada e complexa entre as interpretações acadêmicas e aquelas práticas. Dito de outro modo, isto significa que “a teorização acadêmica explícita é constitutiva do objeto que ela busca compreender” e supõe um rompimento com a separação entre teoria e prática (MacLean, 2000, p. 56).

A incompreensão do fenômeno da globalização pela ortodoxia das Relações Internacionais deve-se, na visão crítica de MacLean, aos seguintes postulados e assunções:

- A globalização é vista como uma “coisa” ou um processo, como algo empírico a ser explicado. Não se considera que ela, por si mesma, possa ter poder explicativo.
- As definições de globalização são unidimensionais. Ela é vista como um fenômeno político, econômico ou cultural.

Descarta-se assim a possibilidade de pensá-la como um “discurso complexo que determina e medeia as diversas relações possíveis entre estas dimensões”. A noção de determinação aqui quer dizer um conjunto de condições que limita os tipos de políticas, objetivos e projetos dos agentes que podem ser concebidos e a maneira como podem ser realizados. Esta noção de determinação não implica a existência de evidências de uma homogeneização da prática social. Ela significa sim que há um crescente silêncio homogeneizador: “uma homogeneidade do não pensado, do não disputado, do não escolhido e do não praticado” (MacLean, 2000, p. 58).

- A globalização é geralmente identificada como o produto da ação de atores específicos: Estados, empresas, organismos internacionais. Conceitua-se o termo de forma abstrata a partir do individualismo metodológico, privilegiando agência em relação à estrutura.
- Predomina a tendência de igualar globalização a internacionalização ou a interdependência e de concebê-la em termos geográficos-territoriais, o que significa dizer que ela ocupa uma posição no tempo e em um espaço tridimensional. Esta visão se sustenta em uma concepção que pensa tempo e espaço de forma absoluta, ou seja, como independentes um do outro e dos objetos que neles se localizam.
- Como decorrência do empirismo inscrito nesta ortodoxia, a globalização só tem significado se puder ser traduzida em relações e práticas observáveis. Em decorrência, a possibilidade de que ela seja uma realidade não observável, mas com poder causal, é excluída, não pensada.¹¹

Tomando esta crítica das raízes filosóficas da disciplina Relações Internacionais e da sua

concepção de globalização com ponto de partida, MacLean expõe um conjunto de elementos abstratos que constituem no seu entendimento as bases para o desenvolvimento de uma análise crítica alternativa da globalização.

Em primeiro lugar, parte do significado de globalização está inscrito nas suas formas de teorização. Esta questão envolve as relações teoria-prática, sujeito-objeto. Para a pesquisa concreta isto significa que a questão inicial não é o que pode explicar a globalização, mas quais são as condições históricas subjetivas, teóricas ou meta-teóricas para que a globalização surgisse no tempo e na forma específica na qual ela surgiu. Em outros termos, “a suposta constituição da ‘globalização’ em outros elementos diversos – Estados, empresas, sociedades – são primeiro abstraídos no pensamento e depois combinados para produzir uma especificação concreta formal de ‘globalização’, que será diferente daquela assumida no início” (MacLean, 2000, p. 60).

Em segundo, ver a globalização como um fenômeno histórico não quer dizer que seu surgimento possa ser estabelecido em termos cronológicos, com uma data específica, que seja o ponto de partida para a construção de uma periodização.¹² Historicizar a globalização significa perguntar que tipo de condições necessárias e contingentes foram necessárias para a sua emergência. Deste ponto de vista, a globalização surge como estrutura quando outras formas de organização político-econômicas (como socialismo, por exemplo) deixam de se constituir como alternativas para a organização da economia política em termos mundiais, apesar de poderem manter histórias locais. Globalização constitui, portanto, “uma forma de economia política que estabelece tanto uma história estrutural quanto uma história local”, e nesse sentido, constitui uma configuração a partir da qual outras formas de integração e de organização político-econômicas são descritas e avaliadas (MacLean, 2000, p. 60).

Em terceiro, a globalização constitui-se por meio de uma solução específica da relação ação/estrutura no interior de práticas sociais concretas. Isto significa que, para que a globalização tenha se desenvolvido na forma específica em que se desenvolveu, inicialmente certas práticas subjetivas e formas de conhecimento se transformaram em estruturas normativas globais – sendo global aqui entendido não como universal, mas como poderes causais não territoriais – as quais se apresentavam para os agentes como condições objetivas ou naturais da vida social. Estas transformações incluem práticas sociais como: “a assumida eficiência superior da liberalização dos mercados, da não socialização da saúde, da guerra sobre a paz, da propriedade privada sobre a propriedade coletiva, da ciência sobre a tradição etc.”. É este tipo de transformação simultânea teórica e prática que concede à globalização qualidade hegemônica e “permite a reconciliação da hegemonia americana com a hegemonia em geral” (MacLean, 2000, p. 61).

MacLean propõe como solução para a questão da relação entre ação e estrutura, a distinção entre dois momentos estruturais relacionados: o primeiro, que ele chama de Estrutura I, refere-se às instituições, normas e convenções por meio e nas quais ações sociais são realizadas em qualquer contexto histórico. O segundo momento, ou Estrutura II, diz respeito aos elementos metateóricos envolvidos nas ações/práticas da Estrutura I, que são tomados como dados, naturalizados, e não podem ser diretamente observáveis, mas apenas identificados a partir das suas conseqüências (inclui gênero, propriedade privada, tempo/espço e racionalidade). Estes são elementos puramente metateóricos, mas sem eles qualquer explicação de fenômenos observáveis seria impossível.

Em quarto lugar, globalização não pode ser localizada em um tempo ou espaço particulares: ela não é uma coisa e não pode ser pensada como ocupando um espaço tridi-

mensional. Seu reconhecimento exige que se considere sua história estrutural – pensada como os elementos metateóricos acima mencionados – e sua não territorialidade. Ou seja, a globalização é um fenômeno que contém n dimensões e apesar de engendrar formas históricas de ação específicas, não pode ser reduzida às suas manifestações empíricas. Isto significa que é possível afirmar a universalidade da globalização não como algo que pode ser identificado em todo lugar, mas como uma configuração dominante na qual as possibilidades de ação são articuladas e avaliadas (MacLean, 2000, p. 62).

Em quinto e último, a globalização produz novas formas de governança não-territoriais e não-soberanas, ao mesmo tempo em que mantém o Estado soberano. Este, no entanto, tem sua forma histórica original modificada: deixa de ser o lugar territorialmente definido e legítimo, assumindo a forma de um governo local e regional “subsidiário”. Isto implica que, para a compreensão da globalização, é mais relevante uma concepção genérica da organização pública e privada que rompa com concepção ortodoxa da separação entre Estados e organização internacional. A questão que se coloca então é como e por que o mundo se tornou organizado de tal forma e não de outra.

Isto implica, para MacLean, que globalização é uma estrutura que esvaziou o conteúdo tradicional do pensamento político e da prática política ocidental. Numa primeira aproximação, é possível dizer que se desenvolveu uma forma de política técnica-racional, baseada em um conhecimento econômico de especialistas,¹³ o que não quer dizer que com a globalização a política foi substituída pela economia, mas sim que ela foi reinventada.

Constitui um elemento central da globalização a reconstrução das práticas empresariais e gerenciais, inclusive da ética empresarial, como uma estrutura normativa dominante (que corresponde à Estrutura

II, acima mencionada) que passa a ser vista como apropriada não apenas para o domínio privado, mas também para ser aplicada no domínio público, aos bens e serviços políticos, sociais, legais e culturais. A política é transformada assim “da participação na elaboração de políticos para o consumo de políticas, da potencial ruptura com o poder como desigualdade e privilégio sistêmico para o individualismo do auto-empoderamento”¹⁴ (MacLean, 2000, p. 63). De acordo ainda com este autor, a mudança inscrita na globalização representa uma marginalização crescente das probabilidades normativas no mundo, principalmente daquelas relativas a projetos potencialmente emancipatórios porque orientados para o aumento da igualdade de acesso a bens e a decisões políticas, ou pelo menos para o atendimento das necessidades humanas básicas.

Apesar de não ter desenvolvido sua abordagem com todos os seus desdobramentos concretos, MacLean apresenta um conjunto de indicações do que ele define como os elementos abstratos centrais constitutivos da globalização. Estas indicações têm em comum com a concepção de outros globalistas críticos, uma visão da globalização como multidimensional, não redutível a um espaço tridimensional (portanto, aterritorial) e como um fenômeno histórico, mas que esse autor entende como não cronológico. Um outro ponto em comum diz respeito ao modo específico de compreender a relação ação/estrutura. MacLean acrescenta ao “postulado da estruturação”, como proposto por Scholte e por Hay e Marsh, uma discussão das “distinções” da estrutura (Gramsci, 1980, p. 12) que amplia a compreensão da história da constituição da globalização como fenômeno estrutural e estruturante.

Além disso, há uma aproximação entre os autores desta corrente no que diz respeito a dois outros elementos: 1) a idéia de que os Estados nacionais continuam tendo um papel importante, apesar de terem sua forma

modificada, ao mesmo tempo em que a globalização engendra formas de governança supra e subnacionais e não territoriais. A este entendimento MacLean acrescenta que a globalização modificou o conteúdo do pensamento político e da prática política ocidentais; 2) o papel positivo que o discurso e a ideologia da globalização desempenham na estruturação dos contextos econômicos, sociais e políticos contemporâneos. Partindo da crítica das “raízes filosóficas da globalização”, MacLean acrescenta que há uma relação causal entre as formas de teorizar a globalização nas diferentes disciplinas e o seu significado e forma de desenvolvimento no mundo contemporâneo.

Este conjunto de indicações, no meu entender, compõem com as contribuições de Scholte, Jessop e Hay e Marsh, os elementos centrais de uma abordagem crítica alternativa da globalização. É a partir delas que a relação entre globalização e trabalho pode ser repensada, superando a visão das mudanças no universo do trabalho como conseqüências inelutáveis da dinâmica de globalização e re-colocando o trabalho no centro do debate sobre globalização como sujeito cujas ações (e concepções nelas contidas) são cruciais para a conformação do modo específico como a globalização vem se desenvolvendo ou, principalmente, para a conformação das contratendências e resistências a ela.

Globalização e Trabalho ou *Bringing Labour Back in*

O que a globalização significa para os trabalhadores? Esta questão, colocada por Waddington (1999) como ponto de partida, permite-nos avaliar a contribuição de alguns autores para a discussão das implicações da globalização para trabalhadores, suas organizações e ação coletiva.

As interpretações mais deterministas, como aquelas dos hiperglobalistas, tendem a

ver a perda de poder dos trabalhadores como uma conseqüência inevitável da uniformização e da convergência no plano mundial do padrão tecnológico, das formas de organização da produção e dos níveis salariais. A variante neoliberal, que também vê a globalização como um processo irresistível, prevê que os trabalhadores terão sua influência muito diminuída na medida em que se desenvolve no plano global um novo padrão produtivo orientado pela eficiência, e movido pelos requerimentos de curto prazo do capital financeiro. Por outro lado, argumentam que a globalização das novas formas de organização da produção poderão ter como resultado uma maior participação e autonomia dos trabalhadores e em decorrência seu *empowerment*.

Esta visão salienta o papel das empresas transnacionais, corporações “sem Estado”, na difusão tanto de novas tecnologias quanto de novas práticas de gestão do trabalho no plano global. Estas corporações transnacionais, na sua crescente mobilidade, facilitada pela redução de custos de produção e rapidez das comunicações, buscam se localizar onde o trabalho é mais barato, cooperativo e adequadamente qualificado. Para alguns, a atuação destas empresas é vista como um modo eficiente de difusão de novas tecnologias e novas práticas de emprego e organização do trabalho, na medida em que o contexto de implementação destas práticas é o mesmo nas subsidiárias da corporação, pois os objetivos, as estruturas e a cultura de gerenciamento são similares em diferentes partes da organização (Edwards, 1998). A expansão destas corporações transnacionais é uma das forças centrais na promoção da convergência entre as práticas e organização empresarial nos diferentes países (Ohmae, 1990).

Discutindo a difusão de práticas de emprego através da atuação das corporações multinacionais Edwards (1998) mostra que há dois contra-argumentos críticos a esta posição: em primeiro lugar, observa-se uma

contínua diferenciação entre os sistemas produtivos nacionais, pois na medida em que há variação na natureza das leis e das instituições, principalmente nas formas de regulação do emprego, e diferenças culturais entre os países, estes fatores se combinam dando origem a formas nacionalmente distintas de organização das corporações transnacionais.

Um segundo contra-argumento reconhece a difusão internacional de certas práticas gerenciais, e busca explicá-la pela dominância de determinados sistemas produtivos nacionais (como o japonês). Este “efeito dominante” surge da hierarquia das economias no sistema capitalista, quanto à sua eficiência e sucesso, e leva à noção de *best practice*. Com a crise do fordismo, emergiram pelo menos dois regimes distintos de organização do trabalho: o europeu continental e o japonês. O primeiro foi influenciado principalmente pelo desenvolvimento da Alemanha e caracterizou-se pela mudança na qualidade da produção baseada na aplicação de novas tecnologias. Este modelo ficou conhecido como especialização flexível a partir do trabalho de Piore e Sabel (1984). O segundo, conhecido como o modelo japonês da *lean production*, tem como seu elemento central o foco nas relações sociais na produção e baseia-se na aplicação do *just-in-time* e do *total quality control*. Estes métodos requerem o comprometimento do trabalhador para a redução de perdas e defeitos e se valem de um conjunto de práticas de envolvimento tais como a rotação de função, os círculos de qualidade, os times ou grupos de trabalho.

Além destes dois, há ainda uma certa influência nas multinacionais americanas do sistema conhecido como Human Resources Management. Este baseia-se nos programas denominados *quality of working life*, que buscam o envolvimento dos trabalhadores nas decisões relacionadas com a produção (IBM e Kodak são exemplos da aplicação deste modelo).

As pressões para a difusão de práticas de organização da produção para diferentes paí-

ses são, na visão de Edwards (1998), marcadas pela natureza dos modos dominantes de produção e organização do trabalho e suas respectivas práticas de emprego. Os efeitos de dominância estão associados com países cujos setores industriais tiveram ótima *performance* nas últimas décadas (Japão, Alemanha, Estados Unidos) e a difusão reflete a influência destes modelos bem-sucedidos.

No entanto, a literatura mostra que aspectos legais, institucionais e culturais limitam a possibilidade de as corporações multinacionais difundirem práticas através das fronteiras nacionais. A natureza das instituições do mercado de trabalho, incluindo o sistema de relações industriais, também limitam as possibilidades de difusão. A participação em negociação coletiva pode constrianger o leque de escolhas das empresas em relação a elementos como a determinação de salários. Na Europa, por exemplo, as empresas multinacionais têm mais dificuldade em evitar o reconhecimento dos sindicatos e podem ver a negociação coletiva setorial como uma limitação à introdução de uma maior flexibilidade no nível da empresa.

Diferenças culturais entre países também podem limitar a difusão, pois determinadas práticas que são facilmente aceitas em um determinado país não são aceitas em outros. Há, no entanto, maior possibilidade de difusão de práticas de emprego em países que mantêm um quadro legal permissivo e um mercado de trabalho pouco regulado do que nas economias mais reguladas (Edwards, 1998, p. 9).

A contribuição de Edwards é importante porque ele chama atenção para a difusão de “modelos” dominantes de organização do trabalho ao mesmo tempo em que mostra o papel dos regimes regulatórios e das diferenças culturais na explicação da variação observada nas práticas das multinacionais em distintos países, o que desmistifica a idéia da convergência na forma de organização da produção como resultado

da orientação global de corporações multinacionais. No entanto, na concepção deste autor assim como na dos globalistas e neoliberais, o papel dos trabalhadores como sujeitos implicados nestes processos de mudanças nas práticas de emprego fica obscurecido ou não é considerado.

Barry Jones, que assume uma visão da globalização ora próxima da dos céticos (pela não distinção entre globalização e internacionalização), ora dos transformacionistas (por pensar a globalização como sendo determinada por uma multiplicidade de fatores e como um desenvolvimento não inevitável e sujeita a reversão), toma as corporações transnacionais (industriais ou financeiras) como os principais atores nos desenvolvimentos que levam à globalização. Para este autor, são as deliberações e escolhas destes atores que constituem a substância da internacionalização.

No que diz respeito ao trabalho, Jones (2000) discute os impactos ambíguos da globalização em relação ao aumento da desigualdade, à subordinação dos trabalhadores e aos constrangimentos impostos às economias nacionais.

A rápida industrialização dos países do leste e sul asiático, o crescimento do investimento externo direto em países do chamado Terceiro Mundo e o crescimento da economia mundial nas últimas décadas do século XX, que acompanharam o movimento de globalização, não foram capazes de reduzir as desigualdades tanto no interior quanto entre as sociedades capitalistas. Jones observa que a distribuição de renda em muitas das economias capitalistas não se alterou desde os anos de 1970. Ocorreu apenas uma ligeira melhora, nos tigres asiáticos, dos 20% da população que se encontram nos níveis mais baixos de renda. Constituem, portanto, duas faces contraditórias da globalização, a história do desenvolvimento econômico dos "tigres" asiáticos e a crescente marginalização de uma grande parte dos países africanos.

Para Jones, a combinação das condições locais de cada economia e das políticas adotadas pelos seus governos constitui fator decisivo na alteração dos padrões de igualdade/desigualdade, bem como na variação das experiências observadas tanto entre os países africanos como entre os países capitalistas avançados (por exemplo, crescimento da desigualdade no Reino Unido, tendência modesta à diminuição das desigualdades nos Estados Unidos e Japão).

No que diz respeito ao trabalho, o movimento de globalização tem como um de seus paradoxos nas últimas décadas o crescimento do sentimento de insegurança entre os trabalhadores, nos países capitalistas avançados, em uma situação de crescimento do salário real e de uma certa sustentação da segurança no emprego, principalmente entre trabalhadores do sexo masculino. A percepção de insegurança crescente é atribuída, por este autor, às crescentes pressões para maior produtividade entre os trabalhadores empregados por tempo indeterminado, juntamente com o crescimento do trabalho subcontratado e do emprego em tempo parcial, principalmente para as mulheres. Além disso, a defesa da necessidade de uma maior flexibilização dos mercados de trabalho, nas duas últimas décadas, reforçaram estas ansiedades na medida em que eram vistas como respostas (e de fato eram) às pressões advindas do movimento crescente de globalização.

Esta atmosfera de apreensão e insegurança, alimentada por estas doutrinas da flexibilização do mercado de trabalho, encorajou novos movimentos de resistência à globalização, por meio "da atividade local e transnacional dos sindicatos, da formação de grupos para se opor aos desenvolvimentos indesejáveis, e da emergência de uma literatura acadêmica correspondente" (Jones, 2000, p. 89).

Ainda segundo este autor, as pressões sofridas pelos trabalhadores empregados ou a procura de emprego são o resultado tanto da mudança tecnológica e das políticas dos

governos locais quanto da crescente globalização ou internacionalização. De fato, o movimento de globalização gera um conjunto de pressões inter-relacionadas derivadas da mobilidade do capital e da realocação de setores da produção em economias onde predomina o baixo custo do trabalho, da necessidade da adoção de tecnologias poupadoras de mão-de-obra para enfrentar crescente competição nos mercados domésticos e de exportação, bem como das referências freqüentes aos imperativos de uma economia mundial em processo de globalização por políticos e empresários que buscam, desse modo, legitimar suas práticas e decisões políticas (Jones, 2000, p. 90).

O avanço da globalização impõe um conjunto de constrangimentos aos Estados nacionais no que se refere ao manejo da política econômica, com implicações para o conjunto da população e para os trabalhadores em particular. Limitações progressivas à política comercial são impostas por acordos multilaterais negociados sob o GATT e a OMC. A possibilidade de uma política industrial foi também dificultada pelo custo de um apoio efetivo dos governos a indústrias emergentes em um contexto de acelerada mudança tecnológica e industrial e de dominância da filosofia do *laissez-faire* (Jones, 2000, p. 90). Além disso, a crescente mobilidade do capital, principalmente do capital financeiro, impõe aos governos nacionais constrangimentos à livre manipulação das taxas de juros e à sua capacidade de aumentar impostos destinados a financiar serviços públicos. Na área fiscal observa-se uma crescente diferença entre os impostos pagos pelos indivíduos e pelas corporações multinacionais. A crescente mobilidade destas corporações permite que elas identifiquem regiões com menor carga tributária para novos investimentos ou transferência de suas atividades, o que restringe a possibilidade de os governos cobrar destas empresas os impostos neces-

sários. Os governos, diante destas limitações à sua capacidade de taxar muitas das companhias mais lucrativas “defrontam-se com a escolha dolorosa entre cortar os serviços oferecidos às suas populações, aumentar a carga tributária dos membros ordinários e menos móveis de suas comunidades ou engajar-se no financiamento do déficit do erário público” (Jones, 2000, p. 96).

Este conjunto de constrangimentos impostos aos Estados nacionais persuadiu a muitos deles que a única alternativa seria melhorar a capacidade de suas economias em responder aos, e tirar as vantagens possíveis dos, requerimentos de uma economia mundial globalizada. Por essa razão, a combinação de gestão da demanda e política industrial foi substituída, em muitos países, por políticas voltadas para garantir a estabilidade monetária, flexibilizar o mercado de trabalho, melhorar as qualificações da mão-de-obra e as condições do lado da oferta. A necessidade de adaptar suas políticas econômicas e industriais de modo a eliminar restrições à atuação do capital e atrair novos investimentos impôs a muitos governos a redução do poder dos sindicatos, por meio de mudanças nas instituições e legislação que regem as relações de trabalho (como aconteceu sob o governo Thatcher no Reino Unido). Dentre as medidas que podem contribuir para a criação de um ambiente doméstico atrativo ao capital externo, são significativas as medidas destinadas a melhorar as habilidades e atitudes da força de trabalho, como mostram a crescente preocupação de governos de distintos países (avançados e em desenvolvimento) com a qualidade da educação e com a promoção de programas de treinamento. Em suma, “ambientes atrativos, economias estáveis, forças de trabalho capazes e dóceis constituem parte do ‘pacote’ que os Estados e seus governos sentem-se constrangidos a oferecer se querem atrair e reter novas indústrias em um mundo globalizado” (Jones, 2000, p. 98).

Ao dar destaque ao papel das corporações multinacionais, como as principais forças do processo de internacionalização/globalização, Jones examina as mudanças na capacidade regulatória dos Estados nacionais e no universo do trabalho como conseqüências deste processo. Mas se a atuação dos Estados e governos, a partir dos constrangimentos a eles impostos pelo movimento de internacionalização tem repercussões na dinâmica futura deste processo, o trabalho aparece nesta concepção como sofrendo, quase que de forma passiva, os impactos, em geral negativos, da globalização. Apesar de considerar que esses impactos negativos encorajam movimentos de resistência à globalização, Jones não considera de fato os trabalhadores como atores cujas ações e escolhas têm repercussões no modo assimétrico como este processo se desenvolve e nas suas conseqüências distintas para diferentes países e regiões do globo.

De modo similar, Held *et al.* (2000b) também consideram as mudanças no trabalho apenas ao discutir os impactos da globalização da produção e da crescente mobilidade das corporações multinacionais. Para estes autores, a globalização aumentou o poder das multinacionais em relação ao poder dos trabalhadores. A atuação destas corporações é geralmente percebida como danosa para o trabalho, pois elas pressionam para o rebaixamento dos salários e das condições de trabalho, e quando transferem produção e tecnologia para outros países em busca de baixos salários, provocam a perda de postos de trabalho qualificados e aumento do desemprego nos países centrais. Além disso, como os custos do trabalho não incluem apenas salários mas, entre outros, a provisão do seguro social, a pressão para redução dos custos significou em muitos países, uma redução do pagamento de contribuições previdenciárias pelos empregadores e sua transferência para os trabalhadores. Apesar de considerar que as multinacionais não podem relocalizar a produção de acordo com a sua vontade, pois as diferenças de níveis de produ-

tividade do trabalho limitam as possibilidades de transferência das operações para países onde predominam baixos salários, estes autores mostram que a globalização da produção contribui para ampliar as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e não qualificados tanto no interior quanto entre países. E na medida em que tendem a diminuir os custos de relocalização, é possível esperar que os salários serão cada vez mais determinados pela competitividade global.

No entanto, Held *et al.* (2000b) reconhecem que os trabalhadores organizados podem, em alguns países, obter concessões significativas, por isto também as diferenças salariais não serão eliminadas e é improvável que ocorra uma convergência dos salários no plano mundial.

Tanto Held *et al.* (2000), como os outros autores citados nesta seção, tomam os trabalhadores como atores secundários, que sofrem as conseqüências, em geral negativas, da globalização e não como uma força que na sua relação/interação com as empresas transnacionais e com os governos nacionais (ou instituições de governança supranacionais) tomam iniciativas e fazem escolhas que podem encorajar ou limitar a tendência à globalização bem como influenciar modo específico como ela se desenvolve em contextos nacionais, regionais ou locais específicos.

É a partir dos elementos teóricos sugeridos pelos autores que propõem uma análise crítica alternativa, principalmente através da sua visão de como resolver a relação ação/estrutura, que, parece-me, seja possível desenvolver uma análise da globalização que coloque o trabalho como um dos seus elementos centrais e os trabalhadores e suas organizações como sujeitos envolvidos (inseridos) nos processos que levam à globalização, cujas ações podem constituir elementos explicativos – tem poder causal – sobre a modo como a globalização se desenvolve e tem conseqüências específicas em lugares e contextos distintos.

Trabalho, Regimes Produtivos e Regimes de Regulação

O artigo de Jeremy Waddington "Situating Labour within the Globalization Debate" constitui uma contribuição importante nesta direção, pois ele desenvolve uma proposta de análise que procura colocar o trabalho no centro do debate sobre globalização.

Waddington parte do reconhecimento de que as amplas mudanças na organização da produção, na reestruturação dos mercados mundiais e nas políticas de gestão econômica que se verificaram nas últimas décadas, contribuíram para uma crescente internacionalização da atividade econômica. Como resultado destes desenvolvimentos, que enfatizaram a competitividade internacional como o motor do processo de reestruturação, os trabalhadores e suas organizações defrontaram-se com mudanças nos regimes regulatórios dos Estados-nação e com novas formas de organização da produção. A ação dos trabalhadores organizados foi vista como fator de queda da produtividade e de redução da taxa de lucros, levando ao fim do período de *boom* do pós-guerra. Em consequência, as instituições e as políticas características deste período foram questionadas e a crescente aceitação do receituário neoliberal levou à adoção de políticas de desregulamentação com vistas a liberar os mercados da rigidez imposta pelo trabalhadores organizados.

Além disso, as mudanças no regime produtivo – que foi caracterizada pela literatura como uma mudança do fordismo ou da produção em massa, para alguma forma de "pós-fordismo" –, colocaram um conjunto de novas questões e desafios que os trabalhadores e suas organizações tiveram de enfrentar. Entre eles cabe mencionar: a alteração da composição da força de trabalho, com a redução significativa do emprego industrial e o crescimento do emprego no setor de serviços; a queda na proporção

de trabalhadores do sexo masculino, empregados por tempo indeterminado e em tempo completo em grandes plantas industriais e a crescente proporção de empregos subcontratados, temporários e em tempo parcial, exercidos crescentemente por mulheres em pequenos estabelecimentos, requerendo que os sindicatos desenvolvam novas estratégias de recrutamento e representação; e o fato de os novos regimes produtivos buscarem promover o envolvimento e o compromisso dos trabalhadores com os objetivos das empresas, colocando em xeque o seu comprometimento com os sindicatos. Como observa Waddington (1999, p. 2), se as organizações operárias não forem capazes de desenvolver estratégias alternativas, essas mudanças nos regimes regulatórios e nos regimes produtivos podem levar à perda de influência política e econômica dos trabalhadores, como evidencia a queda na taxa de sindicalização em muitos países.

Para este autor, contribui para o desenvolvimento assimétrico da globalização "o intrincado entrelaçamento dos efeitos dos distintos regimes regulatórios e regimes produtivos" (Waddington, 1999, p. 14). Seu argumento central é o de que, devido a este entrelaçamento, não ocorre uma simples reprodução das formas de organização da produção adotada pelas multinacionais nas suas matrizes em todas as suas filiais em outros países. Estas formas se diferenciam na medida em que as gerências têm de levar em consideração os requerimentos que surgem de distintos regimes regulatórios. Ademais, a interação entre regimes regulatórios e produtivos tem forte influência nas formas de organização e ação dos trabalhadores. Contudo, na medida em que o trabalho organizado contesta a natureza dos regimes regulatórios e produtivos, é possível afirmar que as organizações e atividade dos trabalhadores constituem um fator explicativo das variações na dinâmica da globalização.

Discutindo os regimes de regulação, Waddington mostra que a tese da convergência, que influenciou estudiosos da globalização, afirma que os regimes regulatórios tendem a uma crescente semelhança, como consequência das mudanças tecnológicas e nos mercados. Ressaltando as atividades das multinacionais e sua crescente mobilidade, os globalistas definem que a convergência ocorre na medida em que Estados nacionais competem para atrair capital e as multinacionais procuram os regimes regulatórios apropriados a uma melhor combinação de capital e trabalho. Como decorrência, há uma tendência à desregulação que ameaça a posição dos trabalhadores.

Waddington baseia-se nos neo-institucionalistas, que criticam a tese da convergência enfatizando a diversidade dos regimes de regulação, sua persistência e a influência da ação individual e coletiva no desenvolvimento político. Esta posição que recusa a determinação da tecnologia e do mercado sobre as mudanças políticas, tem uma dupla implicação para o trabalho. Primeiro, os trabalhadores não são apenas objetos passivos de forças externas, mas podem contestar e influenciar o desenvolvimento dos regimes de regulação. Segundo, apesar de os trabalhadores terem de enfrentar desafios similares em diferentes partes do mundo – colocados pela globalização ou pela descentralização das negociações coletivas por exemplo – a diversidade dos regimes de regulação exige que os trabalhadores estabeleçam estratégias adequadas a cada tipo de regime.

Na discussão da natureza dos regimes de regulação e sua relação com o processo de globalização, os neo-institucionalistas reconhecem como fatores influentes o papel dos Estados na gestão da economia, o papel de comunidades informais e redes que influenciam os padrões de regulação, e as atividades dos sindicatos na negociação de acordos entre grupos detentores de interesses opostos. Para eles é a

combinação destes fatores com a mudança tecnológica e os mercados (ênfatisados pelos globalistas) que pode explicar “a emergência e a resiliência dos diferentes regimes regulatórios” (Waddington, 1999, p. 17).

Um debate importante no que se refere aos regimes de regulação diz respeito às vantagens competitivas dos regimes neoliberais em comparação com as “economias sociais de mercado”, nas suas diferentes variantes europeias. Nos anos de 1980, o desempenho econômico sofrível dos Estados Unidos e do Reino Unido deu origem a muitas críticas à sua orientação de curto prazo, ao funcionamento dos seus mercados financeiros, à extensão da desregulamentação, ao aumento das desigualdades salariais e persistências de alto índice de desemprego. A percepção destes críticos era a de uma superioridade das economias sociais de mercado.

No entanto, na década de 1990 com a crise e recessão que atingiram tanto a Alemanha quanto o Japão, elevando os níveis de desemprego, reduzindo o crescimento da produtividade e o bom desempenho das economias neoliberais (Estados Unidos e Reino Unido), esta percepção se alterou. O resultado disso, de acordo com Waddington, foi a crescente pressão, principalmente da parte dos empresários, para a reforma, no sentido neoliberal, das economias sociais de mercado.

Além disso, o fato de que parte dos poderes dos Estados-nacionais estava sendo transferido para agências de governança regionais (como a Comunidade Européia) ou globais (OMC etc.) – que iriam pressionar os governos envolvidos para a realização de uma desregulamentação que favorecesse a atração de capital – era visto também como uma ameaça às economias sociais de mercado.

Como resultado desta mudança de avaliação há uma aproximação entre as teses dos globalistas e dos neo-institucionalistas: enquanto aqueles previam o surgimento de um único espaço econômico global, estes

previam que o neoliberalismo surgia como um regime de regulação dominante, apesar de marcado por variações nacionais. As conseqüências para o trabalho decorrentes de cada uma destas posições é, no entanto, muito distinta. Para os globalistas, a situação do trabalho é determinada pela tecnologia, pelos mercados e pela ação das corporações multinacionais. Para os neo-institucionalistas, a questão para os trabalhadores é resistir às políticas neoliberais desreguladoras, buscar uma nova regulação e uma maior influência nas instituições supranacionais de governança.

Na discussão dos desenvolvimentos recentes nos regimes produtivos, Waddington (1999, p. 19) identifica três temas centrais: 1) a uniformização ou universalização dos novos regimes produtivos, que, podemos acrescentar, acompanham o movimento de globalização da produção; 2) até que ponto os novos regimes produtivos constituem uma ruptura com o regime de produção de massa; 3) o impacto dos novos regimes produtivos na capacidade de os trabalhadores contestarem a sua forma e desenvolvimento.

A questão da uniformização e universalização dos regimes produtivos aparece nos textos dos hiperglobalistas como uma decorrência da crescente mobilidade das multinacionais. Alguns autores identificam na *lean production* (toyotismo ou modelo japonês, para outros), o paradigma produtivo dominante, ou *the best way*, que tenderia a se difundir universalmente na medida em que a redução de custos e desperdícios, a qualidade e a melhoria contínua se tornassem essenciais como fatores de competitividade no mercado mundial (Womack *et al.*, 1990).

A literatura crítica a esta visão tem mostrado que a difusão do modelo japonês, apesar de significativa em alguns setores da produção, não ocorreu do modo uniforme e generalizado como previsto e apontam pelo menos três fatores explicativos para o

modo variado como se deu a difusão deste modelo produtivo. Em primeiro lugar, a diversidade que o modelo assumiu em distintos setores ou plantas deve-se aos variados graus em que os métodos e técnicas a ele associados foram adotados e também “as inter-relações entre as práticas, a tradição e o desempenho de cada empresa” (Waddington, 1999, p. 21). Em segundo, a adoção de determinadas técnicas da produção enxuta constitui uma etapa de um processo de desenvolvimento contínuo, por meio do qual as empresas procuram se adaptar a mudanças nas condições específicas das economias nacional ou do mercado global.

É parte destas análises a visão de que, ao adotar novos métodos de organização da produção, os empregadores têm de considerar um conjunto de diferentes preocupações/interesses das empresas, nem sempre compatíveis com a produção enxuta, e além disso, podem ser influenciados nas suas decisões e estratégias por decisões e políticas governamentais. Isto significa que os regimes de regulação têm influência sobre o conteúdo e a extensão da mudança dos regimes produtivos. Um terceiro fator diz respeito à influência da resistência ou aceitação dos trabalhadores sobre a forma assumida pela nova organização da produção. Há vários estudos mostrando que nos locais onde os trabalhadores são bem organizados, foi possível obter concessões na implantação da produção enxuta que alteraram o formato do que estava inicialmente planejado.

O tema da ruptura da *lean production* em relação à produção de massa provocou um intenso debate. Estudos de distintas perspectivas questionaram a visão mais extrema que considera o novo modelo produtivo japonês como uma quebra radical com os princípios da produção de massa (Womack *et al.*, 1990). Entre estas críticas cabe destacar o questionamento à superioridade dos ganhos de produtividade e eficiência associados à produção enxuta. Alguns autores

mostram que, dentre as empresas automobilísticas japonesas, apenas o desempenho da Toyota foi superior ao das suas concorrentes americanas ou européias e salientam a desigual difusão deste modelo produtivo na indústria japonesa.

Outros questionam a idéia de que os métodos introduzidos pelos japoneses representam uma ruptura com o fordismo, mostrando que o próprio fordismo não pode ser pensado como um regime produtivo uniforme, pois comportava muitas variações internas. Pesquisas realizadas em filiais americanas de empresas japonesas do ramo eletro-eletrônico, por exemplo, mostram como seus métodos produtivos aproximam-se muito mais da produção em massa e como estas empresas se apóiam em baixos salários e trabalhadores imigrantes e não sindicalizados.

Esta concepção levou alguns autores a sugerir que o desenvolvimento da produção enxuta desenvolveu mais do que rompeu com os elementos centrais da produção de massa, considerando apenas o sistema de melhorias contínuas como uma clara distinção com os princípios do fordismo. Ademais, ressaltam que características específicas do regime de regulação japonês permitiram a introdução de um regime produtivo no qual a intensificação do trabalho foi levado a um grau dificilmente atingido em um regime em que a organização dos trabalhadores no local de trabalho fosse independente e capaz de obter mais concessões.

Esta última observação nos leva ao terceiro tema da contestação e da resistência operária que se relaciona com a experiência da introdução de novos métodos produtivos – da produção enxuta em particular – nos locais de trabalho. A polarização em torno deste tema fica por conta, de um lado, da visão positiva que acentua a qualificação, participação e envolvimento como as principais conseqüências da produção enxuta para os trabalhadores, e das visões

críticas que enfatizam como elementos associados ao modelo da *lean production*: a intensificação do trabalho, jornadas de trabalho longas e flexíveis, com freqüentes horas extras e importantes riscos para a segurança e a saúde dos trabalhadores (ver, por exemplo, Milkman, 1997; Tomaney, 1994). Além disso, estas práticas são muitas vezes acompanhadas pela resistência (ou recusa) da gerência à sindicalização da força de trabalho e/ou por negociações ou compromissos que impedem o desenvolvimento de uma organização coerente e autônoma no local de trabalho. Em muitos países, estas práticas foram sustentadas pela descentralização das negociações coletivas que dificulta a articulação sindical de trabalhadores de distintas plantas ou locais de trabalho.

No entanto, como mostram estudos recentes, onde a organização no local de trabalho é forte, é possível tanto encontrar o incentivo desta organização à adoção pela gerência de estratégias visando a melhorar a competitividade da empresa local ou internacionalmente com preservação de postos de trabalho, ou a resistência à introdução de novos métodos produtivos porque eles fortalecem e ampliam o controle da gerência. Assim, como observa Waddington, a mudança nos regimes produtivos, bem como os outros movimentos que levam à globalização, abrem um conjunto de novas oportunidades que podem ser exploradas pelos trabalhadores tanto para resistir às estratégias e decisões das empresas quanto para construir a organização sindical (ver também Murray *et al.*, 1999). No entanto, não há uma equação simples capaz de determinar a reação dos trabalhadores. Onde há fortes pressões competitivas e a possibilidade de fechamento de postos de trabalho, por exemplo, os trabalhadores podem tanto ficar motivados para resistir com o objetivo de proteger seus empregos ou podem ter sua posição enfraquecida pela perda do poder de barganha.

À Guisa de Conclusão: A ação dos Trabalhadores, o Local e o Global

Para concluir é possível afirmar que a contribuição de Waddington à discussão da relação entre globalização e trabalho está no fato de ele conceber os trabalhadores como atores cujas escolhas e ações (sejam elas de conformismo, negociação ou resistência) influenciam na forma como a globalização se desenvolve, mas também na proposta de que a análise da globalização deve considerar as inter-relações complexas entre os regimes de regulação, os regimes produtivos e as organizações e ações dos trabalhadores. Isto significa pensar tanto em até que ponto e de que modo a globalização, impulsionada pelas mudanças nos regimes produtivos e nos modos de regulação, implica a mudança de condições e a capacidade dos trabalhadores contestarem e resistirem a este processo. Mas significa igualmente pensar que a ação dos trabalhadores, localizadas ou articuladas nos níveis nacional, regional e global, tem influência sobre a dinâmica e o conteúdo das mudanças nos regimes produtivos e nos regimes de regulação e, portanto, podem reforçar a tendência à globalização ou sobre suas contratendências.

A esta proposta alternativa de análise cabe acrescentar duas observações: primeiro, a consideração das estratégias e ações dos trabalhadores como elementos essenciais à compreensão da dinâmica da globalização torna imprescindível levar em consideração suas concepções, suas próprias teorizações sobre a globalização (como propõe MacLean). Como observam Frenkel e Royal (1999), nos estudos das mudanças concretas nos regimes de produção, que devem focalizar a dinâmica das relações nos locais de trabalho, a percepção dos trabalhadores sobre estas mudanças é central para a análise.

Segundo, se tomarmos a consideração de Waddington de que a experiência da pro-

dução enxuta – e é possível generalizar para qualquer regime produtivo – no local de trabalho é uma questão chave para os trabalhadores, isto significa que, para colocarmos o trabalho no centro do debate sobre a globalização, temos de enfrentar a questão do local e do global. Neste ponto, concordamos com Dirlik que, citando Latour, diz que a questão do local não pode ser eliminada sem que haja uma igual eliminação do global, o que restaura uma simetria entre o local e o global. Esta indistinção entre o local e o global é ainda mais pertinente na atualidade, pois constitui uma característica do capitalismo global. Com exceção do capital financeiro, que se move crescentemente nos ciberespaços, grande parte das operações do capital global está localizada em *lugares*. O que são as *commodity chains*, da produção flexível senão redes de produção, que se realizam em lugares concretos? E mesmo o poder de tomada de decisão das corporações multinacionais está localizado em algum lugar – “razão pela qual é importante a cautela contra a mistificação da transnacionalidade” (Dirlik, 1999, p. 45). Além disso, para Dirlik (1999, p. 43) a noção de *lugar*, como metáfora, sugere um enraizamento que vem de baixo “e uma fronteira flexível e porosa em torno dele, sem excluir o extralocal e todos os níveis até o global”. Deste ponto de vista, o lugar de trabalho (*workplace*) pode ser pensado como nuclear tanto na vivência concreta dos trabalhadores do movimento e dos impactos da globalização quanto na resistência a ela, sem que isto signifique o isolamento e sem que isto exclua a vivência simultânea, a articulação e as formas de organização nas outras escalas extralocais.

A questão da relativização da escala proposta por Jessop também ajuda a pensar esta superposição/indistinção do local e do global. A idéia da relativização da escala, como um elemento constitutivo da globali-

zação permite também compreender a importância do lugar de trabalho (como o local onde as relações sociais de produção se realizam concretamente) mas também da sua articulação com outros níveis de ação, nacional, regional e global (aqui entendido como supraterritorial) se os trabalhadores pretendem explorar as oportunidades colocadas para a sua ação e reação no sentido de desafiar a hegemonia do atual desenvolvimentismo global e assegurar um desenvolvimento que seja consoante com o bem estar da humanidade. Do ponto de vista dos

trabalhadores, a política do e no lugar de trabalho não exclui a ação nos níveis superiores, mas a questão é se estas ações emergem de “baixo para cima” ou “de cima para baixo”. Seguindo mais uma vez Dirlík, podemos dizer, para finalizar, que o lugar de trabalho pode ser o ponto de partida lógico para a reorganização do trabalho, não na sua fragmentação, “mas nas suas alianças translocais, que são essenciais tanto para sua sobrevivência quanto para a criação de uma economia e de uma vida social e política mais democráticas” (1999, p. 55).

Notas

1. Ela contempla fundamentalmente o debate desenvolvido no Reino Unido e faz referência a autores norte-americanos e franceses que participaram desse debate ou são pontos de referência de suas principais correntes.
2. A partir de uma abordagem semelhante, Harvey entende que o desenvolvimento da globalização representa uma ruptura profunda com a modernidade capitalista. Definindo globalização como um processo de compressão do tempo/espço, este autor defende que uma nova fase pós-moderna e mais fragmentada do capitalismo global está se tornando hegemônica, na medida em que tempo e espaço estão reorganizados pelo capital multinacional (Harvey, 1993).
3. O trabalho de Barry Jones aproxima-o das teses defendidas por Boyer. Apesar de este autor procurar se distinguir dos céticos, sua concepção sobre o que está em curso é um processo de “globalização fraca”, faz com que ele torne redundante o conceito de globalização, ao defini-lo como “um significativo crescimento da internacionalização” (Jones, 2000, p. 11).
4. Como mostra Boyer (2000), as multinacionais continuam a financiar seu capital essencialmente nos mercados financeiros locais.
5. Esta vertente, segundo Wincott (2000, p. 174), repudia “a noção que devemos ter a expectativa de que a globalização tome a forma, ou cause, uma convergência (política, econômica ou social) ou uma homogenização geral”.
6. Por exemplo, como mostram Hay e Marsh “a crença de que medidas expansionistas podem precipitar uma fuga afobada de capital pode ser suficiente para assegurar um persistente *bias* deflacionário. Este pode não manter relação com processos econômicos reais. Contudo, um tal *bias*, por sua vez, pode servir para fortalecer a impressão de que a reinflação é impossível e de que não há alternativa à economia neoliberal em um contexto de

- elevada mobilidade do capital, pois sua própria existência pode ser provavelmente tomada como indicação desse tipo de lógica". (Hay e Marsh, 2000, p. 9; ver também Wincott, 2000).
7. Para este autor, diferentes habilidades de esticar e/ou comprimir o tempo e o espaço contribuem para conformar o poder e a capacidade de resistência na ordem global emergente. Por exemplo, "o poder das formas hipermóveis do capital financeiro depende da capacidade única que têm essas formas de comprimir seu próprio tempo de tomada de decisão [...] enquanto continuam a estender e a consolidar seu alcance global" (Jessop, 1999, p. 22).
 8. Dirlik observa que a consciência do "lugar" adquiriu nova visibilidade na medida em que a globalização, no seu movimento contraditório, tornou os lugares mais visíveis. Como a globalização colocou os lugares face a face com as operações do capital, os "lugares oferecem não apenas uma vantagem para uma crítica fundamental do globalismo, mas também locações para novos tipos de atividades políticas radicais que reafirmam as prioridades da vida cotidiana contra o desenvolvimentismo abstrato da modernidade capitalista" (Dirlik, 1999, p. 40).
 9. Jessop mostra que mesmo quando estas duas formas de capital estão separadas, como frações diferentes do capital, uma fixação espaço-temporal é necessária para permitir ao capital desenraizado fluir mais facilmente, já que o capital abstrato não pode ser valorizado sem uma valorização contínua de alguns capitais particulares.
 10. MacLean critica, entre outros, os trabalhos de Hirst e Thompson (1996) e Scholte (1997). Ele mostra, por exemplo, que conceber globalização como crescimento das interconexões entre as partes do sistema mundial não acrescenta nada à compreensão da globalização como um fenômeno qualitativamente distinto. Esta conceitualização apenas afirma o óbvio, na medida em que a "interconexão entre as partes" não é nada mais do que descrever algo como um sistema (MacLean, 2000, p. 50).
 11. MacLean critica também o pós-modernismo, por ele reforçar a incompreensão da globalização na medida em que constitui uma reafirmação da tradição contra a globalização; uma reafirmação da identidade, da escolha, do individualismo possessivo burguês. Além disso, o pós-modernismo focaliza elementos unidimensionais da globalização como fragmentação, identidade individual, agentes, localidades, turbulência, feminidade e microcircuitos do poder, desconsiderando, deste modo, seus opostos, mas que são aspectos igualmente essenciais, tais como: unificação e integração, a identidade coletiva, as estruturas, o global, a calma, as relações de gênero e a hegemonia. Assim, apesar de o pós-modernismo ver sua concepção de globalização como uma resistência e um projeto alternativo real ao seu caráter discriminatório e antidemocrático, para MacLean, se a globalização é uma condição da "modernidade tardia", como Giddens a define, o pós-modernismo, como postura analítica, é uma consequência da globalização e, ao mesmo tempo, um elemento causal na sua reprodução social.
 12. Diz o autor: "Isto só poderia ser estabelecido se o tempo fosse absoluto e as visões sociais fossem capazes de serem fixadas em um pedaço dele" (MacLean, 2000, p. 60).
 13. No original "an economic expert-knowledge based form of rational technical politics".
 14. No original "to the individualism of self-empowerment".

Bibliografia

- Boyer, Robert
2000 "Les mots et les réalités", in S. Cordelier (org.), *La mondialisation au delà des mythes*, Paris, La Découverte/Poche.
- Busch, Andreas
2000 "Unpacking the Globalization Debate: Approaches, Evidence and Data", in C. Hay & D. Marsh, *Demystifying Globalization*, Basingstoke, Macmillan/Polsis University of Birmingham.
- Castels, Manuel
1996 *The Rise of the Network Society*. Oxford, Blackwell.
2000 "The Network Society", in Held & McGrew (orgs.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, Polity Press/Blackwell.
- Clammer, John
2000 "In But Not Of the World? Japan, Globalization and the 'End of History'", in C. Hay & D. Marsh, *Demystifying Globalization*, Basingstoke, Macmillan/Polsis University of Birmingham.
- Cordelier, S. (org.)
1997 *La mondialisation au delà des mythes*. Paris, La Découverte/Poche.
- Dirlik, Arif
1999 "Globalization and the Politics of Place", in K. Olds; P. Dicken; P. F. Kelly; L. Kong & H. W. Yeung, *Globalization and the Asia-Pacific: Contested Territories*, Londres, Routledge.
- Edwards, Tony
1998 "Multinational Companies and the Diffusion of Employment Practices: A Survey of the Literature". *Warwick Papers in Industrial Relations*, 61, nov., Coventry, University of Warwick.
- Frenkel, Stephen & Royal, Carol
1999 "Workers, Unions and Change in the Global Corporation: Contemporary Experience and Future Possibilities", in J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*, Londres, Mansell.
- Giddens, Anthony
1990 *The Consequences of Modernity*. Cambridge, Polity Press.
1999 *Runaway World: How Globalisation is Reshaping our Lives*. Londres, Profile Books.
2000 "The Globalizing of Modernity", in David Held & Anthony McGrew, *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, Polity Press/Blackwell.

- Gramsci, Antônio
1980 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4 ed.
- Hay, Colin & Marsh, David
2000 "Introduction", in C. Hay & D. Marsh, *Demystifying Globalization*, Basingstoke, Macmillan/Polish University of Birmingham.
- Harvey, David
1993 *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- Held, David & McGrew, Anthony
2000a "The Great Globalization Debate: An Introduction", in D. Held & A. McGrew (orgs.), *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*, Cambridge, Polity Press/Blackwell.
- Held, David; McGrew, Anthony; Goldblatt, David & Perraton, Jonathan
2000b *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Cambridge, Polity Press.
- Hirst, Paul & Thompson, Grahame
1999 *Globalization in Question*. 2 ed., Cambridge, Polity Press.
- Jessop, Bob
1998 "A globalização e o Estado Nacional". *Crítica Marxista*, vol.1, tomo 7, São Paulo, Xamã.
1999 "Reflections on Globalization and Its (Il)logics", in K. Olds; P. Dicken; P. F. Kelly; L. Kong & H. W. Yeung, *Globalization and the Asia-Pacific: Contested Territories*, Londres, Routledge.
- Jones, R. J. Barry
2000 *The World Turned Upside Down? Globalization and the Future of the State*. Manchester, Manchester University Press.
- Macleod, John
2000 "Philosophical Roots to Globalization and Philosophical Routes for Globalization", in Randall D. Germain (org.), *Globalization and Its Critics: Perspectives from Political Economy*, Basingstoke, Macmillan.
- Milkman, Ruth
1997 *Farewell to the Factory*. Berkeley, University of California Press.
- Murray, G.; Lévesque, C.; Roby, N. & Le Queux, S.
1999 "Isolation or Integration? The Relationship between Local and National Union in the Context of Globalization", in J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*, Londres, Mansell.
- Ohmae, K.
1990 *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*. Londres, HarperCollins Business.
- Olds, K.; Dicken, P.; Kelly, P. F.; Kong, L. & Yeung, H. W.
1999 *Globalization and the Asia-Pacific: Contested Territories*. Londres, Routledge.
- OECD
1996 *Globalization of Industry: Overview and Sector Reports*. Paris, OECD.

- Piore, Michel & Sabel, Charles
 1984 *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York, Basics Books.
- Scholte, Jan Aart
 2000 *Globalization: A Critical Introduction*. Londres, Macmillan.
- Tomaney, John
 1994 "A New Paradigm of Work Organization and Tecnology?", in Ash Amin (org.), *Post-Fordism: A Reader*, Oxford, Blakwell.
- Sum, Ngai-Ling
 1999 "Rethinking Globalization: Re-articulating the Spatial Scale and Temporal Horizons of Trans-border Spaces", in K. Olds; P. Dicken; P. F. Kelly; L. Kong & H. W. Yeung, *Globalization and the Asia-Pacific: Contested Territories*, Londres, Routledge.
- 2000 "Globalization and Its 'Other(s): Three 'New Kinds of Orientalism' and the Political Economy of Transborder Identity", in C. Hay & D. Marsh, *Demystifying Globalization*, Besingstoke, Macmillan/Polsis University of Birmingham.
- Waddington, Jeremy
 1999 "Situating Labour within the Globalization Debate", in J. Waddington (org.), *Globalization and Patterns of Labour Resistance*, Londres, Mansell.
- Wincott, Daniel
 2000 "Globalization and European Integration", in C. Hay & D. Marsh, *Demystifying Globalization*, Besingstoke, Macmillan/Polsis University of Birmingham.
- Womack, J. P.; Jones, D. T. & Roos, D.
 1990 *The Machine that Changed the World*. Nova York, Maxwell Macmillan.

Resumo

Globalização e Trabalho: Uma Resenha da Literatura

Nesta resenha abordo a discussão sobre a noção de globalização e sua relação com a questão do trabalho no mundo contemporâneo. O texto inclui principalmente autores ingleses, representativos dos principais enfoques teóricos que abordam a definição de globalização, suas causas e consequências e dá destaque às visões críticas sobre a concepção dominante. Além disto, procuro mostrar que os distintos modos de conceber o fenômeno da globalização implicam em diferentes maneiras de compreender a sua relação com as mudanças no mundo do trabalho. Procuro, ao final, apresentar minha concepção de como, a partir de uma concepção crítica, pode ser tratada a relação entre globalização e trabalho.

Palavras-chave: globalização; trabalho; relação entre globalização e trabalho.

Abstract*Globalization and Labour: A Review of the Literature*

In this review I study the debate on globalization and its relation with labour in the contemporary world. Mainly including British authors that represent the most important theoretical approaches on this subject, it stresses critical views about the dominant notion of globalization. Besides, I show that different conceptions of globalization imply in different ways of understanding the very relationship between globalization and recent changes on labour. Finally, I suggest how to deal with this relationship from a critical point of view.

Keywords: globalization; labour; relationship between globalization and labour.

Résumé*Globalisation et Travail : Un Recensement de la Littérature*

Dans ce recensement nous abordons le débat à propos de la notion de globalisation et sa relation avec la question du travail dans le monde contemporain. Le texte inclut, principalement, des auteurs anglais, représentatifs des principales approches théoriques abordant la définition de globalisation, ses causes et ses conséquences, et présente les points de vue critiques sur la conception dominante. Nous cherchons, par ailleurs, à démontrer que les diverses façons de concevoir le phénomène de la globalisation impliquent différentes manières de comprendre sa relation avec les changements dans l'univers du travail. En conclusion, nous présentons notre conception de comment, à partir d'une conception critique, la relation entre globalisation et travail peut être abordée.

Mots-clés: globalisation; travail; relation entre globalisation et travail.

Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes*

Clara Araújo

As duas últimas décadas registraram um expressivo aumento da produção acadêmica designada como “Estudos Feministas”, particularmente no âmbito das ciências sociais. Tal percurso, que também significou uma maior institucionalização desses estudos, tem sido marcado por ricos debates e certas tensões, conforme foi assinalado em vários artigos (Shabad e Andersen, 1984; Bourque e Grossholtz, [1984] 1998; Phillips, 1998; Pinto, 1990; Brito, 1991; Ackelsberg, 1996; Sapiro, [1995] 1998; Heilborn e Sorj, 1999; Ross, 2000). No caso da ciência política essas tensões adquirem contornos particulares, ante a natureza de seu objeto – a esfera pública e os processos institucionais. Como apontaram diversas autoras (Pateman, 1993, 1994; Pateman e Brennan, 1998; Okin, 1995; Riot-Sarcey, 1994; Bonachhi e Groppi, 1994), a construção – analítica e política – da cidadania no período moderno baseou-se numa concepção dicotômica entre o que constituiria a esfera pública e a privada, que criara as bases para a recusa de direitos e a exclusão política das mulheres. O legado histórico desse processo – sub-representação feminina nas esferas políticas institucionais – e a mística de que mulheres não se interessam pela vida pública contribuíram para que os estudos sobre mulheres na

política adquirissem uma característica de gueto no interior desse campo. Sobretudo na última década, esse cenário tem sido modificado. Houve um considerável aumento de cientistas sociais que incorporam perspectivas feministas aos seus estudos; ainda que de forma tímida, estudiosos de temas clássicos da sociologia política e da ciência política procuram incluir a variável “gênero” nas suas pesquisas; e há uma profícua produção, centrada em temas da agenda política dos movimentos feministas, que vem propiciando um campo fértil para a reflexão acadêmica, envolvendo, sobretudo, o debate sobre a natureza da ação política, a constituição das identidades políticas e sua relação com as esferas de poder, e ainda as estratégias políticas para ampliar a inserção das mulheres nas arenas institucionais.

A partir de um breve balanço da trajetória de incorporação dos temas “mulher”, “gênero” e “feminismo” nas ciências sociais, particularmente, na ciência política, este trabalho busca indicar pontos de tensão que surgem nesse percurso e destacar novos enfoques teórico-metodológicos que emergem do encontro entre os chamados “estudos feministas” e esse campo disciplinar, tomando como referência principal a literatura anglo-saxônica. Duas tendências recentes são parti-

* Este artigo é uma versão ampliada do segundo capítulo de minha tese de doutorado defendida em 1999 e foi apresentado no XXV Encontro Anual da Anpocs, em 2001. Agradeço a Faperj o apoio para pesquisa que viabilizou a atualização bibliográfica do mesmo.

cularmente identificadas e destacadas, com base em trabalhos ilustrativos de esforços nesse sentido: o resgate de uma dimensão institucional na análise sobre a participação política feminina; e a incorporação de perspectivas mais interdisciplinares aos estudos envolvendo o tema “gênero e política”. Para isto, é privilegiada a análise de alguns trabalhos emblemáticos dessas tendências. Por fim, sem pretender desenvolver um balanço exaustivo, este trabalho discute a situação desses estudos no Brasil, indicando alguns desafios atuais.

Refazendo Percursos: Os Contextos e as Interpretações sobre a Mulher na Política

O marco dos estudos sobre participação política das mulheres nas ciências sociais tem sido identificado no trabalho de Maurice Duverger (1955) intitulado *La participation des femmes à la vie politique*, no qual o autor analisa de forma minuciosa a participação política da mulher no processo eleitoral e indica importantes pistas para pensar os fatores envolvidos na decisão do voto das mulheres. Mais recentemente, sociólogos e cientistas políticos comprometidos com uma perspectiva feminista têm feito uma leitura crítica da produção predominante, desde então, na sociologia e ciência política. Procuram demonstrar que muitas interpretações são passíveis de controvérsia, em particular as análises que tratam da dimensão e da natureza das diferenças de gênero na participação política. Nesse sentido, vários autores têm estabelecido referências, analíticas e cronológicas, para agrupar as principais interpretações no âmbito da ciência e sociologia política sobre a participação política das mulheres (Lovenduski, 1993, 1996; Norris, 1994; Tremblay, 2000). De acordo com os dois primeiros autores, as décadas de 1950 e 1960 são identificadas

como representativas de uma “visão tradicional” sobre a mulher na política. Nesse período, teria predominado nas ciências sociais a interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas do que os homens na participação política,¹ e essa participação remetia, basicamente, à eleição para cargos legislativos; participação partidária, em grupos de interesse e em campanhas eleitorais. Mesmo em relação a essas dimensões, mais institucionais, as causas para a suposta não-participação não estavam muito claras, e tampouco ocupavam lugar de destaque nessas abordagens, muito embora permeasse a hipótese da “apatia feminina” como elemento explanatório. Na década de 1970, com a emergência do denominado “feminismo radical” como movimento e como pensamento crítico, ocorre uma alteração substancial nos estudos da área. Investiu-se contra as análises que enfatizavam a pseudo-apatia feminina, tratando-se de ampliar o conceito de participação a fim de demonstrar que as mulheres não participavam menos do que os homens, mas o faziam de forma diferenciada. Buscava-se conferir um sentido positivo às diferenças nas formas de participação das mulheres, argumentando-se que a participação se dava em esferas que não as tradicionalmente definidas como políticas. Cuidou-se, então, de dar visibilidade às distintas arenas nas quais essa ação política se realizava pela expansão do objeto de estudo e pesquisa.

Com efeito, a partir desse período, deslocou-se o foco da análise, antes centrado na política eleitoral e/ou na esfera institucional, em direção a um universo mais amplo de atividades políticas. As associações comunitárias, as organizações voluntárias, os grupos de protesto, ou seja, uma gama de organizações coletivas genericamente agrupadas como movimentos sociais passam a constituir o *locus* privilegiado de análise e resgate da atuação política das mulheres. A ampliação do universo da “política” como prática

coletiva e a consolidação das abordagens com enfoques centrados nas percepções e nas práticas sociais das mulheres como sujeitos políticos em arenas não-institucionais passaram a ser o objeto privilegiado pelos estudos feministas, conforme indicam diversos trabalhos (Bookman e Morgen, 1988; Brito, 1991; Ackelsberg, 1996).

Do ponto de vista social, esse processo desenvolve-se concomitante a uma alteração mais geral ocorrida nas últimas décadas do século XX, nas práticas coletivas, que alargaram o espectro das atividades agrupadas na categoria de "participação política", e para a qual os movimentos e o pensamento feminista tiveram contribuição relevante. A participação política passa a significar também a horizontalidade das práticas democráticas em todas as dimensões da vida social, assim como a idéia de engajamento em processos coletivos (Bobbio, 1988). E a ação coletiva das mulheres, suas diversas experiências em movimentos e organizações não-institucionais constituíram rica base empírica nesse sentido. O movimento feminista incluiu na sua agenda o lema "*O pessoal é político*", o que ampliou a noção de político em direção a novas esferas coletivas e públicas, não-institucionais, assim como a uma dimensão até então considerada fora da arena política e não questionada pela ciência política, a dimensão da vida privada. Com isso, os então chamados *women's studies* passam a discutir o significado da dicotomia *público/privado* e seus impactos sobre a vida das mulheres, fornecendo duas importantes contribuições: a ampliação do conceito de *participação* e a incorporação de outras dimensões da vida como parte integrante do *político*. Conforme destacou Brito (1991), não se tratava apenas de tentar romper a dicotomia público *versus* privado para pensar o político, mas também de afirmar a condição de sujeitos políticos para as mulheres, dando visibilidade à diversidade de suas formas de participação.

Norris (1996) vai identificar já em meados da década de 1980 o surgimento do que define como uma terceira fase, caracterizada por uma "perspectiva revisionista". Tal perspectiva estaria preocupada em resgatar os estudos sobre envolvimento institucional das mulheres e, ao mesmo tempo, rever as interpretações predominantes. Segundo Norris, essa perspectiva aceita que as mulheres possam ter sido menos envolvidas em atividades políticas de massa durante e até a década de 1950, mas sugere que a extensão do *gap*, assim como as referências usadas para reforçar tais evidências têm sido superestimadas. Os estudos procuraram demonstrar que havia uma redução nas diferenças quantitativas entre a participação política de homens e mulheres, e as razões para isto residiriam nas tendências às mudanças no estilo de vida das mulheres nas áreas da educação, do emprego, da família, entre outras. Assim, se antes, nos estudos sobre comportamento eleitoral e engajamento político institucional, as mulheres eram identificadas como mais conservadoras, as pesquisas recentes tendem a constatar uma postura mais à esquerda do que os homens. O recente trabalho de Inglehart e Norris (2000) sobre comportamento político, envolvendo sociedades pós-industriais, identifica essa tendência. Destaca o que seria uma inversão do sentido do *gender gap*, sugerindo ainda não se tratar de algo circunstancial, mas estrutural, de longa duração, relacionado com o processo de modernização política e econômica por que passaram essas sociedades. Esses autores observam, entretanto, que nas sociedades ditas em desenvolvimento, tende a prevalecer o *gender gap* tradicional no campo institucional.

A ampliação dos estudos sobre participação institucional foi identificada e desdobrada por Tremblay (2000, p. 339) em três diferentes estágios: o primeiro destaca as características sociodemográficas das mulheres políticas em comparação com os homens; em seguida, viriam as análises envolvendo as

atitudes e as opiniões das mulheres em relação a diversas questões, assim como em relação ao seu comportamento político; e por fim, o período mais recente dá ênfase ao exame dos impactos que as mulheres podem gerar sobre a cena política.

De outra parte, esse processo exprimiu também uma revisão crítica acerca do tratamento até então conferido à participação política das mulheres na ciência política (Goot e Reid, 1984; Avelar, 1989; Blachman, *apud* Brito, 1991; Ackelsberg, 1996; Sapiro, [1995] 1998; Bourque e Grossholtz, 1998). Esses e outros autores questionaram a objetividade da ciência política no tratamento de certas questões. Mostraram como muitos estudos eram baseados em estereótipos e preconceitos, tomando como pressuposto a existência de um desinteresse político por parte das mulheres; ou ainda carregados de críticas e preconceitos, assumidos como se fossem análises objetivas. Como exemplo desse “viés” destacam, entre outros aspectos, o da construção de categorias políticas que definem a participação a partir de determinadas “qualidades” masculinas em detrimento às femininas, vistas como incapazes de ser transformadas em capital político. Assim, as características femininas seriam identificadas como apolíticas, ao passo que características políticas seriam sinônimo de comportamento masculino. Destacam ainda que suposições como, por exemplo, a idéia de que as mulheres tenderiam a personalizar a política, ou que se interessariam mais por atributos pessoais do que por conteúdos e propostas, foram, por muito tempo, assumidas como dados. Esses autores mostraram também a subestimação de estudos que tentavam demonstrar alterações positivas no comportamento político das mulheres, tais como aqueles que sugeriam haver poucas diferenças substanciais nas respostas de homens e mulheres sobre política, ou ainda aqueles que contestavam a idéia de que as mulheres seriam conservadoras. Em suma, esses e ou-

tros trabalhos indicam como muitas suposições foram assumidas *a priori* como dados científicos, quando de fato, constituíam categorias enviesadas e preconceituosas. Contudo, importa assinalar que essa tendência não foi monopólio dos estudos sobre mulheres. As tentativas de compreender as relações das mulheres com os espaços políticos foram fortemente influenciadas pelos trabalhos sobre comportamento político na perspectiva indicada acima, cuja matriz estava situada na sociologia americana e no predomínio que exerceu no contexto internacional das ciências sociais há poucas décadas (Ackelsberg, 1996). Os estudos posteriores sobre o comportamento político buscam romper com a perspectiva determinista, incorporando dimensões simbólicas e conferindo certo nível de autonomia aos autores. O “viés de gênero” também tem sido identificado em relação à teoria política moderna, no que tange à construção de concepções que vieram orientar as normas de conduta e ação política na vida pública. Trabalhos como os de Pateman (1993, 1994, 1998), Okin (1991), Phillips (1992, 1995), Riot-Sarcey (1994) Bonacchi e Groppi (1994) entre outros, mostraram como o conceito e as bases da cidadania na moderna teoria democrática foram pautados por uma perspectiva androcêntrica, que estava longe de ser neutra, tanto quanto ao gênero como quanto a outras clivagens sociais. Os valores que se apresentaram inicialmente em nome do universalismo foram, de fato, referenciados num tipo físico – homem branco – e social – proprietário – particular e politicamente dominante, legitimados por tratados e obras da maior parte dos grandes pensadores políticos da modernidade, os quais se preocupavam em justificar e achar um lugar “adequado” às “limitações naturais e inerentes” à mulher.

O segundo desdobramento desse processo de revisão, que embora não abarque apenas a ciência política, a questiona particularmente, voltou-se para a sua dimensão

metodológica – para o leque de objetos de investigação empírica identificados anteriormente. Em consonância com reorientações metodológicas voltadas para dar visibilidade e certo grau de intencionalidade aos atores em suas ações e relações sociais, pode-se dizer que a ampliação dos estudos sobre a participação política de mulheres deu-se em três direções, não necessariamente excludentes: no emprego de abordagens qualitativas, na mudança de orientação em direção às análises centradas nos processos de organização e inclusão política e no maior espaço para a análise dos significados que as mulheres como atores coletivos atribuem a essa participação. Esse deslocamento forneceu novas pistas para se compreender como, nos processos sociais, as trajetórias políticas encontram-se significativamente imbricadas com a condição de gênero. A primazia até então conferida aos métodos quantitativos foi questionada e parcialmente recusada. Observou-se que os estudos sobre comportamento político, por exemplo, baseados predominantemente em procedimentos quantitativos, como os *surveys* em torno de questões como “padrões de voto”, identificação partidária, comparecimento às urnas e medidas comparativas de “interesse”, permaneciam insuficientes para fornecer uma compreensão mais completa da participação política das mulheres. Isto porque tais procedimentos dariam pequena importância aos significados atribuídos pelos atores, nesse caso, pelas mulheres, às suas ações e comportamentos (Ackelsberg, 1996). Além disso, os estudos sobre participação política feminina foram marcados por interpretações “negativistas”, predominando a ênfase sobre sua ausência numérica como expressão da exclusão, sem se considerar, ao mesmo tempo, as trajetórias que conduziram a tal ausência (Avelar, 1989).

Com efeito, tratou-se de priorizar métodos mais qualitativos, incorporando as percepções e as representações sociais dos atores

como variáveis analíticas. Estudos baseados em etnografias, histórias de vida, observação participante ganharam espaço na agenda de pesquisa sobre a própria política, criando mediações que propiciavam um trânsito entre enfoques metodológicos diversos no interior das ciências sociais, tendo em vista captar a diversidade e a complexidade dos processos envolvendo a participação política e social das mulheres. A ênfase conferida às percepções e às experiências das mulheres em suas práticas coletivas permitiu expandir o olhar acerca do papel da cultura, dos valores e das ideologias na construção das posições e das trajetórias políticas dos atores, além de evidenciar a diversidade das formas de engajamento político. Esses estudos, ao realçarem os limites das escolhas individuais das mulheres, terminaram por oferecer pistas importantes para o debate acerca da autonomia do ator e da problemática resumida na *diáde* ação *versus* estrutura. A partir da análise de como as possibilidades e as opções das mulheres tendem a ser limitadas por um conjunto de fatores e relações sociais e familiares, ampliou-se a compreensão sobre os processos mais amplos que influenciam o envolvimento político. Tal envolvimento tenderia, portanto, a não se basear apenas em escolhas pessoais racionais, sendo decorrentes, também, dos processos sociais e institucionais nos quais os indivíduos encontram-se envolvidos (Christy, 1994; Norris, 1993, 1996; Reynolds, 1999; Viegas e Farias, 1999). Relações entre dependência econômica e/ou familiar das mulheres e suas escolhas eleitorais, por exemplo, vieram, assim, fornecer novos elementos para enriquecer o debate sobre as possibilidades e os limites da escolha racional dos atores.² Aqui, cabe destacar particularmente as contribuições de Bourdieu (1993, 1999), com suas reflexões sobre a dimensão simbólica, a construção social das vocações e a relação entre disposições e posições dos atores, aplicadas à análise sobre a reprodução da dominação masculina e, no

campo empírico, sobre a ausência/presença das mulheres em espaços da esfera pública e do campo político.

Novas Tensões e Repetidas Dicotomias

Se o saldo desse processo pode ser visto como positivo em vários aspectos, ele aponta ainda para a permanência de algumas tensões aqui discutidas. Bourque e Grossholtz, ([1984] 1998), por exemplo, já tinham sugerido que o aumento das pesquisas com perspectiva feminista no âmbito das ciências políticas não vinha implicando, necessariamente, em maior integração desses estudos nas fronteiras clássicas da disciplina. Em balanço mais recente, Sapiro ([1995] 1998) volta a constatar esse mesmo cenário, observando que esses estudos tenderam a manter a sua condição marginal em relação aos temas predominantes da disciplina. Situação semelhante também foi identificada recentemente por Heilborn e Sorj (1999) e Gregori (1999) para o caso brasileiro. Pode-se dizer que a constatação de certa resistência à incorporação desse campo no núcleo duro da disciplina é praticamente um consenso. Contudo, quando se trata de identificar as razões para isto, essa resistência não é pensada apenas sob a ótica da tradição dos estudos políticos. Em outras palavras, algumas análises apontam, também, para uma resistência dos chamados “estudos de gênero”, em incorporar temas inscritos no interior dessas fronteiras clássicas das ciências sociais (Sapiro, [1995] 1998; Oakley *apud* Ross, 2000; Sawyer, 2000; Waylen, 2000).

Como algumas dessas reflexões têm característica de balanço crítico, vale a pena resgatar, de forma sucinta, suas principais observações. No plano mais teórico, as análises apontam para certa diluição no entendimento sobre o que constituiria o objeto da análise política, bem como para o abandono da dimensão institucional; no âmbito meto-

dológico chamam atenção para o fato de que a (necessária) absorção de instrumentais de outras disciplinas foi acompanhada de um posicionamento refratário ao uso de métodos clássicos como os métodos quantitativos, por exemplo. Desse modo, a crítica ao predomínio de análises sobre instituições e a métodos quantitativos, que objetivou romper com o estreitamento analítico que privilegiava estruturas e subestimava agentes e contextos, parece ter gerado, em contrapartida, o abandono de temas e dimensões analíticas que constituiriam objetos clássicos da sociologia e da ciência política. A escassez de pesquisas sobre “gênero e participação política”, relacionadas com sistema político e instituições governamentais, seria uma expressão dessa diluição (Sapiro, 1998; Waylen, 2000). Sapiro sugere que as feministas acadêmicas tenderam a considerar pouco relevante o tratamento de questões relacionadas com arranjos institucionais e materiais, tais como os “partidos” ou “governo”, dimensões que efetivamente compõem a vida política contemporânea, aí incluindo a vida das mulheres. Em consequência, resistiram a participar do debate teórico mais geral sobre política e se voltaram muito pouco para questões envolvendo a natureza do poder, da autoridade e da ação humana e, no campo metodológico, para análises em perspectiva comparada. Embora faça questão de ressaltar as contribuições dos “estudos feministas” às ciências sociais, que possibilitaram maior interdisciplinaridade e o efetivo “desenvolvimento de uma vitalidade crítica” sobre os métodos, Sapiro lembra que as disciplinas são definidas por certos objetos, normas e procedimentos que lhes conferem algum nível de especificidade ou, do contrário, sugerem, não existiriam como tal. Quanto a isto, a autora registra como problemáticas certas “importações analíticas” de teorias e métodos, válidos, segundo ela, para áreas das humanidades, mas nem sempre apropriadas para algumas áreas das ciências sociais, particularmente, para a ciência política. Nesse

sentido, ela destaca que o debate sobre os lugares e os deslocamentos entre dimensões materiais e dimensões subjetivas, por exemplo, necessitaria considerar as distinções necessárias de serem feitas entre as características da área das humanidades – definidas como “texto-centradas” e onde a linguagem tem lugar destacado – e as características das ciências sociais, já que estas podem comportar análises *de e sobre* textos escritos, mas também sobre objetos/temas nos quais os textos entram como recursos auxiliares. Seria o caso, por exemplo, de análises que envolvem “públicos”, sejam cidadãos, sejam “fazedores de políticas”, onde os textos constituiriam apenas um meio para “viabilizar conversações sobre como resolver problemas que têm que ser entendidos em sua dimensão material [...] tais como pobreza, guerra recessão, educação” (Sapiro, 1998, p. 79).

Ainda em relação aos métodos, tem sido destacado o lugar residual conferido aos métodos quantitativos. Ao mesmo tempo em que tais métodos foram transformados em objeto de desconfiança como recursos válidos para essas análises, as abordagens qualitativas tornaram-se quase um imperativo, conforme sugerem Sapiro (1998) e Oakley (*apud* Ross, 2000). Neste caso, os estudos de gênero parecem ter ficado prisioneiros da mesma armadilha dicotômica que criticaram anteriormente. A observação de Oakley em relação aos métodos de pesquisa nos estudos feministas é ilustrativa dessa tensão:

Algumas pessoas na área de saúde pública vem se empenhando na construção de laços coletivos de resistência a testes [de controle aleatório]. Algo semelhante ocorreu com certas cientistas sociais feministas que costumavam dizer que só se deveria usar métodos qualitativos. Quem não os utilizasse, não seria uma autêntica cientista social feminista. Se você por ventura se apoiasse em números, tinha de se desculpar por isso (Ann Oakley, *apud* Ross 2000, p. 320).

Com efeito, a resistência aos métodos quantitativos, que facilitavam a realização de pesquisas mais abrangentes e longitudinais, parece ter reforçado a tendência a certo abandono de análises comparativas e macropolíticas sobre gênero e poder político. Isto pôde ser identificado, sobretudo, em torno de temas como “governo”, “representação política” e associativismo, que constituem uma agenda de pesquisa estratégica para se compreender as vias institucionais por onde se reproduzem as assimetrias de poder nas relações de gênero.

Novos Cenários e o Retorno ao Plano Institucional

O cenário sociopolítico que começou a se delinear a partir de meados da década de 1980 e culminou com a derrocada da União Soviética no início da década de 1990 parece ter influenciado decisivamente na reorientação da agenda política. As alterações que ocorreram no contexto político e ideológico internacional conduziram a uma redefinição de prioridades conferidas aos diversos espaços políticos e propiciaram um outro olhar sobre a democracia representativa e suas instituições. As instituições políticas tradicionais – parlamentos e partidos – retomam um lugar destacado como *locus* da ação política. O feminismo como movimento social tende a redefinir sua orientação, até então centrada nas formas autônomas de participação. Neste caso, assim como no de outros grupos *outsiders*, essa “reacomodação” faz-se acompanhada de críticas ao caráter conservador de tais instituições, de demandas por novas práticas e por sua democratização, de forma a possibilitar a inclusão e o reconhecimento da diversidade de sujeitos políticos existentes. A referência política no conceito de *empowerment*,³ que enfatiza a necessidade de as mulheres influírem no âmbito dos processos decisórios, conduz, também, a uma reavaliação

acerca da importância dos centros decisórios de poder institucional. Na Europa, particularmente, os partidos políticos adquirem nova importância para o feminismo, com as mulheres procurando tornar-se ativas integrantes dessas organizações (Lovenduski, 1993, p. 1). Na América Latina, esse período coincide com as lutas por redemocratização e atuação do movimento feminista, principalmente junto aos partidos de esquerda, orientadas, sobretudo, por esse contexto.

A esse deslocamento, corresponde, também, uma flexão nos programas de estudos de gênero, com o tema do poder voltando a ser abordado em sua vertente mais institucional. Contudo, como foi discutido anteriormente,⁴ trata-se de outro enfoque, sob outra ótica que não a predominante até a década de 1960. A ampliação do universo da “política” como prática coletiva, e a consolidação das abordagens com enfoques centrados nas percepções e práticas sociais das mulheres como sujeitos políticos em arenas não-institucionais apontaram, também, para outra leitura sobre a própria esfera política institucional. As diferenças entre os índices de participação de homens e mulheres nas arenas de representação política puderam ser percebidas sob um outro ângulo. Como foi visto, até então, predominava uma leitura simplificada sobre essa participação. Quando estes estudos apresentavam as disparidades existentes entre homens e mulheres na rubrica “participação”, por exemplo, eram entendidos como expressão da apatia feminina ou de sua exterioridade em relação à política. Esses mesmos indicadores passam a ser compreendidos sob um outro ângulo, qual seja, o da expressão da exclusão política das mulheres e da permanência de dimensões estruturais e simbólicas que mantêm as desigualdades de gênero. Em outros termos, o *gap* passa a ser tratado como problema da democracia e resultante de condições socioculturais e econômicas. Assim, preservada a noção mais abrangente

de participação política, há uma crescente preocupação com o cenário da participação institucional das mulheres nas esferas decisórias, tendo em vista o significado que essa participação volta a adquirir.

O exame da literatura mais recente indica que a década de 1990 foi marcada por uma preocupação dos estudos enquadrados na rubrica “mulher e poder” em resgatar temáticas clássicas da sociologia política e da ciência política. Indica também que na segunda metade da década o retorno a temas vinculados à política institucional foi mais acentuado, e marcado por novos esforços analíticos, teóricos e metodológicos, envolvendo uma perspectiva mais interdisciplinar. Esse retorno, por sua vez, parece estar orientado por um eixo articulador centrado no debate sobre gênero e representação política, conforme pode ser observado em vários trabalhos (Varikas, 1996; Bachhi, 1996; Rule, 1997; Bryson, 1999; Viegas e Farias, 1999, 2001; Waylen, 2000), sobretudo entre aqueles com característica de coletânea ou de balanço sobre o que tem sido produzido na área em período mais recente (Norris e Lovenduski, 1993, 1996; Riot-Sarcey, 1995; Bachhi, 1996; Phillips, 1998; Tremblay, 2000; Vargas, 2000; IPU, 1997, 2000; Women's Rights, 1997; Skjeie, 2000). O contexto político que tem estimulado esses estudos é marcado pela generalização das políticas de ação afirmativa e de cotas – forma privilegiada de estratégia política feminista com vistas à ampliação do acesso às arenas decisórias. Este tema passa a se constituir em um dos objetos privilegiados de investigação e análise na literatura internacional (Appleton e Mazur, 1993; Darcy *et al.*, 1994; Bachhi, 1996; Bonder e Nari, 1995; Butler e Kavanagh, 1997; D'Albora e Levine, 1996; Fraser, 1995; Phillips, 1995, 1998; Rule, 1997; Varikas, 1996; Haug, 1995; Hutn, 2001; Hutn e Jones, 2002; Jones, 1998; Mateus, 1999; Lovenduski, 1993; Polanco, 1999; Squires, 1996; IPU, 1997, 2000; Short, 1996; Way-

len, 2000; Viegas e Farias, 1999, 2001; Inhetveen, 1999; Vargas, 2000; Skjeic e Silm, 2000; Sawyer, 2000).

Grosso modo, partindo da problemática da representação, é possível agrupar essa produção em dois principais blocos, embora eles não necessariamente se apresentem separados nos trabalhos analisados. O primeiro concentra trabalhos de cunho mais teóricos voltados para discutir os temas da cidadania, do “reconhecimento” e da natureza da representação política. O segundo, de características mais empíricas, assinala um retorno a temas institucionais clássicos, como partidos, eleições, governo, entre outros. Embora o foco central deste artigo esteja voltado para o exame do segundo bloco, é importante registrar, ainda que de forma resumida, algumas contribuições relevantes da produção feminista no campo da teoria política. Tal produção caracteriza-se por sua natureza crítica, por tentar desconstruir e dialogar com os principais cânones da teoria política e, ao mesmo tempo, pelo esforço em analisar, em termos substantivos e não apenas descritivos, o problema da representação. Destaca-se particularmente a contribuição para uma análise crítica da cidadania, em suas dimensões política e social (Vargas, 2000; Tremblay, 2000). Nessa perspectiva, o problema do acesso à representação passa, necessariamente, por uma crítica ao modelo vigente de democracia representativa, não se resumindo, portanto, a um problema de estratégia, recursos ou comportamento social.

São ilustrativos dessas abordagens em relação à construção da cidadania, trabalhos como os de Pateman (1993, 1998), que procuram discutir a constituição da moderna teoria democrática liberal, submetendo a uma instigante crítica a idéia de contrato como liberdade. Em sentido contrário, essa autora enfoca o contrato social em seu aspecto patriarcal, no qual a sujeição das mulheres surge como elemento relevante para a constituição da própria ordem moderna.

Ainda em torno do mesmo tema, Okin (1995) é uma outra referência importante quando se trata de analisar as aporias dessa construção. A autora, numa perspectiva feminista mais próxima ao liberalismo, vai também contribuir para mostrar como a construção da esfera pública e a dicotomia público *versus* privado implicou a negação da cidadania às mulheres.⁵

Já o debate mais contemporâneo sobre a natureza da representação política e o problema do “reconhecimento” e das identidades coletivas, tema que vem sendo muito privilegiado nos últimos anos, vai se apoiar em contribuições relevantes de estudiosas feministas, algumas das quais merecem destaque particular. Os trabalhos de Iris Young (1990, 1998, 2000) identificam, na natureza da democracia representativa vigente, o ponto de limitação que possibilita a constituição das identidades e a organização dos grupos formados a partir de sua condição de inclusão/exclusão social, entre eles o das mulheres. Sua proposta mantém-se no campo da chamada democracia representativa, mas remete à constituição de um outro modelo de representação, centrado no reconhecimento simbólico e na obrigatória inclusão dos grupos excluídos, numa forma de multiculturalismo que, porém, guarda certas particularidades em relação a concepções como as de Kymlicka (1995), por exemplo, mais comprometidas com uma perspectiva liberal. Anne Phillips (1992, 1995, 1998), tem sido outra autora em cujos trabalhos se pode identificar uma preocupação com as características e o sentido da ação política contemporânea e sua relação com a representação, procurando inserir as novas estratégias feministas por inclusão, como ações afirmativas e cotas nesse debate. Identificando as limitações da democracia representativa em responder e incluir demandas e atores constituídos a partir do amplo leque de identidades coletivas contemporâneas, Phillips defende a tese de que há um deslocamento

no eixo que orientava o sentido da representação, antes centrado no que denomina de “política de idéias”, nas quais os sujeitos que corporificam a representação não importam tanto quanto as idéias que eles irão representar, em direção ao que denomina de “política de presença” na qual a presença física dos sujeitos passa a ser vista como decisiva para a defesa dos interesses identitários. a autora imputa esse deslocamento aos limites de uma representação centrada unicamente nas idéias, mas identifica uma tensão e um risco “essencialista” no deslocamento do sentido desta política. O desafio consistiria, então, em evitar novas dicotomias e preservar um equilíbrio entre “idéias” e “presença”. O crescimento das políticas de cotas, segundo Phillips, teria de ser compreendido a partir dessa perspectiva. Há que se registrar ainda os trabalhos de Fraser (1995, 1997), centrados na análise da constituição dos atores coletivos e nos deslocamentos de temas clássicos da agenda política desses atores, relacionados com a dimensão material e a “redistribuição”, em direção a demandas culturais, por “reconhecimento”; e também no debate sobre as potencialidades e as tensões geradas pelo multiculturalismo como base para a organização política contemporânea. Também neste caso há um deslocamento com destaque para as referências identitárias culturais, no qual as políticas de ação afirmativa serão inseridas. No debate em torno do entendimento do conceito de representação e das formas e modelos de democracia, o conceito de *paridade* entre os sexos emerge como forma de pensar o princípio da representação, e não apenas o seu equilíbrio quantitativo. A discussão remete, sobretudo, ao caso francês (Varikas, 1996),⁶ em razão da proposta e posterior aprovação, pela Assembleia Nacional da França, deste conceito como um princípio constitucional de representação. Mas esse parece ser um tema bastante incorporado na literatura que discute a representação a partir da perspectiva de gênero, como ob-

jeto de reflexão e debate (Phillips, 1998; Scott, 2001, Squires, 1996; Badinter, 1999;), ou mesmo como novo paradigma de representação (Women’s Rights, 1997; Suplicy, 1996).

Dois características merecem ser destacadas na produção sucintamente exposta a cima. Uma consiste no diálogo interdisciplinar que se estabelece entre áreas como a filosofia, a sociologia e a ciência política; e a outra diz respeito à inclusão da perspectiva e das contribuições feministas como referência importante no âmbito da teoria social. Nesses trabalhos, as mulheres, as relações de gênero e seus impactos sobre a organização social estão presentes todo o tempo, não como objeto específico, mas como parte constitutiva das relações e dos conflitos coletivos contemporâneos, os quais, em muitos momentos, emergem como casos emblemáticos para pensar/exemplificar aporias e desafios postos à teoria social.

Este breve registro tratou de exemplificar as novas contribuições analíticas que emergem no âmbito teórico sobre o sentido e a natureza da política na sociedade contemporânea. O tópico seguinte tratará da análise de processos e instituições sociais, abordando trajetórias sociais, participação política e inserção em esferas institucionais da política, a partir de alguns trabalhos específicos que podem ser considerados emblemáticos desse esforço intelectual de contemplar múltiplas dimensões analíticas.

O Gênero na Participação Política Institucional: Novos Enfoques Metodológicos

A literatura da última década sobre participação política vem apontando para a tendência crescente de estudos interdisciplinares como forma de responder às dimensões envolvidas em processos sociais, inclusive processos políticos, dada a diversidade de

identidades e estruturas nas quais os sujeitos sociais podem estar envolvidos. A partir de perspectivas distintas, há em comum a essas abordagens a tentativa de articular dimensões subjetivas, coletivas e individuais, com outras "estruturais" e/ou institucionais. Com efeito, busca-se contemplar a multicausalidade envolvida na compreensão de como o gênero recorta os processos políticos concretos, media e é mediado por outras variáveis políticas. E se isto implica incorporar dimensões simbólicas e trajetórias individuais, tais enfoques preservam, ao mesmo tempo, o papel dos arranjos institucionais na construção dos espaços políticos de homens e mulheres. Essas abordagens concebem a formação de padrões organizacionais e disposições simbólicas passíveis de institucionalização e comparação, sem desprezar, no entanto, as contingências contextuais. São trabalhos emblemáticos desse esforço, no sentido de enfrentar o desafio de integrar, simultaneamente, as características mais estruturantes dos sistemas políticos e institucionais e os contextos políticos e culturais, às particularidades que marcam os processos sociais e as relações concretas nas quais os atores estão envolvidos e em torno das quais constroem sua subjetividade (Chapman, 1993). Conforme foi observado em trabalho anterior (Araújo, 1999),

[...] tal articulação permite visualizar a representação política não como um processo à parte, mas como expressão de algo mais amplo que não se esgota nos limites das instituições nas quais ela se exerce. As características das relações sociais de gênero, os estereótipos que justificam os lugares ocupados pelas mulheres nos espaços públicos e privados, suas atribuições familiares, têm impactos sobre os resultados da representação política e constituem variáveis importantes a serem observadas. Adotando-se um enfoque metodológico centrado nas percepções do ator e em suas práticas, é possível desvendar e entender as

bases subjetivas que reproduzem os valores e atributos sociais que configuram as assimetrias e desigualdades de gênero. Entretanto, isto não parece ser suficiente. Sem uma análise mais abrangente, não é possível perceber como a junção entre estas práticas, as características históricas e certos contornos institucionais tendem a produzir padrões mais ou menos favoráveis às mulheres, neste caso, no campo da política.

Em suma, o que se pode observar é a tentativa de unir aspectos mais gerais, uma perspectiva macro de análise, envolvendo sistema institucional e traços culturais, com aspectos contextuais, incluindo, também, a análise das práticas e das percepções dos atores envolvidos nos processos concretos. Nessa perspectiva, há também a ampliação dos estudos em perspectiva comparada, visando a identificar quais os aspectos comuns que podem ser considerados padrões e quais as distinções que os contextos produzem nesses processos.

Alguns Exemplos de Enfoques Metodológicos Multidimensionais

Os três trabalhos destacados para servir de referência à análise deste item partem de alguns pontos em comum.⁷ O primeiro é a disposição de incorporar uma perspectiva explicativa e não apenas descritiva para o problema. O segundo enfatiza que as análises sobre gênero e participação política necessitam integrar aspectos macros, relacionados às instituições políticas e à dimensão cultural, assim como as percepções e trajetórias sociais dos sujeitos envolvidos nos processos examinados. O terceiro, decorrente dos anteriores, diz respeito ao fato de que um dos objetivos centrais desses trabalhos é a formulação de novos quadros de referência analítica, aplicando-os a estudos empíricos comparativos (Chapman, 1993; Norris, 1993) ou a análises sobre pro-

cessos específicos (Viegas e Faria, 1999). Importa assinalar também que, embora esses trabalhos procurem pensar a inserção política institucional como algo que envolve distintas dimensões e momentos, isto é feito tendo em vista discutir o acesso à representação política.

Contextos históricos, padrões sociais e percepções dos atores

No trabalho *Politics, Feminism and the Reformation of Gender*, Chapman (1993) Chapman propõe-se a analisar o ingresso na política institucional, o que define como recrutamento político, considerando-o o processo que envolve mobilização, seleção e acesso à elite política. O objetivo da autora é compreender como os critérios de gênero interferem nesse processo e definem os diferentes espaços para homens e mulheres. A assimetria de gênero no recrutamento político constituiria em um padrão geral, variando em extensão, mas mantendo aspectos recorrentes que conferem propriedades comuns aos sistemas políticos. Esse padrão, por sua vez, é marcado por duas características básicas. A primeira concerne a atores envolvidos em algum tipo de disputa. Neste caso, Chapman sugere que nas disputas políticas por cargos eletivos, comparando-se com o pequeno número de mulheres, há um número muito maior de homens disputando tais cargos. A segunda diz respeito à hierarquia dos cargos. Quanto mais alta ela for, menor a proporção de mulheres presentes. Chapman faz questão de salientar que, embora essas situações ainda prevaleçam, as mulheres estão tentando modificá-la; no entanto, afirma a autora, pela natureza do sistema político, definido como caracteristicamente masculino, o que quer que esteja associado ao sucesso no mundo da política, as mulheres estarão em situação de desvantagem (*idem*, p. 12).

O recrutamento político é, então, analisado num cenário em que as relações de gê-

nero, assimétricas e marcadas pela dominação masculina, emergem como portadoras de um *background* comum, identificado a partir de certos padrões que, características quase universais, são mediados por contextos específicos. Tais padrões são diversificados de acordo com contextos histórico e cultural e com as clivagens sociais, produzindo contornos específicos no que diz respeito à presença da mulher na política institucional. Ao mesmo tempo, a autora destaca que, sob determinadas características políticas e institucionais, seja possível observar elementos recorrentes ou tipos de variação que foge às referências contextuais e culturais de determinados espaços políticos.

Chapman faz certas restrições aos estudos preocupados em romper com o pressuposto da apatia política das mulheres, pois considera que as explicações predominantes têm sido conduzidas por três vertentes segmentadas, as quais, isoladamente, não conseguem dar conta dessa complexa problemática. A primeira vertente centra-se no “sistema eleitoral”, tentando mostrar a relação direta entre sistema de representação proporcional e maior participação das mulheres nas instâncias políticas de representação. Segundo Chapman, embora constitua parte essencial do processo, essa abordagem, isoladamente, não esgota o problema de explicar as assimetrias e as variações existentes. A segunda diz respeito à “participação política”. Neste caso, procura-se explicar a participação pelo *status* socioeconômico, onde a educação é considerada uma variável dependente. Segundo a autora, diversos estudos indicam os limites desse tipo de análise, pois a existência de instituições redistributivas podem também aumentar o *gender gap*, e, em muitos casos, quanto mais institucionalizadas e complexas forem essas instituições, maior será o descompasso entre a participação das mulheres e dos homens. Por fim, a terceira interpretação focaliza o “nível de compromisso do partido político com o feminismo”. Chap-

man conclui que, embora os partidos assumam compromissos e que o movimento social de mulheres pressione nesse sentido, isto não tem alterado substancialmente o quadro geral da representação (*idem*, p. 10).⁸

Chapman, em contrapartida, apresenta uma nova matriz analítica que abrange as disciplinas de história, antropologia e ciência política, cujo pressuposto é: se, de um lado, há uma variação no grau em que as sociedades reconhecem as diferenças de gênero, de outro, algumas características são praticamente universais, ou seja, estão presentes em quase todas as sociedades ao longo do tempo e do espaço – as mulheres são prioritariamente responsáveis pelo cuidado da casa e das crianças; e os homens estão vinculados a um conjunto de valores sociais dominantes, prioritariamente masculinos.

O desafio reside, então, na capacidade de compreensão do sistema em que as mulheres estão tentando penetrar – qual a base socioeconômica predominante no recrutamento político e como isto as afeta em termos subjetivos e socioeconômicos (*idem*, p. 25). Entender o processo requer a adoção de uma abordagem que permita identificar as características gerais das relações de gênero, quais suas implicações políticas mais amplas, e como isto se relaciona com as implicações universais dos grupos sociais sem *status* político. Nesse sentido, a autora ressalta também a importância de analisar as trajetórias políticas, as percepções pessoais e os processos institucionais nos quais os atores estão envolvidos, o que permitiria identificar os vínculos entre as experiências dos indivíduos e as características dos grupos aos quais pertencem (*idem*, p. 94).

Enfocando especificamente os processos que envolvem disputas eleitorais por representação, Chapman desenvolve o conceito de *collective resources*, o qual ajuda a analisar não só os fatores que motivam ou inibem a decisão dos atores para disputar um cargo representativo, mas também como os

recursos coletivos e/ou individuais podem ter impactos diferenciados sobre as candidaturas em geral, e, sobretudo, como o gênero incide sobre as possibilidades ou a formação desses recursos.

No período contemporâneo, tais recursos tenderiam a ser decisivos para o acesso à elite. Importa assinalar que a definição de “recursos coletivos” não se restringe à dimensão financeira – sua origem advém das novas formas de organização e poder coletivo, como, por exemplo, os grupos de pressão, as instituições classistas e os próprios partidos políticos, que apresentam uma maior centralidade na organização política contemporânea. *Status* e *recursos* seriam, portanto, conceitos-chave para entender a relação das mulheres com os processos políticos institucionais. Como elas constituíram o último grupo social a conseguir o direito ao voto, só ingressaram na arena política quando os contornos institucionais e normativos desse processo já se encontravam definidos pelos atores masculinos e não dispunham dos mesmos recursos socioeconômicos. A autora, portanto, destaca que a análise acerca do *status* socioeconômico e da capacidade de dispor de recursos passa a ser decisiva em qualquer abordagem que pretenda entender essa situação. Aqui, como se observa, além da preocupação em articular dimensões subjetivas e dimensões estruturais, encontra-se presente o aspecto da inclusão das condições econômicas na categoria dos recursos coletivos, ao mesmo tempo em que a noção de recursos é ampliada para incluir outros aspectos.

Trajetórias políticas, dimensões simbólicas e institucionais da vida social

O artigo de Viegas e Farias (1999), intitulado “Participação Política Feminina”, propõe-se a focar o acesso aos espaços decisórios da política a partir de seus condicio-

nantes anteriores, simbólicos e culturais, procurando compreender quais os “percursos, constrangimentos e incentivos” (p. 55) que ocorrem na trajetória social das mulheres, interferem na sua participação política e, posteriormente, condicionam o seu ingresso nas instâncias decisórias. Embora esteja circunscrito à realidade portuguesa, esse trabalho apóia-se em uma abordagem teórica mais geral que permite extrapolações para além desse contexto. A partir de certas categorias tomadas de Bourdieu, tais como *habitus*, *campo* e *construção social de competências*, assim como de sua análise sobre a dimensão simbólica da vida social, os autores propõem-se a elaborar um “modelo” interpretativo capaz de identificar os condicionantes sociopolíticos e suas interconexões na relação das mulheres com a esfera política.

Conforme salientam, os processos “socioculturais de aquisição de saberes e experiências, assimiláveis a competências políticas, [...] são decisivos no acesso dos agentes aos lugares e posições do campo estritamente político, bem como nas possibilidades de atuação” (*idem*, p. 56). Segundo os autores, embora decisivos para as mulheres, esses percursos necessitam, também, ser considerados simultaneamente a outros fatores institucionais, tais como sistemas políticos de representação, características da democracia representativa, entre outros, os quais terminam influenciando, também, as disposições para a participação coletiva e para a inserção institucional. Assim, o “político” como dimensão simbólico-política, relaciona-se com o domínio sobre idéias, concepções e informações políticas. Sua aquisição requer certas competências básicas, que são fornecidas, inicialmente, pela escola como instituição pública, área na qual a mulher já se encontra bastante presente. Tais competências são enriquecidas, posteriormente, pelas vivências profissionais em outras áreas, aonde também as mulheres vêm ocupando um espaço razoável, embora ainda bem menor, quando comparado à educação. Contudo,

são certas competências específicas – construídas e/ou adquiridas com base em experiência de participação em associações de caráter público, através dos meios de comunicação e, sobretudo, através da participação em partidos ou em outras instituições políticas – que irão propiciar um conjunto de “competências” apropriadas para sua inserção no campo político.

Em outros termos, na constituição do que Bourdieu define como *habitus político*, torna-se imprescindível o *capital cultural* necessário para a familiaridade com o campo, o qual advém, principalmente, dos lugares nos quais a presença das mulheres costuma ser menor. Compreender esta ausência significa não descartar o quanto influi no processo a menor disponibilidade de tempo por parte das mulheres, devido à permanência das atribuições familiares. Além disso, há a dimensão simbólica, configurada “pela dominância de representações sociais sobre o mundo masculino e feminino, inscritas nas consciências e disposições dos homens, e também, das mulheres, que as tendem a afastar de certas áreas ou posições sociais” (p. 57). Tais representações constroem “características” relacionadas aos comportamentos masculino e feminino, identificadas como mais (masculinas) ou menos (femininas) apropriadas para o exercício político. Os autores destacam ainda a importância de se considerar o *capital social*, definido como “recursos de liderança ou de representação de grupos ou organizações sociais” (p. 60), os quais, potencialmente, podem ser canalizados para a aquisição de apoio político. Tal capital, segundo os autores, é adquirido a partir da inserção dos agentes em posições de lideranças, nas associações e nas organizações da sociedade civil assim como nos partidos políticos. Essa inserção, por sua vez, não depende apenas da intenção dos atores, já que há condicionantes anteriores que interferem na própria formação dessas disposições.

De acordo com os autores, em muitos desses lugares as mulheres estiveram ausen-

tes por um longo tempo, por imposições legais e, posteriormente, em decorrência de suas condições de inserção. A organização sindical, por exemplo, é condicionada pela presença no mercado de trabalho e esta, por sua vez, define como são ocupados esses espaços; a inserção em associações de classe é condicionada pela formação profissional. Embora alterações nesse campo tenham implicado em uma maior inserção associativa feminina, o fato é que tais alterações não apagam os efeitos da “dominação simbólica” de forma imediata. Do mesmo modo, a permanência de suas atribuições familiares implica em uma menor disponibilidade de tempo para a “disposição associativa”. Ou seja, não se pode discutir índices de participação desconhecendo a permanência dessas práticas. Por fim, a análise tenta estabelecer uma relação entre esse processo e as condições socioeconômicas mais gerais, particularmente as características sociais das políticas públicas. Essas condições articulam-se, então, com as características do sistema político para possibilitar maior ou menor chance de ingresso das mulheres. São, pois, os significados simbólicos e as práticas institucionalizadas que vão conformar as disposições e construir as “competências” que facilitam ou dificultam o ingresso dos atores em geral. Em síntese, a articulação dos efeitos desses campos permite a construção de um modelo analítico que destaca as trajetórias sociais, com níveis de inserção e de dificuldades de acesso à esfera política, incluídas as associações cívico-políticas e os partidos políticos, os quais, por sua vez, conduzem ao ingresso nos órgãos de representação e de decisão política.

Conquanto o apoio na concepção de “dominação masculina” de Bourdieu traga alguns problemas para a análise em razão da característica pouco relacional e pouco reflexiva que esse conceito encerra, o que se pretendeu destacar aqui foram: a articulação entre dimen-

sões subjetivas individuais, experiências coletivas e dinâmicas organizacionais ou institucionais que se dá, sucessiva ou simultaneamente, na relação das mulheres com o campo político; e a ligação constante entre participação coletiva ou associativa e participação/representação em espaços institucionais, formando um campo político ao mesmo tempo diversificado e integrado.

Um modelo de síntese, as várias dimensões envolvidas no acesso à elite política

Como terceira referência encontra-se o artigo de Norris (1993), que também discute o acesso à representação. A partir de análises comparadas acerca da situação e dos fatores envolvidos no acesso das mulheres à representação política em diversos países, Norris desenvolve uma proposta de modelo para a análise da participação feminina nos processos eleitorais que envolvem representação parlamentar. Nesse modelo, três níveis analíticos são apresentados de forma integrada. Conforme a autora, trata-se de um modelo que “[...] procura estruturar o nosso entendimento sobre o processo, identificar fatores que influenciam o recrutamento nos diferentes sistemas e, assim, estimular caminhos para outras pesquisas” (p. 311). Os três níveis englobam a dimensão mais ampla do sistema político, a dinâmica partidária interna e o nível específico dos fatores que influenciam as decisões particulares dos atores, no caso, das mulheres, para concorrerem a um determinado cargo.

O primeiro nível refere-se aos elementos que formam a estrutura mais geral do sistema político de qualquer país – *sistema eleitoral, cultura política, sistema partidário e tipo de competição legislativa*. O segundo, envolve os fatores que consubstanciam o *contexto no interior de qualquer partido político* – em particular, *ideologia e organização partidária*. Por fim, os fatores que influenciam mais direta-

mente a definição individual dos candidatos no processo de seleção – em especial, *recursos*, *motivações* dos candidatos e *atitudes dos “selecionadores”*, permeados pelas regras particulares de cada partido em relação às candidaturas (*idem*, p. 311). Para uma melhor compreensão da proposta de Norris, que configura um modelo mais estruturado, vale explicitar o significado de cada um dos conceitos que compõem os diferentes níveis analíticos.

O nível mais abrangente, isto é, o *sistema político* como um todo, é importante porque permite estabelecer comparações entre países e entre sistemas distintos, no sentido de entender como suas variáveis influenciam na representação política das mulheres. É nessa esfera que são fixadas as “regras do jogo” político e na qual se encontram as quatro dimensões indicadas pela autora.

A *cultura política* é definida como “[...] os valores e atitudes dominantes em relação ao papel da mulher na sociedade e na vida política” (*idem*, p. 312). A autora sugere que aonde ainda prevalece uma atitude mais tradicional em relação às mulheres, elas mesmas hesitariam em ingressar na carreira política, os selecionadores tenderiam a resistir em indicá-las como candidatas e os partidos se oporiam às políticas efetivas de igualdade de gênero, ao passo que nas culturas mais igualitárias, os objetivos relacionados com a igualdade de gênero tenderiam a ser compartilhados por quase todos os partidos do espectro político.⁹

O *sistema eleitoral* é o segundo componente desse nível, um aspecto considerado importante, pois permite entender em que medida a adoção de um ou de outro sistema afeta o acesso das mulheres à representação. Os sistemas eleitorais variam de país para país, mas essa variação é limitada – há sistemas mais adotados por um grande número de países. Três fatores parecem afetar a representação das mulheres, por ordem de prioridade: o tipo de lista eleitoral, a magnitude do distrito e o grau de proporcionalidade. Norris afirma contudo que, embora a com-

paração dos sistemas eleitorais indique certos padrões e tipos de sistemas em que as estratégias feministas têm mais eficácia, trabalhar essa variável isolada de seu contexto cultural e político implica em uma simplificação da análise.

A terceira variável refere-se à *competição legislativa*, isto é, o número de concorrentes a candidatas e o de candidatos. Para Norris, a análise sobre as condições das mulheres para competir em cenários onde um conjunto de fatores interfere e constrange essa competição remete ao problema de como os segmentos que estão incluídos na categoria dos *out-groups* conseguem alterar os padrões de acesso ou criar mecanismos de ingresso nas esferas de representação. Aqui são incluídas estratégias individuais e coletivas de intervenção no processo. Entretanto, de acordo com Norris, embora se possa sugerir que a competição legislativa desempenhe um papel importante na compreensão do recrutamento e, por isso, se possa integrá-la a um plano mais abrangente de análise, não há evidências consistentes a esse respeito.

A quarta e última variável desse nível sistêmico de análise é a *dimensão institucional do sistema partidário*. Nas democracias representativas, é através dos partidos que se viabilizam as candidaturas e a representação política. A autora chama atenção, contudo, ao fato de que privilegiar os partidos como sistema institucional não implica considerá-los estruturas rígidas e necessariamente balizadas apenas por regras formais. Para ela, os partidos políticos “estão em constante fluxo, mas o sistema partidário inclui fatores relativamente permanentes que se repetem ao longo de seguidas eleições” (*idem*, p. 317). Nesse sentido, para se compreender o papel do partido político na competição partidária, há que se considerar sua força dentro do espaço de representação; sua posição no interior do espectro ideológico, e a emergência e o crescimento de novos partidos de acordo com suas características ideológicas.

O segundo nível de análise proposto é o do *contexto partidário* específico, isto é, suas *características e práticas organizacionais* – formais e informais – e a *ideologia partidária*. Nesse caso, sugere a autora, convém sair dos limites dos fatores mais sistêmicos para tentar entender como as práticas, as regras partidárias e a ideologia de cada partido afetam as mulheres particularmente. No que tange ao aspecto ideológico, trata-se de entender *se e como* as demandas das mulheres são incorporadas pelos partidos políticos, objetivando explicar a razão de determinados partidos favorecerem ou aceitarem certas estratégias propostas pelas mulheres, ao contrário de outros. Norris apóia-se em estudos comparativos entre partidos de diferentes países para sugerir, por exemplo, a existência de uma clivagem ideológica entre direita e esquerda, o que definiria tipos e graus diferenciados de compromissos políticos com as demandas das mulheres, como, por exemplo, a adoção ou não de políticas de ação afirmativas e de discriminação positiva (*idem*, p. 320).

Além da ideologia, no contexto partidário, há que se observar a organização partidária. Os dois aspectos, combinados, podem favorecer em maior ou menor grau a participação e a influência que as mulheres possam vir a ter sobre a definição do universo de concorrentes, incluindo aqueles que são preferencialmente elegíveis pelos partidos. Norris lembra que a comparação sobre os tipos de processos em diferentes países e partidos oferece indícios de que a natureza da organização partidária, suas práticas e formas de decisão política também constituem importantes componentes para pensar as possibilidades e a eficácia de implementação de políticas afirmativas e/ou de discriminação positiva, como as cotas, por exemplo.

Já o terceiro nível de análise sai por completo das fronteiras dos sistemas institucionais, envolvendo a dinâmica das relações

sociais: a origem social dos ativistas, suas trajetórias socioeconômicas, o processo de recrutamento propriamente dito, as relações entre candidatos e partido e o resultado da indicação dos candidatos. A fim de melhor compreender a relação entre os pretendentes potenciais e as necessidades ou objetivos dos dirigentes partidários, dois conceitos básicos são formulados. O de *supply-side factors*, relativo àqueles fatores que envolvem as motivações e os recursos capazes de influenciar o indivíduo a se tornar candidato e até mesmo ser vitorioso; e o de *demand-side factors*, que define o quadro de necessidades eleitorais do partido. Já os atores individuais baseiam-se na análise dos “recursos” disponíveis e em suas “motivações” para tomar a decisão de se candidatar.

Convém notar que a perspectiva teórico-metodológica que a autora se apóia para analisar os “recursos” e as “motivações” é distinta das duas anteriores, aproximando-se dos enfoques baseados nas teorias da “escolha racional”. Assim, os indivíduos apóiam-se em cálculos de custos e benefícios com base em situações e estruturas de oportunidades específicas (*idem*, p. 328). Por outro lado, o conceito de “recurso”, tal como em Chapman, ganha uma conotação mais ampla do que a estritamente financeira, englobando outros elementos, como os capitais políticos potenciais. Segundo a autora, as condições de elegibilidade são determinadas por “recursos” como “tempo”, “dinheiro”, “redes de apoio”, “experiência política” e “conhecimento acumulado”. Já as “motivações” envolvem as ambições que os atores possam ter no sentido de vir a disputar ou ocupar cargos, originadas por desejos de ter “poder”, *status*, e/ou de representar um grupo de interesse; de desenvolver um serviço público; obter ganhos materiais, lealdade partidária; ou ainda por objetivos ideológicos, entre outros.

Em ambos os casos, a análise de como o gênero perpassa as trajetórias – familiar, social

e política – irá fornecer importantes pistas para a compreensão da disponibilidade de recursos e das possibilidades de motivação política, necessárias às etapas posteriores do processo de recrutamento. Por outro lado, há a demanda partidária, isto é, as necessidades dos partidos, em que estão envolvidas as prioridades políticas e sua adequação aos requisitos e critérios estabelecidos pelos dirigentes que controlam o processo de decisão eleitoral para definir os potenciais concorrentes. Como eles percebem o papel do representante parlamentar e o que definem como experiência política ou requisitos para competir são questões balizadas por percepções e valores individuais, referências ideológicas e cálculos estratégicos, trata-se então de procurar avaliar *se e como* os fatores de gênero perpassam esse processo.

Como foi assinalado anteriormente, os três trabalhos partem de perspectivas analíticas distintas quanto à natureza da subjetividade dos atores e das possibilidades de ação. De igual modo, as instituições que irão ocupar lugares privilegiados na formação de valores ou padrões variam de análise para análise. Assim, a participação política por gênero passa, necessariamente, por uma análise multicausal que articula as distintas dimensões da vida social, incorporando aspectos que, por muito tempo, foram ignorados pelos estudos políticos e preservando dimensões inerentes a esse campo. A escolha desses trabalhos para ilustrar essas tendências não significa uma adesão ao *conjunto* de suas formulações. O que se pretendeu destacar foi o fato de que, por caminhos diversos, esses trabalhos procuram articular estruturas, atores, subjetividade – coletivas e individuais – e processos sociais mais amplos. Nesse sentido, tanto podem ser considerados expressões de ruptura com as abordagens identificadas no início deste texto, quanto de resgate de dimensões mais estruturais, ou institucionais, como referenciais para análise.

Alguns Comentários sobre a Produção Brasileira

Os traços gerais que marcaram os estudos sobre mulher e/ou gênero e participação política, e que foram objeto de crítica de estudiosas feministas, também são identificados nas ciências sociais no Brasil, particularmente na ciência política. Em relação à trajetória de institucionalização desses estudos no país, Heilborn e Sorj destacam o fato de que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, “[...] as feministas da academia não desenvolvem estratégias de enfrentamento com as organizações científicas e com os departamentos aos quais estavam vinculadas e concentram seus esforços, quase que exclusivamente, na área da pesquisa social” (1999, p. 186). Essa estratégia não possibilitou a formação de “unidades próprias de ensino”, ou de espaços alternativos, como assinalam as autoras. As acadêmicas brasileiras optaram por “integrar-se à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das Ciências Sociais” (*idem*, p. 187). Isso parece ter resultado no reconhecimento institucional desse campo no interior da academia. Contudo, certas resistências continuam sendo identificadas, e tanto este como outros balanços reconhecem que se trata de um campo ainda marcadamente ocupado por mulheres. Assim como foi assinalado no início deste artigo, no Brasil, é também na ciência política que as autoras constatarem uma maior fragilidade desse processo de institucionalização.¹⁰ Como razões para isso, Pinto (*apud* Heilborn e Sorj, 1999, p. 193) assinala problemas de ordem empírica, relacionados à ausência de estímulo por pesquisas sobre esse tema, decorrente do fraco ingresso das mulheres no que se define como arena política; e, problemas de interpretações teóricas, relacionados à compreensão conceitual da idéia de participação e de efe-

ra pública. Em trabalho recente, Pinto (2001, p. 101) volta a registrar a dificuldade de incorporar a variável gênero em estudos vinculados ao núcleo clássico da ciência política brasileira, bem como dificuldades teóricas, relacionadas à “noção de participação da qual esses estudos partem”. Ademais, mesmo com a posterior incorporação ou substituição do tema “mulher” pela chamada “problemática de gênero”, que propicia análises mais relacionais e comparativas sobre a inserção de homens e mulheres na política, essa área de pesquisa permanece predominantemente ocupada por mulheres. Assim, o registro dos estudos e das pesquisas nesse campo, que aqui está sendo designado como “gênero e política”, no Brasil, ainda remete fundamentalmente à produção de acadêmicas ou de ativistas que procuram desenvolver uma reflexão em torno do tema.

Os trabalhos sobre mulher e política no Brasil ganharam destaque a partir do início dos anos de 1980, refletindo, de certo modo, o clima de redemocratização que se iniciava no país e que marcou aquela década. Trabalhos como os de Alves (1980), Moraes (1985), Toscano (1982, 1985), Costa (1986), Pimentel (1987), entre outros, procuravam registrar e compreender a evolução da luta por direitos políticos das mulheres e os fatores intervenientes nesse processo. O quadro da inserção e o acesso à representação parlamentar e à política institucional também constituíram objeto de atenção (Tabak, 1981, 1987, 1989; Blay, 1983, 1989, 1990; Avelar, 1989), assim como a constituição das mulheres como sujeitos políticos e sua atuação coletiva (Souza-Lobo, 1987; Pinto, 1987; Goldberg, 1989; Cardoso, 1987).

Condizente com os deslocamentos teórico-metodológicos identificados anteriormente, parte dessa produção orientou-se por uma perspectiva analítica que procurava redefinir o conceito de participação política no sentido de torná-lo mais abrangente e conferir visibilidade à diversidade de formas de

ação coletiva com fins políticos, fossem elas feministas ou não. Nessa perspectiva, foram passíveis de crítica tanto a produção clássica da ciência política (Avelar, 1989; Brito, 1991) quanto estudos realizados por feministas em torno da participação institucional, pois, conforme sugeriu Brito (1991), os mesmos tendiam a privilegiar a *ausência* das mulheres do campo político institucional, reforçando, ainda que de forma não-intencional, a ideologia da apatia feminina, que obliterava suas outras formas de participação política. Em contrapartida, tratava-se de desconstruir o mito da apatia feminina resgatando a conexão entre as lutas sociais, a política, o comportamento eleitoral das mulheres, ou, ainda, demonstrando a rica atuação e contribuição feminista na luta por democracia política.

A análise dessa literatura revela que o percurso crítico no Brasil também se defrontou com tensões semelhantes àquelas identificadas em relação às abordagens feministas já discutidas. Em outras palavras, não se tratava apenas de resistência daqueles que trabalhavam com os temas clássicos da política em incluir outros temas ou algumas variáveis – problema que parece permanecer até o momento –, mas também de uma dificuldade das estudiosas feministas em trabalhar com esse “núcleo duro” e incorporar os temas clássicos como objeto relevante para compreender a inserção institucional por gênero. Aqui, a ampliação da esfera do “político” parece ter sido acompanhada, também, pela dificuldade em sentido oposto, isto é, em considerar e incorporar o campo mais tradicional da política.¹¹ A partir da segunda metade da década de 1980, e até meados da década de 1990, período em que há um significativo crescimento dos “estudos feministas”, as pesquisas envolvendo a participação política da mulher em sua dimensão mais institucional registram um crescimento tímido. E se, por um lado, o clima político da época favorecia a emergência de movimentos sociais de mulheres ou de ou-

tros movimentos nos quais elas participavam como sujeitos coletivos, propiciando um vasto campo de investigação, é fato também que esse período foi marcado pela retomada de temas da democracia relacionados à sua dimensão institucional, particularmente o tema da representação. O crescimento inicialmente registrado da presença de mulheres no parlamento¹² transformou-se praticamente em estagnação num momento posterior, mas isto não parece ter sido suficiente para estimular estudos a respeito, ou mesmo a inclusão desse como um problema nas pesquisas mais abrangentes sobre o sistema político.

A década de 1990 foi marcada pela ampliação do debate sobre a participação em instâncias de poder.¹³ A partir da segunda metade dessa década, sobretudo, discutiram-se os caminhos alternativos e as formas tradicionais de acesso ao poder no Brasil, por meio dos quais as mulheres se afirmam como sujeitos políticos e ingressam na disputa eleitoral (Blay, 1990; Pinto, 1994a; Pinto *et al.*, 2000). Nessa literatura mais recente, tem sido destacado, também, o tipo de capital político predominante na viabilização das candidaturas, particularmente o traço familiar desse capital no que se refere aos partidos mais conservadores, conformando-se quase um padrão de ingresso na política. Procura-se, de igual modo, dar visibilidade aos discursos e às redes de relações que as mulheres estabelecem para disputar a política (Barreira, 1998; Lemenhe, 1998; Costa, 1998), bem como aos processos específicos nos quais as mulheres estabelecem estratégias coletivas de intervenção na política (Godinho, 1996, 1998; Borba, 1998). Destaque-se ainda trabalhos que visam a oferecer um panorama mais geral acerca do estágio atual de participação da mulher na política (Avelar, 1996; Prá, 1996; Prá e Baquero, 1997; Blay, 2001).

Em encontro recente,¹⁴ um levantamento informal com o propósito de mapear

as tendências das pesquisas nessa área permitiu constatar uma diversidade de temas de investigação, porém, ainda com predominância em pesquisas históricas que procuram resgatar a trajetória individual de determinadas mulheres em momentos específicos, especialmente na luta pelo sufrágio universal. A seguir, constavam os estudos de casos sobre experiências coletivas localizadas e não institucionais; e, em menor escala, pesquisas sobre os processos eleitorais e as experiências iniciadas com as ações afirmativas e as cotas, estas últimas versando tanto sobre seus impactos quantitativos quanto simbólicos. O exame mais abrangente dos trabalhos publicados nos últimos anos revela, contudo, um aumento de pesquisas que elegem dimensões distintas da representação política. Como já foi assinalado, também no Brasil esse processo vem sendo estimulado por novas estratégias de acesso ao poder, que, no nosso caso, se corporificam nas iniciativas sindicais e na aprovação, a partir de 1996, de leis federais estabelecendo cotas para a disputa legislativa. O acompanhamento desses processos e a análise de seus impactos tem sido objeto de pesquisas para trabalhos que analisam os efeitos quantitativos e qualitativos dessas políticas, propiciando leituras distintas e gerando debates que podem vir a produzir novos desdobramentos teóricos e metodológicos para os estudos sobre gênero e política no Brasil (Godinho, 1996, 1998; Araújo, 1998, 1999, 2001; Miguel, 1999, 2000; Suplicy, 1996; Souza, 2000; Grossi e Miguel, 2001).¹⁵

Observações Finais

O conceito de participação é hoje muito mais abrangente e permite um olhar sobre formas de inserção e tipos de ação coletiva das mulheres, até há pouco invisíveis ou desconsiderados. Todavia, não há como deixar de registrar o fato de que as brasileiras conti-

nuam apresentando índices baixos de participação nas arenas clássicas da democracia representativa.¹⁶

O balanço dos temas discutidos na literatura recente indica a relevância que esse tipo de participação adquiriu. Indica, também, que a suposição da "apatia feminina" em relação à política, que permeou a literatura por muitas décadas, encontra-se bastante enfraquecida como explicação válida para as assimetrias existentes, tornando-se mais uma manifestação de preconceito do que um elemento de interpretação. A preocupação em destacar formas de participação política não-institucionais, afirmando a presença política das mulheres nos múltiplos espaços, assim como os processos nem sempre visíveis, constitui um tipo de contribuição bastante significativa, sobretudo em um país marcado por longos períodos de exceção, onde se agravam ainda mais as possibilidades de visibilidade política para os setores e grupos excluídos. De igual modo, a riqueza dos movimentos comunitários na América Latina em geral e também no Brasil é revelada, sobretudo, por meio da participação ativa das mulheres. Contudo, o cenário da participação das mulheres nas instâncias que compõem a representação – expresso em termos quantitativos nos baixos índices de presença no executivo e no legislativo – ainda está por ser mais bem analisado e compreendido, a partir de análises que incorporem dimensões subjetivas e estruturais, características das relações de gênero no Brasil, articuladas às características mais amplas do sistema político brasileiro.

Em se tratando do problema do acesso ao poder, particularmente ao tema da representação política, o balanço geral a respeito dessa produção, embora não exaustivo, permite finalizar este artigo com algumas observações sobre as suas potencialidades e os seus limites. De início cabe destacar a produção substancial voltada para conferir visibilidade à participação coletiva das mulheres em espa-

ços políticos não-institucionais, os quais envolvem a participação nos movimentos comunitários urbanos, bastante estudados, organizações religiosas, assim como em novos movimentos, como o do sem-terra. Os espaços e as contribuições das mulheres nesses movimentos merecem atenção especial.¹⁷ Além disso, constata-se um grande número de pesquisas voltadas para destacar as experiências individuais, por meio dos estudos de caso sobre mulheres na política, sobretudo via resgate histórico, como forma de conferir visibilidade a essas atuações. Um terceiro aspecto a destacar refere-se à limitada produção de análises que estabeleçam conexões e forneçam uma compreensão mais ampla acerca dos fatores contextuais e mais gerais que interferem no acesso das mulheres às instâncias decisórias. Quanto a isso, são particularmente raros os trabalhos que consideram o sistema político ou os aspectos partidários. Embora os estudos sobre sistema eleitoral e partidário tenham alguma tradição no país, pode-se dizer que a intercessão com a problemática de gênero ainda está por ser feita. Assim, não é precipitado sugerir que as resistências identificadas tendem a se reproduzir na produção local, refletindo-se na escassez de trabalhos que privilegiam as dimensões institucionais e, sobretudo, incorporam as perspectivas comparadas.

Os estudos de caso e de processos relacionados com a experiência de atuação política coletiva têm contribuído para reconstruir as trajetórias que conduzem mulheres de sua condição de atores individuais a atores coletivos. Nesse sentido, ampliam e dão visibilidade à participação não institucional, favorecendo também o entendimento de como as relações de gênero produzem restrições concretas a esse processo e de como as mulheres constroem estratégias que rompem com tais restrições. Tais estudos estão, contudo, por seus próprios objetivos, limitados para fornecer pistas mais consistentes acerca da forma pela qual o gênero recorta

certas dimensões políticas e influencia a inserção das mulheres nas estruturas de poder. Os enfoques mais históricos, que resgatam a luta ou a presença de mulheres em determinados processos, constituem um outro tipo de produção. Esses estudos são importantes porque resgatam atuações diluídas nos registros oficiais e desvendam, ao mesmo tempo, os obstáculos e os preconceitos que se intercalam nessas trajetórias. Contudo, embora ajudem a identificar as rotas percorridas para o ingresso nessas instâncias, não dão conta das confluências que determinam os padrões atuais. Há uma bibliografia em franco desenvolvimento que trata do “estado da arte” da participação política, isto é, da situação atual – índices de participação, lugares ocupados, entre outros aspectos – predominando, porém, uma característica descritiva. De outro lado, salvo algumas exceções, como, por exemplo, os trabalhos de Pinto (1994b, 2000) e Miguel (2000),¹⁸ é perceptível a escassez de análises que desenvolvam reflexões mais teóricas sobre o tema “gênero, participação e representação”. Observa-se, ainda, a ausência de estudos empíricos que trabalhem com uma perspectiva comparada mais ampla, sobretudo entre países. Em alguns casos, como, por exemplo, o trabalho de Avelar (1996), tais dimensões são apontadas, porém, não são discutidas de forma mais aprofundada.

Em se tratando dos estudos voltados para as políticas de ação afirmativa e cotas, relacionados com a esfera da representação legislativa, ainda é cedo para identificar as tendências mais consolidadas, uma vez que as pesquisas ainda se encontram em andamento. Mas não é de todo precipitado sugerir que há uma certa dificuldade, ou mesmo resistência, em analisar as políticas de cotas em sua relação com as dimensões institucionais do sistema político, em aspectos como as caracte-

terísticas do sistema partidário e/ou eleitoral e a cultura política. Tais aspectos são considerados, por vários estudos (Rule, 1997; Jones, 1998; Polanco, 1999; Araújo, 1999; Hutn, 2001; Skjeie e Silm, 2000), importantes para o êxito dessas experiências. O registro do processo e de seu significado simbólico – para candidatas e dirigentes – tende a ser o elemento mais destacado, inclusive quando se trata de analisar as razões da baixa *performance* no interior dos partidos e nos resultados quantitativos eleitorais. Talvez esse tema, por estar diretamente relacionado à dimensão institucional da política, expresse de maneira mais clara a permanência das tensões aqui discutidas e o tratamento dicotômico existente quando se trata de considerar significados e percepções, por um lado, e estruturas, por outro.¹⁹ A respeito do processo em curso até o momento, os resultados das cotas têm ficado aquém do esperado, e isto também tem efeitos sobre a subjetividade das mulheres, o que aponta para a necessidade de articular as várias dimensões em questão.

Essa situação, bastante assimétrica, ocorre também nos espaços executivos, inclusive naqueles onde não está envolvida a representação, como os internos à administração. Nesse cenário, o aprofundamento em torno das investigações sobre dimensões institucionais e processos políticos numa perspectiva de gênero pode vir a produzir uma análise crítica consistente sobre a (in) capacidade de absorção das mulheres e de outros agentes historicamente excluídos das instâncias de poder político. Ao olharmos as duas últimas décadas, podemos identificar um saldo bastante positivo na trajetória dos estudos de gênero no país, mas há ainda um vasto e estratégico campo a ser explorado. Retomando a observação de Sapiro ([1995] 1998), quer queiramos ou não, essas instituições existem e, portanto, contam na manutenção ou na alteração dos espaços ocupados pelas mulheres.

Notas

1. Aqui a participação política é entendida como algo mais amplo do que a participação institucional, envolvendo a “atividade cidadã que visa a influenciar governos” (Norris, 1994a, p. 26).
2. Cabe exemplificar alguns estudos antropológicos recentes, realizados no Brasil, como os de Heredia (1996) e de Kuschnir (1999) por exemplo, que acrescentam novas evidências sobre o complicado imbricamento entre escolhas políticas e hierarquias familiares, sobretudo em relação às escolhas das mulheres.
3. No Brasil, esse termo tem sido livremente traduzido como “empoderamento”. Esse conceito remete a um processo “[...] que visa a consolidar, manter ou mudar a natureza e a repartição do poder num contexto cultural particular” (Le Doaré, 1994, p. 72). Para análises sobre participação política na perspectiva do *empowerment*, ver, entre outros, Bookman e Morgen (1988).
4. Refiro-me à síntese feita por Norris quanto aos tipos de análises que caracterizaram cada um dos períodos por ela identificados.
5. Sobre isto, ver também Dietz (1996).
6. Ver, por exemplo, número especial do *Le Monde*, 284, fev. 2000, com artigos de várias autoras.
7. Por razões de espaço não estão sendo considerados aqui outros trabalhos nesse sentido, como por exemplo, os de Lovenduski e Norris (1995), Darcy *et al.* (1994) e Bachhi (1996), entre outros.
8. Não se pode deixar de registrar que a autora está escrevendo ainda no início da década de 1990, e que desde então algumas alterações podem ser observadas. Isto, por sua vez, não tira a atualidade de suas contribuições.
9. O destaque conferido à dimensão da cultura e, particularmente à cultura política na compreensão dos fatores que interferem no recrutamento político por gênero tem sido feito por vários trabalhos mais recentes, como os de Reynolds (1999), Inhetveen (1999), Skjeie e Silm (2000), entre outros.
10. Segundo as autoras, o levantamento realizado sobre o número de teses defendidas no Rio de Janeiro nas três áreas das ciências sociais indica um número inexpressivo de trabalhos na área de ciência política.
11. Pode ser ilustrativa dessa tensão a resenha publicada no *BIB*, 18 (1984), intitulada “Mulher & política: um debate sobre a literatura recente”, de autoria de Mariza Corrêa. De fato, tratava-se de uma resenha bem estruturada sobre o tratamento do tema da família, relacionando-o com a agenda feminista da época. Nela está presente a preocupação em trabalhar com um conceito mais amplo de “política”. Mas, embora em sentido amplo o termo pudesse ser aplicado, o fato é que há poucas referências a temas relacionados com a política em sua dimensão institucional ou mesmo como ação social coletiva.
12. Ver Avelar (1996), Araújo (1999).
13. É também digna de registro a produção que procurou cobrir a experiência das mulheres no movimento sindical desde a década de 1980, incluindo as experiências mais recentes de cotas (Araújo, 1991; Cappelin, 1994; Castro, 1995; Godinho, 1996).

14. Refiro-me ao III Encontro “Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia”, realizado em setembro de 2001, GT “Gênero e Política”, no qual foram inscritos 25 trabalhos. Por ser um evento voltado especificamente para os estudos de gênero e ser mais acessível a jovens pesquisadores, esse encontro facilita um mapeamento sobre os temas que estão estimulando pesquisas.
15. Entre 1996 e 2001 a revista *Estudos Feministas* promoveu dois seminários e publicou dois dossiês sobre o assunto. Houve também seminários promovidos em universidades.
16. Num *ranking* elaborado pela União Inter-Parlamentar sobre presença feminina no parlamento, atualizado em fevereiro de 2002, envolvendo 134 países, o Brasil ocupou o 94º lugar. Em relação a países da América Latina, só ficou à frente de Honduras, Haiti e Paraguai.
17. Alguns desses trabalhos foram apresentados no X Congresso da SBS, envolvendo vários assentamentos rurais.
18. Numa fase anterior pode ser destacada a obra já mencionada de Avelar (1979), que busca desenvolver uma perspectiva mais analítica para pensar um problema empírico de pesquisa.
19. Como bem foi notado por Giddens (1989), trata-se de uma falsa dicotomia, pois ambas as dimensões compõem a ação social e formam as práticas e os padrões institucionalizados.

Bibliografia

- Ackelsberg, Marta
 1996 “Ampliando o Estudo sobre a Participação das Mulheres”. *Cadernos AEL*, pp. 251-279, Unicamp, 1º semestre.
- Alves, Branca Moreira
 1980 *Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Appleton, A. & Mazur, A.
 1993 “Transformation or Modernization: The Rhetoric and Reality of Gender and Party Politics in France”, in J. Lovenduski e Pippa Norris (eds.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Araújo, Clara
 1998 “Mulheres e Representação Política: A Experiência das Cotas no Brasil”. *Revista Estudos Feministas*, 6 (4): 71-91.
- 1999 *Cidadania Incompleta: O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres Brasileiras*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.
- 2001 “As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais”. *Dados*, 44 (1): 155-195.
- Avelar, Lúcia
 1987 “A Participação Política da Mulher e a Ideologia do Conservadorismo Político: Subsídios para Pesquisas”. XI Encontro Anual da Anpocs, Águas de São Pedro, mimeo.

- 1989 *O Segundo Eleitorado: Tendências do Voto Feminino no Brasil*. Campinas, Editora da Unicamp.
- 1996 *Mulheres na Elite Política Brasileira: Canais de Acesso ao Poder*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
- Bachhi, C.
1996 *The Politics of Affirmative Action*. Londres, Sage Publications.
- Badinter, E.
2000 "Non aux quotas des femmes". *Le Monde*, 284, "Dossiers & Documents", fev. (texto escrito pela autora em junho de 1996).
- Barreira, I.
1998 "Entre Mulheres: Jogo de Identificações e Diferenças em Campanhas Eleitorais", in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
- Blay, E.
1983 *A Participação das Mulheres na Redemocratização: Aspectos das Eleições de 1982*. VII Encontro Anual da Anpocs, out., mimeo.
1983 *As Prefeitas*. Rio de Janeiro, Avenir.
1990 *Enfrentando a Alienação: As Mulheres e o Poder Local*. XII Congresso da Associação Internacional de Sociologia, Madri, jul.
2001 "Um Caminho ainda em Construção: A Igualdade de Oportunidade para Mulheres". *Revista USP*, 49, p. 82-97.
- Bobbio, N.
1988 *O Futuro da Democracia*. Lisboa, Dom Quixote.
- Bookman, A. & Morgen, S.
1988 *Women and the Politics of Empowerment*. Philadelphia, Temple University Press.
- Bonder, G. & Nari, M.
1995 "The 30 Percent Quota Law: A Turning Point for Women's Political Participation in Argentina", in Alida Brill (org.), *Rising a Public Voice: The Women in Politics Worldwide*, Nova York, The Feminist Press.
- Bonachi, G. & Groppi, A. (orgs.)
1994 *O Dilema da Cidadania*. São Paulo, Unesp.
- Borba, Ângela
1998 "Legislando para Mulheres", in Ângela Borba et al. (orgs.), *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Bourdieu, P.
1993 *Sociology in Question*. Londres, Sage Publications.
1999 *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Bourque, S. & Grosheltz, J.
1998 [1984] "Politics an Unnatural Practice: Political Science Look at Female Participation", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *The Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Brennam, Teresa & Pateman, Carole
1998 "Mere Auxiliaries to the Commonwealth': The Women and the Origenes of Liberalism", in Anne Phillips (org.), *Feminism & Politics*, Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- Brito, N.
1991 *Mulher e Política: Público e Privado?*. XV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, out.
- Bryson, V.
1999 *Feminist Debates: Issues of Theory and Political Practice*. Basingstock, Macmillan.
- Butler, D. & Kavanagh, D.
1997 *The British General Election of 1997*. Londres, MacMillan Press.
- Cardoso, R.
1987 "As Mulheres e a Democracia". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 287-304.
- Castro, M.
1995 "Gênero e Poder no Espaço Sindical". *Revista Estudos Feministas*, 1(3): 29-51.
- Chapman, Jenny
1993 *Politics, Feminism and Reformation of Gender*. Londres, Routledge.
- Christy, C.
1994 "Trends in Sex Difference in Political Participation: A Comparative Perspective", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
- Corrêa, M.
1984 "Mulher & Política: Um Debate sobre a Literatura Recente". *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico*, 18: 27-44.
- Costa, A.
1986 *A Participação Política da Mulher e a Dominação Patriarcal: Uma Introdução*. X Encontro Anual da Anpocs, Campos do Jordão.
1998 *As Donas no Poder: Mulher e Política na Bahia*. Salvador, NEIM/Ufba/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia.
- D 'Albora, A. & Levine, S.
1996 *Mujer & Ciudadania*. Santiago de Chile, Ideas Fundación.
- Darcy, R.; Welch, S. & Clarck, J.
1994 *Women, Elections and Representation*. Lincoln/Londres, University of Nebraska Press.
- Delgado, Maria Berenice
1996 "Mais Mulheres na Direção da CUT". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 138-147.

- Dietz, M.
1996 "O Contexto é o que Conta: Feminismo e Teorias da Cidadania". *Revista Debate Feminista*, n. especial "Cidadania e Feminismo", São Paulo, pp. 3-29.
- Duverger, M.
1955 *La participation des femmes a la vie politique*. Paris, Unesco.
- Fraser, Nancy
1995 "From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age". *New Left Review*, 212: 68-93.
1997 *Justice Interrupts: Critical Reflexions on Post-Socialist Conditions*. Londres, Routledge.
- Giddens, Anthony
1989 *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- Godinho, Tatau
1996 "Ação Afirmativa no Partido dos Trabalhadores". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 148-157.
1998 "O PT e o Feminismo", in Ângela Borba et al. (orgs.), *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Perseu Abramo.
- Goldberg, Anette
1989 "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político". *BIB*, 28.
- Goot, Murray & Reid, Elizabeth
1984 "Women are Not Apolitical, Then Conservative", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *The Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Gregory, M. F.
1999 "Estudos de Gênero no Brasil (Comentário Crítico)", em Sergio Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira*, São Paulo, Anpocs/Sumaré.
- Grossi, M. & Miguel, Sonia
2001 "Transformando a Diferença: Mulheres na Política". *Revista Estudos Feministas*, 9 (1): 167-202.
- Haug, F.
1995 "The Quota Demand and Feminism Politics". *New Left Review*, 209: 136-145.
- Heilborn, M. & Sorj, B.
1999 "Estudos de Gênero no Brasil", in Sergio Miceli (org.), *O que Ler na Ciência Social Brasileira*, São Paulo, Anpocs/Sumaré.
- Heredia, B.
1996 "Política, Família e Comunidade", in Moacir Palmeira & Marcio Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- Hutn, Mala
2001 "A Política de Cotas na América Latina". *Revista Estudos Feministas*, 9 (1): 225-230.

- Hutn, M. & Jones, M.
 2002 "Engendering the Right to Participate in Decision-Making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America, in Nikki Craske & Maxine Molyneux (orgs.), *Gender and the Politics of Rights and Democracy in Latin America*, Nova York, Palgrave.
- Inglehart, R. & Norris, P.
 2000 "The Development Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective". *International Political Science Review*, 21 (4): 441-463.
- Inheteven, K.
 1999 "Can Gender Equality Be Institutionalized?". *International Sociology*, 14 (4): 403-422.
- Inter Parliamentary Union – IPU
 1997 "Men and Women in Politics – Democracy Still in the Making: A Comparative Study". *Series Report and Document*, 28, Geneva, IPU.
 2000 "Politics: Women's Insight. *Series Report and Document*, 36.
- Jones, Mark
 1998 "Gender Quotas, Electoral Laws, and the Election of Women: Lessons from the Argentine Provinces". *Comparative Political Studies*, 31 (1): 3-21.
- Kuschnir, Karina *et al.*
 1998 "A Campanha Eleitoral na TV em Eleições Locais: Estratégias e Resultados", in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
 1999 *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro, Zahar Editor.
- Kymlicka, W.
 1995 *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minorities Rights*. Oxford, Blackwell.
- Le Doaré, H.
 1994 "Do Poder Político e Poético: Esquema de um Raciocínio". *Revista Estudos Feministas*, n. especial: 65-78.
- Leijenar, Monique
 1993 "Selecting Candidates in the Netherlands", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Lemehne, Maria Auxiliadora
 1998 "A 'Modernidade' como Emblema Político", in Irllys Barreira & Moacir Palmeira (orgs.), *Candidatos e Candidaturas: Enredos de Campanha Eleitoral no Brasil*, São Paulo, Annablume.
- Lovenduski, Joni
 1993 "The Dynamics of Gender and Party Politics", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
 1996 "Sex, Gender and British Politics", in Joni Lovenduski e Pippa Norris (orgs.), *Women and Politics*, Oxford, Oxford University Press.

- Mateus, F.
1999 "Quotas, Mulheres e Listas: Relembrar Argumentos". *Avante*, Lisboa, 6 maio, p. 20.
- Miguel, S.
1999 "A Política de Cotas por Sexo". Brasília, Cfemea.
2000 "Cuotas Políticas: Cuestionando las Relaciones de Poder", in *De Poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*. Montevideo, Down/Repem.
- Miguel, L. F.
2000 "Teoria Política Feminista e Liberalismo: O Caso das Cotas de Representação". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (44): 91-102.
- Moraes, L.
1985 *Mulheres em Movimento: O Balanço da Década da Mulher do Ponto de Vista do Feminismo, das Religiões e da Política*. São Paulo, Nobel/Conselho Estadual da Condição Feminina.
- Norris, Pippa
1993 "Conclusion", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
1994 "Political Participation", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
1996 "Women Politicians: Transforming Westminster?", in Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Okin, S.
1991 "Gender, the Public and the Private", in David Held (org.), *Political Theory Today*, Londres, McMillan.
- Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.)
1993 *Gender and Party Politics*, Londres, Sage Publications.
- Pateman, C.
1993 *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1994 "Does Sex Matter to Democracy? A Comment", in M. Githens; Pippa Norris & Joni Lovenduski (orgs.), *Different Roles, Different Voices: Women in Politics in the United States and Europe*, Nova York, Harper Collins.
- Pateman, C. & Brennan, Teresa
1998 [1995] "Mere Auxiliaries to the Commonwealth": *Women and the Origins of Liberalism*, in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Phillips, A.
1992 "Universal Pretensions in Political Thought", in Michele Barret & Anne Phillips (orgs.), *Destabilizing Theory*, Cambridge, Polity Press.
1995 *The Politics of Presence*. Oxford, Oxford University Press.

- 1998 "Democracy and Representation: Or, Why Should it Matter who our Representative Are?", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Pimentel, S.
1987 *A Mulher e a Constituinte: Uma Contribuição ao Debate*. São Paulo, Cortez/Educ.
- Pinto, Céli
1987 "A Mulher como Sujeito Político: O Caso Latino Americano". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 163-170.
1990 *A Trajetória da Invisibilidade: A Mulher enquanto Objeto da Ciência Política*. Seminário de Estudos feministas, São Roque, Fundação Carlos Chagas.
1994a "Donas-de-casa, Mães, Feministas, Batalhadoras: Mulheres nas Eleições de 1994 no Brasil". *Revista Estudos Feministas*, 2: 297-312, 2º semestre.
1994b "Mulher e Política no Brasil: Os Impasses do Feminismo enquanto Movimento Social, Face às Regras do Jogo da Democracia Representativa". *Revista Estudos Feministas*, 2: 297-312.
2000 "A Democracia Desafiada: A Presença de Direitos Multiculturais", in Leonardo Avritzer & José Maurício Domingues (orgs), *Teoria Social e Modernidade no Brasil*, Belo Horizonte, UFMG.
2001 "Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil". *Revista da USP*, 49: 98-112.
- Pinto, Céli; Moritz, Maria Lucia; Schulz, Angela & Moraes, Tais
2000 *Perfis, Trajetórias, Desempenhos: Uma Pesquisa com as Vereadoras Gaúchas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS.
- Polanco, Jaqueline Jiménez
1999 "La Representación Política de las Mujeres en América Latina". *Revista América Latina Hoy*, Madrid/Salamanca, Universidad Complutense/Universidad de Salamanca, fev.
- Prá, Jussara
1996 "Cidadania e Gênero no Processo de Construção da Democracia Brasileira", in Adir Luiz Ferreira et al., *Condicionantes da Consolidação Democrática: Ética, Mídia e Cultura Política*, Porto Alegre, Editora da Universidade.
- Prá, Jussara & Baquero, Marcello
1997 "Os Limites da Cidadania: Novos Desafios". São Paulo, XXI Congresso da ALAS.
- Reynolds, A.
1999 "Women in the Legislatures and Executives of the World". *World Politics*, 51 (4): 547-552.
- Riot-Sarcey, M.
1994 "Estratégias Eminentistas e Representação Política". *Revista Estudos Feministas*, n. especial: 247-255.
1995 "De la représentation et ses multiples usages", in M. Riot-Sarcey (org.), *Démocratie et représentation*, Paris, Editions Kimé.

- Ross, K.
2000 "Unruly Theory and Difficult Practice: Issues and Dilemmas in Work with Women Politicians". *International Feminist Journal of Politics*, 2 (3): 319-336.
- Rule, W.
1997 *Political Rights, Electoral System and the Legislative Representation of Women in 73 Democracies: A Preliminary Analysis*. XVII Congresso Mundial da Associação Internacional de Ciência Política, Seul, ago.
- Sapiro, V.
1998 [1995] "When Are Interests Interesting? The Problem of Political Representation of Women", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Sawer, M.
2000 "Parliamentary Representation of Women: From Discourses of Justice to Strategies of Accountability". *International Political Science Review*, 21 (4): 361-380.
- Scott, J.
2001 "A querelle des femmes no século XX". *Revista Estudos Feministas*, 9 (2): 367-388.
- Shabad, G. & Andersen, K.
1984 "Candidate Evaluation by Men and Women", in J. Siltanen & M. Stannworth (orgs.), *Women and Public Sphere: A Critique of Sociology and Politics*, Londres, Hutghinson.
- Short, C.
1996 "Women and the Labour Party", in Pippa Norris & Jony Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Siarof, A.
2000 "Women's Representation in Legislatures and Cabinets in Industrial Democracies". *International Political Science Review*, 21 (2): 197-215.
- Skjeie, H. & Silm, B.
2000 "Scandinavian Feminist Debate on Citizenship". *International Political Science Review*, 21 (4): 345-361.
- Souza, T.
2000 *Agora Eu Sou Uma Estrela: Uma Análise da Cota de 30% de Mulheres em Cargos de Direção no Partido dos Trabalhadores*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- Souza-Lobo, E.
1987 "Mulheres, Feminismo e Novas Práticas Sociais". *Revista de Ciências Sociais*, 1 (2): 221-229.
- Squires, Judith
1996 "Quotas for Women: Fair Representation?", in Pippa Norris & Jony Lovenduski (orgs.), *Women in Politics*, Oxford, Oxford University Press.
- Suplicy, M.
1996 "Novos Paradigmas na Esfera do Poder". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 126-137.

- Tabak, Fanny
- 1981 *O Exercício do Voto e Atuação Parlamentar da Mulher no Brasil*. V Encontro Anual da Anpocs, Friburgo, out., mimeo.
- 1987 *O Perfil da Vereadora Brasileira*. Rio de Janeiro, PUC.
- 1989 *A Mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Toscano, Moema
- 1982 "A Mulher na Política", in F. Tabak & Toscano, *Mulher e Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1985 *Mulher, Trabalho e Política: Caminhos Cruzados do Feminismo*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana.
- Tremblay, M.
- 2000 "Women, Citizenship and Representation: An Introduction". *International Political Science Review*, 21 (4): 339-343.
- Vargas, V.
- 2000 "Institucionalidad Democrática y Estrategias Feministas en los Años 90", in *De Poderes y Saberes: Debates sobre Reestructura Política y Transformación Social*, Montevideo, Down/Repem.
- Varikas, E.
- 1996 "Refundar ou Reacomodar a Democracia? Reflexões Críticas acerca da Paridade entre os Sexos". *Revista Estudos Feministas*, 4 (1): 65-95.
- Viegas, J. & Faria, S.
- 1999 "Participação Política Feminina". *Sociologia: Problemas e Práticas*, 30: 55-87.
- 2001 *As Mulheres na Política*. Oeiras, Celta Editores.
- Waylen, G.
- 2000 "Gender and Democratic Politics: A Comparative Analysis of Consolidation in Argentine and Chile". *Journal of Latin American Study*, 32: 765-793.
- Women's Rights Series 10
- 1997 *Differential Impact of the Electoral System on Female Political Representation*. Luxemburg, European Parliament/Division for Social Affairs.
- Young, Iris
- 1990 *Justice and the Politics of Difference*. Princeton, Princeton University Press.
- 1998 "Polity and Group Difference: A Critique of the Ideal of Universal Citizenship", in Anne Phillips (org.), *Feminism and Politics*, Oxford/Nova York, Oxford University Press.
- 2000 *Inclusion and Democracy*. Oxford, Oxford University Press.

Resumo

Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes

Este artigo analisa a trajetória da incorporação dos temas “mulher” e “gênero” aos estudos sobre participação e representação política, indicando tensões e tendências recentes na agenda de pesquisa e nos enfoques teóricos e metodológicos. Procurando examinar as contribuições dos chamados “estudos feministas” ao debate desses temas, o artigo destaca alguns trabalhos que ilustram as contribuições recentes, marcadas por tentativas de articular distintas dimensões analíticas e retomar enfoques de temas mais institucionais. Finalmente, desenvolve um breve balanço relativo à produção brasileira, traçando paralelos com as tendências identificadas na primeira parte do trabalho.

Palavras-chave: Gênero; mulher; participação política; estudos feministas.

Résumé

Participation Politique et Genre : Quelques Tendances Analytiques Récentes

Cet article analyse la trajectoire de l'incorporation des thèmes “femme” et “genre” aux études sur la représentation politique, en indiquant les tensions et les tendances récentes en termes de programme de recherche, de points de vues théoriques et méthodologiques. L'article se propose d'examiner les contributions des “Études Féministes” aux débats sur ces sujets, tout en mettant en valeur quelques travaux qui illustrent ces contributions récentes, marquées par des essais d'articulation des différentes dimensions analytiques et de reprendre des points de vue des sujets plus institutionnels. Enfin, il essaie de développer une brève analyse sur la production brésilienne, la comparant avec les tendances identifiées dans la première partie de cet article.

Mots-clés: Genre; femme; participation politique; études féministes.

Abstract

Political Participation and Gender: Some Recent Analytical Trends

This article analyses how the themes “woman” and “gender” have been incorporated to the studies of participation and political representation, pinpointing tensions and recent trends, in terms of research schedule as well as theoretical and methodological approach. Aiming at examining the contributions of the so-called “Feminist Studies” to the debate of such themes, the article also highlights some papers that have exemplified these recent contributions, pronounced by attempts to articulate specific analytical dimensions and regain approaches in somehow more institutionalized themes. At last, the article develops a brief balance of Brazilian production, drawing parallels to the trends that were identified in the first part of the article.

Key words: Gender; political participation; feminist studies.

Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais*

Fabiano Toni

Uma série de estudos sobre movimentos sociais comemorou recentemente sua terceira década de existência. Eles foram iniciados por inúmeros episódios de mobilização e ação coletiva que varreram a Europa e os Estados Unidos (e, em uma escala muito menor, a América Latina) no final dos anos de 1960. Além do apelo dos eventos sociais que se desdobravam ante seus olhos, os cientistas sociais também encontraram uma grande motivação acadêmica para encarar este fenômeno: a deficiência das teorias dos movimentos sociais então existentes.

Apesar das raízes empíricas comuns, as escolas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos tomaram rumos completamente diferentes e, infelizmente, por mais de uma década, o diálogo entre essas correntes foi praticamente nulo. No final dos anos de 1980, estudiosos latino-americanos engajaram-se na pesquisa sobre movimentos sociais. Esta foi uma resposta tardia, uma vez que os movimentos tinham obtido considerável importância no continente desde o final dos anos de 1970. Apesar de terem se juntado tardiamente à comunidade de es-

tudiosos dessa área, os pesquisadores latino-americanos não souberam identificar os pontos fortes e deficientes de cada escola e, a partir disso, construir um enfoque próprio. Em vez disso, a maioria adotou, de modo pouco crítico, conceitos das escolas européias, inapropriados para o contexto local. A literatura latino-americana, européia e norte-americana mais recente sobre os movimentos sociais, contudo, aponta para uma maior integração dos enfoques, o que, aparentemente, tem fortalecido esta área de pesquisa.

Este trabalho é uma discussão da trajetória dos estudos dos movimentos sociais nos últimos trinta anos. O argumento central aqui desenvolvido é o de que as escolas que surgiram na Europa e nos Estados Unidos se desenvolveram paralelamente e de modo bastante isolado, senão competitivo, mas, finalmente, começaram a somar seus esforços. Neste texto, damos maior atenção ao paradigma dos Estados Unidos, pouco utilizado pelos pesquisadores latino-americanos, que receberam influência muito maior de seus colegas europeus. Este recente diálogo entre as duas escolas também

* Este trabalho é uma adaptação do primeiro capítulo de minha tese de doutorado, defendida na Universidade da Flórida, em 1999, cujo título é *State-Society Relations on the Agricultural Frontier: the Struggle for Credit in the Transamazônica Region*. Agradeço ao CNPq pela bolsa que possibilitou meus estudos de doutorado. O trabalho de campo foi realizado com apoio financeiro da National Air and Space Administration, Fundação Tinker, Fundação Ford e do Programa de Desenvolvimento e Conservação Tropical da Universidade da Flórida.

afeta, de maneira muito positiva, os estudos dos movimentos sociais na América Latina, como veremos adiante.

A análise é dividida da seguinte forma: primeiramente, discutem-se os chamados modelos clássicos de movimentos sociais, que predominaram nos Estados Unidos até o surgimento de modelos alternativos nos anos de 1970. Em seguida, são discutidas as duas variantes do enfoque norte-americano que substituí as teorias clássicas: mobilização de recursos e processo político. Na seqüência, é apresentado o enfoque europeu que predominou nestes anos: os *novos movimentos sociais* ou *paradigma da identidade*.¹

Depois de apresentadas as diferentes abordagens, é feita uma discussão sobre a convergência teórica dos mesmos e, finalmente, com base nessa discussão, são apontados alguns fatores que merecem maior atenção em futuros trabalhos sobre movimentos sociais.

Teorias Clássicas dos Movimentos Sociais

O enfoque clássico, que dominou este campo de estudos até os anos de 1970, seguiu a tradição social-psicológica da escola de Chicago. De acordo com os seguidores dessa tradição, tensões sociais causam mudanças psicológicas e induzem o ser humano ao comportamento anormal. Seguindo essa linha de raciocínio, surgiram diversas variantes das teorias clássicas, e todas compartilhavam as seguintes premissas:

1. A ação política ou é convencional-institucional ou coletiva e não-institucional.
2. A ação coletiva não-institucional não é guiada pelas estruturas sociais existentes e surge para lidar com situações indefinidas ou não-estruturadas.
3. Estas situações ocorrem durante períodos de mudança estrutural na sociedade e quando órgãos de controle social entram em colapso.

4. As tensões, o estresse, a frustração e o descontentamento resultantes levam os indivíduos a se engajar nos modos de ação coletiva não-institucional.
5. A ação coletiva não-institucional segue ciclos que podem se mover da ação espontânea de massas para a formação de movimentos sociais.
6. O surgimento dos movimentos sociais nesses ciclos ocorrem por meio de modos rudimentares de comunicação, como contágio, rumores, difusão e reações circulares.

Em síntese, o enfoque clássico considera os movimentos sociais um comportamento anormal que surge em resposta a mudanças sociais estruturais e às tensões que delas derivam. Como resultado, uma epidemia de irracionalidade tem início e as pessoas começam a recorrer a modos “não-aceitáveis” de participação (ação não-institucional) – a mobilização social é um destes modos. Sob a égide das teorias clássicas, existem cinco modelos principais que buscam explicar a ação coletiva: *sociedade de massas*, *comportamento coletivo*, *inconsistência de status*, *privação relativa*, e a *curva-J* (McAdam, 1982).

A teoria do comportamento coletivo explica os movimentos sociais em termos de respostas às ambigüidades normativas que as mudanças sociais causam. O escopo destas mudanças pode ser a industrialização, a urbanização, o rápido crescimento do desemprego, as mudanças tecnológicas, a migração entre outras. Este é o mais geral dos enfoques. Seus seguidores (Smelser, 1962; Gusfield, 1970) não consideram nenhum tipo particular de mudança social a causa fundamental dos movimentos, eles discutem mudanças de modo geral. Tais mudanças têm o poder de romper a ordem normativa de uma dada sociedade e o rompimento desta ordem aumenta a ansiedade e a hostilidade, induzindo, assim, as pessoas a participar dos movimentos sociais. Uma análise

se mais profunda desta corrente é feita por McAdam (1982).

De acordo com os proponentes da teoria da sociedade de massas, como Kornhauser (1959), a principal causa das tensões estruturais é a ausência de uma estrutura de grupos intermediários por meio da qual as pessoas possam se integrar à vida social e política. Essa falta de estrutura intermediária isola os indivíduos, que passam a se sentir alienados e ansiosos. Nessas situações, a violência e o comportamento irracional tornam-se válvulas de escape. Este modelo segue a idéia de anomia de Durkheim, de acordo com a qual a modernização elimina a solidariedade comunitária e compele os homens a procurar novos papéis e identidades, juntando-se a novas coletividades (ver Tarrow, 1998).

Os proponentes da teoria da inconsistência de *status* (Broom, 1959; Gerschwender, 1964) defendem a idéia de que uma discrepância entre a posição de uma pessoa em uma série de dimensões de *status* (educação, renda, ocupação) produz graus de dissonância cognitiva, incomodando o indivíduo e levando-o a participar de atos de ação coletiva (McAdam, 1982).

De modo similar, as teorias da privação relativa explicam a ação coletiva em termos de expectativas frustradas de indivíduos ou grupos que não estão satisfeitos com suas condições materiais ou *status* em relação a outros. Nas palavras de Ted Gurr, "o potencial psicológico-social para a violência coletiva é uma difusa disposição à ação agressiva, uma variável primária cujo determinante imediato em uma coletividade é a intensidade e a amplitude da privação relativa" (1970, p. 321).²

Em seu famoso *Political Order in Changing Societies*, Samuel Huntington defende um argumento similar ao de Durkheim. De acordo com ele, sociedades que passam por uma rápida modernização são susceptíveis a uma quebra da ordem política. À medida

que as sociedades mudam devido à industrialização e à urbanização, as pessoas buscam novas formas de participação para manter os vínculos necessários que formam a comunidade. Essas mudanças demandam instituições políticas novas, mais fortes e complexas, que se desenvolvem mais lentamente do que a participação política. A crescente mobilização mina as bases das instituições antigas e anacrônicas e acaba por gerar confrontos abertos (Huntington, 1968).

A teoria da curva-J é uma variação da teoria da privação relativa que procura conciliar a visão de Marx e de Tocqueville sobre as revoluções. De acordo com Marx, as revoluções explodem no momento em que a miséria do proletariado aumenta em relação à situação econômica da burguesia. Já Tocqueville considerava que as revoluções são produto da liberalização de regimes opressivos. Baseado nestas duas idéias, J. Davies (1969) construiu um modelo de acordo com o qual as revoluções se tornam mais prováveis quando um período prolongado de crescimento econômico e social é seguido por um curto período de reversão. Durante a prosperidade, as pessoas desenvolvem expectativas crescentes de poder suprir suas necessidades e, no período de crise, um estado mental de ansiedade e frustração que as leva a se manifestar.³

Todas as versões das teorias clássicas têm alguns pontos em comum. Em primeiro lugar, destacam a natureza reativa da ação coletiva. Mudanças estruturais causam tensões que dão início à insurreição social quando atingem um nível crítico. Em segundo, apesar de tratarem da ação coletiva, esses enfoques se concentram nos efeitos psicológicos das tensões sociais sobre os indivíduos, cujas ações são a causa próxima do aparecimento de movimentos. Finalmente, é característica comum de todas essas abordagens a necessidade de se resolver os distúrbios psicológicos, mais do que atingir algum objetivo político.

A onda de movimentos sociais que se difundiu nos Estados Unidos e na Europa

Ocidental durante os anos de 1960 ajudou a desacreditar as teorias clássicas. Por um lado, como aponta Cohen (1985), o desenvolvimento de movimentos bem organizados em sistemas democráticos e pluralistas não tem nada de irracional ou marginal. A maioria dos grupos que se engajaram na política de confronto aberto durante essa década tinha objetivos muito claros, bem como estratégias para alcançá-los. Os atores engajados nesses conflitos não lembravam em nada indivíduos isolados, alienados e anômicos descritos pelos autores das teorias clássicas.

Em relação à privação, é difícil relacionar os grupos mobilizados durante este período com sentimentos de estresse psicológico devido à privação relativa, especialmente quando se considera que inúmeros destes grupos tinham bandeiras de luta ligadas a temas como raça e gênero, e não só a classe social. Mesmo entre os grupos econômica e socialmente mais frágeis, é difícil identificar exemplos de acentuado estresse psicológico. O trabalho de Jenkins e Perrow (1977) é exemplar nesse sentido. Após estudar levantes de trabalhadores rurais nos Estados Unidos, eles afirmaram não haver razão alguma para acreditar que o descontentamento deles era maior nos anos de 1960 do que na década anterior, quando não houve greves ou levantes de qualquer tipo. Pelo contrário, nos anos de 1960, os salários médios dos trabalhadores que se insurgiram estava em seu máximo histórico e o governo havia lhes estendido ao menos alguns benefícios sociais. Mais significativo era o fato de que diferenças culturais e linguísticas eram menos pronunciadas nesta época, uma vez que esses trabalhadores de origem mexicana estavam finalmente se assentando e consolidando suas comunidades.

Dificuldades são constantes na vida dos grupos subordinados. Ainda assim, a realidade nos mostra que revoltas, revoluções, protestos e confrontos não acontecem o tempo todo. É fácil relacionar mudanças sociais a distúrbios depois que eles ocorreram. Con-

tudo, como a sociedade está em mudança constante, é difícil prever o surgimento de movimentos sociais tendo como base mudanças estruturais. As mudanças e as tensões sociais podem até ser uma condição necessária para o surgimento de movimentos sociais, mas não são condições suficientes.

Outro tipo de crítica aos enfoques clássicos diz respeito à sua ênfase no descontentamento individual como a causa próxima dos movimentos sociais. De acordo com seus defensores, os participantes dos movimentos diferem das pessoas comuns devido a seu perfil psicológico anormal. Segundo McAdam (1982), esta caracterização pode servir para desacreditar os insurgentes, mas tem pouco, se é que tem algum, poder explanatório. De qualquer modo, as teorias clássicas não conseguem explicar como massas de indivíduos afligidos por tormentos psicológicos se unem e se engajam em diversas modalidades de ação coletiva. Como McAdam destaca, "há evidência significativa que seriamente desafia a hipótese de má interação. Especialmente significativos são os vários estudos que demonstraram que os participantes de movimentos sociais são melhor integrados a suas comunidades que os não participantes" (1982, p. 13). Ainda mais importante é o fato de que os proponentes das teorias clássicas nunca produziram evidências para apoiar a alegação de que as tensões sociais são a causa dos movimentos. Se mudanças sociais causam estresse psicológico que, por sua vez, causa mobilização, eles deveriam ter comparado o nível de estresse entre participantes e não participantes. Do mesmo modo, uma análise do nível de estresse no decorrer do tempo seria crucial para provar tal afirmação; contudo, o que os estudiosos mostraram foram instantâneos de situações específicas durante a erupção de movimentos sociais.

Uma das falhas mais lamentáveis das teorias clássicas é que ela nega a existência de uma ligação direta entre problemas sociais e ação política. A caracterização dos

participantes de movimentos como indivíduos psicologicamente doentes ignora seu engajamento político evidente. A raiz dessa negação, sugere McAdam (1982), está na aceitação acrítica das teorias pluralistas do Estado por parte desses estudiosos. A lógica é simples: se o sistema político (norte-americano) é realmente aberto e democrático, aqueles que optam por não utilizar os canais institucionalizados da política não se comportam de maneira racional. "Se, contudo, o indivíduo rejeita o modelo pluralista em favor de uma visão elitista ou marxista do poder na América, a distinção entre política racional e movimentos sociais desaparece" (1982, p. 19).

As críticas às teorias clássicas expostas acima são o melhor ponto de partida para entender o novo paradigma criado nos Estados Unidos nos anos de 1970: a *teoria da mobilização de recursos*. Como veremos, este paradigma evolui de um enfoque estreito sobre a disponibilidade de recursos para um mais amplo que, além dos recursos, considera os efeitos das oportunidades políticas sobre a ação coletiva. Alguns autores tratam esses dois enfoques (*mobilização de recursos* e *oportunidades políticas*) como sinônimos (Cohen, 1985); outros os classificam como correntes diferentes (Mayer, 1991). A literatura mostra que ambos surgiram a partir de uma mesma raiz intelectual. Apesar disso, para maior clareza, eles são apresentados separadamente neste trabalho.

Mobilização de Recursos

A teoria pluralista e sua concepção limitada do Estado começaram a cair em descrédito nos Estados Unidos no final dos anos de 1960. Não por coincidência, durante este mesmo período, os movimentos sociais proliferaram no país. Reiterando, os teóricos pluralistas consideravam o sistema americano aberto às demandas populares. Con-

tudo, as interpretações clássicas dos movimentos sociais como anomalias operando dentro de um sistema político justo não convenciam muitos estudiosos da política. Pelo contrário, alguns começaram a ver a teoria pluralista em si como uma anomalia. Muitas críticas surgiram neste período. A idéia de que diferentes grupos de interesse têm poder semelhante e iguais oportunidades de sucesso quando competindo em um sistema pluralista começou a ser atacada. Estava claro para os críticos que alguns grupos são mais fortes e organizados e que, por isso, são mais eficazes do que outros. Essas diferenças podem refletir a capacidade política e organizacional de cada grupo. Mais importante, contudo, é que elas refletem os desequilíbrios na distribuição de recursos entre os grupos competidores. Como disse McAdam: "Pode até haver uma arena política na América, só que não é o movimentado clube descrito pelos pluralistas, mas sim um clube restrito, reservado somente para os ricos e poderosos. Somente aqueles com capital político suficiente devem pedir para entrar" (1982).

Quando os cidadãos operam em um sistema que não é completamente aberto e livre de vieses, recorrer à mobilização e ao confronto não parece ser algo irracional em sentido algum. Para enfrentar o desafio de competir contra poderosos grupos de interesse, os grupos e as classes mais fracos têm de criar novas estratégias que lhes dê alguma alavancagem política.

Apesar de McCarthy e Zald (1973) terem sido os primeiros autores a usar o termo "mobilização de recursos", muitos outros utilizaram um conceito similar, apesar da significativa diferença entre seus trabalhos. Cohen (1985), confrontando este paradigma com as teorias clássicas, identificou oito tendências:

1. Movimentos sociais precisam ser compreendidos em termos de um modelo conflituoso de ação coletiva.

2. Não há diferença fundamental entre ação coletiva institucional e não-institucional.
3. Ambos implicam conflito de interesse construído dentro das relações de poder institucionalizado.
4. A ação coletiva envolve a busca racional de interesses coletivos.
5. Metas e desentendimentos são produtos permanentes das relações de poder e não podem explicar a formação de movimentos.
6. A ação coletiva depende de mudanças nos recursos, organização e oportunidades.
7. Sucesso é evidenciado pelo reconhecimento de um grupo como ator político ou pela obtenção de benefícios materiais.
8. Mobilização envolve organizações formais, burocráticas, com propósitos específicos e de grande escala.

McAdam (1982) resume a teoria da mobilização de recursos de modo simples: é o estudo da relação entre descontentamento constante no tempo e o aumento de recursos que permite aos grupos se mobilizar (a interação entre os fatores 5 e 6, acima). Mais uma vez, a relação entre essa teoria e o neopluralismo, ou teoria das elites, é muito clara. A teoria das elites descreve a sociedade como caracterizada por uma acentuada disparidade de poder entre as elites e as massas. O efeito desse desequilíbrio é a exclusão da maioria dos segmentos da sociedade de qualquer papel significativo no exercício do poder político. Como consequência, os defensores da mobilização de recursos desviam o foco de seus estudos das massas para as elites, isto é, dos que têm poucos recursos para os que têm muitos (McAdam, 1982).

Em um trabalho teórico que resume os principais elementos da teoria de mobilização de recursos, McCarthy e Zald (1977) destacam a importância das elites para os movimentos sociais. De acordo com eles, "os movimentos sociais tendem a ser muito limita-

dos em seu controle de recursos discricionários. É somente quando estes recursos podem ser obtidos de simpatizantes conscientes que as organizações de movimentos sociais viáveis (SMOs)⁴ podem ocupar o campo para moldar e representar as preferências destas coletividades" (1977, p. 1226). Recursos discricionários, explicam, são tempo e dinheiro. Por simpatizantes conscientes, os autores querem dizer indivíduos e grupos que são parte do movimento social mas não se beneficiam diretamente de suas conquistas. Em outras palavras, os movimentos sociais necessitam do apoio de uma elite externa para decolar. O trabalho de Jenkins e Perrow (1977) sobre a insurgência dos trabalhadores rurais é um bom exemplo da aplicação da teoria da mobilização de recursos. Esses autores concluíram que os trabalhadores conseguiram contrabalançar o viés elitista dos formuladores de políticas ao se aliar com alguns setores da própria elite: "os patrocinadores servem como protetores, assegurando que a elite política se mantenha neutra quanto ao desafio" (p. 266).

Esse enfoque foi uma reação direta aos modelos clássicos, que consideravam os movimentos sociais a manifestação agregada de indivíduos irracionais. É importante lembrar também que, nos anos de 1970, a escola da escolha racional ganhava força nas ciências sociais norte-americanas e, assim, não é nenhuma surpresa o fato de que os teóricos da mobilização de recursos tenham incorporado a racionalidade estratégica a seus modelos.

Como consequência dessa incorporação, a primeira tarefa que os teóricos da mobilização de recursos enfrentaram foi explicar como os movimentos sociais superam o dilema da ação coletiva (Tarrow, 1994, 1998; Foweraker, 1995). De acordo com Mancur Olson, o indivíduo racional que age em interesse próprio não se alia a grandes grupos que produzem bens públicos. Ao contrário, ele calcula que outros indivíduos

cumprirão tal tarefa e que, assim, ele colherá os benefícios da ação desses grupos de qualquer maneira:

Do mesmo modo como não seria racional para um produtor em particular restringir sua produção para que houvesse um maior preço para o produto de seu setor, também não seria racional para ele sacrificar seu tempo e dinheiro apoiando uma organização de *lobby* para obter assistência governamental ao setor. Em nenhum dos casos seria do interesse do produtor individual assumir, ele mesmo, qualquer dos custos. Uma organização de *lobby* ou, de fato, um sindicato ou qualquer outra organização, trabalhando pelo interesse de um grupo grande de firmas ou trabalhadores em algum setor, não conseguiria nenhum apoio de um indivíduo racional atuando em interesse próprio naquele setor (1965, p. 11).

Para Olson (1965), a única maneira de superar o problema da "carona" é pela oferta de benefícios seletivos para os potenciais membros ou, inversamente, pela imposição de sanções sobre aqueles que não cooperam. McCarthy e Zald (1977) reconhecem este problema e visualizam uma solução em termos organizacionais. Eles argumentam que a tarefa primordial para as organizações de movimentos sociais é agregar recursos e transformá-los em ação: "a tarefa de mobilização de recursos é primariamente aquela de converter simpatizantes em membros e manter o envolvimento dos mesmos" (p. 1221). Em outras palavras, o desafio é fazer com que as pessoas contribuam para o movimento com tempo e dinheiro. De fato, eles concordam com a idéia de Olson de que incentivos seletivos podem afetar a decisão das pessoas quanto a se juntar ou não a um movimento social. Usando a linguagem da escolha racional, eles explicam que incentivos seletivos têm um importante pa-

pel na alteração da percepção dos custos e dos benefícios da participação. Ainda nesse sentido, os autores afirmam que uma gradual profissionalização dos movimentos sociais pode ajudar a atenuar o problema da ação coletiva.

Como os teóricos pioneiros da mobilização de recursos trabalharam dentro do marco teórico da escolha racional, eles eliminaram de suas análises a possibilidade de as pessoas agirem de acordo com seus credos e ideologias em vez de agirem guiados por uma racionalidade instrumental. Como lembra Hirschman (1982), a participação em movimentos sociais e outras formas de ação coletiva pode ser uma recompensa por si só, independentemente de incentivos coletivos e sanções sociais.

Sem dúvida, a mais importante característica deste enfoque é que ele rejeitou a estigmatização dos movimentos sociais explícita nas teorias clássicas. Em vez de indivíduos psicologicamente perturbados, os estudiosos passaram a entender os participantes de movimentos sociais como indivíduos racionais que se aliam aos movimentos para fazer demandas políticas objetivas e não para aliviar suas tensões ao se juntar a massas incontroláveis.

Outro avanço substancial desta corrente foi o reconhecimento de que os movimentos sociais precisam ter algum grau de organização. Os teóricos da mobilização de recursos criaram várias categorias analíticas que ajudam a entender o processo de mobilização, como, por exemplo, organizações e setores de movimentos sociais. Além disso, eles discutiram a maneira pela qual as organizações interagem entre si e com o ambiente. Isto é relevante não só porque revela importantes aspectos organizacionais dos movimentos sociais, mas também porque ajuda a esclarecer o dilema da ação coletiva. Olson (1965) enfatizou que o problema do "caronista" é uma característica típica dos grandes grupos. Estudio-

tos da mobilização de recursos fizeram uma importante contribuição ao mostrar que os movimentos sociais não são necessariamente grandes organizações, mas, normalmente, redes de pequenas organizações e grupos solidários trabalhando conjuntamente para atingir objetivos comuns.

A interação entre os movimentos sociais e o ambiente onde estão inseridos (aliados e oponentes), de acordo com McAdam (1982), é importante porque leva em conta o efeito de grupos externos sobre eles. Em suas próprias palavras: "De acordo com os mais recentes teóricos da mobilização de recursos, estas oportunidades e custos são, em grande medida, estruturadas por grupos externos ao movimento. Assim, estes grupos recebem muito mais consideração nesta perspectiva do que nos modelos clássicos" (p. 23).

A teoria da mobilização de recursos como descrita acima contribuiu sobremaneira para os estudos dos movimentos sociais. Apesar disso, esta corrente tem um forte viés favorável às interpretações pluralistas do Estado. Por um lado, os teóricos clássicos consideravam os movimentos sociais explosões irracionais de ação coletiva. Os defensores da mobilização de recursos, por outro lado, trataram a mobilização social como simples tentativa por parte de grupos organizados de quebrar as barreiras à participação em um sistema marcado por uma política elitista. De acordo com McAdam:

O que é necessário são várias teorias especificamente construídas para categorias particulares de ação. A teoria da mobilização de recursos é uma destas teorias: defensável quando aplicada a certas classes de ação coletiva, inadequada como explicação geral da insurgência. Os limites da aplicabilidade do modelo surgem da falha de seus proponentes em diferenciar adequadamente os esforços de mudança organizados, daqueles gerados por grupos excluídos e por membros estabelecidos da política (1982, p. 24).

Processo Político

Como resposta aos problemas da teoria da mobilização de recursos tradicional, um novo enfoque, hoje conhecido como modelo do processo político, surgiu no início dos anos de 1980. Este modelo se preocupa mais com as interações estratégicas entre os movimentos sociais e o ambiente onde operam e enfatiza o contexto político e social, em vez da lógica utilitarista de atores individuais e da participação da elite. Apesar desses avanços, alguns estudiosos dos movimentos sociais, como Cohen (1985), continuam a classificar esta corrente como parte da teoria da mobilização de recursos.⁵

Particularmente importante para os estudiosos do processo político é a razão pela qual os movimentos sociais surgem. Os teóricos da mobilização de recursos negligenciaram esta questão fundamental para se concentrar essencialmente no modo de mobilização dos movimentos.

De certa forma, os defensores desse novo paradigma voltaram a prestar atenção em um fator cuja importância tinha sido apontada pelos teóricos clássicos, que são as mudanças estruturais na sociedade. Obviamente, o modelo do processo político descarta o psicologismo presente nas teorias clássicas, mas reconhece que mudanças na sociedade podem causar mudanças nos interesses e oportunidades para que os grupos subordinados possam se mobilizar, bem como na maneira pela qual tais grupos defendem seus interesses. Os trabalhos de Charles Tilly foram fundamentais para o desenvolvimento dessa abordagem.

Em *From Mobilization to Revolution*, Tilly (1978) enfatiza a maneira pela qual a difusão do capitalismo e o estabelecimento dos Estados-nação mudaram os modos de controle social e, conseqüentemente, de resistência. Apesar de ele não propor nenhum modelo linear e determinista de evolução da mobilização social, indica algumas tendên-

cias gerais nas mudanças dos modos de resistência. Tilly classifica a ação coletiva em três categorias principais, de acordo com as reivindicações dos grupos mobilizados: competitiva, reativa e proativa. Reivindicações competitivas são aquelas que envolvem grupos que disputam os mesmos recursos. A ação coletiva reativa envolve grupos que tentam manter ou reconquistar reivindicações já estabelecidas quando um ator externo os desafia. Por outro lado, a ação coletiva proativa é aquela que reclama reivindicações até então inéditas.

Apesar de Tilly alertar o leitor contra uma possível interpretação destes três modelos como estágios em um processo evolucionário, ele sugere que, de fato, há uma mudança a longo prazo de modos competitivos e reativos para modos proativos (Cohen, 1985). À medida que os Estados-nação surgiram e o capitalismo se espalhou pelo mundo, os modos e alvos tradicionais de protesto mudaram, e novos desafios e oportunidades surgiram. Na linguagem dos defensores do modelo do processo político, essas mudanças ofereceram oportunidades políticas para as pessoas se organizarem e se mobilizarem.

Oportunidades políticas, entretanto, não surgem somente quando grandes mudanças estruturais ocorrem, como no caso do surgimento dos Estados-nação. Elas também estão presentes em eventos menos espetaculares com os quais os Estados se defrontam periodicamente. Como Tarrow (1994) observa, “não somente quando as reformas estão pendentes, mas quando o acesso institucional se abre, quando alinhamentos se transformam, quando conflitos emergem na elite e quando aliados se tornam disponíveis, os desafiantes encontrarão oportunidades favoráveis” (p. 81). Em uma definição mais recente e refinada, Tarrow (1998) explica que quando usa o conceito de oportunidade política ele quer dizer “dimensões consistentes, mas não necessariamente for-

mais ou permanentes, do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetar as expectativas de fracasso ou sucesso” (pp. 76-77).

Tarrow identifica cinco dimensões principais das oportunidades políticas: (1) liberalização do sistema político, o que significa oportunidades crescentes para participação; (2) evidências de realinhamentos políticos dentro do sistema; (3) aparecimento de aliados fortes; (4) divisões entre as elites; e (5) declínio na capacidade do Estado de reprimir dissensões.

Quando os desafiantes aproveitam as oportunidades políticas para se mobilizar, expandem essas oportunidades para outros grupos ou movimentos sociais ao lhes dar um exemplo a ser seguido e ao expor as fraquezas daqueles que eles desafiam. Quando outros grupos seguem o exemplo, a simples mobilização pode se tornar um ciclo de protestos mais longo, no qual grupos menos mobilizados e com menos recursos também recorrem a uma política de confronto. Normalmente, esses ciclos são geograficamente amplos, até mesmo atravessam fronteiras, como aconteceu nos Estados Unidos e na Europa nos anos de 1960.

Em muitos casos, mudanças sociais e, particularmente, tecnológicas ajudaram não só a instigar a mobilização como também a providenciar novas formas de comunicação e coordenação (Tarrow, 1994, 1996, 1998). Na visão de Tarrow, particularmente, o escopo dessas mudanças foi a popularização da imprensa no século XVIII. Ao lado das novas formas de associação cívica que se tornaram populares no mesmo período, a imprensa representou uma oportunidade sem precedentes para as pessoas e os grupos se aliarem e se organizarem. Nesse sentido, a conexão com o paradigma da mobilização de recursos é clara: novas tecnologias e novas formas de associação são recursos que se tornaram disponíveis a grupos e indivíduos descontentes. A novidade deste enfoque, contudo, é que

tais recursos antecedem a mobilização. Eles funcionam como catalisadores do descontentamento individual e não como uma alavanca para aumentar o poder de algum grupo específico.

As oportunidades políticas fornecem explicações convincentes para as ondas de mobilização e revolução e, também, para casos isolados de mobilização, mas é necessário ter cuidado ao se usar esta teoria. Pode ser muito fácil para o pesquisador identificar mudanças nas estruturas de oportunidade por trás de um determinado movimento social e usá-las para explicar o caso *a posteriori*. Em outras palavras, a oportunidade política assume o risco de não explicar nada devido a seu poder de explicar tudo. As mudanças podem facilitar a mobilização, sem, contudo, ser sua causa próxima.

O risco de explicar tudo está justamente na premissa de que o descontentamento é uma constante na sociedade. Os teóricos da mobilização de recursos acreditam que tal descontentamento causa mobilização quando os grupos descontentes acumulam recursos suficientes ou quando janelas de oportunidade se abrem. Contudo, Buechler (1993) mostra que novos tipos de descontentamento reformularam e renovaram os movimentos femininos contemporâneos nos Estados Unidos. Mulheres que sofreram discriminação no contexto de outros movimentos sociais lideraram a formação do movimento de liberação das mulheres (uma facção do movimento feminista). O autor argumenta que o descontentamento pode ser tão importante quanto o acesso a recursos e oportunidades na explicação dos movimentos sociais. De fato, novos descontentamentos podem ter o mesmo efeito que novas oportunidades para gerar mobilização, apesar de constituírem categorias analíticas distintas. O surgimento de novas insatisfações não necessariamente envolve mudanças nas alianças, divisões entre as elites e oportunidades crescentes de participação. Mais

adiante, veremos que os grupos sociais podem construir novos descontentamentos mudando a maneira pela qual as pessoas interpretam aquelas já existentes.

Outra importante diferença entre os enfoques de mobilização de recursos e de oportunidades políticas se refere ao papel das elites na mobilização. Enquanto os seguidores da mobilização de recursos consideram o apoio das elites um componente chave da mobilização, os que trabalham seguindo o enfoque das oportunidades políticas vêem as elites como inimigos e não aliados dos grupos insurgentes. De acordo com McAdam:

Os proponentes do modelo da mobilização de recursos caracterizam setores da elite como sendo amistosos, às vezes patrocinadores agressivos da insurgência social. Em contraste, o modelo do processo político é baseado na noção que a ação política de membros estabelecidos do sistema político reflete um conservadorismo persistente. Eles trabalham contra a admissão no sistema de grupos cujos interesses contrariem significativamente seus próprios interesses (1982, p. 38).

Não surpreende, portanto, que McAdam considere elementos da teoria marxista mais compatíveis com o modelo do processo político do que a teoria pluralista. Para os marxistas, a disparidade de poder entre as elites e as classes subordinadas é enorme, mas não insuperável. Eles consideram a transformação subjetiva da consciência um processo crucial na geração de insurgência, uma idéia que McAdam entende como parte do modelo do processo político, ao menos do modelo que ele propõe.⁶ Como este novo modelo apresenta também alguns aspectos do paradigma dos *novos movimentos sociais*, é preciso discuti-lo antes de aprofundar a análise do avanço das teorias dos movimentos sociais.

Identidade

O grande afloramento de movimentos sociais durante os anos de 1960 e 1970 não ocorreu somente nos Estados Unidos. A Europa também experimentou um fenômeno similar que não escapou à atenção dos cientistas sociais locais. Como já foi dito, as teorias dos movimentos sociais nos Estados Unidos foram moldadas por avanços epistemológicos e teóricos nas ciências sociais como um todo durante a década de 1970. Na Europa, ocorreu algo similar. Mas enquanto os norteamericanos construíram suas teorias sobre, ou respondendo ao pluralismo e à racionalidade econômica, na Europa, as maiores influências foram o marxismo e o estruturalismo. (Cohen, 1985; Escobar e Alvarez, 1992; Tarrow, 1994, 1998; Foweraker, 1995).

Um interessante e muito óbvio desvio do marxismo coloca-se no âmago dos enfoques europeus dos movimentos sociais (aos quais Cohen se refere como *paradigmas orientados pela identidade*). Os cientistas sociais reconhecem que esses movimentos não surgiram a partir de divisões e conflitos de classe. O ambientalismo, o feminismo, os direitos civis, os direitos dos homossexuais e outros interesses foram, pela primeira vez na história, o centro da mobilização social. Devido a esta mudança na natureza das reclamações, alguns autores chamaram a estes movimentos de *novos movimentos sociais*.

Uma outra distinção entre o paradigma da identidade e o enfoque marxista tradicional é a rejeição do Estado como *locus central* de luta para os grupos mobilizados. "Eles [novos movimentos sociais] miravam os domínios da sociedade civil em vez da economia ou do Estado, levantando questões relacionadas à democratização das estruturas da vida cotidiana e se concentrando nas formas de comunicação e na identidade coletiva" (Cohen, 1985, p. 667). Alberto Melucci (1989), um eminente pesquisador do paradigma dos novos

movimentos sociais, afirma que os conflitos contemporâneos se desenvolveram em áreas onde os investimentos simbólicos e as pressões por conformação são mais fortes. Em termos gramscianos, os novos movimentos sociais engajam-se em uma guerra de posições no âmbito da sociedade civil, e não em uma confrontação direta ao Estado.⁷ Nas palavras de Melucci, "movimentos contemporâneos operam como sinais, no sentido de que eles traduzem suas ações em desafios simbólicos aos códigos dominantes" (1989, p. 12).

As associações e os grupos por meio dos quais os indivíduos se organizam não são simplesmente os meios para se conseguir uma mobilização em larga escala e seus conseqüentes ganhos políticos; ao contrário, *organizar-se em novos grupos é um fim em si mesmo*. O estabelecimento de uma identidade grupal significa a legitimação do grupo na sociedade como um todo. A democratização, de acordo com esta perspectiva, está além do âmbito do Estado; ela tem de atingir o Estado, o mercado e a sociedade (Cohen, 1985).

Esta nova forma de organização social, de acordo com o pensador social francês Alain Touraine (1985), é exclusiva das modernas sociedades pós-industriais ou *programadas* (p. 781). Trata-se do resultado de um complexo conjunto de ações que a sociedade desempenha sobre si mesma. Em outras palavras, a sociedade estabelece novas regras e significados culturais que fazem com que grupos se mobilizem para controlar estes novos símbolos e significados culturais, ou para produzir outros. Esta "reflexividade" dos atores e as novas arenas de luta, mais do que os novos repertórios de enfrentamento, são os fatores que fazem com que os movimentos sociais sejam realmente novos. Além disso, a reflexividade emerge das arenas abertas pela sociedade pós-industrial (Touraine, 1985).

Neste ponto, Melucci e Touraine divergem. Melucci (1989) argumenta que tanto os críticos quanto os defensores dos novos

movimentos sociais compartilham uma mesma limitação epistemológica: eles tendem a considerar o fenômeno dos movimentos sociais um objeto empírico único. Ao fazer isso, os defensores tentam salientar suas novidades, enquanto os críticos identificam continuidades históricas com os velhos movimentos. Melucci argumenta que a novidade dos novos movimentos é exatamente o que ambos os lados do debate não vêem: "diferentes relações e significados destes movimentos" (p. 43).

Esse debate teve pelo menos uma consequência positiva, qual seja, enfatizou o pluralismo e a diversidade dos movimentos sociais no que diz respeito a seus objetivos, membros, alvos e significados, o que implica, da parte do pesquisador, diversificar as ferramentas metodológicas. Os estudiosos da mobilização de recursos, de acordo com Melucci (1989), não conseguem reconhecer a necessidade de diversidade epistemológica e metodológica. Eles se concentram nos aspectos "visíveis" da mobilização social e da ação coletiva e, ao fazer isso, cometem o erro de "reducionismo político" – limitação da análise, segundo Melucci, aos aspectos dos movimentos sociais que são claramente políticos, como protestar para entrar em confronto com as autoridades constituídas. Ao concentrar seus estudos nos aspectos visíveis dos movimentos, os teóricos da mobilização de recursos consideram irrelevantes ou invisíveis todos os movimentos que não almejam o sistema político diretamente, de acordo com Mayer (1991, p. 175).

Mesmo que os novos movimentos sociais não sejam tão novos assim, essa abordagem contribuiu sobremaneira ao estudo dos movimentos sociais ao salientar a importância da identidade, fator negligenciado em outros enfoques. Seu maior problema, contudo, é ter menosprezado a luta política, particularmente a luta contra ou dentro do Estado, fundamental na maioria dos movimentos sociais, novos ou velhos. Além disso,

como bem nota Foweraker, a identidade é um conceito problemático. Indivíduos têm de se juntar para formar identidades coletivas, mas quando e por que eles se juntam é uma questão crucial a que o paradigma dos novos movimentos sociais não dedicou atenção suficiente.⁸

Movimentos Sociais na América Latina

As ciências sociais na América Latina também foram afetadas pelo renovado interesse aos movimentos sociais nos meios acadêmicos europeu e norte-americano das últimas três décadas. Os estudos dos novos movimentos sociais tiveram um impacto significativo, inicialmente de um modo ingênuo, o que produziu, muitas vezes, uma visão romantizada dos movimentos.⁹ A maioria dos estudiosos rejeitou a ênfase sobre os recursos e as estratégias que caracterizaram o enfoque da mobilização de recursos. Por outro lado, muitos deram a devida atenção às oportunidades políticas, particularmente às crises de Estado que facilitaram o surgimento de movimentos sociais por toda a região. A idéia de identidade implícita nos estudos dos novos movimentos sociais, e desenvolvida por estrangeiros que trabalhavam na região, foi particularmente bem recebida pelos pesquisadores latino-americanos.

Eles não importaram de maneira acrítica o conceito de flexibilidade das sociedades pós-industriais de Alain Touraine. De acordo com Escobar (1992) e Calderón *et al.* (1992), os latino-americanos adaptaram e reformularam essa concepção, seguindo a tradição de sincretismo que já produzira teorias sólidas, como a teoria da dependência e algumas variantes da teoria da modernização.

Na América Latina, foi exatamente a crise do Estado que desencadeou a nova fase de protestos sociais (Calderón *et al.*, 1992; Escobar, 1992; Escobar e Alvarez, 1992). O fracasso do Estado desenvolvimentista e

populista no Cone Sul e do Estado oligárquico na América Central, bem como o abalo geral dos mecanismos de representação foram fatores importantes desta crise. Ao contrário do “pós-industrialismo” da sociedade europeia, Escobar argumenta que a América Latina estava experimentando uma crise “orgânica” de identidade, e, sob tais circunstâncias, em vez de vivenciar e finalizar o que poderíamos chamar de travessia da época da modernidade,, pulou o período como um todo:

A polarização social, a heterogeneidade e a exclusão alcançaram proporções sem precedentes na era do desenvolvimento. A erosão da modernidade é evidente na vida cotidiana, no comportamento concreto das pessoas, na crise econômica e no desencantamento com os projetos modernos de construção dos Estados-nação, da política e do desenvolvimento. O que pesa no balanço final não é só política, progresso e democracia, mas também todo um projeto civilizacional baseado na razão moderna (Escobar, 1992, p. 68).

Nos estudos dos movimentos sociais na América Latina, contudo, é muito clara a rejeição das versões mais grosseiras do enfoque da mobilização de recursos. Primeiramente, essa rejeição se baseia nos aspectos empíricos e metodológicos de tal abordagem, particularmente na inadequação da teoria pluralista do Estado no contexto latino-americano. Para alguns críticos, o modelo da mobilização de recursos é um manual para a inclusão de movimentos de grupos de classe média no sistema político norte-americano, um processo marcado por barganhas e alianças e, sobretudo, por ter uma característica pacífica. A disparidade de poder e de renda, bem como o caráter repressivo e não democrático da maioria dos regimes latino-americanos tornam a política

normal pouco provável. Entretanto, observa Foweraker (1995), é significativo que, apesar dessas características sociais e políticas – verdadeiras, na visão do autor –, a maioria dos movimentos sociais na América Latina se dá de maneira pacífica e busca mudanças democráticas por meio de cálculos estratégicos (p. 26). Em sua opinião, os pesquisadores latino-americanos não deveriam descartar completamente o enfoque da mobilização de recursos.

Outra crítica refere-se aos aspectos epistemológicos deste enfoque. Os estudiosos latino-americanos rejeitaram os aspectos quase teleológicos da visão subentendida no modelo da racionalidade econômica. Teóricos do feminismo criticaram duramente tal modelo, no sentido de que ele ignora classe, gênero e especificidades raciais, que tornam o conceito de ator racional inútil. Para esses críticos, o ator egoísta e racional é o homem branco da classe média das sociedades industriais avançadas e não tem nada a contribuir para a pesquisa fora deste contexto (Foweraker, 1995). A crítica da racionalidade econômica e das teorias de longo alcance são fortes no interior dos círculos acadêmicos pós-modernos. Nas palavras de Escobar:

Insights pós-modernos e pós-estruturais de vários tipos informam movimentos sociais em várias partes do mundo, especialmente na Europa Ocidental e na América Latina. Mais claramente na América Latina que em qualquer outro lugar, o movimento em direção a uma teoria dos movimentos sociais de longo alcance é rejeitada (1992, p. 62).

De modo geral, os cientistas sociais da América Latina rejeitaram o paradigma norte-americano devido às suas especificidades. Alguns criticaram-no por sua falha em reconhecer as diferenças na natureza dos Estados e, conseqüentemente, da luta política lá e cá. Paradoxalmente, eles aco-

lheram um enfoque que virtualmente ignora a importância do Estado como um adversário, como uma arena ou como um árbitro da política:

Mas não podemos negligenciar o fato que os movimentos sociais de vinte e cinco anos atrás tinham orientação política/estatal forte e que, em contraste, muitos dos atores de hoje buscam sua própria identidade cultural e espaços para sua expressão social, política ou de outro tipo (Calderon *et al.*, 1992, p. 23).

Ao reconhecer que as transições para a democracia e uma crise geral de representação contribuíram para o surgimento de movimentos sociais na região, estudiosos latino-americanos recentemente aceitaram alguns *insights* do enfoque da mobilização de recursos, particularmente a idéia das oportunidades políticas, como veremos na próxima seção. De qualquer modo, o foco principal da pesquisa latino-americana durante os anos de 1980 e início da década de 1990 foi a sociedade e não o Estado. Em outras palavras, a pesquisa na região escolheu o lado "invisível" dos movimentos sociais em detrimento da mais "visível" luta política.

O fato de que pesquisadores de diversas escolas das ciências sociais foram capazes de identificar e conceituar fatores diferentes que afetam os movimentos sociais é uma contribuição expressiva ao entendimento da ação coletiva. Contudo, a recusa em aceitar as contribuições de outros enfoques certamente retardou o desenvolvimento desta área de estudos, embora se possa entender a existência de paradigmas competitivos no período que se estendeu entre os anos de 1980 e início da década seguinte. Felizmente, uma nova geração de trabalhos sobre o tema tem usado os enfoques existentes de modo complementar e não competitivo. A próxima seção é uma discussão dessa tentativa de conciliação.

Novas Tendências nos Estudos dos Movimentos Sociais: em Direção a uma Síntese

Em uma revisão da literatura recente sobre os movimentos sociais na América Latina, Roberts (1997) critica o lado ideológico, bem como o otimismo dos trabalhos durante os anos de 1970 e 1980:

Para uma geração de acadêmicos de esquerda e de ativistas políticos desiludidos pela repressão a partidos de vanguarda, pela derrota dos movimentos de guerrilha e pela fraqueza e vicissitudes do trabalho organizado, os novos movimentos sociais foram uma benção: uma nova forma de subjetividade popular que visava a uma ordem sociopolítica radicalmente igualitária e participativa e, assim, restaurava a fé na marcha progressiva da história (1997, p. 138).

A realidade, de acordo com Roberts, logo desfez as expectativas implícitas nessa visão romântica dos movimentos populares. Pesquisadores responderam à dissonância entre fatos e expectativas adotando um "tom mais sóbrio." Na visão do autor, a melhor literatura recente sobre o tema já não está somente louvando o surgimento de movimentos de base ou a abertura de novos espaços para a expressão social. Esta literatura está "fazendo um sério esforço para entender como os movimentos sociais se engajam nas arenas formais da política institucionalizada e tentam influenciar políticas públicas" (Roberts, 1997, p. 139).

Um aspecto importante da política latino-americana que afeta muito o surgimento e o desaparecimento dos movimentos sociais é a própria abertura dos sistemas políticos e a conseqüente democratização que a maioria dos países da região experimentou recentemente. Obviamente, o modelo do processo político oferece algumas

contribuições muito úteis para a análise da relação entre a transição de regime e a mobilização social. Um exemplo deste novo enfoque no estudo de movimentos sociais na América Latina é a pesquisa de Oxhorn sobre as organizações de favelas no Chile. Enquanto enfatiza a importância de se manter uma identidade popular coletiva dentro do setor popular, ele também investiga como esse setor traduz tal identidade em termos de ação. A idéia de oportunidade política é central em sua tese de que “sob certas circunstâncias a retomada de atividades organizacionais de base não só é possível em um regime autoritário, como é um produto da experiência autoritária em si” (Oxhorn, 1995, p. 6). Ao reprimir modos tradicionais de participação, o Estado autoritário pode oferecer novas oportunidades para a reorganização da sociedade ao longo de novas linhas, como, por exemplo, movimentos urbanos de base territorial.

Oxhorn também explora os modos e as estratégias de organização e mobilização dos movimentos sociais. Ele reconhece a importância das “organizações guarda-chuva” na proteção de organizações de base contra a repressão estatal durante o período autoritário. No caso do Chile, e na América Latina em geral, a Igreja Católica pode oferecer esta proteção devido a dois fatores principais. Em primeiro lugar, os movimentos de base consideram a Igreja um aliado confiável; em segundo, a Igreja tem sido relativamente imune ao aparato estatal, devido a seu apoio popular e a valores cristãos implícitos (ao menos retoricamente) na ideologia estatal da maioria dos países latino-americanos.

Outro importante estudo que segue a mesma linha é a análise que Stokes (1995) fez da relação entre o Estado e os movimentos sociais no Peru. A autora identificou o surgimento do Estado corporativista como um fator que possibilitou a formação de novas identidades entre os mais pobres.

A ascensão do movimento trabalhista “classista,” a injeção da “idéia crítica” da história e da sociedade peruana no currículo das escolas públicas, a chegada às favelas de legiões de organizadores externos com novas mensagens sobre a raiz da pobreza e das possibilidades de mudança – todos esses resultados diretos ou indiretos das políticas do governo militar transformaram a visão de mundo de amplos segmentos urbanos (1995, p. 116).

O foco central no estudo de Stokes foi o papel da cultura popular no surgimento dos movimentos sociais, mas ela não limitou seu trabalho a vagos conceitos de identidade. Em vez disso, discutiu como diferentes culturas políticas levaram os grupos a adotar diferentes estratégias de organização, mobilização e confronto (ou à decisão de simplesmente não se mobilizar). Tais estratégias basearam-se em aspectos normativos que indicavam a cada ator que tipo de ação política é correta e que tipo é inapropriada.

Outro estudo que enfatizou a importância da cultura foi realizado por Alvarez *et al.* (1998), os quais afirmaram que os cientistas sociais negligenciavam as ligações entre cultura e política. Existe, de acordo com os autores, uma necessidade de se ir além da textualidade e das formas de representação para entender o que os movimentos sociais realmente significam:

A cultura é política porque os significados são agentes constitutivos de um processo que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando os movimentos empregam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, democracia ou cidadania que abalam os significados culturais dominantes, eles praticam a política cultural (1998, p. 7).

É importante enfatizar o fato de que na América Latina, hoje, todos os movimentos

sociais praticam a política cultural. Seria tentador, contudo, restringir esse conceito àqueles movimentos que são mais claramente culturais. Alvarez *et al.* (1998) argumentam que, nos anos de 1980, esta dicotomia resultou em uma divisão inútil entre os “novos” e o “velhos” movimentos sociais. Os novos seriam os movimentos indígena, ecológico, das mulheres, dos homossexuais e dos direitos humanos. Os velhos, dos camponeses, dos trabalhadores, de vizinhança e todos aqueles que envolviam as formas mais tradicionais de disputa. Estes autores rejeitaram não só tal diferenciação, mas também o antagonismo entre identidade e estratégia que uma vez existiu nesta área de estudos:

Em suas contínuas lutas contra os projetos dominantes de construção da nação, desenvolvimento e repressão, os atores populares se mobilizam coletivamente com base em interesses e significados muito diferentes. Em todos os movimentos, então, identidades coletivas e estratégias estão inevitavelmente atreladas à cultura. (Alvarez *et al.*, 1998, p. 6).

Os autores também reconhecem a importância das redes de movimentos sociais que, na visão deles, conectam de maneira informal e muitas vezes caótica uma plethora de organizações de movimentos sociais, indivíduos, igrejas, ONGs, simpatizantes, membros de partidos e até mesmo funcionários do Estado. Essas redes ajudam os movimentos a alcançar seus objetivos particularmente ao utilizar seus “discursos e demandas” dentro e contra a cultura e as instituições dominantes” (Alvarez *et al.*, 1998, p. 16) – um argumento muito próximo à idéia de Mellucci de que “os movimentos sociais operam como símbolos, no sentido em que eles traduzem suas ações em desafios simbólicos aos códigos dominantes” (1989, p. 12). Quando se examina o sucesso dos movimentos sociais, é preci-

so considerar até que ponto estes discursos alternativos, demandas e práticas permearam a sociedade por meio das ramificações destas redes.

A dimensão cultural do poder tem suas raízes nas idéias do célebre pensador italiano Antonio Gramsci, que criticou o materialismo reducionista dos marxistas europeus. A esquerda latino-americana cometeu o mesmo erro ao interpretar o Estado como um ente que pode ser capturado e controlado. Esta perspectiva ignora o papel das idéias e da cultura na produção e reprodução de relações desiguais de poder. Recentemente, a esquerda latino-americana incorporou uma perspectiva gramsciana que, de acordo com Dagnino:

Enfatiza a confluência de três tendências diferentes: uma renovada crítica do marxismo tradicional, uma ênfase na construção da democracia, que é relacionada ao fortalecimento da sociedade civil e, no interstício destes dois, um novo enfoque da relação entre cultura e política (1998, pp. 39-40).

Como no enfoque gramsciano, Estado e sociedade não são peças separadas, mas um *continuum*; mudanças políticas têm de abranger a ambos. Esta relação orgânica é a chave para entender a idéia de política cultural e como ela se relaciona com os movimentos sociais. Os movimentos têm sido capazes de ultrapassar as concepções limitadas da política e da democracia ao alvejar a sociedade em geral, em vez de meramente “as instituições políticas como são tradicionalmente concebidas” (Dagnino, 1998, p. 47). Em uma sociedade hierárquica cujos membros são classificados de acordo com gênero, raça, classe e orientação sexual, os movimentos sociais têm de pressionar por mudanças das atitudes bem como das práticas políticas. A luta para mudar os direitos dos cidadãos segue passo a passo a luta para garantir seus direitos a ter direitos ante a so-

cidade. Em outras palavras, o fim do autoritarismo estatal será completo e real somente quando e se o autoritarismo social for eliminado (Dagnino, 1998).

Essas mudanças recentes na orientação intelectual dos estudos dos movimentos sociais na América Latina produziram alguns insights que deveriam ser seriamente considerados por qualquer estudioso da área. Ao contrário dos estudos anteriores, essa perspectiva não elimina o foco principal de outras correntes, mas, ainda assim, continua a privilegiar as disputas sobre significados e símbolos em detrimento dos confrontos diretos na arena política.

Se os teóricos que trabalhavam dentro da tradição da identidade refinaram seus conceitos e incorporaram algumas idéias de outros paradigmas, é legítimo perguntar como os defensores dos outros paradigmas lidaram com os conceitos criados por aqueles. Em sua introdução a uma recente coletânea de textos sobre movimentos sociais, McAdam (1982) louva o crescente reconhecimento de três importantes fatores que afetam a ação coletiva: a estrutura das oportunidades e das dificuldades; as formas de organização disponíveis para os insurgentes; e os processos coletivos de interpretação, atribuição e construção social que fazem a mediação entre oportunidade e ação. Vale notar que McAdam *et al.* (1996) não adotaram o termo identidade, mas *framing*,¹⁰ apesar de ambos possuírem significado similar. O importante é a posição central do processo de framing no modelo de McAdam. De acordo com ele, *framing* é uma condição *sine qua non* para a mobilização:

Se a combinação de oportunidades políticas e estruturas de mobilização dá aos grupos um certo potencial estrutural de ação, elas permanecem, na ausência de outros fatores, insuficientes para explicar a ação coletiva. Fazendo a mediação entre oportunidades,

organizações e ação, encontram-se os significados compartilhados e as definições que as pessoas trazem. Elas necessitam ao menos sentir se estão incomodadas com relação a algum aspecto de suas vidas e confiantes que, agindo coletivamente, conseguirão corrigir o problema. Na falta de um destes fatores, é altamente improvável que as pessoas se mobilizem, mesmo quando possam fazê-lo (McAdam *et al.*, 1996, p. 5).

O atraso entre o surgimento da idéia de identidade como um fator importante no estudo dos movimentos sociais e sua adoção pelos seguidores da mobilização de recursos e do processo político tem duas razões. Primeiro, como McAdam *et al.* (1996) enfatizam, a imprecisão conceitual do termo identidade espantou muitos estudiosos. Estudos recentes, eles argumentaram, “igualaram o conceito [*cultural framing*] com toda e qualquer dimensão cultural dos movimentos sociais” (1996, p. 6). Os primeiros trabalhos sobre identidade na América Latina, como já dito, certamente contribuíram para agravar este problema. Segundo, a cultura, tradicionalmente, tem sido vista como uma característica estrutural de comunidades e sociedades, o que não se encaixa bem no modelo mais dinâmico do processo político. Esta visão foi substituída pela “concepção de cultura e *framing* como estrategicamente produzidas”, o que a tornou muito mais atrativa para os estudiosos do processo político (Zald, 1996, p. 261). Esta nova visão surgiu de diversos ramos das ciências sociais, particularmente da antropologia cultural, da psicologia social e da análise de discurso. Surgiu também como um desenvolvimento dentro do campo de estudos dos movimentos sociais, particularmente a análise da cultura como parte do repertório de ação de um movimento (Zald, 1996).

Teóricos latino-americanos enfatizaram a importância da política cultural na criação

de uma contra-hegemonia em sistemas de sociedade e Estados autoritários. Pesquisadores oriundos das tradições do processo político e da mobilização de recursos ressaltam um tema relacionado com este, mas distinto: grupos competidores. Para eles, os movimentos sociais contestam não só as autoridades e a sociedade em geral, como também outros grupos, que competem em eventos de mobilização, mostrando suas forças, para ver quem consegue atrair mais apoio e recursos. Mais importante, contudo, é a competição em torno de significados, visando a estabelecer sua legitimidade e mostrar a justiça de suas causas para a sociedade e para o Estado (Zald, 1996).

A partir do final da década de 1980, a literatura norte-americana e, até certo ponto, a literatura européia cada vez mais combinaram os estudos de oportunidades políticas com as análises das estratégias organizacionais, com resultados muito satisfatórios (McAdam *et al.*, 1996; Tarrow, 1994, 1998). Recentemente, a idéia de identidade e de política cultural começou a se difundir entre os seguidores destes dois enfoques. O oposto também é verdadeiro: defensores da identidade e da política cultural cada vez mais aceitam os *insights* de outros paradigmas. Esta tendência é muito positiva para os estudos dos movimentos sociais. Apesar disso, as análises empíricas estão ainda começando, e o desenvolvimento deste campo demandará muitos estudos de caso e análises comparativas que integrem cultura, estratégias e oportunidades. As palavras de McAdam são um bom ponto de partida para futuros estudos dos movimentos sociais:

Em última análise, contudo, a utilidade analítica destes três modelos [clássico, mobilização de recursos e processo político] serão determinados, não por seus abstratos méritos teóricos, mas com base em quão bem cada modelo explica alguns movimentos sociais em particular. Então, meu objetivo final

será, sempre que possível, avaliar o grau de compatibilidade entre as implicações empíricas de cada uma destas perspectivas e os dados (1982, p. 3).

Nenhum dos enfoques apresentados pode ser considerado superior do ponto de vista empírico ou teórico que os outros. Contudo, a literatura fornece algumas dicas sobre como guiar a pesquisa empírica sobre movimentos sociais. Existem diferenças significativas entre os “novos” movimentos e aqueles tradicionais. Os seguidores do paradigma da identidade argumentam, convincentemente, que algumas formas de movimento visam à sociedade e lutam na arena dos símbolos e significados, enquanto outras lutam nas arenas mais tradicionais da política. Ainda assim, a classificação dos movimentos sociais de acordo com as categorias “novo/velho”, analiticamente, não é nem muito acurada nem tampouco útil. Pelo contrário, parece mais produtivo pensar nos movimentos sociais como um contínuo entre aqueles orientados puramente para o lado da sociedade e aqueles orientados puramente para o Estado (dois pólos que na prática não existem). Não há também razão para acreditar que algum movimento não pode ou de fato não luta para mudar de maneira simultânea os significados subjetivos e a realidade política mais objetiva. Devemos considerar ainda que os movimentos sociais podem mudar sua própria natureza e até mesmo prosseguir trocando seu *locus* prioritário de ação do Estado para a sociedade e vice-versa. A própria natureza de um dado movimento social é, portanto, uma questão empírica que demanda pesquisa.

Surgimento e Evolução dos Movimentos: Considerações Finais

Rucht (1996) afirma que fatores externos afetam profundamente não só o surgimento

como também a própria organização dos movimentos sociais. Para este autor, nos estudos dos movimentos sociais, tanto a mobilização quanto a organização são variáveis dependentes, enquanto as oportunidades políticas constituem uma variável independente. Ademais, ele defende o uso das estruturas como variável independente, por serem mais estáveis e comparáveis do que as oportunidades.

As estruturas têm três aspectos contextuais: cultural, social e político. O contexto cultural refere-se a atitudes, valores, comportamento de indivíduos que podem ou não apoiar o movimento (ou, usando as palavras de Rucht, as pessoas serem consoantes ou dissonantes com o movimento). O contexto social é a inserção do movimento em seu ambiente social. O ambiente pode facilitar ou restringir a formação de identidades coletivas, o estabelecimento de redes de apoio e até mesmo a socialização dos colaboradores do movimento. Finalmente, o contexto político afeta profundamente a probabilidade de surgimento e a natureza das oportunidades políticas. As principais variáveis deste contexto, que podem facilitar a formação de identidades coletivas, são: (1) *o acesso à participação*, incluindo os canais de influência de decisões políticas; (2) *a capacidade de implementação de políticas das autoridades*; (3) a estrutura de alianças; e (4) a estrutura de conflitos, que é a constelação de adversários. A estas variáveis, Tarrow (1998) acrescenta uma outra, *a capacidade repressiva do Estado*.

Os pesquisadores deveriam prestar atenção na maneira pela qual os aspectos estruturais, sob circunstâncias normais, facilitam ou dificultam o surgimento de movimentos sociais, como argumenta Rucht (1996). Uma vez que o contexto estrutural afeta a estrutura organizacional dos movimentos sociais, as cinco variáveis determinam o tipo de movimento que provavelmente surgirá sob certas circunstâncias.

Kriesi (1996) propõe um modelo para analisar a evolução dos movimentos sociais,

em que enfatiza quatro parâmetros de desenvolvimento organizacional: (1) *crescimento e declínio organizacional* – as mudanças na dimensão do setor de movimentos sociais e a variação de recursos dentro de uma dada organização (SMO); (2) *estruturação interna* – como uma consequência imediata do fluxo de recursos, uma SMO pode passar por um processo de formalização, profissionalização, diferenciação interna e integração; (3) *estruturação externa* – diz respeito à integração da SMO com seus representados, aliados e autoridades; e (4) *orientação prática e repertório de ação* – à medida que uma SMO evolui, ela tende a mudar seus objetivos. Muitas vezes, a própria manutenção da organização torna-se seu objetivo central, o que implica uma acomodação conservadora do movimento.

As variações destes parâmetros podem levar uma SMO a quatro trajetórias de evolução:

1. *Institucionalização*: uma SMO institucionaliza-se quando ocorre uma estabilização no seu fluxo de recursos, no desenvolvimento de sua estrutura interna, em suas relações com atores externos, em seus objetivos e seu repertório de ações. Quando atinge este ponto, a SMO passa a ter uma estrutura semelhante a um partido ou grupo de interesse.
2. *Comercialização*: transformação de uma SMO em uma organização de serviços. Isto pode ocorrer propositalmente, ou como consequência de uma ênfase crescente no uso de incentivos seletivos para manter e aumentar o número de membros do movimento.
3. *Involução*: mudança em direção a uma ênfase exclusiva na concessão de incentivos sociais, com o auxílio mútuo e solidariedade. Neste caso, a SMO transforma-se em algo que lembra um clube, um grupo de ajuda ou uma associação voluntária.
4. Finalmente, a SMO pode revigorar a mobilização para atingir seus objetivos, passando por um processo de *radicalização*.

Às quatro trajetórias sugeridas por Kriesi, pode-se adicionar a *cooptação*, que é o estabelecimento ou o reforço de relações patrão-cliente, situação bastante comum em movimentos sociais na América Latina. Stokes (1995) salienta a importância dessa trajetória em seu estudo sobre movimentos sociais no Peru. Ela define clientelismo como:

[Uma] relação diádica entre dois atores desiguais na qual o superior troca bens e serviços por outros bens de valor (apoio político, trabalho) dos quais o ator inferior dispõe. Apesar de a troca ser benéfica para ambas as partes, de modo limitado, ela não aumenta o poder do ator inferior. Clientelismo é, portanto, uma estratégia dos grupos dominantes para manter sua posição de superioridade (1995, p. 112).

Essas relações podem se desenvolver entre líderes de movimentos sociais e suas bases, líderes e autoridades governamentais e líderes e atores que fazem a mediação entre os grupos de base e o Estado. Funcionários do Estado também podem querer este tipo de relação como uma maneira de sabotar os movimentos em benefício próprio.

É importante salientar que a evolução dos movimentos sociais não segue uma trajetória linear ou unidirecional, já que pode mudar de uma trajetória para outra de acordo com o contexto social, econômico, político e cultural onde o movimento se insere. É importante, em qualquer caso, avaliar o sucesso ou fracasso dos movimentos sociais analisados. O sucesso deve ser medi-

do de acordo com os objetivos do movimento e com as expectativas de seus participantes. A evolução de um movimento social pode estar diretamente ligada aos resultados que ele obtém. Como lembra Hirschman (1982), o sentimento de frustração pode levar os indivíduos a abandonar seus esforços de ação coletiva e redirecionar suas energias a interesses privados. Em contrapartida, a satisfação das expectativas pode desmobilizar os membros de um movimento, levando-o a seu termo ou a uma trajetória de *comercialização* ou *involução*, como descritas anteriormente.

A literatura sobre movimentos sociais evoluiu de uma posição teórica em que o Estado era uma variável de pouca importância para um reconhecimento crescente de seus efeitos sobre o surgimento, a continuidade e as conquistas dos movimentos. Não obstante, ainda há poucos estudos empíricos sobre a relação direta entre Estado e movimentos sociais. Tal lacuna está presente tanto na sociologia quanto na ciência política. Teóricos do Estado, por um lado, "têm se concentrado principalmente nos atores que detém e usam o poder, em vez de estudar os que os desafiam. Os estudiosos do movimentos sociais têm se concentrado principalmente naqueles que contestam o poder em vez de suas relações com os poderosos" (Jenkins, 1995, p. 15). A América Latina, e particularmente o Brasil, são uma rica fonte de material empírico sobre o Estado e os movimentos sociais. O uso e o refinamento dos referenciais teóricos mais recentes poderá contribuir de maneira decisiva para preencher essa lacuna na literatura.

Notas

1. Para uma análise detalhada das teorias dos movimentos sociais, o leitor deve recorrer também ao trabalho de Maria da Glória Gohn, 1997.

2. Todas as traduções neste texto são de minha autoria.
3. Para uma discussão mais profunda desta teoria, ver Miller *et al.*, 1977.
4. Organizações de Movimentos Sociais (*Social Movements Organizations – SMOs*) são organizações que mobilizam seus membros para a ação coletiva guiada por metas políticas, isto é, para obter algum bem coletivo. Juntas, todas as SMOs de um dado movimento formam a Infra-estrutura do Movimento Social (*Social Movement Infrastructure – SMI*). Os SMIs de todos os movimentos sociais em uma sociedade formam o Setor de Movimentos Sociais (*Social Movement Sector – SMS*) (Kriesi, 1996, pp. 153-154). McCarthy e Zald (1977) propõem uma categorização similar; contudo, eles se referem a todas as organizações no interior de um movimento, como a Indústria dos Movimentos Sociais (*Social Movement Industry – SMI*), em vez de infra-estrutura.
5. Alguns críticos deste enfoque se referem a esta divisão como uma cisão deste paradigma, mais do que seu desenvolvimento. Como resultado dessa cisão, duas perspectivas se opõem. Mobilização de Recursos 1 “concebe o setor de movimentos sociais como estando em livre competição com outros setores da sociedade em um mercado aberto de grupos e idéias”. E mobilização de recursos 2 “está mais preocupada com a estrutura das oportunidades políticas e com o grau de organização dentro dos grupos sociais em estado de privação” (a este respeito, ver Mayer, 1991).
6. Se as elites são aliadas ou inimigas potenciais dos movimentos sociais depende da própria definição de elites. Na América Latina, é notável o papel que setores da Igreja Católica têm desempenhado na formação e apoio a grupos sociais, particularmente entre as camadas mais necessitadas da sociedade.
7. Nas sociedades industriais avançadas, a sociedade é forte e sustenta o Estado. Neste caso, uma “guerra de movimento” para conquistar o Estado é inútil. A tarefa para os revolucionários é tomar o controle da sociedade civil em uma guerra de posição (Gruppi, 1978).
8. Apesar de Albert Hirschman não ter se engajado diretamente nesse debate, ele considera a ação coletiva um meio de se obter satisfação pessoal e de aliviar as frustrações do consumismo e do racionalismo individualista, características comuns da sociedade moderna (Hirschman, 1982).
9. Para um aprofundamento dessa crítica, ver Roberts, 1997.
10. Uma tradução adequada para o termo framing, neste contexto, parece ser “interpretação”.

Bibliografia

- Alvarez, S. E.; Dagnino, E. & Escobar, A.
 1998 “Introduction: The Cultural and the Political in Latin American Social Movements”, in _____ (eds.), *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, Boulder, Westview Press.
- Broom, L.
 1959 “Social Differentiation and Stratification”, in R. K. Merton; L. Broom & L. S. Cottrell (eds.), *Sociology Today*, Nova York, Basic Books.

- Buechler, S. M.
1993 "Beyond Resource Mobilization? Emerging Trends in Social Movement Theory". *The Sociological Quarterly*, 34: 217-235.
- Calderón, F.; Piscitelli, A. & Reyna, J. L.
1992 "Social Movements: Actors, Theories, Expectations", in A. Escobar & S. E. Alvarez (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Cohen, J. L.
1985 "Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements". *Social Research*, 52: 663-716.
- Dagnino, A.
1998 "Culture, Citizenship, and Democracy: Changing Discourses and Practices in Latin American Left", in S. E. Alvarez; E. Dagnino & A. Escobar (eds.), *Culture of Politics/Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements*, Boulder, Westview Press.
- Davies, J. C.
1969 "Toward a Theory of Revolution", in B. McLaughlin (ed.), *Studies in Social Movements*, Nova York, The Free Press.
- Escobar, A.
1992 "Culture, Economics, and Politics in Latin American Social Movements Theory and research", in A. Escobar & S. E. Alvarez (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Escobar, A. & Alvarez, S. E.
1992 "Introduction: Theory and Protests in Latin America Today", in _____ (eds.), *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy, and Democracy*, Boulder, Westview Press.
- Foweraker, J.
1995 *Theorizing Social Movements*. Londres/Boulder, Pluto Press.
- Gerschwender, J. A.
1971 "Explorations in the Theory of Social Movements and Revolutions", in _____ (ed.), *The Black Revolt*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- Gohn, M. G.
1997 *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola.
- Gruppi, L.
1978 *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- Gurr, T.
1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- Gusfield, J. R.
1970 *Protest, Reform, and Revolt*. Nova York, John Wiley and Sons.

- Gurr, T.
1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- Gusfield, J. R.
1970 *Protest, Reform, and Revolt*. Nova York, John Wiley and Sons.
- Hirschman, A. O.
1982 *Shifting Involvements: Private Interest and Public Action*. Princeton, Princeton University Press.
- Hungtinton, S. P.
1968 *Political Order in Changing Societies*. New Haven/Londres, Yale University Press.
- Jenkins, J. C.
1995 "Social Movements, Political Representation, and the State: An Agenda and Comparative Framework", in J. C. Jenkins & B. Klandermans (eds.), *The Politics of Social Protest: Comparative Perspectives on States and Social Movements*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Jenkins, J. C. & Perrow, C.
1977 "Insurgency of the Powerless: Farm Worker Movements 1946-1972". *American Sociological Review*, 42: 249-268.
- Kornhauser, W.
1959 *The Politics of Mass Society*. Glencoe, IL, The Free Press.
- Kriesi, H.
1996 "The Organizational Structure of New Social Movements in a Political Context", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mayer, M.
1991 "Social Movement Research in the United States: A European Perspective". *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 4: 459-480.
- McAdam, D.
1982 *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago, University of Chicago Press.
- McAdam, D.; J. D. McCarthy & M. N. Zald
1996 "Introduction: Opportunities, Mobilizing Structures and Framing Process – Toward a Synthetic, Comparative Perspective on Social Movements", in _____ (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McCarthy, J. D. & Zald, M. N.
1973 *The Trend of Social Movements in America: Professionalization and Resource Mobilization*. Morristown, NJ, General Learning Press.

- 1977 "Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory". *American Journal of Sociology*, 82: 1212-1241.
- Melucci, A.
1989 *Nomads of the Present: Social Movements and Individual Needs in Contemporary Society*. Philadelphia, Temple University Press.
- Miller, A. H.; Bolce, L. H. & Halligan, M.
1977 "The J-Curve Theory and the Black Urban Riots: an Empirical Test of Progressive Relative Deprivation Theory". *The American Political Science Review*, 71: 964-982.
- Olson, M.
1965 *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Oxhorn, P. D.
1995 *Organizing Civil Society: The Popular Sectors and the Struggle for Democracy in Chile*. University Park, Pennsylvania State University Press.
- Roberts, K. M.
1997 "Beyond Romanticism: Social Movements and the Study of Political Change in Latin America". *Latin America Research Review*, 32: 137-151.
- Rucht, D.
1996 "The Impact of National Contexts on Social Movement Structures: A Cross-Movement and Cross-National Comparison", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Smelser, N. J.
1962 *Theory of Collective Behavior*. Nova York, The Free Press.
- Stokes, S. C.
1995 *Cultures in Conflict: Social Movements and the State in Peru*. Berkeley, University of California Press.
- Tarrow, S.
1994 *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
1996 "State and Opportunities: the Political Structuring of Social Movements", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.
1998 *Power in Movement: Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tilly, C.
1978 *From Mobilization to Revolution*. Londres, McGraw Hill.

- Touraine, A.
1985 "An Introduction to the Study of Social Movements". *Social Research*, 52: 749-787.
- Zald, M. N.
1996 "Culture, Ideology, and Strategic Framing", in D. McAdam; J. D. McCarthy & M. N. Zald (eds.), *Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings*, Cambridge, Cambridge University Press.

Resumo

Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais

A partir da década de 1960, houve uma grande renovação do interesse acadêmico nos movimentos sociais. Apesar de suas raízes empíricas comuns, as escolas que surgiram nos Estados Unidos e na Europa diferiram completamente e, infelizmente, por mais de uma década, houve muito pouco intercâmbio intelectual entre elas. No final dos anos de 1980, pesquisadores latino-americanos engajaram-se na pesquisa sobre movimentos sociais, mas não conseguiram preencher a lacuna entre os paradigmas então existentes. Pelo contrário, a maioria dos pesquisadores adotou conceitos provenientes da literatura européia e negligenciou os pontos fortes dos modelos norte-americanos. A literatura mais recente produzida na América Latina, Europa e Estados Unidos, contudo, aponta para uma crescente integração desses enfoques, o que aparentemente tem fortalecido esta área de estudos. A pesquisa sobre movimentos sociais na América Latina pode ajudar a preencher as lacunas ainda existentes na literatura, particularmente a falta de estudos sobre a interação entre Estado e sociedade.

Palavras-chave: Movimentos sociais; teorias dos movimentos sociais.

Abstract

New Courses and Possibilities for Social Movements Studies

Since the late 1960s, there has been a renewed academic interest in the studies of social movements. Despite their common empirical roots, the schools that emerged in Europe and the United States were completely different, and, unfortunately, for more than a decade there was little cross fertilization between these schools. In the late 1980s, Latin American scholars engaged in social movement research, but were unable to bridge the gap between the existing paradigms. Rather they adopted some concepts of the European literature and neglected the strengths of the American models of social movements. The recent literature in Latin America, Europe, and in the United States, however, points to an integration of these approaches, which apparently has been reinvigorating this field of studies. Research on Latin America may help bridge the gaps that still remain in the literature, particularly those concerning the relationship between the state and social movements.

Keywords: Social movements; social movements' theory.

Résumé

Nouvelles Pistes et Possibilités pour les Études des Mouvements Sociaux

À partir des années soixante, nous assistons à un grand renouveau de l'intérêt académique pour les mouvements sociaux. Malgré leurs racines empiriques communes, les écoles qui sont apparues aux États-Unis et en Europe ont complètement différencié et, malheureusement, pendant plus d'une décennie, il y eut très peu d'échanges intellectuels entre elles. À la fin des années quatre-vingts, des chercheurs latino-américains se sont engagés dans la recherche sur les mouvements sociaux, mais n'ont pas réussi à combler la lacune entre les paradigmes qui existaient alors. Au contraire, la plupart des chercheurs adopta des concepts issus de la littérature européenne et négligea les points forts des modèles américains. La littérature plus récente produite en Amérique latine, en Europe et aux États-Unis tend, néanmoins, vers une intégration croissante de ces points de vue, ce qui, apparemment, renforce les études dans ce domaine. La recherche sur les mouvements sociaux en Amérique latine peut aider à combler les lacunes qui existent toujours dans la littérature, particulièrement le manque d'études sur l'intégration entre l'État et la société.

Mots-clés: Mouvements sociaux; Théories des mouvements sociaux.

A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado

Celso F. Rocha de Barros

Apresentação

O processo de transformação dos países do Leste Europeu em economias de mercado vem se constituindo em um dos principais objetos de reflexão teórica nas ciências sociais contemporâneas: é difícil imaginar, desde a institucionalização acadêmica das ciências sociais, uma transformação dessa magnitude que tenha sido acompanhada tão de perto pelos cientistas sociais.¹ De fato, diante da importância que tiveram os “especialistas ocidentais” na assessoria dos governos do Leste, percebemos que o discurso acadêmico sobre a transição foi mesmo parte importante da luta social ali em curso na década de 1990. Apesar disso, como esperamos deixar claro a seguir, a configuração social emergente no Leste após dez anos de transição escapou do controle de qualquer “projeto” que os agentes tivessem em mente no começo da transição.

Neste artigo, apresentamos uma revisão crítica da bibliografia sobre a transição econômica no Leste. Embora nosso foco esteja na mudança das formas de propriedade (de estatal a privada) e dos mecanismos de regulação econômica (do plano ao mercado), não podemos deixar de tratar de processos políticos, nem nos deixar levar pela simplificação de uma ruptura total entre processos recentes e dinâmicas históricas de longo prazo. Afinal, estamos tratando aqui do modo como atores sociais instituíram, por suas práticas, se não

por seus projetos, uma transformação extraordinariamente complexa: os automatismos do mercado serão apenas parte da explicação, e por vezes será mesmo muito difícil classificar certos fenômenos como exclusivamente “políticos” ou “econômicos”.

O período aqui analisado vai desde o começo da transição (em torno de 1989) até 1997-1998; na realidade, o período que nos é especialmente caro é o meio da década, quando as diferenças de percurso na recessão transformacional tornaram-se mais acentuadas. Chamamos atenção, também, para o fato de que os casos nacionais que receberão atenção especial (Hungria, República Tcheca e Rússia) foram escolhidos por sua importância nos debates teóricos mais gerais (por exemplo, o debate gradualismo *versus* Big Bang, ou estabilidade econômica *versus* abertura política). Isso justifica que casos importantes como a Polônia e a Eslovênia (que têm apresentado crescimento em um nível bastante acelerado), os países bálticos ou as antigas repúblicas soviéticas da Ásia tenham recebido pouca ou nenhuma atenção.

Cabe aqui uma breve discussão sobre o problema da “sociologia crítica” no caso das transições do Leste. Em uma crítica aos trabalhos recentes de sociologia sobre a transição pós-socialista,² Michael Burawoy, escrevendo na perspectiva do marxismo, formula objeções que também poderiam ser, a princípio, dirigidas a este trabalho. Segundo Burawoy, os estudos sobre a transição no Leste

pecam por 1) limitar-se ao estudo das variantes do capitalismo, sem pensar na possibilidade de sua superação, o que tiraria da sociologia seu potencial crítico; 2) deixar de lado o estudo das classes subalternas, concentrando-se na análise das elites; e 3) concentrar-se na análise das origens, e não na análise da lógica sistêmica do capitalismo, que tem como uma de suas características justamente seu potencial para eliminar as origens (*wipe out origins*, 2001, p. 1114).

A estas objeções, extremamente pertinentes, respondemos:

1. Talvez seja verdade que o capitalismo livre-se de suas origens na medida em que se desenvolve, mas, quando se opera na análise de médio prazo (que é o que se propõem os autores criticados por Burawoy), esses resquícios e saídas laterais podem ser muito importantes, idéia com a qual só se pode discordar abandonando, por exemplo, qualquer teoria do imperialismo ou da dependência, bem como ignorando problemas geopolíticos importantes, como o crescimento das economias asiáticas.
2. Como bem notou Kennedy (2001), intelectuais ocidentais podem tomar o socialismo como um “outro” contra o qual se julga criticamente a realidade capitalista que se estuda, mas no Leste o socialismo é uma memória, não uma utopia. Não vale aqui a objeção, plausível no nível em que normalmente é formulada, de que o “socialismo real” não foi o “verdadeiro socialismo”, pois, mesmo se isso for verdade, a memória do socialismo incluí entre seus traços a idéia mesma de julgar a realidade contra o modelo de uma utopia, e o peso desta escolha no caso do Leste ainda precisa ser mais bem estudado pelo marxismo. Enfim, Kennedy está certo em levantar a “questão de pesadelo”: e se o foco no socialismo se constituir em obstáculo para a socio-

logia crítica? Esta questão não é fácil, e não pode ser respondida no espaço deste artigo.

3. Realmente há um déficit de produção sobre a classe operária no Leste dos anos 90,³ mas isso não invalida os estudos existentes sobre as “elites”; a menos, é claro, que Burawoy esteja sugerindo que a classe operária no Leste seja um poderoso agente de mudança social, o que, como replicaram Eyal, Szelényi, e Townsley (2001), não é o caso, ao menos por enquanto.

Enfim, em que pesem nossas considerações acima, vale a pena esperar para ver o quanto renderá teoricamente a proposta de Burawoy de uma “teoria pós-socialista” (nos moldes da “teoria pós-colonial” já existente).⁴ Mas, por enquanto, nos limitaremos a tentar descobrir algumas linhas de causalidade histórica nos processos em curso.

Apresentamos inicialmente um resumo da teoria da “recessão transformacional” de Kornai, que serviu como ponto de referência para boa parte da bibliografia sobre a transição “pós-socialista”. A partir da constatação de que a recessão transformacional ocorreu em todos os países em transição, passamos então à análise dos fatores socioeconômicos que parecem ter determinado as diferentes trajetórias nacionais durante a recessão, para fora dela, ou no mergulho em crises cada vez mais agudas. Inicialmente, apresentamos as duas posições conhecidas como “gradualista” e “*Big Bang*”, que tiveram importante papel no debate político sobre a transição. A seguir, mostramos que essa oposição descreve apenas parcialmente os processos concretos em curso. Com base nos trabalhos de David Stark e no conceito de “propriedade recombinante”, bem como na bibliografia sobre os casos considerados paradigmáticos da Hungria (*gradualista*) e República Tcheca (*Big Bang*), mostramos que as diferentes estratégias interagiram com dinâmicas vindas do

período socialista, produzindo configurações por vezes inesperadas. Além disso, com base na literatura sobre o caso Russo, mostramos que processos políticos, em especial as condições da alternância no poder, tiveram influência decisiva sobre a constituição das formas institucionais emergentes. Enfim, argumentamos que os encadeamentos históricos de longo prazo podem ter sido decisivos nas diferentes trajetórias.

A Transição Pós-socialista: O Conceito de Recessão Transformacional

Com a crise final das economias planificadas, impôs-se a tarefa de conduzir a transição a uma economia de mercado. As circunstâncias que favoreceram a adoção deste rumo tinham origens variadas, entre as quais, naturalmente, a necessidade de eliminar os desequilíbrios herdados da economia de penúria, bem como a grande crise econômica que se precipitou sobre os países que haviam embarcado nas reformas *market-oriented* antes de 1989, e que se deparavam com desequilíbrios muitas vezes mais graves do que os enfrentados pelas economias não-reformadas.

Mas não podemos desprezar o papel desempenhado por fatores políticos. Onde movimentos de oposição declarada ao regime do partido único ascenderam ao poder, colocava-se também a tarefa de eliminar as bases de poder dos membros da *nomenklatura*, o que significava, naturalmente, quebrar o antigo sistema de administração econômica estatal. Segundo Sachs (1994), esse fator foi muito importante na escolha da estratégia do Solidariedade Polonês, o qual, quando alcançou o governo na Polônia, enfrentou um sério problema político: os comunistas contavam com sua presença no aparelho estatal para perpetuar sua influência na administração. A estratégia seguida pelo Solidariedade foi uma virada em direção à eco-

nomia de mercado: já que não havia quem pudesse formular um plano econômico, então o sistema de planejamento seria substituído pela liberalização dos preços. Isto é, embora não fosse possível mudar a composição do estrato tecnocrático, era, no entanto, possível esvaziar seus espaços de poder.

Seja como for, ao final da primeira metade da década de 1990, todos os países do Leste Europeu já haviam embarcado, com mais ou menos entusiasmo, na via da transição pós-socialista. As consequências para a economia da região foram drásticas. Uma economia que havia sido organizada por critérios não mercantis, ou apenas parcialmente mercantis, não estava capacitada para operar em um ambiente de mercado desregulado de uma hora para outra. Pensemos nos casos em que a localização das empresas obedecia a critérios não-mercantis, por exemplo, a necessidade de ocupar certos territórios militarmente estratégicos. Uma vez removidos os incentivos estatais, estas empresas estavam condenadas a desaparecer, visto que os custos de transporte tornavam seus preços não competitivos.

Mas o principal problema parece ter sido a passagem de uma economia “constrangida por recursos no estilo Kornai” para uma economia “constrangida por demanda no estilo Keynes”. A expressão refere-se aos clássicos trabalhos do economista húngaro János Kornai sobre as economias socialistas. Visto que estas teses tiveram importância fundamental no debate sobre as sociedades do Leste antes e depois da transição, vale a pena revê-las em resumo.

A tese de Kornai (1995, 1997) parte da constatação de que a empresa socialista típica tinha “constrangimento orçamentário suave”, isto é, podia contar com ajuda do centro planificador caso incorresse em prejuízo. Isso se devia, por um lado, ao fato de que o sistema de preços controlados tornava a lucratividade efetiva um índice ruim de eficiência; por outro, à ação de redes corporativas dentro de cada ramo da economia,

que procuravam garantir junto ao centro os recursos necessários à sua operação. Não dependendo dos lucros aferidos para sobreviver, tais empresas não limitavam sua oferta à quantidade que podia ser vendida; no dizer de Kornai, não eram *constrangidas pela demanda*, mas sim *constrangidas pelos recursos* – investiam tanto quanto pudessem com os recursos de que dispunham. Sua demanda por insumos, portanto, tendia ao infinito. Assim, quando cada empresa pressiona ao máximo seus fornecedores por mais recursos, sem ter maior estímulo para atender a seus próprios clientes, uma situação de *economia de penúria* se configura: a demanda que não pode ser controlada por aumentos de preço se transforma na tristemente familiar figura da *fila*.

Dada a insensibilidade para preços e o apetite para investimento, muitas empresas socialistas eram bem maiores do que se justificaria, caso seus consumidores tivessem que decidir com base em preços liberalizados. A partir da mudança no ambiente em que a empresa devia operar, a retração econômica era inevitável. Segue-se uma queda brusca da produção, o crescimento do desemprego, e uma drástica redução da arrecadação fiscal. Ao conjunto destes fenômenos, Kornai (1995, 1997) chamou “recessão transformacional”.

Resumindo, os fatores que tendem a levar a uma recessão transformacional, Gomulka (1998, p. 15) cita: (1) o realinhamento de preços; (2) a queda da demanda resultante da passagem a um mercado de compradores;⁵ (3) a redução dos gastos militares; e (4) o colapso do Comecon. Aqui nos concentraremos apenas nos itens (1) e (2), visto que os outros fatores estiveram presentes de maneira bastante desigual nos diferentes países, o que não impediu que todos sofressem com a recessão transformacional.

Notemos que a recessão transformacional não é igual a uma recessão normal característica do capitalismo. Entre os fatores que a distinguem estão, por exemplo, o fato de que

nela uma grande queda na produção está normalmente associada a taxas de inflação maiores (Gomulka, 1998, p. 19). Mais revelador ainda é o fato, notado por Gomulka (p. 29), de que países que adotaram políticas econômicas as mais diversas (por exemplo, políticas de austeridade fiscal ou de permissividade fiscal) tiveram quedas semelhantes da produção, muito embora tenham se movido com maior ou menor desenvoltura para fora delas.

Depois de quase dez anos de transição, os resultados obtidos variaram imensamente entre os vários países envolvidos. Se todas as economias tiveram uma redução acentuada de seu crescimento até o meio da década de 1990, algumas tiveram uma rápida recuperação nos anos subsequentes, enquanto outras se recuperaram mais lentamente ou mesmo regrediram. Se a recessão transformacional parece mesmo ser inevitável no começo da transição, seus efeitos e sua duração parecem ter variado bastante de acordo com a estratégia de transição adotada por cada país.

Assim, terminada a década, há claramente um grupo de “vencedores” e um grupo de “perdedores”. Entre os primeiros, a Hungria, a República Tcheca (a despeito da crise de 1997⁶), a Eslováquia, a Eslovênia e, principalmente, a Polônia, cujo PIB é hoje 20% maior do que era em 1989. Entre os segundos, destacam-se as antigas repúblicas soviéticas,⁷ entre as quais naturalmente a Rússia (a despeito da recente recuperação⁸) e, sem dúvida, o maior desastre entre os países da região, a Moldávia, atualmente com apenas 31% do PIB que tinha em 1989.

Naturalmente, não se pode medir o “sucesso econômico” exclusivamente pela variação do PIB. Entretanto, alguns dados sugerem que o popular *trade-off* entre crescimento e progresso social se aplica imperfeitamente no caso dos países que sofrem recessão transformacional. Não é totalmente claro que países que tenham sido mais tímidos nas reformas tenham poupado sua população de maiores sacrifícios: por exemplo,

o *ranking* dos países em que mais subiu a expectativa de vida entre 1987 e 1997 é semelhante ao dos países com maior crescimento. Os cinco mais bem colocados foram (do melhor para o pior) República Tcheca, Eslovênia, Eslováquia, Polônia e Hungria; os cinco piores (do pior para o melhor), Ucrânia, Rússia,⁹ Bulgária, Albânia e Romênia (*The Economist*, 6 de Novembro de 1999, p. 23). De maneira análoga, a comparação de Goetting (1998) entre as políticas sociais em quatro países em transição (República Tcheca, Hungria, Eslováquia e Bulgária) mostrou que a República Tcheca¹⁰ parece ter implementado as políticas sociais mais bem-sucedidas, ao passo que a Bulgária teria tido o pior desempenho entre os quatro.

A relação entre crescimento e desemprego parece ser mais complexa, pois, embora haja mesmo indícios de que *fast reformers* tenham maior desemprego do que *slow reformers* (como indicaria, por exemplo, a comparação entre a Polônia e a Rússia até 1995; ver Jackman, 1998, p. 125), a República Tcheca, um dos mais rápidos reformadores, ostentava em 1995 uma taxa de desemprego de apenas 3%, o que, como notou Jackman, parece indicar que a *política de emprego* pode ter sido o fator decisivo em todos estes casos.

Enfim, o estudo de Elster (*et al.*, 1998) procurou medir o grau de “consolidação” das novas sociedades, comparando-as através de quatro critérios: *performance* econômica, consolidação institucional, estabilidade política e segurança social. Foram comparados quatro países (República Tcheca, Hungria, Eslováquia e Bulgária), e, ao final do trabalho, os autores elaboraram um *ranking* da *performance* dos quatro, tendo sido obtido o seguinte resultado, do mais consolidado para o menos consolidado: República Tcheca, Hungria, Eslováquia e Bulgária (p. 305).

Como explicar essas diferenças? Isto é, que fatores fizeram com que, lá pelo meio da década de 1990, alguns países ingressassem em um processo de recuperação relativamen-

te acelerada, enquanto outros afundaram ainda mais em uma crise que assumiu dimensões catastróficas?

Exploraremos no restante deste trabalho o aspecto que até agora, não sem motivo, vem ocupando o centro do debate sobre a transição: a mudança do regime de propriedade. Naturalmente, não pretendemos sugerir que este seja o único fator relevante, como nossas conclusões deixarão claro. Além do mais, não gostaríamos de dar a impressão de que o único aspecto importante da questão é o crescimento do PIB, ou a eficiência de mercado: mas entendemos que a recessão transformacional reflete os mecanismos mais profundos da mudança de regime, de cujo sucesso dependem as perspectivas de longo prazo da região (por exemplo, a perspectiva de adesão à Comunidade Européia).¹¹

Fatores de Divergência das Trajetórias na Transição: “Gradualistas” e “Radicais de Mercado”

Voltemos pois à questão: como se explica a divergência entre os diferentes países em transição a partir da segunda metade da década de 1990?

A explicação “oficial”, comum entre os funcionários de organismos internacionais, ou entre publicações como *The Economist*, é que os países que foram mais radicais na adoção dos mecanismos de mercado foram os mais bem-sucedidos. De fato, a Polônia, antes de seus colegas do Leste, adotou um regime de preços liberalizados e abriu sua economia para o comércio exterior. Por outro lado, países que têm sido tímidos no processo de reforma, como a Romênia, têm obtido resultados medíocres.

O problema começa quando incluímos em nosso critério de avaliação do “radicalismo” dos reformadores a porcentagem da economia privatizada, o que, há de se convir, parece plausível. Neste caso, os dados forne-

cem um quadro bem mais complexo. Se é verdade que a Polônia optou por uma rápida liberalização de preços, também é verdade que foi parcimoniosa na privatização. Por outro lado, a Hungria adotou uma estratégia reconhecidamente gradualista, cuja origem remete à adoção do Novo Mecanismo Econômico em 1968. Em contraste, a Rússia optou por uma rápida privatização. Os casos da China (e talvez do Vietnã) são particularmente importantes, dado que, mantido o regime de partido único, a estrutura institucional básica (a "principal linha de causalidade") do sistema socialista clássico deveria prevalecer, segundo Kornai. Mais importante, como veremos no próximo tópico, nem sempre iniciativas do tipo *Big Bang* resultaram em uma expansão sem restrições da propriedade privada e do comportamento orientado pelo mercado.

Há ainda o caso, bem menos estudado, da Eslováquia. A Eslováquia teve, no período considerado, um crescimento melhor do que a maioria dos países em transição, sendo superada apenas pela Polônia. Entretanto, o governo de Vladimir Merciar (1994-1998) foi freqüentemente associado a tendências nacional-populistas e a uma postura anti-ocidente e anti-reformista.¹² A falta de material acessível para a análise do caso eslovaco nos impede de inseri-lo em nossa discussão, mas, como advertência contra o excessivo entusiasmo pelo exemplo eslovaco, devemos ter em mente dois fatores: (1) que a separação entre a República Tcheca e a Eslováquia foi efetivada quando a transição já estava em curso, de maneira que é possível que alguns dos bons resultados da experiência eslovaca sejam atribuíveis a políticas seguidas no curto período tcheco-eslovaco (de 1989 a novembro de 1992, período do *Big Bang* tcheco) da transição; (2) além disso, o governo pró-reforma de Ivan Miklos, empossado em 1998, tem sustentado que o crescimento obtido sob Merciar era insustentável, baseado essencialmente

no endividamento e na injeção de dinheiro no setor estatal.¹³

Seja como for, a simples oposição entre privatizar ou reformar com mais ou menos rapidez não explica o diferente desempenho dos países em transição. Portanto, deve haver *mecanismos mais sutis* por trás de resultados econômicos tão díspares.

Uma outra explicação, que ganhou impulso após a crise russa de 1998, é a chamada crítica *gradualista*, entre cujos proponentes ocidentais mais célebres encontra-se J. Stiglitz. Com base na crise russa e no sucesso chinês, os proponentes desta tese argumentam que, antes de embarcar na privatização em grande escala, é necessário introduzir medidas que endureçam o constrangimento orçamentário das empresas estatais. Somente através do processo de aprendizagem social que derivaria desta situação, os diversos agentes poderiam se mostrar aptos a viver segundo as regras de mercado. Ao mesmo tempo, o processo de aprendizagem favoreceria uma seleção dos mais aptos para desempenhar a função de capitalista.

Notemos que, realmente, entre os países que obtiveram melhores resultados na última década, a regra parece ter sido a seqüência "endurecimento do constrangimento orçamentário" → "privatização". Em especial, este foi o caso na China,¹⁴ não foi na Rússia e, notemos bem, foi na Polônia.¹⁵

Entretanto, esse resultado levanta questões teóricas complexas: de fato, décadas de experiência de reformas de mercado em países como Hungria e Iugoslávia, bem como debates teóricos célebres da teoria econômica, pareciam demonstrar o que Kornai chamava de "afinidades eletivas" entre mecanismos de coordenação (como o mercado) e formas de propriedade (como a propriedade privada). Isto é, teoricamente, a oposição entre disciplina financeira e privatização não deveria sequer se colocar.¹⁶

O fato de que a privatização teve efeitos tão díspares em diferentes países mostra, en-

tretanto, que há mais problemas envolvidos na construção das instituições e dos valores de mercado do que simplesmente a transferência de títulos de propriedade. Em que pese a importância das leis de propriedade na medida em que possibilitam chamar a intervenção estatal para resolver conflitos, elas operam em meio a configurações sociais complexas, que se contrapõem muitas vezes ao Estado e tornam o recurso à lei inócuo ou mesmo contraproducente. Entre o nível da eficiência microeconômica e as grandes políticas institucionais, há, no capitalismo moderno, toda uma "terra de ninguém, ou uma terra de todo mundo",¹⁷ onde estratégias e regras se cruzam até quase já não se poder distingui-las. Como veremos, um dos maiores problemas da transição é fazer com que essa zona instável da vida social moderna seja uma fonte de dinamismo, mas não de desintegração.

Para dar conta destes problemas, é necessário que nos retiremos do terreno em que o debate é normalmente travado. Em vez de nos atermos às diferentes políticas (*policies*) adotadas pelos governos, ou, o que parece ainda mais abstrato, recomendadas por diferentes conselheiros internacionais, procuraremos, no próximo item, nos ater à maneira pela qual estas políticas produziram resultados bastante diferentes dos esperados pelos seus formuladores.

Estruturas de Propriedade Emergentes

Neste tópico adotamos uma perspectiva diferente da do anterior, onde nos detivemos sobre um debate bastante centrado nas diferentes escolhas de política (*policy*) governamental. Aqui nos debruçaremos sobre alguns trabalhos que se ativeram à análise dos processos sociais desenvolvidos paralelamente, e mesmo em oposição, às intenções dos diferentes governos pós-comunistas.

O processo de transformação do regime de propriedade no Leste tem várias dimensões. Embora o processo de privatização ocupe grande parte do debate teórico sobre o assunto, não se pode deixar de chamar atenção para a imensa importância que tiveram as empresas novas, que já nasceram privadas, ou com um estatuto que ao menos não permite defini-las como estatais. Na Polônia, os resultados da pesquisa de Elstrin (1998) mostram que, no ano de 1993, tanto a produção quanto o emprego cresceram mais rápido nas empresas privadas surgidas depois do início da transição; na China, onde ainda não se procedeu a privatização das empresas estatais, o crescimento econômico dos últimos anos foi em imensa medida ocasionado pelas chamadas *town-and-village enterprises* (TVEs), cujo estatuto jurídico é bastante complexo, com uma relativa indefinição dos direitos dos agentes privados e do poder político local.

Mas não é à toa que a questão da privatização mobiliza tanta energia. Como já vimos, a privatização no Leste teve causas políticas pelo menos tão importantes quanto econômicas. Essa questão é ponto de passagem obrigatório para qualquer tentativa de modificação da estrutura social herdada do período comunista: quando se discutiu as formas de privatização, discutiu-se ao mesmo tempo que tipo de acordo seria possível com a antiga elite dominante; que tipo de garantias seria possível oferecer à população trabalhadora durante a recessão transformacional; que atitude tomar diante dos espaços de mercado que já existiam nos interstícios do regime comunista. Como veremos, a maneira pela qual a propriedade estatal foi reorganizada nos novos regimes efetivamente teve consequências cruciais para o desenvolvimento de cada país. O que não quer dizer que esta reorganização tenha se dado exatamente como esperavam seus implementadores.

Formas mais comuns de privatização, como a venda pela maior oferta, estavam

vedadas aos formuladores de política do Leste. Isso implicaria transferir o controle da economia para os únicos atores que, durante o regime comunista, puderam acumular recursos financeiros de vulto: os membros da *nomenklatura* e os operadores do mercado negro. Visto que nenhum dos dois oferecia grandes perspectivas como administradores eficientes, cumpridores de contratos e pagadores de impostos, foi preciso pensar uma alternativa.

Grande parte da discussão girou, então, em torno do processo conhecido como “privatização espontânea”. As reformas iniciadas, ainda no período socialista, pela Hungria e pela Iugoslávia, provocaram situações de desequilíbrio decorrentes da convivência inamistosa de mecanismos de mercado e de regulação burocrática. Um componente fundamental deste processo foi a progressiva autonomização dos dirigentes de empresa. A partir do momento em que a desintegração do modelo era evidente, esse processo sofreu uma aceleração fenomenal: a partir do final dos anos de 1980, os *insiders* (administradores de empresa e, em menor grau, os trabalhadores) engajaram-se na gestão das empresas como se fossem suas. Isso talvez não fosse um problema maior em si, e, mesmo, poderia ser visto como uma possível solução para o processo de privatização.

Entretanto, dois fatores levaram a uma deterioração aguda da situação. O primeiro foi o fato de que, dado que muitas destas empresas tinham constrangimento orçamentário suave, a autonomização serviu fundamentalmente para dar margem a uma subida desgovernada de salários, por um lado, e para a venda do patrimônio da empresa por parte dos administradores, muitas vezes para recém-fundadas empresas de sua propriedade que tinham apenas uma sala com uma secretária.

Não há dúvida de que a apropriação das empresas pelos *insiders* foi em grande medida uma oportunidade de assalto ao patrimônio público: o próprio Stiglitz (1996) reconhecia este processo como a principal amea-

ça à estratégia de adiar a privatização. Entretanto, como bem notou o mesmo autor, há todo um capital social, um *know-how* acumulado durante a experiência dentro da estrutura econômica, que deve ser preservado durante a transição, e que poderia ser desperdiçado em uma privatização (não-espontânea) desastrosamente apressada.

Um exemplo de como este acúmulo de informação pode ser importante é a capacidade de saber que empresas têm real potencial de crescimento. No caso das privatizações, é evidente que nem sempre quem se dispõe a pagar mais pela empresa é o mais apto a administrá-la: é possível que tenha pago mais justamente por desconhecer o valor real da empresa. É notável que a privatização húngara, exemplo paradigmático da postura gradualista, tenha sido descrita por Boenker (1998) como “a criação de ‘proprietários de verdade’” (p. 179). Por outro lado, o caso da privatização tcheca suscitou dúvidas a respeito de quem realmente exerceria a gerência das empresas cujas ações foram distribuídas ao público (Stiglitz, 1999).

Portanto, as alternativas extremas de (a) suprimir qualquer movimento de reorganização espontaneamente surgido dentro das empresas a serem privatizadas; e (b) deixar que a aquisição do controle das empresas pelos *insiders* seguisse seu curso livremente apresentavam riscos seríssimos.

De qualquer maneira, o debate sobre a “privatização espontânea” deixa claro que David Stark estava certo quando disse que os agentes do pós-comunismo construíam a nova sociedade “com as ruínas”, e não “sobre as ruínas” do comunismo. Segundo o trabalho de Stark, o regime de propriedade estabelecido nas diferentes sociedades do Leste é, passados já alguns anos de transição, bastante diferente do que tinham em mente os diversos políticos envolvidos no processo de privatização. Este sistema pode ser caracterizado como “propriedade recombinante”, pois nele (1) as diversas empresas

procuram diversificar seu *portfolio* tornando-se donas umas das outras; e (2) além de procurarem diversificar seus investimentos, o que pode ser razoável também em uma economia de mercado desenvolvida, as empresas procuram diversificar os critérios pelos quais são avaliadas: como empresas eficientes no mercado, como executantes de tarefas socialmente úteis, como geradoras de emprego etc., com vistas a desfrutar de benefícios oferecidos pelo Estado, que persistem, apesar do empenho dos idealizadores da privatização, posto que, (3) nas redes que assim se formam, as fronteiras entre propriedade privada e propriedade pública também se tornam difusas.

A propriedade recombinante emerge a partir das circunstâncias específicas em que se processa a passagem à sociedade de mercado: em uma circunstância em que havia escassez de compradores qualificados, em um contexto em que empresas procuravam adquirir proprietários (e não o contrário), as empresas pós-socialistas compraram umas às outras. Formaram-se assim redes de propriedade que ligavam empresas, bancos e fundos públicos de privatização em uma corda de segurança que condicionava a sorte de cada empresa à sorte de toda uma série de outros agentes.

O primeiro efeito da incorporação analítica das redes interempresas na análise do processo de transição é o abandono da oposição, recorrente na literatura, entre “terapia de choque” e gradualismo, ao menos como é normalmente formulada. A seguir apresentamos os resultados de Stark sobre a Hungria e a República Tcheca, países normalmente apontados como exemplos paradigmáticos de gradualismo e de terapia de choque.

Atentemos para o caso da Hungria. Segundo Stark, a análise das 200 maiores empresas húngaras entre 1994 e 1996 mostrou que (1) o Estado, através de suas agências econômicas, permanecia o maior proprietário da Hungria; (2) a propriedade exclusiva-

mente de indivíduos privados ainda era bastante rara; e (3) a propriedade interempresas crescia (Stark, 1996b).

A forma específica de propriedade interempresas na Hungria tem raízes na própria história de gradualismo das reformas húngaras, ao longo da qual os administradores de empresa já haviam recebido grande autonomia. Como notaram Szelény, Szelény e Kovách (1995), a *nomenklatura* da Hungria destaca-se entre todas as outras da região por ter sido capaz de *recrutar os quadros técnicos para seu interior*. Isso foi um dos fatores que tornaram possíveis as reformas, mas também foi um fator de progressiva desestabilização do regime, pois, na medida em que acumulavam poder e recursos, estes administradores passaram a articular “molecularmente” a constituição de seus direitos *de facto* em direitos *de jure*.¹⁸

Esta participação intensa no processo de transformação do regime socialista garantiu aos administradores de empresa húngaros uma longevidade maior que a do regime. Segundo os mesmos autores (p. 713), entre os membros da elite econômica húngara em 1993, 31% já estavam em postos de comando na economia socialista, e outros 50% participavam do nível médio da administração. Notemos, entretanto, que esta longevidade não foi garantida a todos os membros da antiga administração econômica: 47,6% deles foram “forçados” a se aposentar.

É importante perceber os efeitos da estratégia de transição húngara sobre os direitos de propriedade na indústria. O processo de *corporativização*, durante o qual as empresas estatais foram transformadas em sociedades por ações, teve o efeito de *limitar* o processo de autonomização das empresas, processo este que havia sido um dos responsáveis pela transformação do regime comunista. Stark atribui a este processo diversos traços de uma “re-nacionalização” (Stark, 1996a, p. 1001): para poder prosseguir com a privatização, o Estado precisava resgatar aos *insiders* das em-

presas direitos de propriedade perdidos durante as últimas décadas do socialismo.

Isto é, o acúmulo de experiências em um regime descentralizado, que constituía, sem dúvida, a grande vantagem da Hungria pós-socialista, precisou ser contrabalançado por um novo fortalecimento do Estado, desta vez nas mãos da antiga oposição, para impedir que os administradores de empresa do antigo regime assumissem controle da totalidade do aparelho estatal. As mesmas práticas que, progressivamente, corroeram as bases do sistema planejado, também constituíam um legado de desobediência às regras e de corrupção que não eram compatíveis com uma economia de mercado madura. Em outros termos, se a Hungria ainda pode ser chamada de gradualista, devemos ter em mente o quão foi decisiva a ruptura com o processo de evolução gradual, ocorrido no início da privatização.

Vejamos agora o exemplo tcheco. Na Tchecoslováquia, como na Polônia e na Rússia (na primeira onda de privatizações, em 1993), o método adotado para a privatização foi a privatização por *vouchers* (cheques de privatização), distribuídos gratuitamente ou por preços razoáveis à população, no que ficou conhecido como programa de “capitalismo popular”.

No caso da Tchecoslováquia, cada cidadão recebeu *vouchers* de mil pontos. Em maio de 1992, 1.400 empresas já haviam sido colocadas à venda. Segundo Berend (1998: p. 55), cerca de 8,5 milhões de cidadãos tomaram parte no processo, que resultou na venda de 56% das ações em oferta.¹⁹ Imediatamente, formou-se um mercado para os *vouchers*, que foram rapidamente transferidos a fundos de investimento. De especial importância foram os Fundos de Privatização de Investimento (FPIs), empresas formadas por bancos, seguradores, firmas de consultoria e agentes privados. Alguns desses fundos, entre os quais se destacam o *Harvard Capital and Consulting*, o *YSE* e o *CS Funds*, são propriedade de indivi-

duos tchecos, segundo Mertlík (1996), prováveis representantes de estrangeiros, ou de bancos estrangeiros. Os outros são propriedade dos Cinco Grandes (*Ceská sporiteina, a.s., Komerční banka, a.s., Ceskilovesnká obchodní banka, a.s., Investni a postovní banka, a.s.* e *Agrobanka, a.s.*) bancos tchecos controlados, ainda segundo Mertlík, pelo FNP (Fundo Nacional de Privatização), um órgão público para o qual o controle das empresas estatais a serem privatizadas era transferido antes do processo de privatização.²⁰

Ainda segundo Mertlík, a administração das empresas continuou fundamentalmente organizada pelas direções de empresa, que, entretanto, agora precisavam se adequar ao regime de mercado. Ao final do período estudado por Mertlík, progredia a tendência de venda da propriedade dos FIPs para “proprietários reais”, indivíduos estrangeiros ou tchecos. Como vimos, portanto, devemos concordar com Stark quando diz que “neste capitalismo financeiro tcheco, a privatização por *vouchers* não cortou os vínculos entre o Estado e as instituições econômicas, ela os reorganizou”. (Stark, 1996b, p. 15).

Notemos que, com base no que foi dito, fica mais difícil demarcar quais países adotaram estratégias de rápida conversão à economia de mercado e quais foram mais gradualistas. Isso é especialmente claro no caso tcheco, pois, a despeito da estratégia do *Big Bang*, o regime de propriedade resultante ainda apresenta traços fortes de propriedade estatal e de relações verticais entre as empresas. O processo concreto de reorganização da propriedade no Leste seguiu caminhos bem diferentes do que tanto gradualistas quanto terapeutas de choque previam e/ou desejavam. As análises de Stark (1996a e 1996b), bem como a grande pesquisa comparativa conduzida por Széleny e Széleny (1995), parecem sugerir que o *background* histórico de cada país, em especial sua história durante o período socialista, foi o fator crucial na determinação dos diferentes rumos tomados a

partir do processo de transição. Até aqui, percebemos estas linhas de causalidade histórica sob dois aspectos intimamente relacionados: por um lado, o caráter mais ou menos reformado de cada sistema planificado nas vésperas da transição, por outro, a maior ou menor autonomia dos gerentes.

Tanto a Hungria quanto a República Tcheca são casos bem-sucedidos de transição ao mercado, se entendermos isso em um sentido estrito: não se trata de dizer que ambos os países progridem sem problemas. Mas deve-se notar que muitos dos problemas enfrentados por estas economias atualmente (por exemplo, o desemprego) são problemas típicos de economias de mercado.²¹ Da mesma forma, as principais tarefas que se impõem a estes países já são tarefas relativas à (sempre difícil) domesticação do mercado, com a constituição de redes de proteção social, o aperfeiçoamento do sistema político etc. Enfim, resta a questão de saber qual será sua inserção no sistema capitalista internacional: a Europa Central se integrará harmoniosamente na Europa, ou se juntará aos países do terceiro mundo (como na metáfora de Pzeworski [1994], o Leste se tornando Sul)?

Entretanto, como poderíamos explicar a adequação do regime de propriedade recombinante para a transição pós-socialista? Mais especificamente: não seria necessário um sistema de propriedade pessoal para incentivar a aceitação do risco, única possibilidade de assegurar a inovação econômica? Segundo Stark, em uma situação em que os riscos são incalculavelmente grandes, dada a instabilidade das regras do jogo, as redes podem se constituir em uma alternativa plausível para a única forma de administração de risco possível. Dada a extraordinária imprevisibilidade de uma transição desta magnitude, o investimento racional pode se tornar quase impossível. Neste contexto, a disseminação do risco (*risk-spreading*) pode garantir um mínimo de segurança para a formulação de estratégias.

A mudança de regime de propriedade na recessão transformacional, portanto, deve ser adaptada à situação muito peculiar da transição. Tentativas de estabelecer, nas sociedades em transição, regras de propriedade adequadas somente a mercados plenamente desenvolvidos, como foi o caso da lei de falências da Hungria, apenas desarticulam potencialidades produtivas, bem como desorganizam o que Stiglitz chamou de "capital organizacional", disponível em uma dada sociedade: as normas e as instituições que regulam as dimensões da vida econômica em que o mercado não seria eficaz, um "contrato social implícito", que proporciona o quadro referencial para a operação de mercado.

Da mesma forma, perde-se um grande acúmulo de informação sobre o sistema econômico: é fácil perceber que, nas redes, se tinha informação a respeito de fornecedores confiáveis, do funcionamento da deficiente rede de distribuição das economias socialistas, da inserção de cada empresa e de cada gerente na rede, do nível de eficiência de cada empresa (informação que podia ser ocultada do centro planificador, mas não dos consumidores) etc.

As formas de propriedade recombinante parecem ter sido uma forma de preservar este indispensável acúmulo de informação. Podemos facilmente compreender a importância deste fato através do estudo de Elstrin (1998) sobre a Polônia, em que as diferentes formas de propriedade (estatal, privada controlada por *outsiders*, privada controlada pelos gerentes, privada controlada pelos trabalhadores, e empresas privadas recém-criadas) são comparadas em sua capacidade de alcançar a eficiência. Para sua surpresa, Elstrin percebeu que os *outsiders* eram menos eficientes do que seria de se esperar, ao passo que a propriedade dos gerentes ou dos trabalhadores teve um desempenho bem melhor do que previam seus modelos. Uma explicação, segundo Elstrin, reside no fato de que gerentes e trabalhadores seriam favo-

recidos pela legislação que regula a liquidação das empresas estatais. Entretanto, há um outro fator que pode ter sido importante: trabalhadores e gerentes possuíam informações que os *outsiders* não possuíam, o que lhes possibilitou escolher as melhores empresas. Lembremos que este tipo de informação, no início da transição, não podia ser obtido apenas analisando a situação financeira das empresas, dado que estas não recebiam recursos do centro em função de sua eficiência mercantil.

Tendo reconhecido, portanto, a importância dos processos de constituição de propriedade recombinate, não podemos deixar de chamar atenção para o fato de que estes movimentos não gerariam bons resultados se não fosse pelo fato de que a mudança no regime de propriedade, bem como sua inserção no quadro geral das reformas de mercado, ter tido efeitos importantes. Mertlík notou bem que, apesar de seu estudo ter concluído que boa parte da propriedade na República Tcheca permaneceu de alguma forma ligada ao Estado, a privatização efetivamente levou as firmas recém-privatizadas a se lançarem com mais ênfase na busca da eficiência (Mertlík, 1996, p. 116)

Essa afirmação é confirmada pelos resultados obtidos por Elstrin (1998). Ele relacionou a reação de empresas tchecas, polonesas e húngaras à transformação da economia entre 1990 e 1992, no início, portanto, do processo de transição. Atribuiu valor 1 a uma reação puramente passiva: acúmulo de débitos, estoques etc.; valor 3 a reações concentradas na racionalização do processo produtivo: demissão do excesso de mão-de-obra, mudanças na composição do produto, adoção de insumos mais baratos etc.; e valor 5 a reações claramente ativas: estratégia de vendas, mudança nos sistemas de informação, maior atenção à qualidade dos produtos etc. Os resultados obtidos mostraram que a reestruturação das empresas foi maior do que até então se pensava. De todas as empresas pes-

quisadas, apenas 17% reagiram passivamente à mudança; cerca de 40% teve reações claramente ativas. A média dos diferentes setores da economia foi 3,0 para a Polônia, 3,5 para a Hungria, e 3,6 para a Tchecoslováquia.

Nada disso implica, está claro, que a reestruturação das empresas do Leste tenha sido profunda, nem que elas agora sejam competitivas internacionalmente. Entretanto, é certo que os incentivos para a reestruturação já estão presentes em algum grau, o que já é da maior importância.

Que conclusões podemos tirar, então, a respeito da relação entre as diferentes estratégias de privatização e *performance* na transição? Concluímos ser preciso conciliar a preservação do acúmulo de informação sobre a economia, resguardado pelas redes interempresas, com um esforço de endurecer o constrangimento orçamentário das mesmas. Mesmo que se verifique, o que a pesquisa de Mertlík parece indicar, que a propriedade recombinate foi apenas um estágio intermediário a ser substituído por formas mais "ortodoxas" de privatização, ao menos ela terá desempenhado o papel de garantir uma transição mais suave.

Uma outra maneira de expressar essa idéia é dizer que um arranjo de propriedade adequado à transição deve ao mesmo tempo garantir a competição e o acúmulo de informação não transmitida pelo preço. Na perspectiva de Stiglitz (1996), por exemplo, a grande vantagem do mercado é garantir a competição que, mesmo longe de se parecer com a "competição perfeita", fornece estímulos à inovação e à eficiência. Por outro lado, e em oposição ao que sustentam os teóricos da competição perfeita, não é porque os preços fornecem toda a informação necessária à atividade econômica que é possível a descentralização da propriedade, mas o contrário: pelo fato de os preços não fornecerem toda a informação necessária à administração, a descentralização torna-se necessária: só por meio da descentralização, o poder de decisão é atri-

buído a quem dispõe do conhecimento local necessário à administração eficiente.

Assim, embora as redes interempresa tenham servido de repositório deste conhecimento localizado, elas só se mostram eficientes para os propósitos da transição quando há suficiente competição, o que é mais fácil de ser obtido quando o vínculo com o Estado foi suficientemente enfraquecido. Pois, embora possa haver competição entre empresas estatais e não estatais, o Estado, ao contrário das empresas, tem o poder de proibir a competição, o que pode ser uma tentativa difícil de resistir.

Talvez se possa mesmo contar com a participação do Estado no esforço de manutenção da distância entre as redes de propriedade recombinante e o erário público: a partir do momento em que o Estado não pode mais viver dos lucros de suas empresas, precisa montar um sistema fiscal. Naturalmente, um Estado consolidado tem interesse em arrecadar impostos, o que pode se tornar um estímulo para a busca de lucratividade, uma vez que as empresas terão de arcar com esses impostos.

Esse argumento, entretanto, supõe que o mesmo Estado que se mostrou incompetente para gerir a empresa seja competente para privatizá-la. Ora, algumas das qualidades que se espera de um bom "privatizador" são as mesmas que se espera de um bom gestor: por exemplo, a capacidade de se manter imune a pressões corporativas e à corrupção, a competência técnica para saber quais as estratégias possíveis para o futuro (das quais dependem as projeções de lucro, fundamentais para a determinação do preço de venda) etc. No fundo, esse impasse é análogo a outros bastante comuns na vida social, e que derivam do fato de que nem sempre a necessidade é a mãe da invenção: muitas vezes, empresas que precisam inovar urgentemente são as que (por não terem inovado anteriormente) dispõem de menos recursos para aplicar em inovação. Da mesma forma, classes sociais depauperadas muitas vezes são ca-

rentes dos mínimos recursos necessários à revolta bem-sucedida, e o mesmo Estado que já não sabe gerir talvez já não saiba vender.

A Posição da Política: O Caso Russo

Pelo que foi dito até aqui, pode parecer que as configurações institucionais, ou os mecanismos de mercado, poderiam ser suficientes para garantir uma transição dolorosa, mas bem-sucedida. Isso seria um erro (ao menos no que se refere ao "bem-sucedida"), pois subestima a importância da atividade política na configuração dos novos padrões sociais. Atentaremos, agora, para um caso paradigmático de fracasso no processo de transição: a Rússia. Como veremos, o caso russo mostra como os impasses da esfera política podem ser decisivos para o estabelecimento de círculos viciosos que podem ter conseqüências de longo prazo.

Começamos do mesmo ponto de que temos partido até agora: também na URSS, nas fases finais do regime socialista, um processo de autonomização das empresas desenvolveu-se de maneira descontrolada, resultando em um verdadeiro saque ao Estado, como apontou a pesquisa de Solnick (1998) sobre o colapso soviético. Após o início das reformas, os administradores de empresa usaram o capital político e econômico adquirido no período para repelir qualquer esforço de impor-lhes disciplina financeira. Segundo Hanley, Yershova e Anderson (1995, p. 639), os administradores organizaram-se partidariamente como a "União Cívica" e contavam com grandes aliados no parlamento russo. Graças a essa influência, conseguiram em 1991 que o Banco Central lhes fornecesse o dinheiro para cobrir uma nova onda de empréstimos interempresas, o que resultou na triplicação da oferta de moeda, no aumento da inflação e em uma derrota política para o governo "reformista" do Premiê Chernomydin que, em 1993, anunciou a volta dos subsídios para as estatais russas.

Essa incapacidade dos reformadores de se contrapor aos interesses das indústrias estatais é um primeiro fato que marcou decisivamente a trajetória russa na recessão transformacional: pois o que se seguiu foi um quadro do tipo “pior de dois mundos”: a convivência de alta inflação e penúrias (batizada de *shortageflation*).

Ao mesmo tempo, cresceu desproporcionalmente, dentro do setor de serviços, o fenômeno que Sapir chamou de “rendas de intermediação”, isto é, empresas, muitas vezes de caráter mafioso, passaram a se encarregar da comercialização da produção de diferentes indústrias, que não possuíam redes de distribuição adequadas (o que era de acordo com a lógica da economia de penúria e do mercado de vendedores). Essas empresas de intermediação foram a base para toda uma geração de novos ricos. Isto teria sido apenas um inconveniente a mais no processo de transição, e, ademais, a corrupção nas áreas cinzentas da transição era inevitável. Entretanto, a situação se agravou quando esta nova classe de “rentistas de intermediação” passou a aparecer como uma alternativa de sustentação do governo contra as redes corporativas das empresas estatais.

Notemos aqui que *os dois fatos estão relacionados*: o fracasso em endurecer o constrangimento orçamentário das empresas estatais desacelerou a conversão ao mercado de compradores e preserva o espaço onde são produzidas as rendas de intermediação.

Vejam agora como se desenrolou o processo de privatização na Rússia. A Rússia começa o processo de transição mais tarde que seus pares da Europa Central, com a subida de Boris Iéltsin ao poder e o fim da URSS. Inicialmente, a Rússia segue o receituário da Europa Central. Uma primeira onda de privatizações, através do sistema de *vouchers*, foi realizada em 1993, e deixou de fora os mais importantes segmentos da indústria pesada.

Não se pode saber o que teria acontecido se a Rússia tivesse continuado nesta mes-

ma direção, mas um fato político forçou uma mudança de rumo: as eleições presidenciais de 1996. Como no resto do Leste, os efeitos negativos das reformas causaram uma baixa espetacular da popularidade do governo reformista de Iéltsin. Entretanto, ao contrário dos outros países em transição, onde os comunistas, já convertidos (em termos gerais) ao reformismo, foram simplesmente reconduzidos ao poder, na Rússia um verdadeiro pânico instaurou-se entre o governo reformista e os “novos russos”, em especial os novos banqueiros; o crescimento eleitoral do candidato comunista, Zyuganov, parecia irreversível.²²

A vitória eleitoral de Iéltsin foi conseguida com a distribuição de favores aos novos banqueiros russos, que, entre outras coisas, assumiram o controle dos canais de televisão. Mas esse enraizamento da oligarquia no centro mesmo do poder teria conseqüências muito mais graves.

De fato, a Rússia realmente passa a divergir drasticamente do caminho seguido por outros países do Leste quando da segunda onda de privatizações, realizadas sob o sistema *loans for shares* (empréstimos em troca de ações), entre 1996 e 1997. Segundo o esquema, os bancos recém-fundados emprestavam dinheiro ao Estado em troca de ações das empresas nacionalizadas, que se tornariam sua propriedade se o Estado não pudesse pagar suas dívidas. A efetivação desta proposta foi realizada de maneira unanimemente reconhecida como fraudulenta, merecendo o epíteto de “negócio do século”.²³

O principal resultado desta forma de privatização, e de outros esquemas similares, foi a constituição de grupos industriais-financeiros, cujos membros são conhecidos (ao que parece, também entre si!) como os “oligarcas”.²⁴ Pode-se ver o quanto a forma de privatização russa foi danosa ao estabelecimento de uma economia de mercado funcional quando atentamos para os graves desequilíbrios causados pelo funcionamento de tais grupos, e para

seu papel fundamental na cadeia de eventos que levou à grande crise de agosto de 1998. Para uma análise detalhada, remetemos o leitor a Sapir (1998). Aqui nos concentraremos apenas em mostrar como a crise russa remete não apenas à forma pela qual se realizou a privatização, mas também ao próprio processo de recessão transformacional.

Notemos, ainda, que a mesma lógica que levou à formação dos grupos industriais financeiros inspirou também a constituição de algumas unidades políticas da federação russa em atores econômicos de natureza semelhante. Assim, por exemplo, a rica prefeitura de Moscou propôs ao governo converter a dívida da União com o município em direitos sobre indústrias do complexo industrial militar, no melhor estilo *loans for shares*.

Os problemas acentuam-se quando estes atores, que obtiveram seu patrimônio através de diversos tipos de clientelismo político, se vêem diante do fato de que *simplesmente não possuem os recursos (em capital financeiro e organizacional) necessários para administrá-los*. Lembremos que essa administração desafiaria mesmo um capitalista experimentado, dada a própria definição de recessão transformacional: ele precisa transformar em máquinas de gerar lucro organizações concebidas com outros propósitos. O custo da reestruturação, como mostra o exemplo da Alemanha Oriental, é simplesmente gigantesco. Ora, se o governo da Alemanha Ocidental teve tanta dificuldade em fazê-lo, o que não dizer dos oligarcas russos? É o "capitalismo sem capital", como diz Sapir.

A saída encontrada pelos oligarcas russos foi apelar para o departamento "financeiro" de seus negócios. Através de seus bancos, colocaram em prática algumas estratégias (ver Sapir, 1998, p. 92), entre as quais se destaca, sem dúvida, a de contrair empréstimos em dólar, convertê-los em rublos e comprar títulos do governo russo (os famosos GKO), que pagavam juros exorbitantes. Com o resultado desta aplicação (que era vedada ao

cidadão comum até às vésperas da crise de agosto), os oligarcas pagavam suas dívidas. Evidentemente, trata-se de uma transferência de dólares por intermédio do déficit público para os oligarcas russos.

Há ainda um fato a ser levado em conta: o Estado só era obrigado a tomar dinheiro emprestado a juros tão altos dada a crise fiscal em que se enredou cada vez mais durante os últimos anos, decorrente do fato singelo de que o Estado russo tornou-se incapaz de recolher impostos. Isso naturalmente tem causas mais profundas, decorrentes das dificuldades de se adaptar à cobrança de impostos em uma economia de mercado. Mas o fato não se explica apenas por isso, dado que, em outros países do Leste, o fenômeno, embora presente, não foi tão grave (Sapir, 1998). Na verdade, a dura realidade é que os oligarcas, apesar de concentrarem em suas mãos uma quantidade imensa de recursos, não pagavam impostos, em grande parte devido às relações bastante próximas existentes entre os grupos industriais financeiros e o poder político (o primeiro-ministro Chernomydin, que hoje é presidente da Gazprom, exploradora das imensas reservas de gás natural russas, declarou ao fisco uma renda mensal de apenas 800 dólares, como disse Sapir, "sem rir").

Em agosto de 1998, como cedo ou tarde aconteceria, o Estado deixou de pagar o que devia aos portadores dos títulos GKO. Muito antes disso, já havia deixado de pagar ao funcionalismo, e a seus fornecedores, por vários meses (o que tampouco aumentara sua autoridade moral para cobrar impostos). No mesmo mês, decretou uma moratória unilateral, causando uma crise de proporções mundiais, cujos efeitos são bem conhecidos pelo leitor brasileiro.

A crise russa, cujo breve esboço apenas enuncia alguns traços mais gerais, é uma manifestação da conjunção da recessão transformacional com os efeitos de uma estrutura de propriedade em que (1) os proprietários fo-

ram escolhidos exclusivamente em função de sua proximidade política com o governo “reformista” de Iéltsin, não dispondo da informação ou dos recursos necessários à boa administração; (2) além disso, todos os mecanismos de isolamento dos setores público e privado foram capturados por esta nova classe de proprietários que não apenas detinha o controle da política econômica, mas também sonhava impostos sem sofrer retaliações, quando não era ela mesma responsável pelo recolhimento destes impostos.

O resultado foi um verdadeiro impasse: longe de favorecer o desenvolvimento de um mercado operante, a existência desses “proprietários privados” entrava as possibilidades de crescimento econômico futuro: por exemplo, sua posição privilegiada na obtenção de crédito certamente dificulta a vida de um pequeno empresário que acaba de abrir seu negócio e que gostaria de obter um empréstimo. Isso para não falar de seu acesso privilegiado à máfia.

Como bem notou Woodruff (2000), o caso russo mostra como é pobre a visão de que a sociedade de mercado se mantém apenas pelo exercício do auto-interesse e pela existência de regras formais para o jogo do mercado. Embora não se possa negar o valor de modelos inspirados em teoria dos jogos, enfatiza a necessidade de enraizamento das práticas do jogo em normas sociais efetivas, que garantam que a moeda valha o que está escrito em sua face, ou que a posse de ações da IBM realmente possibilite receber dividendos ou votar no conselho de acionistas; isto é, há uma dimensão jurídica na transação mercantil, referente à capacidade de chamar o Estado para garantir a efetividade de mecanismos abstratos como a moeda e o mercado. Essa dimensão jurídica não se constitui apenas pelo livre jogo dos interesses, mas por disputas políticas e conflitos entre visões de mundo.

Não sabemos que caminho seguirá a Rússia depois da crise, quando muitos destes grupos sofreram um sério abalo. Uma possí-

vel saída, defendida por alguns analistas, pode ser a descentralização administrativa: o caso de sucesso da República (ainda pertencente à Rússia) do Tartarostão vem despertando interesse.²⁵ Entretanto, aqui também o decisivo pode ser o fator político, pois a descentralização administrativa suscita riscos semelhantes aos que levaram ao conflito na Chechênia.

O governo Putin modificou parcialmente esta situação: muitos dos oligarcas perderam suas posições, e pelo menos dois deles (Berezovsky e Gusinsky) estão no exílio. O processo de descentralização administrativa (“espontânea”) foi sustado. É cedo para dizer, contudo, o que advirá dessas medidas. É difícil saber, visto que a mídia está sob controle dos oligarcas, se o principal efeito dos ataques de Putin será a transparência econômica ou o autoritarismo político. Isso já é um problema importante em si, mas, mesmo quem eventualmente não se impressione com a possibilidade de uma crise da democracia deve ter em mente que, diante dos níveis absolutamente alarmantes da corrupção na Rússia, é impossível pensar que qualquer forma de transparência possa ser imposta, sem uma sociedade civil organizada, a juízes que ganham 200 dólares em Moscou e 100 dólares nas províncias.²⁶

Origens Históricas dos Diferentes Níveis de Autonomia Governamental

A comparação entre os países escolhidos sugere que os mais bem-sucedidos foram aqueles nos quais (1) não se destruiu o capital organizacional das diferentes empresas, que se reorganizou na forma das redes de propriedade recombinante (Stark, 1996a); (2) emergiram forças políticas suficientemente independentes dos interesses ligados à privatização espontânea. Naturalmente, dada a natureza mesma desse tipo de comparação, só podemos dizer que, em uma primeira aproxima-

ção, esses fatores parecem aumentar a probabilidade de sucesso. Mas é perfeitamente possível pensar em outros fatores que podem ter determinado a trajetória de cada país durante a transição.

Por exemplo, a partir dessas análises, parece ser possível relacionar o desempenho de cada um dos três países a seu histórico de reformas no período socialista, e, em especial, aos resultados das lutas sociais ocorridas imediatamente antes ou imediatamente depois do processo de transição.

Pensemos, inicialmente, nos diferentes contextos socioeconômicos: a aparente sustentabilidade do crescimento húngaro parece sugerir que a autonomização da política é mais fácil quando os vínculos entre as empresas são predominantemente horizontais, o que era o caso na Hungria em consequência dos quase vinte anos de reformas pró-mercado (Stark, 1996b). No entanto, foi decidido se esta herança seria uma vantagem ou um obstáculo quando o governo se mostrou capaz de conter a onda de privatização espontânea no começo da transição.

Por outro lado, a crise cambial tcheca de 1997, que autores como Begg (1998) atribuem à estrutura de propriedade descrita acima por Mertlík, mostrou que é especialmente difícil manter a transparência do sistema quando bancos e empresas estão próximas demais do erário público. Como mostrou Stark (1996b), esta configuração emergiu devido à predominância de vínculos econômicos verticais no sistema não-reformado tcheco. A herança de um regime comunista não reformado, contudo, pode ter sido parcialmente compensada pela situação financeira bem mais equilibrada da República Tcheca no começo da década, em oposição à Hungria, por exemplo, onde a privatização espontânea já se desenvolvia livremente no começo da transição. Embora, desde a crise, a República Tcheca atravessasse um momento difícil, ainda não se pode comparar sua situação com a da Rússia.

Resta, para esses países, enfrentar os problemas específicos da vida sob o capitalismo. O que, se pensarmos bem, é o ponto máximo que se poderia esperar da transição pós-socialista.

Ao contrário da Hungria (onde havia uma grande experiência de reformas) e da República Tcheca (onde não havia nenhuma), a Rússia experimentou durante a *Perestroika* uma combinação entre privatização espontânea (como na Hungria) e vínculos interempresas predominantemente verticais (como na República Tcheca). Isso ofereceu condições ideais para que a descentralização permitisse que os grupos que se autonomizavam levassem um pedaço do Estado com eles (ver Solnik, 1998).

Esses diferentes padrões de transição devem ser explicados por fatores que fogem da esfera econômica, mesmo quando a consideramos, como até agora temos feito, de maneira a incluir os aspectos institucionais envolvidos no funcionamento de mercado. Por exemplo, é claro que não podemos ignorar o fato de que, na Europa Central, houve uma clara ruptura política no começo da transição, com a subida ao poder de antigos grupos dissidentes ou novas dissidências dentro dos partidos socialistas. Iéltsin, por outro lado, até muito pouco tempo antes de se converter em "leninista de mercado", estava profundamente imerso nas redes corporativas do sistema soviético. Nesse contexto, a ruptura mais acentuada da política tcheca com relação ao passado comunista pode ter sido um fator compensador do estado "pouco reformado" de sua economia no fim do regime socialista. De maneira análoga, é possível que apenas a mudança de poder na Hungria tenha possibilitado a contenção da privatização espontânea.

Além disso, não podemos entender esses processos sem levar em conta os fatores geopolíticos envolvidos: o fato de o esquema *loans for shares* ter sido adotado na Rússia por medo da vitória comunista, ao passo que

na Europa Central a alternância política entre reformistas e antigos comunistas tenha sido bem mais tranqüila, provavelmente se deve, ao menos em parte, à repercussão muito mais grave do risco de retorno ao antigo sistema em uma potência nuclear como a Rússia. Ao mesmo tempo, se o fim do comunismo foi uma vitória do nacionalismo centro-europeu (e em especial báltico), também foi uma derrota grave para o nacionalismo russo, o que pode ter influenciado decisivamente o padrão de reconstituição do campo ex-comunista em moldes nacionalistas mais ou menos hostis à transição.

A questão geopolítica, enfim, coloca alguns dos problemas tratados acima sob novo foco. Se as populações do Leste nos surpreendem pelo empenho com que se engajam na vida – pouco propensa a inspirar utopias – dentro do capitalismo, isso não se explica apenas pela sombra sempre presente do passado totalitário, mas também, como bem notou Kennedy (2001, p. 1147), no horror provocado pelas guerras do pós-comunismo. O efeito produzido pelos episódios nos Balcãs, no Cáucaso ou na Chechênia pareceu, por exemplo, tornar a perspectiva de integração à União Européia, com desemprego de 10%, bem mais promissora. Isto é, não é só a escassez de utopia que caracteriza o processo, mas também o excedente de distopia.

Kennedy nota bem que a questão normalmente é tratada como se as guerras fossem fruto do nacionalismo, não do passado comunista, como se o “fenômeno Tito”, por exemplo, pudesse ser pensado sem levar em conta ambos os fatores. Ora, pensar assim é ignorar a complexa relação que se constituiu entre comunismo (e mesmo, anti-comunismo) e nacionalismo não apenas no Leste, mas em todo o mundo.

Enfim, processos históricos de longa duração estão certamente em curso. Um exemplo muito claro é a questão da agricultura. A extraordinária persistência da pequena propriedade camponesa na Polônia durante o co-

munismo (quando era ideologicamente aberrante) e no livre-mercado (quando é ineficiente) mostra o quanto certos padrões históricos podem permanecer importantes durante longos períodos, tendo conseqüências significativas, por exemplo, para a situação do mercado de trabalho (se evita ou acelera o êxodo rural, por exemplo), ou mesmo para a diplomacia (na medida em que o protecionismo rural é até hoje um fator de entrave para a integração capitalista regional e global).

Acreditamos, portanto, que as diferenças de *performance* apontadas se explicam por dilemas estruturais emergentes em conseqüência de lutas políticas durante períodos de transição social acelerada, onde mesmo as lutas mais imediatas podem influir sobre o processo de institucionalização, que Thévenot (*apud* Stark e Grabher, 1997) definiu como o “investimento em formas”. Permanece em aberto (como sempre) o problema da possibilidade de se reorganizar politicamente estas heranças históricas de longo prazo no que Preuss (1998, p. 296) chamou de encadeamento reverso (*backward linkage*), onde a política decide a escolha de instituições que neutralizam ou acentuam os efeitos do legado histórico. Neste texto, apresentamos três aspectos dessa herança, organizados em torno dos problemas da reforma de mercado, da autonomia gerencial e da alternância política.

Portanto, uma opção que não parece especialmente promissora é a perpetuação autoritária de grupos (mesmo que “reformistas”) no poder; o caso da Rússia é o exemplo mais claro disso. Há no caso russo muitas peculiaridades, entre as quais, naturalmente, o fato de que um arsenal como o russo não pode cair nas mãos de qualquer aventureiro populista. Por outro lado, é surpreendente a incapacidade do Partido Comunista em se apresentar convincentemente como alternativa razoável. Mesmo a revista conservadora inglesa *The Economist* percebeu que uma das grandes tragédias do caso russo é que, em oposição aos países da Europa Central, lá

não surgiu um partido social-democrata em que se possa acreditar (*The Economist*, 6-12 de novembro de 1999). Lembremos mais uma vez que esta opinião não se baseia apenas em considerações político-ideológicas (em se tratando das quais provavelmente es-

taríamos em desacordo com a redação da *Economist*), mas também na dinâmica mesma do processo de reformas em direção a uma sociedade aberta que, como lembrou Darhendorff (1991), foi desde o início o objetivo dos dissidentes do Leste.

Notas

1. Além dos autores discutidos aqui e citados em nossa bibliografia, o leitor interessado pode acompanhar o desenrolar de algumas dessas pesquisas através dos sites de algumas das principais instituições que monitoram a transição: Centre d'Études des Modes d'Industrialisation <http://www.ehess.fr/centres/cemi>; *William Davidson Institute* (www.wdi.bus.umich.edu); Banco Mundial (www.worldbank.org); Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (<http://www.ebrd.com>); Banco da Finlândia (<http://www.bof.fi/env/rhinden.htm>); *Collegium Budapest* (www.colbud.hu); *Central European University* (www.ceu.hu); *Task Force on Economies in Transition* (<http://www.nap.edu/readingroom/books/transform>); e *East European Constitutional Review* (www.law.nyu.edu/eecr). Recomenda-se cautela na leitura do material produzido pelas instituições mais comprometidas com posições políticas (em geral, pró-reforma acelerada) atuantes na transição, mas mesmo estes trazem informações valiosas. No Brasil, contamos com a iniciativa heróica do Grupo de Estudo dos Países Socialistas em Transição (GEPSeT), ligado ao IEA da USP.
2. Burawoy dirige-se aos trabalhos de Stark e Bruszt (1998) e Eyal, Szelény e Townsley (1998).
3. Ver, entretanto, o trabalho de Clarke, Fairbrother, Burawoy e Krotov (1993).
4. Cabe notar, entretanto, que mesmo dentro de seus propósitos, Burawoy pode estar "jogando a criança junto com a água da bacia" quando critica a sociologia da transição no Leste. Não nos parece compreensível que estudos sobre a propriedade, ou sobre como administradores de empresa socialistas se tornaram empresários capitalistas, não interessem a um analista marxista. Certamente interessariam a Marx.
5. Notemos que esta idéia está em perfeita consonância com os conceitos apresentados no item anterior, como fica claro na explicação de Gomulka: "Sob o regime anterior, de preços rigidamente controlados, a renda real e a demanda agregada real foram mantidas artificialmente altas. A produção era então constrangida por recursos, não pela demanda. Mesmo bens não-desejados podiam eventualmente ser vendidos, no caso de penúria de bens desejados (a chamada substituição forçada). Dadas estas condições iniciais, uma rápida liberalização de preços resulta, por um tempo, em uma subida de preços mais rápida do que a subida das rendas nominais, de maneira que o poder de compra cai" (Gomulka, 1998, p. 23).
6. Sobre a crise tcheca, ver Begg (1998).
7. Deve-se destacar, entretanto, as exceções da Bielorrússia, e, principalmente, do Uzbequistão, sem dúvida um dos casos mais interessantes entre os países em transição, cujo apa-

rente sucesso (econômico) só agora começa a ser mais bem analisado. Sobre o caso Uzbeque, ver Zettelmeyer (1998).

8. De acordo com *The Economist* de 21 de julho de 2001, a Rússia teve crescimento de 8% em 2001, em parte devido à alta do petróleo, em parte devido a uma desvalorização cambial. Segundo a mesma revista, ainda não se sabe se o governo de Putin conseguirá manter níveis de crescimento razoáveis no médio prazo (a estimativa da mesma revista para este ano ainda é boa, 4%).
9. Notemos que a situação na Rússia tem todas as características de um colapso humanitário: segundo dados da revista *The Economist* de 6 de Novembro de 1999 (p. 22), a expectativa de vida (para indivíduos do sexo masculino) na Rússia em 1997 era de apenas 58 anos, comparável à de muitos países africanos.
10. É interessante notar que, apesar da fama de “Tatcherista” do primeiro ministro Vaclav Klaus, as políticas sociais tchecas são caracterizadas, segundo Goetting, por “um forte componente social-democrata que tem ajudado a manter a paz social até agora” (p. 244). Segundo Stark e Bruszt (1998), “Vaclav Klaus foi um político brilhante, com uma capacidade única de descartar cinicamente sua proclamada ideologia liberal em favor de uma política social-democrata disfarçada”. Remetemos o leitor ao texto de Stark e Bruszt para uma análise da complexa articulação política entre liberais e social-democratas no caso tcheco.
11. Concordamos, portanto, com Csaba (1996), quando afirma: “Tudo considerado, a *mudança institucional* ou o *componente sistêmico continua sendo o único principal fator do crescimento de longo prazo* da Europa Central e Oriental” (p. 32).
12. A opinião mais corrente presente na literatura sobre a liderança política eslovaca pode ser exemplificada pela seguinte enumeração, por Preuss (1998, p. 290), de suas características: “(...) em primeiro lugar, uma coalizão governamental que compreende os partidos de extrema esquerda e de extrema direita do país; em segundo lugar, a maior força política, o HZDS (Movimento por uma Eslováquia Democrática), é, mesmo cinco anos após a revolução de veludo, mais um movimento que um partido, muito embora firmemente disciplinado por um líder autoritário, abrangendo tendências tão diversas e contraditórias quanto o comunismo e o anti-comunismo, o nacionalismo e a adesão à idéia de participar da comunidade européia, idéias livre-cambistas e intervencionistas, liberalismo pró-liberal e Eslavofilia”.
13. Em entrevista ao periódico do Banco Mundial *Transition*, Miklos afirma: “Tão alto crescimento econômico [5% em 1998 – CRB] é claramente instável. O governo de Vladimir Merciar investiu pesadamente no setor estatal, desenvolvendo uma política fiscal expansionista. O imenso déficit fiscal teve de ser financiado através de empréstimos governamentais. O déficit orçamentário do ano passado alcançou quase 20 bilhões de coroas (algo como 500 milhões de dólares), enquanto a dívida do governo, excluída a dos governos locais e dos fundos públicos, totalizava 156 bilhões de coroas (4,3 bilhões de dólares), 20% do PIB” (Miklos, 1999, p. 30).
14. Não se pode ter certeza ainda sobre a inclusão da China entre os “países em transição”, uma vez que o governo chinês ainda é oficialmente comprometido com o socialismo, apesar da liberalização, do esforço para entrar na OMC etc.; sem dúvida, um dos problemas sociológicos mais interessantes da atualidade é saber o quanto é possível para a China liberalizar sem fazer ruir seu sistema político. Naturalmente, dúvidas um pouco mais anti-

gas, como perguntar que direito tem um governo que reprime a participação popular de se chamar “socialista”, convivem com as novas.

15. A bem da verdade, deve-se amenizar (mas talvez não retirar) a acusação de “bolchevismo de mercado” lançada contra Jeffrey Sachs lembrando o seguinte trecho: “Críticos desta abordagem econômica perguntaram muitas vezes: ‘Por que não privatizar primeiro?’. Se o problema real é a falta de direitos de propriedade, por que não empreender a privatização rapidamente, antes de tomar qualquer outra medida? A resposta é muito simples. No mundo artificial dos manuais de economia, a privatização certamente deveria vir primeiro (na verdade, no mundo do manual, desde o início a indústria não teria sido nacionalizada!). No mundo real, entretanto, a Polônia estava enfrentando uma hiperinflação iminente e um colapso da economia. Deixe-me sublinhar que era importante incentivar o novo setor privado tanto quanto era importante privatizar o setor estatal existente. A política do *Big Bang* tornou possível para o setor privado crescer rapidamente durante 1990 e 1991, mesmo antes de ter começado a privatização da indústria” (Sachs, 1994, p. 56).
16. O problema é bem colocado na seguinte formulação de Stiglitz: “A teoria neoclássica argumenta que, para uma economia de mercado funcionar bem (para ser eficiente segundo Pareto), deve haver tanto competição quanto propriedade privada (os “irmãos siameses” da criação eficiente de riqueza). Ambos são requeridos, e claramente, se alguém pudesse ter uma varinha mágica e instituir magicamente ambos instantaneamente, presumivelmente o faria. A questão, entretanto, se refere a escolhas: se não podemos ter ambos, devemos prosseguir com a privatização sozinha?” (Stiglitz, 1999, p. 5).
17. Utilizamos aqui, propositadamente, a expressão utilizada por Schumpeter para descrever a zona de fronteira entre a Economia e a Sociologia, que “convenientemente poderia ser chamada de sociologia econômica” (*apud* Himmelstrand, 1987, p. ix).
18. Segundo as fontes citadas, no que se refere à situação dos administradores de empresa no final do período socialista, “a nova tecnocracia alçada ao poder não acreditava (e não se exigia que acreditasse) no socialismo. [...] Liderados pelos administradores das grandes empresas, a nova tecnocracia introduziu a idéia de reforma da propriedade na agenda do MSZPM no começo da década de 1980. O que apresentaram ao MSZPM neste ponto não foi um programa completamente desenvolvido de privatização, mas uma simples solução para o “vácuo de propriedade” que infestava todas as sociedades socialistas. É claro que, com esta manobra, a tecnocracia começou a mover a economia húngara em direção ao capitalismo e os administradores das grandes empresas passaram a renegociar seus direitos de propriedade” (Széleny, Széleny e Kovách, 1995, p. 703).
19. Como observou um boletim do Banco Mundial, “Quase de um dia para o outro” – assinalava o boletim do Banco Mundial – “a Tchecoslováquia pôde vangloriar-se de ter o maior setor privado da Europa Oriental, e uma das mais altas taxas de posse individual de ações do mundo” (*apud* Bérend, 1998, p. 55).
20. Tendo em vista este *círculo*, Mertlík fez o seguinte diagnóstico: “Podemos concluir, portanto, que os tchecos têm agora literalmente, como resultado de mais de cinco anos de privatização, um excelente exemplo de *propriedade recombinante* de David Stark, ou, talvez, um *capitalismo financeiro nacional* (ou um *socialismo*, se houver quem goste) que lembra aquele da Alemanha, mas com um papel desempenhado pelo governo nacional como

investidor central que controla indiretamente (via FNP e sua rede de capital acionário) a espinha dorsal de quase toda a economia. É o que resta das atividades de privatização dos últimos anos; se quisermos saber quem controla uma típica empresa privatizada tcheca, encontraremos principalmente uma complicada cadeia de ações, em cuja extremidade se encontra o FNP” (Mertlík, 1996, p. 111).

21. Kornai é claro ao afirmar que países como a Hungria, a República Tcheca, e a Polônia não são mais economias de penúria: um estudo das causas que levaram a interrupções na produção na Hungria mostra que a penúria de insumos decaiu drasticamente, ao mesmo tempo em que cresceram as dificuldades financeiras (Kornai, 1997, p. 5).
22. O testemunho a seguir dá uma idéia do clima político entre os oligarcas russos pouco antes da eleição: “O financista George Soros disse a todos que os comunistas iam ganhar. De acordo com Chrystia Freeland, uma jornalista que está terminando um livro sobre os novos capitalistas russos, Soros voltou-se para os banqueiros e disse: ‘Rapazes, seu tempo se esgotou’. Os banqueiros ficaram horrorizados. Eles tinham o hábito de mandar seu dinheiro ao exterior, mas não queriam ir junto” (Lloyd, 1999b, p. 26).
23. Mesmo os observadores ocidentais que apoiavam Iéltsin incondicionalmente, hoje reconhecem o caráter fraudulento do sistema de *loans for shares*: “Um funcionário do Banco Mundial chama-o de ‘tragédia’. David Lipton – que trabalhou na Subsecretaria de tesouro do governo Bill Clinton –, escolhendo suas palavras com óbvio cuidado, diz que esse esquema foi um absurdo compromisso político para permitir que alguns dos nossos rapazes ganhassem um bocado de dinheiro. ‘Isso alimentou os instintos de dilapidação dos oligarcas. Como o esquema estava ligado à campanha de contribuição dos oligarcas, ele os consolidou no Estado. Mas precisamos nos colocar no lugar dos implementadores de políticas. Chubais estava lutando por uma segunda fase de privatização como a primeira. Ele precisava fazer um acordo [...]. Ele percebeu que aquilo era insensato, mas manteve o argumento de que seria aquilo ou não haveria privatização’, disse Lipton” (Lloyd, 1999c, p. 17).
24. Vejamos como Sapir descreve a formação de um desses grupos: “O banco Onexim foi criado em 1993 por uma aliança entre grupos de hidrocarbúricos (*Sugurtneftgaz* e *Sidanco*) e um organismo público, o Comitê Estatal de aduanas. Sob a direção de V. Potanine, conheceu uma expansão bem rápida, apresentando um crescimento de seu portfólio de 4,6 vezes entre dezembro de 1994 e novembro de 1996. [...] O Onexim adotou uma política sistemática de diversificação, apoiado nos laços privilegiados entre seu presidente, V. Potanine, e Anatole Choubais (então primeiro ministro russo – CB). É notório que o Onexim seja o principal contribuinte da campanha de Boris Iéltsin em 1996 [...]. Em troca, lembremos que este banco obteve um quase-monopólio da gestão das finanças governamentais, em substituição a um Tesouro Público inexistente. [...] *via* MFK, o Onexim controla dois grandes grupos petrolíferos [...]. Através de operações *loans for shares*, adquiriu controle, com participação ocidental em certos casos, da Norilsk Nickel, Novolipetsk, KuznetskMetal, no que tange à metalurgia ferrosa e não ferrosa. O grupo está presente nas telecomunicações, com Rostelcom e Svyazinvest. Além disso, [...] controlava, antes da crise (de agosto de 1998 – CRB) diversos órgãos de mídia impressa, como *Segodnja*, *Ruski Telegraf* e *Isvestzia*” (Sapir, 1998, p. 82).
25. Ver a este respeito *The Economist*, 6 de novembro de 1999, p. 22, ou Sapir (1998), onde se encontra a seguinte descrição da estratégia do Tartarostão: “[...] as autoridades do Tar-

tarostão desenvolveram uma rede de empresas mistas, com forte componente público, associando-as a outras regiões” (p. 85). Parece haver, neste caso, uma semelhança com as redes de propriedade recombinante. Notemos ainda que tais esforços de descentralização administrativa foram sugeridos por analistas como Unger (1999): “A atividade econômica se basearia amplamente em complexos regionais – nos níveis republicano e sub-republicano –, com um caráter misto de política e economia.” (p. 83). É provável que o interesse pelas soluções regionalizadas seja provocado, ao menos em parte, pelo sucesso das *town and village enterprises* chinesas.

26. Ver a este respeito *The Economist*, 21 de julho de 2001.

Bibliografia

Adam, Jan

1993 “Transformation to a Market Economy in the Former Czechoslovakia”. *Europe-Asia Studies*, 45 (4): 627-645.

Andreff, Wladimir

1993 *La crise des économies socialistes: la rupture d'un système*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.

Ash, Timothy

1999 “Ten Years After”. *The New York Review of Books*, XLVI (18): 16-19, nov.

Begg, David

1998 “Pegging Out: Lessons from the Czech Exchange Rate Crisis”. *Journal of Comparative Economics*, 26: 669-690.

Berend, Ivan

1996 *Central and Eastern Europe, 1944-1993: Detour from the Periphery to the Periphery*. Cambridge, UK, Melbourne/Nova York, Cambridge University Press.

1998 (org.) *A Transição para a Economia de Mercado*. São Paulo, Hucitec.

Boenker, Frank

1998 “Building Capitalism in Eastern Europe” in J. Elster, C. Offe e U. Preuss, *Institutional Design in post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea*, Cambridge, UK, Melbourne/Nova York, Cambridge University Press.

Boone, Peter; Gomulka, Stanislaw & Layard, Richard

1998 *Emerging from Communism*. Cambridge, MA/Londres, MIT Press.

Böröcz, József

2001 “Change Rules”. *American Journal of Sociology*, 106 (4), jan.

Boyer, Robert

1993 “La grande transformation de l'Europe de l'Est: une lecture regulationniste”. *Couverture Orange*, 9319, Paris, ago.

- Burawoy, Michael
 2001 "Neoclassical Sociology: From the end of Communism to the End of Classes". *American Journal of Sociology*, 106 (4), jan.
- Clarke, Simon; Fairbrother, Peter; Burawoy, Michael & Krotov, Pavel
 1993 *What about the Workers? Workers and the Transition to Capitalism in Russia*. Londres/Nova York, Verso.
- Cottarelli, Carlo
 1998 "Macroeconomic and Structural Adjustment During 1995-97: An Overview", in Carlo Cottarelli *et al.* (eds.), *Hungary: Economic Policies for Sustainable Growth*, Washington DC, International Monetary Fund.
- Csaba, László
 1996 "Transição e/ou Modernização do Leste Europeu". *Estudos Avançados*, 10 (28): 17-54, set./dez.
- 1998 "A Decade of Transformation of Hungarian Economic Policy: Dynamics, Constraints and Prospects". *Europe-Asia Studies*, 50 (8): 1381-1391, dez.
- 2000 "A Decade of Transformation: Russia and Hungary Compared". *Transition*, 11 (3-4): 22-25, maio/ago.
- Dahrendorf, Ralf
 1991 *Reflexões sobre a Revolução na Europa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Elster, Jon; Offe, Claus & Preuss, Ulrich
 1998 *Institutional Design in post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea*. Cambridge, UK, Melbourne/Nova York, Cambridge University Press.
- Elstrin, Saul
 1998 "Privatization and Restructuring in Central and Eastern Europe", in P. Boone; S. Gomulka & R. Layard, *Emerging from Communism*, Cambridge, MA/Londres, MIT Press.
- Eyal, Gil; Szelényi, Iván & Townsley, E.
 1998 *Making Capitalism without Capitalists: The New Ruling Elites in Eastern Europe*, Londres/Nova York, Verso.
- 2001 "The Utopia of Postsocialist Theory and the Ironic View of History in Neoclassical Sociology". *American Journal of Sociology*, 106 (4), jan.
- Goetting, Ulrike
 1998 "Social Policy Transformation", in J. Elster; C. Offe & U. Preuss, *Institutional Design in post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea*, Cambridge, UK, Melbourne/Nova York, Cambridge University Press.
- Gomulka, Stanislaw
 1998 "Output: Causes of the Decline and the Recovery", in P. Boone; S. Gomulka & R. Layard, *Emerging from Communism*, Cambridge, MA/Londres, MIT Press.
- Hanley, Eric; Yershova, Natasha & Anderson, Richard
 1995 "Russia – Old Wine in a New Bottle? The Circulation and Reproduction of Russian Elites, 1983-1993". *Theory and Society*, 24/25: 629-668, out.

- Himmelstrand, Ulf
1987 "Foreword to Economic Sociology: Past and Present". *Current Sociology*, 35 (1): ix-xi.
- Jackman, Richard
1998 "Unemployment and Restructuring", in P. Boone; S. Gomulka & R. Layard, *Emerging from Communism*, Cambridge, MA/Londres, MIT Press.
- Kennedy, Michael
2001 "Postcommunist Capitalism, Culture, and History". *American Journal of Sociology*, 106 (4), jan.
- Kornai, Janos
1984 *Socialisme et économie de pénurie*. Paris, Ed. Economica.
1992 *The Socialist System: the Political Economy of Communism*. Princeton, Princeton University Press.
1995 *Highways and Byways: Studies on Reform and Postcommunist Transition*. Cambridge/Londres, MIT Press.
1997 *Struggle and Hope: Essays on Stabilization and Reform in a Post-Socialist Economy*. Cheltenham e Northampton, Edward Elgar.
- Lloyd, John
1999a "EUA Buscam Culpados pela Perda da Rússia". *O Estado de São Paulo*, p. A 20, 22 ago.
1999b "Chubais Efetivou a Maior Privatização já Vista". *O Estado de São Paulo*, p. A 26, 26 ago.
1999c "Yeltsin Distribuiu Favores para Reeleger-se". *O Estado de São Paulo*, p. A 17, 29 ago.
- Mertlík, Pavel
1996 "Privatização Tcheca: De Propriedade Pública a Propriedade Pública em 5 anos?". *Estudos Avançados*, 10 (28): 103-122, set./dez.
- Meyer, Klaus
2000 "International Production Networks and Enterprise Transformation in Central Europe". *Comparative Economic Studies*, 1 (Spring): 135-150.
- Miklos, Ivan
1999 "Interview". *Transition*, 10 (1), fev.
- Nohria, Nitin & Eccles, Robert
1992 *Networks and Organizations: Structure, Form and Action*. Boston, Harvard University Press.
- Ost, David
2000 "Illusory Corporatism in Eastern Europe: Neoliberal Tripartism and Postcommunist Class Identities". *Politics and Society*, 28 (4), dez.
- Pomeranz, Lenina
1996a "As Transformações Sistêmicas na Europa do Leste". *Estudos Avançados*, 10 (28): 7-15, set./dez.

- 1996b *Transformações Sistêmicas e Privatização na Rússia*. Tese de Livre-docência, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Preuss, Ulrich
 1998 "Conclusion: The Unfinished Project", in J. Elster; C. Offe & U. Preuss, *Institutional Design in post-Communist Societies: Rebuilding the Ship at Sea*, Cambridge, UK, Melbourne/Nova York, Cambridge University Press.
- Przeworsky, Adam
 1994 *Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Sachs, Jeffrey
 1994 *Poland's Jump to the Market Economy*. Cambridge, Mass., MIT Press.
- Sapir, Jacques
 1998 *Le Krach Russe*. Paris, La Découverte.
- Solnick, Steven
 1998 *Stealing the State: Control and Collapse in Soviet Institutions*. Cambridge, MA./Londres, Harvard University Press.
- Stark, David
 1990 "La privatisation en Hongrie: du plan au marché ou du plan au clan?". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, 85: 20-37, nov.
- 1996a "Recombinant Property in Eastern European Capitalism". *American Journal of Sociology*, 101 (4): 993-1027, jan.
- 1996b "Heterarchy: Asset Ambiguity, Organizational Innovation, and the Post-socialist Firm". Trabalho apresentado no departamento de Sociologia, Cornell University (downloaded na home page do autor, em <http://www.columbia.edu>).
- Stark, David & Grabher, Gernot
 1997 *Restructuring Networks in Post-Socialism*. Oxford, Oxford University Press.
- Stark, David & Bruszt, László
 1998 "Enabling Constraints: Fontes Institucionais de Coerência nas Políticas Públicas no Pós-socialismo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (36): 13-39, fev.
- 2001 "One Way or Multiple Paths: For a Comparative Sociology of East European Capitalism". *American Journal of Sociology*, 106 (4), jan.
- Stiglitz, Joseph
 1996 *Wither Socialism?* Cambridge Mass./Londres, MIT Press.
- 1999 *Wither Reform?* World Bank Annual Conference in Development Economics, Washington D.C.
- Szelényi, Iván & Szelényi, Sonzja
 1995 "Circulation or Reproduction of Elites during the postcommunist transformation of Eastern Europe: an introduction". *Theory and Society*, 24/25: 615-638, out.

- Szelényi, Szonja; Szelényi, Iván & Kovách, Imre
1995 "The Making of the Hungarian Postcommunist Elite: Circulation in Politics, Reproduction in the Economy". *Theory and Society*, 24/25: 697-722, out.
- Tóth, I.
1997 "Inter-Enterprise Ownership Links in Hungary". *Acta Oeconomica*, 49 (3-4): 365-396.
- Unger, Roberto
1999 *Democracia Realizada: A Alternativa Transformadora*. São Paulo, Boitempo.
- Van der Pijl, Kees
1993 "Soviet Socialism and Passive Revolution", in S. Gill (org.), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, Cambridge/Nova York/Melbourne, Cambridge University Press.
- Volkov, Vadim
2000 "Between Economy and the State: Private Security and Rule Enforcement in Russia". *Politics and Society*, 28 (4), dez.
- Zettelmeyer, Jeromin
1998 'The Uzbek Growth Puzzle'. *IMF Working Papers*, 98/133.
- Wolosky, Lee
2000 "Putin's Plutocrat Problem". *Foreign Affairs*, 79 (2): 18-31, mar./abr.
- Woodruff, David
2000 "Rules for Followers: Institutional Theory and the New Politics of Economic Backwardness in Russia". *Politics and Society*, 28 (4), dez.

Resumo

A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado

Neste artigo discutimos a literatura sobre a transição pós-socialista no Leste Europeu na década de 90. Nossa ênfase recai sobre o processo de transição de uma economia planificada a uma economia de mercado. As abordagens que polarizaram o debate na região – gradualistas versus terapeutas de choque – são apresentadas. Mostramos, enfim, com base na literatura sócio-econômica sobre o assunto, que os resultados da transição são muito mais complexos que as intenções de quaisquer entre os atores envolvidos. Em especial, a literatura mostra que as reformas pró-mercado no período socialista e o radicalismo das políticas de liberalização recente tiveram efeitos muito mais variados do que se poderia esperar.

Palavras-chave: Transição pós-socialista; Europa Oriental; socialismo; privatização; redes de empresas.

Résumé

La Transition vers le Marché de l'Est Européen : Un Bilan du Débat sur les Mutations du Plan vers le Marché

Dans cet article, nous abordons la littérature à propos de la transition post-socialiste dans l'Est européen dans les années 90. Nous nous centrons sur le processus de transition d'une économie planifiée vers une économie de marché. Nous présentons les approches qui ont polarisé ce débat dans la région, c'est-à-dire, celles des partisans de l'intégration graduelle contre ceux d'une thérapie de choc. Finalement, en nous fondant sur la littérature socio-économique à ce sujet, nous démontrons que les résultats de la transition sont bien plus complexes que les intentions de n'importe quel acteur impliqué. La littérature démontre, particulièrement, que les réformes en faveur du marché dans la période socialiste et le radicalisme des politiques de libéralisation récente ont eu des effets bien plus variés que ce que l'on pouvait prévoir.

Mots-clés: Transition post-socialiste; Europe orientale; socialisme; privatisation; réseaux d'entreprises.

Abstract

The Transition towards Market economy in the European East: A Balance of the Debate about Switching from Pre-Planned to Market Economies

In this article we discuss the literature about the post-socialist transition in the European East in the nineties. We put emphasis on the transitional process from a pre-planned to a market economy. The approaches that polarize the debate in the region – gradualists versus shock therapists – are presented. It is shown, finally, based on socio-economical literature on the subject that the results of such transition are way more complex than the intentions of any of the players involved. In particular, the literature shows that the pro-market reforms in the socialist period and the radicalism seen on the recent liberalization reforms have brought forth a lot more diverse effects than expected.

Key words: Post-socialist transition; eastern Europe; socialism; privatization; companies' networks.

Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)*

Luiz Henrique de Toledo

O Tema

A popularização das práticas esportivas como partícipe do movimento de produção de saber sobre o corpo, e como fundamento das relações sociais generalizadas no ocidente, deu-se num contexto de profundas transformações tecnológicas, políticas, estéticas e científicas que se seguiram aos padrões e aos contornos sociais da vida nas metrópoles.

Nesse sentido, os esportes, ao lado de outros fenômenos, constituíram um *locus* para se pensar as inúmeras experimentações da modernidade e das variadas práticas sociais que redefiniram e recriaram diversas formas e manifestações da sociabilidade. Período dos maquinismos, das tecnologias e dos aglomerados metropolitanos, que impôs aos indivíduos uma nova ordem cultural e social, transfigurou os fetiches da ação e dos movimentos contínuos aos próprios *corpos*, requisitados e adestrados que foram pelos ritmos sociais urbanos.

Se muitos creditam a Marcel Mauss o mérito de ter sido um dos primeiros a refletir sobre as potencialidades simbólicas do *corpo* como categoria do espírito, tal fato decorreu não somente de um esforço de abstração próprio de sua genialidade, mas também pela sua capacidade de ampliar sua visão periféri-

ca – etnográfica – para além do circuito dos objetos canônicos, observando fatos muitas vezes desconsiderados pelo pensamento sociológico de sua época.

Surpreendentemente, muitos ainda o vêem como um autor que não fez pesquisa de campo, ou que a realizou de maneira exígua, quando, na verdade, antecipou, no ambiente intelectual francês do qual foi participante ativo, até mesmo um programa refinado de uma antropologia das práticas corporais e esportivas, para além de suas conhecidas contribuições sobre o material indígena, o qual confirmou seu vigor teórico. O exemplo mais tópico das técnicas corporais, nesse aspecto, parece constituir um caso exemplar.

E é o próprio autor que indicará os acontecimentos que, no ano de 1902, e estando ainda fora das preocupações de uma sociologia descritiva, o levarão a descobrir as potencialidades e o rendimento teórico sobre os estudos das técnicas de adestramento *corporal*.

Não por acaso foi a técnica *corporal* da natação, um entre outros fenômenos esportivos em voga na época, portanto, uma experiência vivenciada em sua própria cultura, que chamou a atenção de Marcel Mauss para os processos de apropriação, fabricação e inscrição que as sociedades continuamente fazem em seus *corpos*.

* Sou grato às leituras prévias dos professores José Guilherme Cantor Magnani (USP) e Maurício Murad (UERJ).

Primeiro, tomou conhecimento de um artigo sobre natação, depois, passou a ver seu próprio *corpo* como um meio de acesso a um conhecimento universalizado: "ele [indivíduo de quem se lembra somente das iniciais] me mostrou o interesse histórico e etnográfico da questão. Foi um ponto de partida, um quadro de observação. Em seguida – eu mesmo tinha dado por isso – assisti à transformação das técnicas de natação ainda durante o desenrolar de nossa geração" (Mauss, 1974 [1950], p. 212). O *corpo*, por fim, consistindo uma totalidade concreta, reivindica um estudo – e porque não dizer interdisciplinar – igualmente completo do homem, sentencia Mauss nos artigos destinados a fazer um balanço comparativo entre as ciências vizinhas à antropologia, notadamente a psicologia e a sociologia.

Assim, ao menos como possibilidade programática ou hipótese de trabalho, estavam dados os caminhos que muitos posteriormente seguiram para a compreensão dos esportes como tema de reflexão sistemática.

O panorama atual das investigações sobre o campo esportivo no Brasil, cujo predomínio do futebol como objeto ou referência temática comparativa é significativo, revela um esforço interdisciplinar que vem consolidando as ciências sociais como uma das searas acadêmicas produtora das reflexões de maior fôlego ou alcance analítico sobre este fenômeno.¹ Nesse contexto, o futebol, em específico, adquiriu importância no processo de investigação das poderosas representações coletivas que suportam os mecanismos sociais e simbólicos da formação da sociedade brasileira.

Esta incursão das ciências sociais na análise do fenômeno esportivo, alçado a objeto de análise para a compreensão da sociedade brasileira, teve como pano de fundo o *boom* das pesquisas sobre o meio urbano desde meados dos anos de 1970 e início da década de 1980, sobretudo em alguns centros de excelência acadêmica. E a antropologia foi uma das primeiras disciplinas a incorpo-

rar, ainda que paulatinamente, o tema ao conjunto de objetos "redescobertos" pelas análises no período aludido.²

No esforço de reinterpretar uma série de perspectivas teóricas clássicas orientadas para compreender o fenômeno urbano, tais como o interacionismo simbólico, a ecologia cultural, os estudos de comunidade e os trabalhos mais etnográficos sobre as cidades das primeiras décadas do século XX,³ parte dos estudos de antropologia no Brasil recuperou para este contexto alguns temas que pediam uma reflexão mais sistematizada e um diálogo mais criativo com as interpretações então em voga. Daí a crescente produção de trabalhos objetivando a análise de fenômenos tais como a criminalidade e a violência, as formas de sociabilidade das camadas médias, o desvio e a estigmatização, as minorias, os movimentos sociais, étnicos e migratórios, as práticas de lazer das camadas populares, a sociabilidade juvenil, as formas de religiosidade no contexto urbano, a doença e a medicina popular, entre outros temas.

Sem querer recuperar aqui esse movimento metodológico etnográfico que abriu espaço para profícuas investigações do meio urbano e que pode ser observado de modo extensivo em inúmeros autores (Da Matta, 1979; Oliven, 1980; Velho, 1981; Durham, 1982; Arantes, 1982; Montes, 1983; Magnani, 1984 [1998]; Montero, 1984; Caldeira, 1984; Zaluar, 1985; Cardoso, 1986, entre muitos outros), também pode-se observar que a partir desses estudos a visão de que os fenômenos esportivos seriam analisados sob uma perspectiva marcadamente urbana consolidou-se, uma vez que são originários do processo de modernização por que passaram as sociedades ocidentais na virada do século XIX para o XX.

Dessa forma, seguindo este conjunto eclético de inspirações teóricas e analíticas puderam as ciências sociais dar uma atenção mais sistemática ao tema no domínio dos estudos empíricos e conceituais.

A Conjuntura Acadêmica

Já há algum tempo que as dissertações e as teses que tratam da dimensão esportiva não fazem mais a ressalva de que o assunto carece de bibliografia consistente. Esta ressalva, convertida muitas vezes em falta de cuidado ou despreparo na revisão bibliográfica, foi pega de surpresa na última década com um *boom* de trabalhos sobre os esportes no Brasil e a consolidação no meio acadêmico de áreas que deram um tratamento menos esporádico ao tema.

O próprio futebol passou a ser tema de curso na grade curricular de ensino de graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro a partir de 1994. Antes, em maio de 1990, foi fundado o Núcleo de Sociologia do Futebol, no departamento de Ciências Sociais, que procura veicular trabalhos e contribuições através de um periódico.⁴ Já no Museu Nacional/RJ consta do *folder* de ingresso no programa de pós-graduação em antropologia social a área “antropologia do esporte”.⁵ Em universidades como a PUC-SP também se desenvolvem pesquisas urbanas voltadas para as práticas esportivas em núcleos cujo trabalho coletivo e cooperativo têm dado bons resultados do ponto de vista da ampliação do *corpus* etnográfico.⁶

Na IV RAM (Reunião de Antropologia do Mercosul)⁷ pudemos verificar uma grande variedade de trabalhos – não somente de inspiração antropológica – sobre práticas esportivas em outros centros de produção acadêmica.⁸ Esses trabalhos, por sua vez, vêm consolidando nas reuniões da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) um diálogo mais permanente entre pesquisadores brasileiros e mesmo estrangeiros.

Já em algumas revistas acadêmicas de reconhecida visibilidade no campo científico podemos observar um número irrisório de trabalhos que têm como tema os esportes. Isso, de certa forma, reflete um campo ainda em formação e afirmação institucional.

Na coleção *Revista de Antropologia*, por exemplo, publicada pelo departamento de Antropologia da USP, não há um trabalho sequer aludindo à temática. Esta mesma observação vale para *Horizontes Antropológicos*, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na revista *Novos Estudos*, do Cebrap, encontramos Da Matta, com o texto “Futebol: Ópio do Povo x Drama de Justiça Social”, de 1982 e “Opiniões de um Homem Comum: Entrevista de Tostão a Nuno Ramos”, de 1993. Na *RBCS (Revista Brasileira de Ciências Sociais/Anpocs)* temos a ocorrência de dois artigos sobre futebol (Leite Lopes e Maresca, 1992; Gil, 1994) e uma resenha (Damo, 1996) sobre Toledo (1996); em *Mana: Estudos de Antropologia Social*, publicação do Museu Nacional/RJ, há um ensaio bibliográfico dos trabalhos de Norbert Elias sobre esporte (Leite Lopes, 1995), uma resenha (Guedes, 2000) do livro de Archetti (1999) e um artigo sobre o universo do boxe americano (Wacquant, 2000). Na *Revista Dados* pude observar um artigo registrado, de Machado (2000).

Com o apoio de uma conjuntura institucional, digamos, favorável, passamos agora ao recorte empírico, temático e aos exercícios conceituais propostos nesses trabalhos, pois é nesse âmbito que podemos avaliar seus rendimentos. À guisa de exemplificação, comentaremos alguns dos temas que vêm ou podem ser abordados, e a interface que eles estabelecem com outras subáreas – não somente na antropologia urbana –, e que parecem bastante reveladores do crescente interesse pelo tema.

Numa visão de conjunto verificamos, de início, um dinamismo e embricamento de dimensões sociais que apontam para determinados processos de “esportificação” de práticas bastante específicas e que, aparentemente, estariam distanciadas do *ethos* esportivo.

Atualmente, os esportes, como objeto de pesquisa, figuram com outras temáticas mais consolidadas, tais como “esporte e formas de religiosidade”,⁹ “esportes e a constru-

ção das relações de gênero”,¹⁰ “esporte e corporalidade”,¹¹ “esporte e sociedades indígenas”, além das mais reconhecidas “esporte e processos identitários”,¹² “futebol e relações raciais”,¹³ “esportes, práticas sociais e sociabilidade urbana”.¹⁴

É interessante notar, por exemplo, no domínio das novas formas de religiosidade que vêm se propagando no meio urbano nas últimas décadas e que congregam o movimento mais geral conhecido por neo-pentecostalismo, que existem certas manifestações religiosas mais voltadas para um público esportivo.

É o caso notório da “igreja dos surfistas”, movimento engendrado no interior da igreja Renascer em Cristo, que procura atrair fiéis oriundos dos segmentos juvenis, particularmente aqueles que encenam estilos de vida mais voltados para as práticas esportivas, como skatistas e surfistas. No intuito de levar a palavra de Deus e ampliar o proselitismo entre os setores jovens num crescente e dinâmico “mercado de consumidores religiosos”,¹⁵ houve um processo que levou a uma subdivisão dentro da própria igreja. Mais do que uma simples conversão, observamos um processo de gênese entre um determinado *corpus* doutrinário e um *ethos* “esportificado” específico. Ainda desconhecemos pesquisas que estejam observando de modo mais sistemático este processo singular de conversão religiosa.

Outros trabalhos, ainda nesta direção, articulam aspectos igualmente relevantes para se pensar de maneira mais ampla a direção que vem tomando o domínio das formas de religiosidade no Brasil. É o caso, por exemplo, do Movimento Atletas de Cristo. Tal como já aludi em trabalho anterior, e outros pesquisadores tem procurado analisar o fenômeno, o processo de modernização do futebol é tensionado também pelo domínio religioso:

[...] Outros domínios ainda estão presentes e se conformam às novas aspirações simbólicas na formação de atletas, tais como as escolhas

de um número expressivo de jogadores por uma ética mais voltada para certos valores que propugnam a prosperidade. Escolhas que, de modo geral, encaminham-se para um ascetismo e disciplina para o trabalho e que se somam às novas solicitações simbólicas, tecnológicas e mercadológicas do futebol profissional. Essa dimensão religiosa opera como mais um fator de mudança na autopercepção dos próprios jogadores ante suas carreiras profissionais (Toledo, 2002, p. 149).

Já no âmbito dos “etno-esportes”,¹⁶ podemos verificar algumas pesquisas em andamento que apontam para uma profícua revisão e crítica de determinados conceitos e recortes analíticos, que se cristalizaram na literatura acadêmico-esportiva. A ampliação do recorte empírico impõe que se problematize a relação quase que imediata estabelecida entre esportes e sociedades urbano-ocidentais, uma vez que se trata agora de outras aproximações: coletivos indígenas e esportes.

Kaingang, Kadiwéu e Xavante estão sendo estudados à luz das interações que estabelecem com a “sociedade brasileira”, tendo no futebol um conetivo material e simbólico na construção processual das relações de contato. “Jogos abertos”, “olimpíada indígena”, “atletas índios” são alguns dos indícios conhecidos e publicamente veiculados na mídia, investigados por vários pesquisadores.¹⁷

Estes exemplos, que poderiam ser multiplicados, apontam para recortes empíricos mais originais e oferecem uma constante crítica às terminologias e aos conceitos estabelecidos que demarcam o campo e os trabalhos sobre o fenômeno esportivo. Estabelecer um programa de estudos para se pensar os critérios conceituais que organizam este multifacetado fenômeno, precariamente denominado “esportivo”, exige um domínio bibliográfico e conceitual, além de tempo disponível, impossível de ser levado a bom termo esporadicamente. Situação que parece

se inverter no momento presente dado o acúmulo e a maior constância de trabalhos em centros de pesquisa espalhados pelo país.

Se assumirmos, no entanto, sem problematizar, como linha de pesquisa e prática metodológica e teórica, a nomenclatura “antropologia do esporte”, e tomando o fato esportivo na sua definição macrosociológica, corremos o risco de uma simplificação dos fenômenos investigados que, muitas vezes, no discurso e na prática dos “nativos”, excedem a economia da designação “esportivos”.

Os esportes, se definidos unicamente como práticas corporais “modernas”, portanto competitivas e tidas por muitos como “instrumentais” de um *ethos* “ocidentalizante” de sociabilidade, acabam não dando conta dessa gama de práticas e representações que interagem “com” e “a partir” dos esportes. E que, por sua vez, apontam para variados aspectos que não necessariamente convergem para um modelo conceitual hegemônico, tal como indicam os exemplos acima.

Ao construir mediações conceituais para se pensar dicotomias tão consolidadas (tradicional e moderno; jogo e esporte; lúdico e competitivo) a antropologia oferece alternativas investigativas relevantes como possibilidade do exercício comparativo. Método que se apresenta como opção para se cotejar não somente as configurações sociais marcadamente distintas – daí as dificuldades e desafios da antropologia urbana em adequar no contexto das sociedades complexas os métodos que foram forjados numa “alteridade radical” (Velho, 1981; Peirano, 1999) –, mas também para colocar em perspectiva e em relação as várias linhas de pesquisa e subáreas dentro da própria disciplina. Talvez “antropologia das práticas esportivas” seja uma expressão um pouco mais matizada e pode, dessa forma, definir uma linha de pesquisa menos reducionista do que “antropologia do esporte”.

Não se trata aqui de uma simples disputa terminológica, mas incorporar à análise

uma gama de práticas sociais tangíveis observadas entre grupos sociais que praticam determinadas atividades físicas reguladas, mas que, não necessariamente, se esgotam numa definição como a de *esporte*, ao menos não com o mesmo valor simbólico e material que encontramos em alguns níveis da nossa própria organização social e mesmo em alguns domínios acadêmicos.¹⁸

Uma “antropologia das práticas esportivas” deve estar atenta a estes dinamismos e não confinar sua investigação aos eventos esportivos, do mesmo modo que uma antropologia urbana não deve ficar restrita a explicar o fenômeno urbano, a própria cidade como variável independente. Antes de qualquer coisa, trata-se do contínuo exercício etnográfico, e que um “campo esportificado” de múltiplas práticas sociais inaugura uma via das mais interessantes para se pensar o universo simbólico de tais arranjos entre grupos e dimensões sociais variadas.

Futebol e Teoria Social

Noutros séculos e noutras culturas, observam-se ritos, jogos, festas que servem de natural exotério aos impulsos da afetividade e graças aos quais os homens podem imaginar, ao menos por algum tempo, que assinaram um pacto com o mundo e reencontraram a si mesmos. Opera-se desse modo uma purgação, aplacando-se tais picos de febre sem que estes tenham que recorrer, para se exteriorizar, seja a uma via explosiva, seja a um disfarce utilitário ou racional, e por isso mesmo funesto para qualquer possibilidade de justa ação prática ou reflexiva. Mas em nossos dias e em nossas civilizações não é mais possível encontrar escape confessável para tais impulsos subterrâneos senão de modo esporádico e fragmentário, ao sabor do acaso ou sob a forma edulcorada de criações artísticas que cessaram de deitar raízes profundas no entusiasmo coletivo. LEIRIS, 2001 [1938]¹⁹

A relação dinâmica entre as dimensões *lúdica* e *competitiva*, existente no domínio das discussões sobre o fenômeno esportivo, suscita inúmeros debates em torno da origem e do processo intrínseco que fez dos esportes um objeto constante de mobilização cultural e de tantos investimentos materiais e simbólicos, sobretudo nas sociedades ocidentais contemporâneas. O empenho, da parte de muitos, em analisá-lo sob um crivo científico, derivou da hipótese que enuncia uma estreita correlação entre os esportes e o movimento histórico de formação dessas sociedades. Movimento este concebido de diversos pontos de vista, mas que, de modo geral, toma, como pressuposto da discussão, os processos de transformação dos jogos em esportes, bem como as dicotomias correlatas, expressas nas disjunções entre divertimento e seriedade, espectadores e jogadores, ou ainda entre amadores e profissionais.

Alguns estudos contribuíram para balizar a discussão em torno da suposta dicotomia entre jogos e esportes. Uma primeira aproximação está na constatação histórica de que estes últimos são fenômenos qualitativamente distintos dos jogos anteriores ao século XIX, presentes tanto no universo das cortes quanto no universo popular.²⁰ Somente após a disseminação do *ethos* burguês e industrial nas sociedades européias, cujo *leitmotiv* é a competição, é que foram elaboradas novas modalidades de sociabilidade e divertimento adequadas ao ritmo imposto pelo crescente estilo de vida moderno, verificado tanto entre as elites quanto entre as classes trabalhadoras,²¹ e o futebol é um exemplo paradigmático desse processo.²² E é a partir desta correlação que os estudos pioneiros de Johan Huizinga, em 1938, e posteriormente Roger Caillois, em 1950 e 1958, irão centrar suas análises.

De modo geral, ambos concordam com a conceitualização de jogo, caracterizado como manifestação *lúdica* por excelência,

que evidencia intensamente noções como êxtase, risco, tensão, habilidade, evasão da vida cotidiana, expresso num conjunto de práticas definidas como desinteressadas e concebidas como não-sérias, circunscritas a regras, tempos e espaços determinados, e que suscitam estados excepcionais de suspensão da coletividade.²³

Huizinga, no entanto, oscila, ao conceituar o fenômeno do jogo entre a perspectiva de concebê-lo como atividade não-séria, no sentido de contrapô-lo às outras esferas da vida, que progressivamente racionalizaram a dimensão *lúdica* (no direito, na política, no trabalho), e como atividade *séria*, fundamento da sociabilidade humana, qual a experiência do sagrado: “[...] a identificação platônica entre jogo e o sagrado não desqualifica este último, reduzindo-o ao jogo, mas, pelo contrário, equivale a exaltar o primeiro, elevando-o às mais altas regiões do espírito [...]” (Huizinga, [1938] 1993, p. 23).

Caillois, de outra parte, preocupou-se em construir uma tipologia²⁴ dos jogos, influenciando um outro conjunto de trabalhos. Este autor acena para a possibilidade de compreender as manifestações *lúdicas* levando-se em conta várias das suas dimensões, em particular o gosto pela competição, que em Huizinga, ao contrário, aparece como elemento definidor apenas das atividades desportivas racionalizadas das sociedades industriais. O fragmento que segue é revelador da tentativa deste empreendimento:

[...] O gosto pela competição, a busca da sorte, o prazer da simulação e a atração pelo vertiginoso surgem como os principais motores dos jogos, mas a sua ação embrenha-se completamente na vida das sociedades [...] os princípios dos jogos, tenazes e difundidos motores da atividade humana, que parecem ser constantes e universais, devem marcar os tipos de sociedade. E até presumo que pos-

sam servir, por sua vez, para a sua classificação, ainda que as normas sociais tendam a privilegiar exclusivamente um deles em detrimento do outro [...]. O simples fato de se poder identificar no jogo um importante e antigo elemento do mecanismo social revela uma extraordinária convivência e surpreendentes possibilidades de intercâmbio entre os dois domínios [...] o que revelam os jogos não é diferente do que revela uma cultura [...] (Caillois, [1958] 1990, pp. 87, 105).

Posteriormente, todas estas considerações, apontadas como sendo características das atividades *lúdicas*, exemplificadas por Huizinga e Caillois nos mais variados jogos e divertimentos humanos, motivaram o aparecimento de interpretações as mais variadas no que se refere aos significados dos esportes nas sociedades modernas. Inspirados, em parte, nas reflexões de Huizinga, que analisou as competições esportivas modernas como atividades contaminadas por outras esferas da vida social, inúmeros trabalhos apontaram, com igual ênfase, para um crescente processo de desencantamento que parte dos jogos sofreram com o advento das sociedades burguesas, industrializadas e assentadas numa ética individualista competitiva.

Esta perspectiva, de modo geral, pode ser observada em vários autores de diversas inspirações teóricas que, traçando percursos distintos, propugnaram a tese do desencantamento *dos jogos* com o advento do fenômeno esportivo. Visão compartilhada por inúmeros daqueles que se utilizaram das noções de um marxismo vulgar, que estabelece a tese dos esportes como *ópio do povo*,²⁵ por aqueles que enfatizaram algumas das noções tributárias de uma releitura de autores identificados com a *Escola de Frankfurt*, notadamente Adorno e Marcuse,²⁶ ou mesmo presente nos estudos que fizeram um mau uso dos trabalhos germinais de Caillois e Huizinga sobre os jogos.

Existe uma literatura sobre os esportes que se aproxima dessas perspectivas: futebol como *ópio do povo*, futebol como *hobby*, produto *alienante* da indústria cultural, ou ainda vetor de desagregação social no contexto das sociedades de massa, o que implica a expansão do fenômeno da violência entre torcidas e torcedores.

Apenas para exemplificar, poderíamos citar alguns estudos comprometidos com estas abordagens: inspirados por um viés marxista estão Luigi Volpicelli (1967), *Industria-lismo y Esporte*; Gerard Vinnai (1986), *El Fútbol como Ideologia*; Juan José Sebrelli (1981), *Fútbol y Masas*; Roberto Ramos (1984), *Futebol: Ideologia do Poder*; Renato Pompeu (1986), *Futebol, Dramatização da Luta de Classes*; Dante Panzeri (1967), *Fútbol, Dinámica de lo Impensado*; evocando as críticas ao fenômeno da *indústria cultural*, Adair Caetano Peruzzolo (1991), *A Espetacularização do Esporte: O Jogo de Linguagem dos Meios de Massa*; Janet Clever (1983), *A Loucura do Futebol*; C. Lasch (1983), *A Cultura do Narcisismo*; Carlos A. M. Pimenta (1997), *Torcidas Organizadas de Futebol: Violência e Auto-afirmação*, entre outros.

As considerações de Lasch sintetizam parte desses argumentos:

[...] a história da cultura, como mostrou Huizinga em seu clássico estudo sobre os jogos, *homo ludens*, parece, sob uma perspectiva, consistir na erradicação gradual do elemento lúdico de todas as formas de cultura – religião, do direito, da guerra e, sobretudo, do trabalho produtivo. A racionalização dessas atividades deixa pouco espaço para o espírito de invenção arbitrária ou para a disposição de deixar que as coisas aconteçam ao acaso. O risco, a ousadia e a incerteza – componentes importantes do jogo – não têm espaço na indústria ou em atividades infiltradas por padrões industriais [...] (Lasch, 1983, p. 135).

É necessário salientar, entretanto, que a incerteza, aspecto mencionado pela maioria dos autores em questão como um dos elementos intrínsecos aos jogos, longe de ser uma dimensão banida do fenômeno esportivo, como supõe Lasch, está presente de maneira determinante na constituição da dinâmica do futebol, matizando as distintas práticas e significados presentes no *ethos* torcedor, na conduta daqueles que jogam e demais partícipes do universo esportivo.

Este diagnóstico, que aponta para um crescente desencantamento do jogo, também está presente nas considerações mais tópicas que Pierre Bourdieu faz sobre os esportes. Aclimatando para este contexto sua noção de *campo*, conclui:

[...] a evolução da prática profissional depende cada vez mais da lógica interna do campo de profissionais, sendo os não-profissionais relegados à categoria de público cada vez menos capaz da compreensão dada pela prática. [...] O que acarreta efeitos, por intermédio da sanção (financeira ou outra) dada pelo público, no próprio funcionamento do campo de profissionais, como a busca de vitória a qualquer preço e, com ela, entre outras coisas, o aumento da violência [...] (Bourdieu, 1990, p. 218).

Levando-se em consideração o processo generalizado de atomização do universo esportivo em *campos* concorrentes, a saber, entre *profissionais*, o conjunto de *torcedores* e, acrescentaria, os *especialistas* em torno dos esportes,²⁷ as constatações desse autor, ao que parece, são privadas de uma análise mais circunstanciada, ou empírica, da relação entre estes setores, certamente mais dinâmica do que a estratificação ou a segmentação dos atores em campos estanques.

Nota-se que, em alguns contextos específicos, como no Brasil, a crescente popularização do futebol e a sua transformação em esporte de massa estiveram estreitamente vin-

culadas não somente à constituição de um campo profissional e midiático, o que evidentemente ocorreu, mas, concomitantemente, aos modos como esta prática esportiva foi sendo apropriada nas variadas formas de praticá-lo e vivenciá-lo, como na várzea, por exemplo, futebol amador que por muito tempo guardou uma estreita relação com a prática profissional.²⁸

Não se constata, aqui, como sustentaria Bourdieu, uma extrema cisão entre aqueles que praticam e os que somente assistem, embora, certamente, seja inegável que esta segmentação entre amadores e profissionais circunscreva motivações distintas no que se refere à inserção institucional, comprometimentos, expectativas e sentidos atribuídos ao jogo.

Além disso, ao focar a dimensão da violência, Bourdieu parte do pressuposto de que ela se manifesta de modo mais recorrente a partir do advento da profissionalização do esporte, que supõe uma maior racionalização, seriedade e competitividade, daí a busca pelos resultados a qualquer preço. As considerações de Bourdieu, portanto, levam, implicitamente, a supor que o aumento da violência está vinculado e decorre da passagem das práticas amadoras, tidas por desinteressadas, *lúdicas* e *desprovidas de recompensas imediatas*, para as profissionais. Considerações desmentidas categoricamente por outras abordagens (Elias e Dunning, 1992), que vislumbram na própria prática amadora os fundamentos que definirão e conformarão a competitividade do regime profissional.

Alguns autores, ainda, utilizam-se dos mesmos argumentos, embora em análises diferentes, mostrando que os jogos perderam paulatinamente o seu frescor, sua espontaneidade e gratuidade genuínas, transformados pelos imperativos da competição, do *lucro* e, posteriormente, pelo advento da sociedade de massa e da indústria cultural, que os circunscreveram a formas passivas e alienantes de espetáculos.²⁹ Como explicita o excerto que segue:

[...] o jogo, exercício voluntário, decisão pessoal, descomprometido, gratuito, apropriado pela Indústria Cultural, torna-se uma espécie de retórica do jogo, quer dizer, o jogo enquanto espetáculo para os outros, que é o jogo jogado pelos outros para mim [visto por mim] (Peruzzolo, 1991, p. 20).

Outros intelectuais, como Norbert Elias, também contribuíram para o enriquecimento do debate em torno da dicotomia esporte e jogo, mais especificamente a partir dos desdobramentos da perspectiva teórica filiada à sua sociologia, tendo em Eric Dunning, um colaborador e continuador da *perspectiva configuracional*, sistematizada pelo sociólogo alemão, aplicada ao fenômeno esportivo. É importante levar em conta as considerações desses autores, pois elaboraram uma instigante revisão crítica de algumas das análises já aludidas.

A ênfase dada por este outro modelo é histórica (a busca da *sociogênese* dos fenômenos), e aborda a formação do processo de *esportificação*³⁰ de modo interdependente ao denominado *processo civilizador*. Nesse sentido, não há uma cadeia de determinação causal para os processos sociais ou, se há, é definida por aquilo que outros autores identificaram como uma “determinação esparramada” (Micoli, 1999, p. 119) entre as várias dimensões sociais. Elias procura, com o uso da expressão *cadeias de interdependência*,³¹ mostrar que os esportes não são meros subprodutos desses processos mais globais, mas, ao contrário, fazem parte deles de modo inter-relacionado, havendo um profundo entrelaçamento entre configurações sociais, políticas e econômicas com o advento dos esportes.

Diversa de outras análises, a perspectiva de Elias permite que se relacionem os fenômenos jogo e esporte não de modo dicotômico, funcional, mas, antes, como um *continuum*, cujas propriedades definidoras tanto do fenômeno *jogo* quanto do fenômeno *esporte* são balizadas por um amplo processo identificado como a parlamentarização cres-

cente da vida pública nas sociedades ocidentais. Assim, a constituição das configurações esportivas esteve sempre imbricada ao processo de civilização e parlamentarização da vida pública, ou seja, na criação das mediações institucionais reguladoras, por um lado, e autocontrole individual na resolução dos conflitos, por outro, em qualquer instância da vida social, seja no âmbito da política, seja no âmbito dos costumes, dos jogos e dos divertimentos.

Ainda segundo esta abordagem, o futebol, um dos fenômenos esportivos que melhor expressa esse processo, talvez pela sua grande inserção nos vários estratos sociais, concorreu para disciplinar o nível generalizado de violência dos costumes e divertimentos na esfera pública dessas sociedades ocidentais em transição para a modernidade, saídas da ética do jogo.

Nota-se, nesse modelo, não uma mera substituição orquestrada de uma ética do jogo por um espírito competitivo capitalista, como um processo de desencantamento verificado em perspectivas já mencionadas, mas transformações graduais que não eliminaram ou substituíram deliberadamente os jogos, apontando para configurações novas, concretizadas em fenômenos até então inexistentes, os esportes. O condicionamento coletivo e individual às regras impessoais, cada vez mais universalizadas, formaram, em suma, o apanágio das sociedades individualistas ocidentais, confirmadas também nas configurações lúdicas de nova ordem, as esportivas.

A transformação da prática amadora para a profissional e, posteriormente, a incorporação cada vez maior de novos atores sociais no futebol profissional, demandas de um processo atualmente em curso nomeado de maneira valorativa pelo termo *modernização*,³² necessariamente não implicaram um maior acréscimo de seriedade em detrimento da fruição dos aspectos *lúdicos*, sobretudo do ponto de vista do torcedor.

Observa-se, contudo, que esse processo, viabilizado num discurso que remete à competência profissional e à necessidade da consolidação do denominado “futebol-empresa”, apresenta novos contornos à relação entre esporte e jogo.

Retomando um último ponto desta análise, ainda que Elias rompa com uma concepção positivista de cisão radical entre esporte e jogo, acaba por universalizar o processo de constituição dessa categoria sócio-histórica denominada *individuo* em detrimento de outras dimensões ou instâncias, tais como a plasticidade evocada na noção de *pessoa*.³³ Elias não leva em conta que seu *processo civilizador* está preso de maneira obsessiva à existência e onipresença de uma ética individualista que, segundo o próprio autor, é geradora do processo multiplicador de controle social e de um autocontrole elevado, concebido com uma certa positividade.

Embora não sonegue aos esportes alguns dos elementos *lúdicos* presentes em contextos históricos anteriores, tais como a tensão, o prazer, o divertimento, a incerteza e, a destacar, o fenômeno da violência, aliás, negligenciado em muitas das análises dos modelos dicotômicos mencionados mais acima,³⁴ Elias reduz todos esses fatores ao autocontrole estabelecido pela dimensão individualista. A percepção desse autopolicimento imposto pelos constrangimentos sociais de uma ética burguesa, supostamente civilizada no que se refere ao adestramento e à pacificação dos costumes, inclusive os “esportivos”, não consistiu uma via de mão única nas sociedades ocidentais, o que pode ser verificado em contextos etnográficos específicos (Archetti, 1999; Toledo, 2002, por exemplo). Crítica que não escapou ao historiador Peter Burke, ao afirmar que “[...] o processo civilizador [proposto por Elias] foi, para dizer o mínimo, um processo com obstáculos [...]” (Burke, 1997, p. 83).³⁵

No Brasil, é somente a partir dos anos de 1980 que se verifica o aparecimento de

um conjunto mais sistematizado de estudos em torno de um modelo singular, voltado para o fenômeno esportivo, particularmente sobre a modalidade *futebol*.

É importante destacar duas coletâneas de textos datadas de 1982. Na primeira, intitulada *Futebol e Cultura – Coletânea de Estudos*, aparecem historiadores brasileiros e brasilienses enfocando o futebol do ponto de vista de sua história social e política. Estas análises remetem para uma periodização menos ingênua dos fatos esportivos, ou seja, contextualizados com alguns fenômenos históricos.

A segunda, de cunho antropológico, denominada *Universo do Futebol*, reúne antropólogos com experiências de pesquisas vinculadas ao programa de pós-graduação do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A temática central que perpassa todos os textos, em que pesem suas significativas nuances, consiste em uma análise cultural do futebol, cujo interesse, em primeiro lugar, é rebater e criticar a noção do futebol como *ópio* e fator de *alienação* do povo e, em segundo lugar, inaugurar uma antropologia voltada para os fenômenos esportivos.³⁶

Este modelo analítico, mais distante dos maniqueísmos de algumas análises já mencionadas, igualmente intentou conceituar as categorias *esporte* e *jogo* sob um ponto de vista teórico. Trata-se de trabalhos que analisaram – e alguns autores permanecem mais ou menos fiéis à perspectiva – a junção entre *esporte* e *jogo* pelo viés do ritual, mais especificamente, utilizando-se da noção de *drama* (Da Matta (1979, 1982, 1994); seguindo Flores (1982); Vogel, (1982); Gil, (1994); Toledo (1996); Machado, (2000), entre outros).

Tal concepção foi reelaborada a partir dos estudos feitos por Turner (1974), Geertz (1989[1973]), além da contribuição de Leach (1972), que propôs uma ampliação do conceito de ritual como um processo comunicativo. Tal processo sempre remete a algo que extravasa o próprio ritual, portanto,

fenômeno que se espalha também em outras esferas da vida social. O *drama*, neste caso, seria o ingrediente básico do processo de ritualização, onde o esporte consistiria um evento privilegiado por meio do qual a sociedade se deixaria ler ou perceber; um fenômeno de onde se contaria uma história dela mesma para si própria, como enfatizou Da Matta ao citar Clifford Geertz (Geertz *apud* Da Matta, 1982, p. 52).

Para além dos aspectos intrínsecos à prática esportiva, evidenciados em algumas de suas características mais básicas, como o sentido da *competição*, a *performance* que busca o *rendimento máximo*, o *status*, a *recompensa* na forma de bens monetários (trabalho remunerado), enfim, o *esporte*, encarnado aqui no futebol, analisado como um *drama*, na sua dimensão simbólica, “[...] chama a atenção para relações, valores, ideologias que, de outro modo, não poderiam estar devidamente isolados dos motivos que formam o conjunto da vida diária. [...] O futebol permite expressar uma série de problemas nacionais, alternando percepção e elaboração intelectual com emoções e sentimentos concretamente sentidos e vividos [...]” (Da Matta, 1982b, pp. 21, 40), ora evidenciando e revelando alguns aspectos, ora dissimulando outros.

Seguramente, o futebol reúne muitos dos níveis, temas e dimensões das sociedades contemporâneas: cosmopolitismo de sua prática, embate dos interesses políticos, modelos de organização social, comprometimento com os interesses econômicos, problemática da discriminação racial, expansão do fenômeno da violência urbana.³⁷ E no Brasil, em particular, ele recorre e se entrelaça a muitos dos níveis da experiência brasileira, expressão de uma cultura nacional: identidades, hierarquias, desigualdades, práticas divinatórias, crenças.

É através da experiência do futebol, segundo essa vertente, que entidades abstratas, tais como a noção de *país* ou *povo*, são experimentadas como algo visível, concreto e de-

terminado: “[...] essa experiência de união e de totalização do país em algo concreto é uma poderosa dramatização que o futebol permite realizar e que por certo transcende os seus usos e abusos pelos governantes [...]” (Da Matta, 1982).

Sem dúvida que o “modelo damattiano” possibilitou que a antropologia brasileira começasse a marcar sua posição ante os fenômenos urbanos e esportivos sem, contudo, abrir mão dos métodos por ela acumulados ao longo da experiência etnográfica com outras culturas. Pensar os esportes pela antropologia, ao nosso ver, trata-se de mais um desdobramento do método, ampliando a paisagem etnográfica e as possibilidades comparativas entre “antropologias simétricas” (Latour, 1999).

Nesse sentido, parece sugestiva a advertência de que “até bem recentemente, a antropologia estava muito marcada por aqueles conceitos básicos produzidos em seu contexto clássico [...] então os antropólogos das sociedades complexas buscavam o *mana* aqui, o *totemismo* acolá... Tudo bem, mas acho que dá para ir mais longe, e estamos efetivamente indo mais longe: estamos começando de fato a fazer antropologia simétrica, que é antropologizar o centro, e não apenas a periferia da nossa cultura” (Viveiros de Castro, 1999, p. 128). Acreditamos que o futebol esteja nesse centro cultural e epistemológico reivindicado pelo autor.

Embora vindos de uma formação etnológica, os primeiros trabalhos sobre futebol orientados por Roberto Da Matta, sobretudo os do próprio autor, tenderam a minimizar essa experiência etnográfica, marcando uma perspectiva mais sociológica e até mesmo ensaística sobre o tema, revelando uma certa urgência em abordar temas tão marginalizados nas ciências sociais brasileiras até então, como o próprio carnaval, outro tema significativo no constructo analítico do autor.

Mas é justamente na especificidade antropológica que hoje podemos observar, passados vinte anos da publicação de *Universo*

do Futebol, de maneira ainda mais clara, as contribuições dessa vertente explicativa (a dialética entre esporte e sociedade) e da própria disciplina no sentido de problematizar determinadas dicotomias que tentaram dar conta desses fenômenos urbanos (não somente os esportivos), e que se cristalizaram no discurso científico de maneira perigosa e reificada, tais como, por exemplo, tradicional *versus* moderno. E, no que diz respeito aos fenômenos esportivos, os seus correlatos “jogo e esporte”, “lúdico e competitivo”, “cooperativo e agonístico”.

Este empenho, é bem verdade, já pôde ser verificado na aproximação singular que o próprio círculo de antropólogos em torno do “modelo damattiano” realizou ao relacionar conceitualmente o fenômeno esportivo, o futebol em específico, ao domínio dos “rituais”. Mas este *insight*, em que pese todo o seu rendimento e esforço em articular um ciclo de rituais explicativos do caráter brasileiro, pareceu aprisionar-se a um certo hermetismo e pouco dialogar com os rituais como processos mais dinâmicos de construções sociais.

Desse modo, é preciso acautelar-se ante as simetrias sedutoras que o modelo propõe e verificar mais de perto as novas demandas simbólicas que se agregam ao próprio modelo. Não obstante, ao que nos parece, o futebol, tão canonizado por muitos intelectuais que se debruçaram para explicá-lo, assim como o próprio carnaval e ainda outros “ritos nacionais”, parecem ainda melhor servir de exemplos dessa dinâmica histórico-estrutural.

Aproximando-se de Marshal Sahlins (1990), diríamos que, se o futebol está organizado e organiza uma dada estrutura simbólica no interior da sociedade brasileira, é preciso atentar para os riscos impostos pelos inúmeros eventos que precipitam das ações de novos agentes sociais que fazem “usos” dele, modificando esta mesma moldura estrutural.

Em suma, tal vertente analítica focou o futebol, particularmente o profissional, na perspectiva de apreendê-lo na sua consolida-

ção como um importante *símbolo nacional* a partir da noção de *drama*, instrumento conceitual de mediação entre a sociedade e o futebol, garantindo um grande vigor teórico a este modelo explicativo.³⁸

O esforço etnográfico de trabalhos mais recentes (Guedes, 1998; Pimenta, 2001; Toledo, 2002, entre outros³⁹), obviamente devedores em menor ou maior grau de todas estas discussões anteriores, concentra-se no enfoque da relação futebol e sociedade brasileira a partir da dinâmica existente no conjunto heterogêneo de atores que integram o universo esportivo, portanto, numa perspectiva mais êmica, enunciando dimensões materiais e simbólicas em confronto.

Sob este aspecto, salienta-se uma diferenciação entre aqueles que o vivenciam como um *drama* daqueles que o concebem como um campo de disputas por práticas e experiências profissionais, poder, visibilidade e legitimidade institucional. Dimensões nem sempre coincidentes, mas que se diluem, se tomadas de um único ponto de vista, como a *sociedade brasileira* na relação com o futebol.

Portanto, poderíamos afirmar que já não se trata tanto de ler o Brasil pelo futebol, como se ele fosse uma auto-representação a-histórica, num sentido estrutural, mas ler também o futebol pela sociedade brasileira, nas suas múltiplas dimensões, identificadas nos atores que, por sua vez, investem, nem sempre de maneira consensual, na promoção e na consolidação de nossa auto-imagem, representada na englobante expressão “futebol brasileiro”.

O que o *drama* pode suscitar é a celebração e o confronto instantâneos entre algumas dessas concepções em disputa, o que pode contribuir, sem dúvida, para uma reflexão sobre a nossa auto-representação e o papel *sui generis* reservado ao futebol na compreensão daquilo que é definido como *identidade nacional*, como ocorre nos momentos de vitória ou derrota.⁴⁰ Ainda que as partidas consistam em momentos privilegiados na compreensão do evento futebol, onde se

põem em evidência as *dramatizações* da sociedade, como preconiza esta última proposta analítica, não é possível compreender a atuação e a importância desse diálogo estabelecido entre *profissionais, especialistas e torcedores* somente através da temporalidade e da espacialidade rituais.

Assim, abandonando as considerações mais matizadas a respeito da polissemia e da ambigüidade dos elementos constitutivos dos jogos,⁴¹ estas perspectivas e modelos enunciados, de modo geral, ou acabaram por promover uma cisão radical entre os dois fenômenos, jogo e esporte, vinculados apenas por um processo histórico inevitável, ou reduziram ambos a uma mesma perspectiva individualista universalizante.

Entretanto, é necessário, primeiro, relativizar esse processo de consolidação do fenômeno esportivo em detrimento dos jogos problematizando a noção corrente de que a transformação dos jogos em esportes foi decorrência de um movimento histórico contínuo e linear. Segundo, relativizar uma certa tomada de posição valorativa atribuída a ambos os fenômenos, esporte ou jogo, que transparece nas análises da maioria desses autores, que ora denunciam os aspectos degradantes do esporte, como afirma Lasch (1983), ora destacam, com um certo otimismo, o inevitável processo que culminou na pacificação de uma das dimensões dos jogos, a que diz respeito à violência, com o advento dos esportes, tomados como jogos parlamentarizados ou democráticos, no sentido da internalização e universalização das regras de um processo mais geral das sociedades ocidentais, como transparece em Elias e até mesmo nos usos e nas apropriações do modelo damattiano.

Nesse sentido, o modelo proposto por Da Matta, de certo modo, mas sobretudo algumas das análises que fizeram uso dele, exageram, a nosso juízo, quando tentam estabelecer uma relação direta entre os esportes, o futebol em especial, e a experiência demo-

crática da igualdade e da justiça social, dadas as regras impessoais, a alternância da vitória e da derrota etc. Como se o futebol pudesse estabelecer, numa sociedade fortemente marcada pela hierarquia, um princípio de igualdade, ainda que momentâneo, característica subjacente aos rituais esportivos.

Não negamos, obviamente, este forte apelo gregário e o sentimento identitário que a maioria de nós experimenta quando alguém joga; contudo, esta experiência parece mais uma recriação ou confirmação cosmológica de um universo comunitário, impensado em outras situações sociais no Brasil, do que, unicamente, uma celebração dos ideais marcadamente individualistas, base ideológica de sustentação do credo democrático.

É possível que, digamos, tais excessos, observados nos usos do modelo, se devam mais pela necessidade, à época, de se contrapor às vertentes explicativas reducionistas então vigentes do que propriamente uma mera simplificação teórica. Há que se considerar ainda que o modelo do futebol como drama atentou para o fenômeno em plena transição democrática, entre 1979 e 1984, e que, naquele instante, era muito premente uma análise mais rigorosa dos usos e da "redescoberta" que a própria sociedade fazia dos símbolos nacionais.

O futebol aparece nesse contexto, assim como outras manifestações populares, como um poderoso veículo e acesso à participação política, como foi constatado nos comícios pelas Diretas Já, cuja presença de jogadores e especialistas notórios (Sócrates, Osmar Santos, entre outros) foi singular de um momento importante na história política do país. Portanto, esta vinculação, pouco mediatizada, entre futebol e democracia, é menos produto do modelo do que da conjuntura em que foi gestado e de seus usos posteriores. Todavia, constata-se a força desse argumento, no que concerne ao aspecto civilizatório (supostamente democrático) do futebol, em trabalhos mais recentes.

A expressiva ritualidade alcançada pelo futebol em países como o Brasil somente pode ser compreendida por intermédio também de sua igualmente expressiva rotinação e presença na vida do dia-a-dia, inclusive como linguagem metafórica articulada a outras esferas da vida social. Problematizando a relação entre mito e história Jonathan Hill sugere que: “[...] mito e história não caracterizam tipos distintos de agrupamentos sociais, mas são, na verdade, duas formas possíveis de consciência que operam universalmente em qualquer sociedade” (Hill *apud* Montero, 1996, p. 17).

Estabelecendo um paralelo com esta argumentação, poderíamos afirmar que o futebol é, entre os esportes, aquele que adquiriu historicamente uma centralidade como um dos possíveis articuladores dessas duas “formas de consciência” numa sociedade como a brasileira.

Embora o futebol se consubstancie em eventos que se sucedam através de scores, placares, títulos, campeonatos, calendários, estatísticas (aspecto caro para outros esportes tal como o basquete), apresenta-se também como um feixe de acontecimentos que se atualiza de maneira sobreposta e justaposta à memória coletiva, traindo, de certo modo, sua historicidade e as estatísticas, transfigurando fatos em sagas, eventos em acontecimentos excepcionais, nem sempre articulados numa narrativa linear, ainda que, obviamente, uma certa experiência cronológica balize as discussões em torno dele.

Ainda que os desempenhos de *profissionais e especialistas* estejam entrelaçados aos processos globais de institucionalização, profissionalização e mudanças, o que aponta para as transformações históricas das atividades esportivas e das sociedades que as suportam, nos termos definidos por Norbert Elias, a consciência do jogo e sua sincronidade como dimensões possíveis do mito⁴² também estão presentes, contudo só podem ser aclaradas, no meu entendimen-

to, a partir de uma análise contrastiva com sua dimensão cotidiana.

É dentro de uma perspectiva sócioantropológica, portanto, que se registra a importância dada à dimensão cotidiana do futebol pois, tal como “jogado” é igualmente “vivido”, reproduzido e “reinventado” nas coberturas esportivas diaristas, nos treinos, nos bares, na vida cotidiana enfim, sensibilizando e orientando ações, quer de dirigentes, jogadores, repórteres, quer de torcedores, nos vários níveis de comprometimento entre estes atores.

Mais do que uma “instituição brasileira”, o que evocaria uma certa perspectiva de natureza mais funcionalista, ou um processo ritual singular, o futebol pode ser concebido, em alguma medida, como a própria sociedade em movimento, em ato,⁴³ reconstituída nas ações e nos fatos banais evocados a partir de um assunto partilhado e excepcionalmente retotalizador dos fatos da sociedade, domínio do discurso de senso comum, reiterativo e cognoscível.

Sob este aspecto, o cotidiano, e o senso comum que dele se nutre “não é apenas instrumento das repetições e dos processos que imobilizam a vida de cada um e de todos [...]. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (Martins, 1998, p. 2).⁴⁴

Poderíamos, ainda, reforçando tais argumentações, circunscrever o fato futebol como um fenômeno amplamente revestido desta dimensão do senso comum, utilizando as argumentações emprestadas de Clifford Geertz, que, aproximando a esfera do senso comum à noção de “sistema cultural”, define:

[...] a religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa algu-

ma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade (Geertz, 1998, p. 114).

Mostrando a articulação e a permanência do discurso do senso comum, as especulações de Geertz seguem aproximando-o em estatuto ontológico ao discurso mítico:

[...] o bom senso [operador simbólico das ações no senso comum] é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento desta realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente, e, portanto, sujeito a padrões de juízo [...]. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que os possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade. Neste caso, como em tantos outros, as coisas têm o significado que lhes queremos dar (Geertz, 1998, p. 116).

Por meio desses *detalhes concretos*⁴⁵ é que se tem a possibilidade de articular, den-

tro do universo tão multifacetado que é o futebol, a multiplicidade de versões que se repetem numa estrutura narrativa permeada pelas experiências diretamente vividas entre os atores e, ao mesmo tempo, “elásticas” nas suas expressões, o que, à primeira vista, transpareceria como caótica e refratária às análises.

Esta dinâmica, por um lado, no nível da dimensão empírica, está presente nas rotinas dos clubes, na preparação dos atletas, no conteúdo das matérias jornalísticas, nos programas esportivos televisivos. E, mais ainda, presente na fala dos torcedores pelas ruas, bares e tantas outras situações até inusitadas e aparentemente fugazes, por onde se discutem os desígnios e destinos de uma coletividade, amplificada nas várias falas e práticas em confronto.

Por outro lado, no plano teórico, apresenta-se como um campo de análise que não está confinado somente ao domínio das escolhas metodológicas observadas nos modelos teóricos aludidos acima e que, dessa maneira, reivindica continuamente outras escolhas conceituais e recortes analíticos, dada sua natureza processual.

Notas

1. Numa perspectiva interdisciplinar, ver Daólio, 1995; 1997; Luccas, 1998; Ferreira Neto, Goellner & Bracht, 1995; e Carvalho & Rubio, 2001.
2. Para se compreender o contexto de visibilidade tanto dos “novos” objetos redescobertos pelos cientistas sociais nos anos de 1970 a partir de outras linhas teóricas, quanto a própria visibilidade e institucionalização da antropologia no mesmo período consultar, por exemplo, Durham (1982) ou Magnani (1996b).
3. Para uma visão sucinta sobre a *Escola de Chicago* e seus desdobramentos e distinções teóricas consultar, por exemplo, a conferência de Howard Becker publicada em *Mana*, citada na bibliografia.
4. O periódico *Pesquisa de Campo. Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol/UERJ*.

5. Sub-área em formação na UFSCar, sob minha responsabilidade.
6. Mais especificamente o *Núcleo de Estudos do Cotidiano e de Cultura Urbana*, coordenado pela profa. Márcia Regina da Costa.
7. Curitiba, de 11 a 14 de novembro de 2001, UFPR. Trabalhos e discussões que se prolongaram na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia (16 a 19 de junho de 2002).
8. Por exemplo, UNISINOS, UFRGS, UFRN, Universidade do Porto, Universidad Nacional de Mar del Plata, entre outras.
9. Consultar, por exemplo, o trabalho de Jungblut, 1994. Um outro pesquisador da PUC-SP, Francisco Nunes, vem trabalhando com esta temática no mestrado, utilizando procedimentos etnográficos para estabelecer, entre outras coisas, o nexos interpretativo entre o referido esporte e esta dimensão religiosa a partir do “movimento” aludido.
10. Ver, por exemplo, Souza (1996), mas também outros trabalhos, tais como Archetti (1999) que, tratando da prática do futebol argentino, procura desvendar o universo simbólico da masculinidade crioula a partir de manifestações simbólicas matriciais, tais como o futebol, o jogo de pólo e o tango. Trabalho que sugere a ampliação do esforço comparativo em relação aos impactos da introdução do futebol pelos ingleses, tal como ocorreu no Brasil, e a construção de identidades e sensibilidades mais locais.
11. Murad (1994); Guedes (1998); e Toledo (2000; 2002).
12. Guedes (1977); Moura (1998); Antunes (1999); e Pereira (1997).
13. Alguns trabalhos discutiram a popularidade do futebol a partir desta complexa problemática. Um ensaio pioneiro foi o de Anatol Rosenfeld, *Negro, Macumba e Futebol. O Negro no Futebol Brasileiro*, do jornalista Mário Filho, prefaciado por Gilberto Freire, é outro trabalho importantíssimo para aqueles que tratam da questão da identidade brasileira a partir das relações raciais. Nas ciências sociais, alguns estudos abordam e discutem o futebol a partir desse enfoque étnico, inclusive o impacto da obra de Mário Filho. Cf. Gordon, 1995; 1996; Murad, 1994. O texto de Leite Lopes, “Successes and Contradictions in ‘Multiracial’ Brazilian Football” (1997), embora sucinto, compara algumas trajetórias de jogadores de origem negra matizando a idéia corrente sobre ascensão social via futebol. Mais do que propriamente os determinismos da raça, seria preciso contextualizar a popularidade desses jogadores a partir também das maiores ou menores dificuldades de inserção neste futebol profissional jogado em alto nível. Estratégias vividas de maneiras diferenciadas, determinadas por conjunturas específicas, que dizem respeito aos *ethos* das classes populares, que impeliram uns ao sucesso e outros ao fracasso. Os trabalhos de Marcos de Souza (1996) e Pereira (1997) também vão abordar a temática da identidade nacional via relações raciais. Em Soares (1997; 1999), pode-se encontrar uma crítica a alguns dos trabalhos citados acima, que tomaram o germinal *O Negro no Futebol Brasileiro* como fonte histórica privilegiada de consulta para se pensar uma história étnica do futebol. Existem, por sua vez, duas respostas a Soares realizadas por Helal & Gordon (1999) e Murad (1999). Não poderia reproduzi-las, sob pena de estender, para além da conta, esta nota. Os termos dessa contenda foram publicados em *Estudos Históricas*, 13 (23/24), 1999. Certamente, outras fontes estão à disposição daqueles que pretendem realizar pesquisas sobre a temática. O Núcleo de Sociologia do Futebol dispõe de farto material documental para consulta (Murad, 1999).
14. Toledo (1996); Murad (1996b); Araújo (1996); Santos (2001), entre outros.

15. Utilizo a expressão “mercado de consumidores religiosos” respaldado nas análises de alguns especialistas, sobretudo sociólogos, que tratam do fenômeno religioso na chave weberiana sobre o processo de racionalização do mundo. A propósito consultar Pierucci (1997).
16. Estamos, certamente, ainda à espera de uma melhor definição. Segundo o antropólogo Brito Vianna (2001), que desenvolveu dissertação de mestrado no PPGAS-USP, relacionando o futebol às práticas rituais das corridas com toras entre alguns grupos xavantes, desde 1925 a expressão “etnologia do esporte” é empregada. Seu trabalho mostra, entre muitos outros aspectos, as dificuldades conceituais em precisar a dinâmica e o hibridismo entre práticas rituais e esportivas.
17. Entre kadiwéus do Mato Grosso do Sul, o trabalho de Marina Vinha; entre kaingangas de Palmas, no Paraná, José Ronaldo Fassheber; e Fernando Vianna entre grupos xavantes, da comunidade de Sangradouro, Mato Grosso.
18. Uma concisa análise sobre o conceito de esporte, muito em voga nas escolas de Educação Física, e que é direcionada para o aspecto da *prática voltada para o alto rendimento*, pode ser consultada no texto de Mauro Betti, *Esporte, Educação e Sociabilização: Algumas Reflexões à Luz da Sociologia do Esporte*.
19. O poeta e escritor Michel Leiris foi aluno de Marcel Mauss.
20. Apesar de um certo consenso na literatura acadêmica no que se refere às origens recentes dos esportes modernos, observa-se que a maioria das enciclopédias populares sobre o futebol, que circulam em forma de fascículos, livros, e, atualmente, em vídeos comercializados em bancas de jornais e revistas, tratam do futebol como se este tivesse uma origem remotíssima, quase mítica, presente, ao mesmo tempo, em inúmeras culturas. Perspectiva que confere e instila no imaginário do torcedor a noção de que o futebol consiste num evento de dimensões a-temporais, ubíquo, jogado pelas civilizações antigas que, de algum modo, inventaram e dominaram os rudimentos de sua prática.
21. Para verificar a popularização dos esportes entre os diversos estratos sociais e étnicos em alguns centros urbanos brasileiros (São Paulo e Rio de Janeiro), particularmente o futebol, ver Caldas, 1990; Araújo, 1996; e, sobretudo, Pereira, 1997. Em Jesus (2001), encontra-se uma análise do processo de popularização em outro contexto, no Rio Grande do Sul.
22. Para uma abordagem mais sucinta sobre alguns jogos populares, anteriores ao século XIX, consultar, por exemplo, Peter Burke, 1981. Para uma sistematização mais detalhada sobre o processo de conversão de alguns jogos populares em esportes, ver Elias (1992) e Elias & Dunning (1992), respectivamente os capítulos “Ensaio sobre o Desporto e Violência” e “O Futebol Popular na Grã-Bretanha Medieval e nos Inícios dos Tempos Modernos.
23. Sobre este aspecto, é interessante notar que a caracterização dos jogos como manifestações de suspensão da coletividade pode ser aproximada a Durkheim em *Formas Elementares da Vida Religiosa*. Neste estudo, o autor aponta para uma teoria da *performance* quando relaciona os rituais religiosos e as festas laicas. É interessante observar que tanto Hui-zinga quanto Caillois não dialogam, explicitamente, com esta perspectiva durkheimiana da *performance*.
24. O autor irá distinguir quatro formas básicas de manifestação: *agôn*, ambição de triunfar unicamente graças ao mérito numa *competição* regulamentada; *alea*, que evoca a demissão

- da vontade a favor de uma espera ansiosa e passiva do curso da *sorte*; *mimicry*, o gosto de revestir uma personalidade diferente (*representação*) e, por fim, *ilinx*, a busca da *vertigem*. Estes princípios podem, segundo o autor, conviver em uma mesma modalidade de jogo.
25. Não pretendemos demonstrar as argumentações inspiradas nas teses marxistas muito difundidas nos anos de 1960 e 1970, pois, acreditamos, já foram suficientemente abordadas em vários trabalhos, muitos dos quais citados aqui. Observe-se, porém, que tais interpretações estão assentadas em uma concepção reducionista da noção de cultura, onde observa-se o binômio estrutura/superestrutura em uma relação de determinação causal, ou seja, a cultura e o domínio do simbólico (superestrutura) determinados pelas condições materiais de existência.
 26. A destacar os trabalhos *Tiempo Libre* e *A Ideologia da Sociedade Industrial*, de autoria de Adorno e Marcuse, respectivamente.
 27. Denominamos aqui de especialistas a crônica especializada, conhecida também por “esportiva”. Para uma melhor compreensão desse arranjo entre profissionais, especialistas e torcedores, justapostos num modelo etnográfico, ver Toledo (2002).
 28. A literatura sobre futebol carece de estudos mais sistematizados sobre a importância da várzea como “um celeiro de craques”, utilizando uma expressão popular que por muito tempo definiu o papel deste tipo de futebol. Poderia indicar aqui o relatório de tombamento de uma área varzeana da cidade de São Paulo, denominada Parque do Povo, que abriga alguns dos significativos, e mais antigos, clubes varzeanos da cidade. De modo mais específico, consultar o capítulo 3 do referido relatório, que inclui, entre outros, o texto de Witter (1994), o qual traça um breve histórico e uma localização geográfica comparativa (1964-1994) dos clubes e locais da prática varzeana; ver também, fruto da mesma pesquisa, J. G. Magnani e Naira Morgado (1996). Inserido no domínio antropológico, consultar Villela (1997). Sobre a sociabilidade promovida pela prática do futebol de várzea no contexto dos bairros, ver Santos (2001).
 29. Contudo, do ponto de vista dos torcedores o futebol apresenta-se menos como um *espetáculo* somente assistido como qualquer entretenimento, do que como uma experiência vivida como *performance* dos próprios torcedores, interdependentes com a dinâmica do futebol. Em termos mais abrangentes, esta experiência não se restringe somente ao momento do *jogo*, mas revela um projeto de organização coletiva em que se evidencia, inclusive, uma prática política nos limites impostos pelo futebol profissional.
 30. Neologismo utilizado por outros autores, como Leite Lopes, 1995.
 31. Elias rejeita a idéia de que a sociedade seja uma instância supra-individual e quase uma entidade metafísica. Em vez de trabalhar numa chave durkheimiana dos *atos sociais* e toda a problemática da *coerção* subjacente a este conceito, opta por usar termos como *cadeias de interdependência* ou *redes sociais*. A qualidade coletiva dos fenômenos reside nas ações recíprocas entre indivíduos que, por sua vez, são tensionadas pela cadeia de interdependência a que estão sujeitos. A metáfora da rede, comparada a redes humanas, é utilizada pelo próprio Elias para matizar a dicotomia durkheimiana entre indivíduo e sociedade: “[...] nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca [...]. Mas, como modelo de reflexão sobre as redes humanas, é insu-

ficiente para dar uma idéia um pouco mais clara da maneira como uma rede de muitas unidades origina uma ordem que não pode ser estudada nas unidades individuais [...]. Talvez ele atenda um pouco melhor a seu objetivo se imaginarmos a rede em constante movimento, como um tecer e destecer ininterrupto de ligações [...]" (Elias, 1993, p. 35).

32. Estamos cientes das dificuldades em utilizar semelhante termo. A própria literatura sociológica sobre o futebol muitas vezes emprega *modernização* de maneira difusa e pouco problematizada. É geralmente em torno do escopo teórico do modelo "damattiano" que tal discussão vem sendo realizada na bibliografia nacional. Daí, o termo *modernização* aparecer imiscuído à dimensão que privilegia o universo institucional e simbólico, cujo nexos sociológico incide sobre a noção de indivíduo justaposto à *pessoa*. Entretanto, originalmente, o modelo "damattiano" expõe o dilema brasileiro e o modo como esta sociedade manipula tais noções numa relação simbiótica original que, sob sua ótica, tende a matizar a dicotomia que, no limite, alude à cisão entre *tradicional* e *moderno*. Num sentido histórico mais preciso, Nicolau Sevcenko identificará a predisposição para a prática dos esportes, e o futebol em particular, como um fenômeno engendrado à revolução científica e tecnológica em torno de 1870, marco daquilo que ficou conhecido como advento da modernização – "nascimento" das grandes cidades e metrópoles mundiais, como a Paris da segunda metade do século XIX, num âmbito da cultura letrada ou as cidades inglesas, pensando especificamente no domínio do futebol e sua rápida inserção entre as classes operárias. O autor articulará estes fenômenos, ou seja, urbanismo, revoluções científicas, práticas estéticas, culturais e manifestações de sociabilidade e lazer a partir da popularização das modalidades esportivas no volume *Orfeu Extático na Metrópole*. Certamente, *modernização* recobre outros fenômenos e significados, resultado do processo mais abrangente analisado por Sevcenko. Os discursos nativos do campo esportivo tende, preponderantemente, a condensar no termo *modernização* todas as mudanças que incidem sobre o futebol profissional no Brasil há cerca de duas décadas: o advento das Leis Zico e Pelé, regimes empresariais na gestão dos clubes, os avanços tecnológicos e a incorporação de outros atores no cenário esportivo, a valorização do futebol como espetáculo e objeto de *marketing*; enfim, tudo que sugere índice de *mudança* vislumbra a possibilidade de ser *moderno*. Alguns estudos de caráter sociológico precisam este movimento rumo a esta *modernização* do futebol brasileiro em consonância aos imperativos internacionais a partir de 1993 (Helal, 1997). Ainda que de modo precário, poderíamos conceber este novo surto de *modernização* do futebol como substrato de um discurso ideológico que abriga vários processos cujos princípios valorativos estão assentados sob critérios em torno de uma racionalidade privada de várias esferas – legais, institucionais, culturais – e, em consequência, simbólicas, por que tem passado a sociedade brasileira. Obviamente que tais discussões mereceriam uma análise muito mais detida.
33. Outra problemática cara à perspectiva maussiana, como se sabe.
34. Esta é uma tendência que se generalizou no senso comum, ou seja, circunscrever o fenômeno da violência esportiva nos limites de uma sociedade competitiva, como se tal fenômeno não fosse também constitutivo dos *jogos*. Atualmente, opera-se com raciocínio análogo ao confinar certas modalidades de violência ao barbarismo dos torcedores, como se não existisse qualquer investimento prazeroso numa série de atitudes transgressoras ou, de outro lado, inexistisse violência da parte de outros atores envolvidos com o jogo, tais como entre jogadores, dirigentes etc.

35. Peter Burke nota que a visão histórica de Elias, muito condicionada pelas limitações que fez no uso do método comparativo, foi “[...] excessivamente linear e que ele não discute reações contra a tendência geral a um autocontrole cada vez maior [...]”. E segue o autor contrapondo-se à “linearidade” eliasiana: “[...] Essas reações abrangem desde o novo barbarismo do século XX até os nobres húngaros do século XVI que se identificavam com os bárbaros, em contraste deliberado com o debilitado Ocidente [...]” (Burke, 1997, p. 83). Entretanto, ao contrário das posições de Burke, há controvérsias entre os comentaristas sobre a concepção eliasiana do processo civilizatório como um inexorável movimento linear. Malerba (1996) aponta, reproduzindo um excerto do próprio Elias, momentos de rupturas ao longo dessa aparente linearidade (Malerba, 1996, p. 78). Leite Lopes (1995) também relativiza essas críticas ao comentar algumas observações feitas por Bourdieu, que adverte para “[...] a simplificação que cometem aqueles que pensam as transformações das sociedades modernas como processos lineares”. Os ensaios biográficos sobre o compositor Mozart, publicação póstuma de Elias e posterior à crítica de Bourdieu, segundo Leite Lopes, analisam a “[...] tragédia daquele que luta contra a dominação do mecenato, sem ter as condições de público e de mercado do artista da ‘era burguesa’ [...]” (Leite Lopes, 1995, p. 161), denunciando, portanto, uma dada lacuna neste aparente processo linear de civilização da sociedade ocidental.
36. Outros estudos e observações pontuais, ainda, tais como Araújo, 1980; Miceli, 1977; Leite Lopes e Maresca, 1992; Meihy, 1982; Santos, 1990, contribuíram para dimensionar o fenômeno futebol dentro dos estudos da cultura, desvinculando-o de uma visão meramente instrumental de ideologia – futebol como alienação ou salvação.
37. Ainda sobre o tema da violência no futebol, a literatura acadêmica brasileira apresenta um *deficit* considerável no que diz respeito aos estudos realizados. Em países como a Inglaterra, a temática da violência no esporte e, sobretudo, o fenômeno do *hooliganism* vinculado ao fenômeno da intolerância racial, consiste numa abordagem que vem sendo estudada desde a década de 1970. Mas já temos trabalhos mais tópicos que enfocam os limites da violência entre torcedores (Toledo, 1996; Gianoli, 1996; Silva, 1996; Pimenta, 1997; Santos, 1998; Teixeira, 1998; e Damo, 1998).
38. Na perspectiva do *drama*, então, outros fenômenos de grande impacto social vinculados ao campo esportivo podem ser interpretados, como a morte e o funeral do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna e a vitória do futebol no Campeonato Mundial, ambos em 1994. Acontecimentos que revelaram, pelas dimensões da festa e do luto, toda a dramaticidade de se experimentar o sentimento coletivo de nação para um conjunto expressivo da sociedade brasileira. Momentos em que o sentido da vitória e da derrota, atributos dos esportes por excelência, nortearam o sentimento de dor, paixão, perda, por um lado, ou alegria, êxtase, paroxismo, recuperação da auto-estima coletiva, por outro. No dia do enterro de Senna, uma faixa carregada por populares nas imediações do parque do Ibirapuera, local onde estava sendo velado o corpo, dizia: “A gente perdeu um piloto e Deus ganhou Ayrton Senna”. Nem naquele momento de exacerbada dor por parte daqueles que ali choravam a morte do ídolo, estes torcedores relegaram o sentido recíproco e profundo da experiência dos esportes. Todos estavam irremediavelmente *derrotados* pela fatalidade do acontecido, porém, Deus ganhara um símbolo nacional, transformado, de certo modo, em *mito* de um povo.
39. O pesquisador Arlei Damo (doutorando, UFRGS) também vem trabalhando na sua tese com a problemática da formação dos atletas profissionais, do “dom à profissão”, tentan-

do mostrar na filigrana este processo pontilhado de valores e estratégias de tentativa de conversão para o profissionalismo.

40. A este respeito, as análises de Arno Vogel (1982) sobre a derrota da seleção em 1950 são profícuas do ponto de vista do entendimento do modelo teórico que analisa o futebol como *drama*.
41. Esboçadas, é preciso que se diga, nas considerações de Caillois, embora este autor não tenha demonstrado empiricamente tais argumentos.
42. O clássico *Homo Ludens*, de Huizinga, foi que primeiro aproximou estas duas dimensões, jogo e mito.
43. Se Malinowski mostrou a importância capital do kula como instituição basilar entre os trobriandeses, é Mauss, entretanto, o autor que demonstrará a dimensão totalizadora que emana das trocas por reciprocidade, que põem a sociedade como um todo em movimento. Talvez seja este autor, entre os chamados “clássicos”, que melhor vislumbrou uma “antropologia do cotidiano”. Tal perspectiva difere do relato etnográfico realista, modelo inaugurado por Malinowski, na medida em que incorpora os vários níveis de significados que orientam ações, pois, afinal, o que interessa à análise, mais do que constatar a existência de supostas “necessidades básicas” ou “universais humanos”, é atingir “as próprias coisas sociais, no concreto, como elas são”. Pois, “nas sociedades captamos mais do que idéias ou regras; captamos homens, grupos e comportamentos” (Mauss, 1974).
44. Estamos cientes da precisão sociológica que o autor quer dar à sua conceituação de vida cotidiana, contudo, estabelecemos aqui um diálogo para reafirmar os aspectos simbólicos dessa definição, excessivamente normatizada em sua elaboração original.
45. É Magnani (1998 [1984]), que, tratando especificamente da problemática envolta às análises de discurso e análises semânticas, discute a dimensão do “detalhe concreto” proposto por Barthes. Segue Magnani: “Barthes (1972) e Tirri (1977), por exemplo, analisam alguns mecanismos retóricos ‘realistas’, entre os quais se destaca o que Barthes denomina de ‘detalhe concreto’ – um objeto, uma fala, um pormenor qualquer, enfim, que não se justifica nem do ponto de vista do desenvolvimento da ação, nem para a caracterização das personagens: está ali, simplesmente, para produzir o ‘efeito de realidade’ e o faz menos em função do seu significado do que em razão de sua presença” (Magnani, 1998, p. 55).

Bibliografia

- Adorno, Theodor
1973 “Tiempo Libre”. *Consignas*. Buenos Aires, ed Amorrortu.
- Antunes, Fátima M. R. F.
(1992) *Futebol de Fábrica em São Paulo*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- 1996 “O Futebol na Light & Power de São Paulo”. *Pesquisa de Campo*, 3 e 4, Rio de Janeiro, Eduerj.
- 1999 “*Com Brasileiro, Não Há Quem Possa*”: *Crônicas de Futebol e Identidade Nacional*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.

- Arantes, Antonio Augusto
1982 *O Trabalho e a Fala*. São Paulo, Kairós.
- Araújo, Ricardo Benzaquen de
1980 *Os Gênios da Pelota: Um Estudo do Futebol como Profissão*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS.
1982 “Força Estranha, O Papel do Futebol na Sociedade: Os Valores a Ele Associados, a Torcida, a Seleção Brasileira”. *Ciência Hoje*, 1 (1), jul./ago.
- Araújo, José Renato
1996 *Imigração e Futebol: O Caso Palestra Itália*. Dissertação de mestrado, Campinas. IFCH/Unicamp.
- Archetti, Eduardo
1999 *Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina*. Oxford/Nova York, Berg.
- Barthes, Roland
1972 *Lo Verostmil*. Bueno Aires, Tiempo átiaporâneo.
- Becker, Howard
1996 “A Escola de Chicago”. *MANA – Estudos de Antropologia Social*, 2 (2), out., Rio de Janeiro, Contra Capa.
- Betti, Mauro
1988 “Esporte, Educação e Sociabilização: algumas reflexões à luz da Sociologia do Esporte”. *Revista Kinesis*, 4.
- Bourdieu, Pierre
1984 “Como é Possível Ser Esportivo?”. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero.
1990 “Programa para uma Sociologia do Esporte”. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.
1997 “Os Jogos Olímpicos: Programa para uma Análise”. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Brandão, Maria Regina F.
1995 “Psicologia do Esporte”, in Amarílio Ferreira Neto; Silvana V. Goellner & Valter Bracht (orgs), *As Ciências do Esporte no Brasil*, Campinas, Autores Associados.
- Brito Vianna, Fernando
2001 *A Bola e as Toras: Futebol para Índios Xavantes*. Dissertação de mestrado, São Paulo. PPGAS/USP.
- Bruni, José Carlos (org.)
1994 “Dossiê Futebol”. *Revista USP*, 22, São Paulo.
- Burke, Peter
1981 *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras.
1997 “Civilização, Disciplina, Desordem: Estudos de Caso em História e Teoria Social”. *Teoria & Debate* (Revista dos departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia), 1.

- Caldas, Waldenir
1990 *O Pontapé Inicial: Memória do Futebol Brasileiro (1893-1933)*. São Paulo, Ibrasa.
- Caldeira, Teresa Pires do Rio
1984 *A Política dos Outros*. São Paulo, Brasiliense.
- Cardoso, Ruth (org).
1986 *A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Castro, Celso
1997 "In Corpore Sano: Os Militares e a Introdução da Educação Física no Brasil". *Antropolítica*, 2, Rio de Janeiro, 1^o semestre.
- Caillois, Roger
1988 [1950] "Jogo e Sagrado", in Caillois, Roger. *O Homem e o Sagrado*, Lisboa, Edições 70.
- 1991 *Os Jogos e os Homens*. Lisboa, Ed. Cotovia.
- Carvalho, Yara Maria & Rubio, Átia
2001 *Educação Física e Ciências Humanas*. São Paulo, Editora Hucitec.
- Costa, André Lucirton
1995 "A Organização Cordial: Ensaio de Cultura Organizacional do Grêmio Gaviões da Fiel, São Paulo". *Revista de Administração de Empresas/EAESP/FGV*, 35 (6), nov./dez.
- Costa, Márcia Regina *et al.* (orgs.)
1999 *Futebol, Espetáculo do Século*. São Paulo, Musa editora.
- Da Matta, Roberto
1979 *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- 1982a "Esporte e Sociedade: Um Ensaio sobre o Futebol Brasileiro", in Da Matta, Roberto *et al.* (orgs.), *Universo do Futebol*, Rio de Janeiro, Pinakothke.
- 1982b "Futebol: Ópio do Povo x Drama de Justiça Social". *Novos Estudos*, 1 (4), São Paulo.
- 1986 *Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa*. Rio de Janeiro, Rocco.
- 1994 "Antropologia do Óbvio". *Revista USP. Dossiê Futebol*, 22, São Paulo.
- Da Matta, Roberto & Soárez, Elena
1999 *Águias, Burros e Borboletas: Um Estudo Antropológico do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro, Rocco.
- Da Matta, Roberto *et al.* (orgs.)
1982 *Universo do Futebol*. Rio de Janeiro, Pinakothke.
- Damo, Arlei Sander
1996 Resenha do livro *Torcidas Organizadas de Futebol*, de Luiz Henrique Toledo (Campinas, Autores Associados/Anpocs). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (31).

- 1998 *Para o que Der e Vier: O Pertencimento Clubístico no Futebol Brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.
- 1999 "Ah! Eu Sou gaúcho! O Nacional e o Regional no Futebol Brasileiro". *Estudos Históricos*, 13 (23), Rio de Janeiro.
- Damo, Arlei & Oliven, Ruben
2001 *Fútbol y Cultura*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma.
- Daólio, Jocimar
1995 *Da Cultura do Corpo*. Campinas, Papirus.
- 1997 *Cultura: Educação Física e Futebol*. Campinas, Editora da Unicamp.
- Dias, Celso Osório
1991 *Olê, olá, o Nosso Time tá Botando pra Quebrá: Um Estudo sobre Torcidas Organizadas de Futebol no Brasil*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.
- Duke, Vic & Crolley, Liz
1996 *Football Nationality and the State*. England, Longman.
- Dunning, Eric
1992 "A Dinâmica do Desporto Moderno: Notas sobre a Luta pelos Resultados e o Significado Social do Desporto, in Norbert Elias, *Em Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- Durham, Eunice
1982 "Os Problemas Atuais da Pesquisa Antropológica no Brasil". *Revista de Antropologia*, 25, São Paulo.
- Durkheim, Émile
1989 *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas.
- Elias, Norbert
1969 "Modelos de Jogo", in Norbert Elias, *Introdução à Sociologia*, São Paulo, Edições 70.
"A Sociedade dos Indivíduos (1939)", in Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, Rio de Janeiro, JZE.
1992 "Ensaio sobre o Desporto e Violência, in Norbert Elias, *Em Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- Elias, Norbert & Dunning, Eric
O Futebol Popular na Grã-Bretanha Medieval e nos Inícios dos Tempos Modernos, in Elias, Norbert. *Em Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- Fernández, Maria do Carmo L. de Oliveira
1974 *Futebol: Fenômeno Lingüístico*. Rio de Janeiro, PUC/Ed Documentário.
- Ferreira Neto, Amarílio; Goellner, Silvana & Bracht, Valter
1995 *As Ciências do Esporte no Brasil*. Campinas, Autores Associados.
- Florenzano, José Paulo
1998 *Afonsinho & Edmundo: A Rebelião no Futebol Brasileiro*. São Paulo, Musa Editora.

- 2001 *A Democracia Corinthiana: Práticas de Libertação no Futebol Brasileiro*. Trabalho apresentado como requisito para a qualificação de doutorado, São Paulo, PUC/SP, mimeo.
- Flores, Luiz F. B. N.
1982 "Na Zona do Agrião: Sobre Algumas Mensagens Ideológicas do Futebol", in Da Matta *et al.* (orgs.), *Universo do Futebol*, Rio de Janeiro, Pinakotheke.
- Fonseca, Ouhyses J. A.
1981 *O "Cartola" e o Jornalista: Influência da Política Clubística no Jornalismo Esportivo Paulista*, Dissertação de mestrado, São Paulo, ECA/USP.
- Gama, Walter
1996 *Aspectos Socioculturais do Futebolista: O Caso do Estado de São Paulo*. Tese de doutorado, ECA/USP.
- Ghiraldelli, Paulo
1988 *Educação Física Progressista*. São Paulo, Loyola.
- Gianoli, Manuel Gustavo Manrique
1996 *O Torcedor de Futebol e o Espetáculo da Arquibancada*. Dissertação de mestrado, São Paulo, ECA/USP.
- Gil, Gilson
1994 "O Drama do Futebol-Arte: O Debate sobre a Seleção nos Anos 70". *Revista AN-POCS*, 25, São Paulo.
- Goldenzweig, Román Eduardo
1995 *Os Dois Corpos do Sujeito: Educação Física e Nação no Brasil sob Vargas*. Dissertação de mestrado, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS.
- Gordon, César
1995 "História Social dos Negros no Futebol Brasileiro". *Pesquisa de Campo*, 2, Rio de Janeiro, Eduerj.
1996 "'Eu já Fui Preto e Sei o que é Isso' – História Social dos Negros no Futebol Brasileiro: Segundo Tempo". *Pesquisa de Campo*, 3, 4, Rio de Janeiro, Eduerj.
- Geertz, Clifford
1989 [1973] *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.
1998 "O Senso Comum como um Sistema Cultural", in Geertz, Clifford. *O Saber Local*, Petrópolis, Vozes.
- Guedes, Simoni L.
1977 *O Futebol Brasileiro: Instituição Zero*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional/PPGAS.
1998 *O Brasil no Campo de Futebol: Estudos Antropológicos sobre os Significados do Futebol Brasileiro*. Niterói, EDUFF.
2000 Resenha do livro *Masculinities: Football, Polo and the Tango in Argentina*, de Eduardo Archetti (Oxford/Nova York, Berg, 1999). *MANA – Estudos de Antropologia Social*, 6 (1), abr., Rio de Janeiro, Contra Capa.

- Helal, Ronaldo
 1990 *O que é Sociologia do Esporte*. São Paulo, Brasiliense.
- 1997 *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes.
- Helal, Ronaldo & Gordon, César
 1997 "Sociologia, História e Romance na Construção da Identidade Nacional através do Futebol". *Estudos Históricos*, 13 (23), Rio de Janeiro.
- Heller, Agnes
 1985 *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Herschmann, Micael & Lerner, Kátia
 1993 *Lance de Sorte: O Futebol e o Jogo do Bicho na Belle Époque Carioca*. Rio de Janeiro, Diadorim Editora.
- Hill, Jonathan D.
 1988 *Rethinking History and Myth: Indigenous South American Perspectives on the Past*. Urbana/Chicago, University of Illinois Press.
- Huizinga, Johan
 1993 [1938] *Homo Ludens*. São Paulo, Perspectiva.
- Jesus, Gilmar Mascarenhas de
 2001 *A Bola nas Redes e o Enredo do Lugar: Uma Geografia do Futebol e seu Advento no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado, São Paulo, USP/Departamento de Geografia.
- Jungblut, Airton
 1994 *Entre o Evangelho e o Futebol: Um Estudo sobre a Identidade Religiosa de um Grupo de Atletas de Cristo em Porto Alegre*. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, PPGAS/UFRGS.
- Lasch, Christopher
 1983 "A Degradação do Esporte", in Christopher Lasch, *A Cultura do Narcisismo*, Rio de Janeiro, Imago.
- Latour, Bruno
 1999 *Jamais Fomos tão Modernos*. São Paulo, Editora 34 Letras.
- Leach, Edmund
 1972 "Ritualization in Man in Relation to Conceptual and Social Development", in W. Lessa & E. Vogt (orgs.), *Reader in Comparative Religion*, Nova York, Harper and How.
- Leiris, Michel
 2001 [1938] *Espelho da Tauromaquia*. São Paulo, Cosac & Naify.
- Leite Lopes, José S.
 1994 "A Vitória do Futebol que Incorporou a Pelada". *Revista da USP*, 22.
- 1995 "Esporte, Emoção e Conflito Social". *MANA – Estudos de Antropologia Social*, 1 (1), out., Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

- 1997 "Successes and Contraditions in 'Multiracial' Brazilian Football", in G. Armstrong & R. Giulianotti, *Entering the Field: New Perspectives on World Football*, Nova York, Oxford press.
- Leite Lopes, José S. & Maresca, Sylvain
1992 "A Morte da Alegria do Povo". *Revista ANPOCS*, 20.
- Lever, Janet
1983 *A Loucura do Futebol*. Rio de Janeiro, Record.
- Levine, Robert M.
1982 "Esporte e Sociedade: O Caso do Futebol Brasileiro", in J. C. S. Meihy (org.), *Futebol e Cultura – Coletânea de Estudos*, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.
- Lois, Nicolas C. & Carvalho, Sérgio
1998 *A Co-Gestão Esportiva no Futebol*. Passo Fundo, Editora Universitária de Passo Fundo.
- Machado, Igor J. de Renó
2000 "Futebol, Clãs e Nação". *DADOS*, 43 (1).
- Luccas, Alexandre Nicolau
1998 *Torcidas: um estudo psicanalítico sobre o vínculo social*. Dissertação de mestrado, São Paulo, programa de Pós Graduação em Psicologia Social – PUC/SP.
- Magnani, José Guilherme Cantor
1991 *Os Pedacos da Cidade*. Relatório final de pesquisa, São Paulo, USP/CNPq, mimeo.
1992 "Da Periferia ao Centro: Pedacos e Trajetos". *Revista de Antropologia*, 35, São Paulo/USP.
1998a [1984] *Festa no Pedaco: Cultura e Lazer na Cidade*. São Paulo, Hucitec/Edunesp.
1998b "Transformações na Cultura Urbana das Grandes Metrôpoles", in Alberto da Silva Moreira (org.), *Sociedade Global: Cultura e Religião*, Petrópolis/São Paulo, Vozes/Universidade São Francisco.
- Magnani, José Guilherme C. & Morgado, Naira
1996 "Futebol de Várzea também é Patrimônio". *Revista do Patrimônio*, 24, Brasília.
- Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca
1996b *Na Metrôpole: Textos de Antropologia Urbana*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- Malerba, Jurandir
1996 "Sobre Norbert Elias", in J. Malerba (org.), *A Velha História*, Campinas, Papirus.
- Malinowski, Bronislaw
1976 *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo, Abril.
- Marcuse, Herbert
1969 *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Martins, José de Souza
1998 "O Senso Comum e a Vida Cotidiana". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 10 (1), São Paulo.

- Mauss, Marcel
1974 *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Edusp, vols. 1 e 2.
- Meihy, José Carlos Sebe
1982 "Para que Serve o Futebol?", in José C. S. Meihy & José Witter (orgs.), *Futebol e Cultura – Coletânea de Estudos*, São Paulo, Imesp/Daesp.
- Meihy, José Carlos Sebe & Witter, José S. (orgs.)
1982 *Futebol e Cultura – Coletânea de Estudos*. São Paulo, Imesp/Daesp.
- Melo, Teresa
1999 "Leituras do Registro da Imagem no Universo do Futebol". *Arte e Cultura da América Latina – Revista da Sociedade Científica de Estudos da Arte*, VI (1), São Paulo.
- Miceli, Sergio
1977 "Corinthians. E o Pão?". *Revista Isto É*, out.
1999 "Norbert Elias e a Questão da Determinação", in Leopoldo Waizbort, *Dossiê Norbert Elias*, São Paulo, Edusp.
- Montero, Paula
1984 *Da Doença à Desordem*. São Paulo, Brasiliense.
- Montes, Maria Lúcia A.
1983 *Lazer e Ideologia: A Representação do Social e do Político na Cultura Popular*. Tese de doutorado, São Paulo, USP/FFLCH.
- Moura, Gisella de Araújo
1998 *O Rio Corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Murad, Maurício
1994 "Corpo, Magia e Alienação". *Revista Pesquisa de Campo*, 0, Rio de Janeiro, Eduerj.
1995 "O Lugar Teórico da Sociologia do Esporte". *Revista Pesquisa de Campo*, 2, Rio de Janeiro, Eduerj.
1996 *Dos pés à Cabeça: Elementos Básicos de Sociologia do Futebol*. Rio de Janeiro, Irradiação Cultural.
1996b "Futebol e Violência no Brasil". *Revista Pesquisa de Campo*, 3, 4, Rio de Janeiro, Eduerj.
1999 "Considerações Possíveis de uma Resposta Necessária". *Estudos Históricos*, 24.
- Murphy, Patrick; Willians, John & Dunning, Eric (orgs.)
1994 "Desordem no Futebol Imprensa; As Raízes da Violência entre Jogadores de Futebol; Porque não Há Equivalente do Hooliganismo nos EUA?", in Patrick Murphy; John Willians & Eric Dunning, *O Futebol no Banco dos Réus: Violência dos Espectadores num Desporto em Mudança*, Oeiras, Celta Editora.
- Oliven, Ruben
1980 *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

- 1989 "A Antropologia e a Cultura Brasileira". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 27: 74-88, São Paulo, Vértice.
- Panzeri, Dante
1967 *Fútbol, Dinámica de lo Impensado*. Buenos Aires, Paidós.
- Peirano, Mariza
1999 "Antropologia no Brasil (Alteridade Contextualizada)", in S. Miceli (org.), *O Que Ler Em Ciências Sociais Hoje 1*, São Paulo, Sumaré.
- Pierucci, Antonio F.
1997 "A Propósito do Auto-engano em Sociologia da Religião". *Novos Estudos*, 49, nov.
- Pereira, Leonardo
1997 *Football Mania: História Social do Futebol Carioca (1902-1938)*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp/IFCH (publicado pela Nova Fronteira, 2000).
- Peruzzolo, A. C.
1991 "A Espectacularização do Esporte: O Jogo de Linguagem dos Meios de Massa". *Revista Kinesis*, 7.
- Pimenta, Carlos Alberto Máximo
1997 *Torcidas Organizadas de Futebol. Violência e Auto-afirmação: Aspectos da Construção das Novas Relações Sociais*. Taubaté, Vogal Editora.
- 2001 *O Processo de Formação do Jogador de Futebol no Brasil: Sonhos, Ilusões, Frustrações e Violência*. Tese de doutorado, São Paulo, PUC/Departamento de Antropologia.
- Pompeu, Renato
1989 "Futebol, Dramatização da Luta de Classes". *Revista Pau Brasil*, 12, mai/jun.
- Pozzi, Luís Fernando
1999 "Futebol Empresa", in Márcia Regina Costa et al. (orgs.), *Futebol, Espetáculo do Século*, São Paulo, Musa Editora.
- Radaman, Maria Ivoneti R.
1997 *A Crônica de Armando Nogueira: Metáforas e Imagens Míticas*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- Ramos, Nuno
1993 "Opiniões sobre um Homem Comum: Entrevista com Tostão". *Novos Estudos*, 37, São Paulo.
- Ramos, Roberto
1984 *Futebol: Ideologia do Poder*. Rio de Janeiro, Vozes.
- Rocha Filho, Zaldo A. Barbosa
1988 *A Narração de Futebol no Brasil: Um Estudo Fonoestilístico*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/Instituto de Estudos da linguagem – IEL.
- 1997 *Som e Ação na Narração de Futebol do Brasil*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp/Instituto de Estudos da linguagem – IEL.

- Rodrigues Filho, Mario
1994 *O Negro no Futebol Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forno.
- Rodrigues Filho, Nelson
1995 "Lima Barreto: Jogando contra o Futebol". *Revista Pesquisa de Campo*, 1, Rio de Janeiro.
- Rosenfeld, Anatol
1993 *Negro, Macumba e Futebol*. São Paulo, Edusp/Perspectiva.
- Sahlins, Marshal
1990 *Ilhas de História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Santos, Luis Tolosa
1990 *Futebol Empresa e a Democracia Corintiana: Uma Administração que Deu Dribling na Crise*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/IFCH.
- Santos, Marco Antonio da Silva
2001 *Futebol de Várzea como Espaço de Sociabilidade*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC/Ciências Sociais.
- Santos, Tarcyanie Cajueiro
1998 *Dos Espetáculos de Massa às Torcidas Organizadas: Paixão, Rito e Magia no Futebol*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, USP/ECA.
- Sebreli, Juan José
1981 *Fútbol y Masas*. Buenos Aires, Editorial Galena.
- Sevcenko, Nicolau
1992 *Orfeu Extático na Metrópole*. São Paulo, Companhia das Letras.
1994 "Futebol, Metrôpoles e Desatinos". *Revista USP*, 22, dossiê futebol.
- Silva, Elisabeth Murilho
1996 *As Torcidas Organizadas de Futebol: Violência e Espetáculo nos Estádios*. Dissertação de mestrado, São Paulo. PUC/ Departamento de Antropologia.
- Soares, Antonio Jorge G.
1997 *Mario Filho: A "Inesgotável Fonte" da Repetida História do Futebol Brasileiro e seus Crenças Bebedores*. Trabalho apresentado no Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Maceió, <http://obelix.unicamp.br>.
1999 "A Modo de Resposta". *Estudos Históricos*, 13 (23), Rio de Janeiro.
- Soares, Edileuza
1994 *A Bola no Ar: O Rádio Esportivo em São Paulo*. São Paulo, Summus.
- Souza, Jessé
2001 "A Sociologia Dual de Roberto Da Matta: Descobrimos nossos Mistérios ou Sistematizando nossos Auto-enganos?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16 (45).
- Souza, Marcos Alves
1996 *A "Nação em Chuteiras": Raça e Masculinidade no Futebol Brasileiro*. Brasília, Série Antropologia.

- 1996b "Gênero e Raça: A Nação Construída pelo Futebol Brasileiro". *Cadernos Pagu*, 6/7, Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero.
- Teixeira, Rosana
1998 *Os Perigos da Paixão: Filosofia e Prática das Torcidas Jovens Cariocas*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS.
- Tirri, Néstor
1977 *Operadores Naturalistas en el Teatro*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones Semióticas. Argentina, mimeo
- Toledo, Luiz Henrique de
1996 *Torcidas Organizadas de Futebol*. Campinas, Autores Associados/Anpocs.
- 1996b "A Cidade das Torcidas: Representações do Espaço Urbano entre os Torcedores e Torcidas de Futebol na Cidade de São Paulo", in José Guilherme Magnani & Lillian de Lucca Torres (orgs.), *Na Metrópole – Textos de Antropologia Urbana*, São Paulo, Fapesp/Edusp.
- 1999 "A Invenção do Torcedor de Futebol: Disputas Simbólicas pelos Significados do Torcer", in Márcia Regina Costa et al. (orgs.), *Futebol, Espetáculo do Século*, São Paulo, Musa Editora.
- 2000 *No País do Futebol*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Coleção Descobrimdo o Brasil.
- 2002 *Lógicas no Futebol*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- Turner, Victor
1974 *Dramas, Fields and Metaphor*. Ithaca, Cornell University Press.
- Villela, Jorge Luiz Mattar
1997 "Por uma Etnografia da Pelada: Descrição de um Caso". *Revista Pesquisa de Campo*, 5, Rio de Janeiro, Eduerj.
- Velho, Gilberto
1981 "Observando o Familiar", in Velho, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Vinnai, Gérard
1986 *El Fútbol como Ideología*. 4 ed., México, Siglo Veintiuno.
- Viveiros de Castro, Eduardo
1999 "Entrevista com o Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro", in Renato Sztutman; Silvana Nascimento & Stélio Marras, *Sexta-feira: Antropologia, Artes e Humanidades*, 4.
- Vogel, Arno
1982 "O Momento Feliz do Futebol", in R. Da Matta et al. (orgs.), *Universo do Futebol*, Rio de Janeiro, Pinakothek.
- Volpicelli, Luigi
1967 *Industrialismo y Esporte*. Buenos Aires, Paidós.

- Wacquant, Loic
2000 "Putas, Escravos e Garanhões: Linguagens de Exploração e de Acomodação entre Boxeadores Profissionais". *MANA – Estudos de Antropologia Social*, vol 6, nº 2, outubro. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- Weishaupt, Marcelo
1997 *A Emergência do Futebol-Empresa*. Trabalho apresentado no Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, Maceió, <http://obelix.unicamp.br>.
1999 "Reflexões sobre o Futebol Empresa no Brasil", in Márcia Regina Costa *et al.* (orgs.), *Futebol, Espetáculo do Século*, São Paulo, Musa Editora.
- Witter, José Sebastião
1982 "Futebol, Futebol....", in J. C. S. Meihy (org.), *Futebol e Cultura – Coletânea de Estudos*, São Paulo, Imesp/Daesp.
1982b "O Futebol do Esporte de Elite ao Elitismo no Esporte". *Ciência e Cultura*, 34 (12), dez.
1994 *Futebol, Várzea e Cidade de São Paulo*. Relatório de Tombamento do Parque do Povo, São Paulo, Condephaat.
- Zaluar, Alba
1985 *A Máquina e a Revolta: As Organizações Populares e o Significado da Pobreza*. São Paulo, Brasiliense.

Resumo

Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)

Este texto visa realizar um balanço bibliográfico dos principais trabalhos e pesquisas que tematizaram os esportes nas últimas duas décadas, particularmente o futebol, no domínio das ciências sociais. Expõe, de modo sumário, num primeiro momento, a conjuntura institucional em puderam ser desenvolvidas tais pesquisas e, num segundo momento, aponta, na forma de uma resenha crítica, para algumas das principais correntes analíticas que interpretaram o fenômeno aludido.

Palavras-chave: Futebol; teoria social; antropologia do esporte; sociologia do esporte.

Résumé

Le Football et la Théorie Sociale : Aspects de la Production Scientifique Brésilienne (1982-2002)

Ce texte a pour but de dresser un bilan bibliographique des principaux travaux et recherches qui ont abordé les sports au cours des deux dernières décennies, particulièrement le football,

dans le domaine des sciences sociales. Dans un premier temps, nous exposons, succinctement, la conjoncture institutionnelle dans lesquelles de telles recherches ont pu être développées ; puis nous présentons sous la forme d'un recensement critique, quelques uns des principaux courants analytiques qui ont interprété le phénomène auquel nous nous référons.

Mots-clés: Football; théorie sociale; anthropologie du sport; sociologie du sport.

Abstract

Soccer and Social Theory: Highlights on the Brazilian Scientific Production (1982-2002)

This text aims to perform a bibliographical balance on the main papers and researches that have themed sports in the last two decades, particularly soccer, in the domain of social sciences. It presents, summarily, at first, the institutional juncture in which such researches could have been worked out and, secondly, by means of a critical paper, points at some of the main analytical trends that propose an interpretation to the phenomenon.

Key words: Soccer; social theory; anthropology of sports; sociology of sports.

Perfil Institucional do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Universidade Federal do Pará (UFPA)

Edna Castro

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA é uma unidade de integração da Universidade Federal do Pará, concebido, desde sua origem, em 1973, como um instituto interdisciplinar voltado a estudos sobre a região Amazônica. Estruturalmente, está diretamente vinculada à Reitoria da UFPA. Além da Amazônia brasileira, definiu, desde aquela data, como área de seu interesse acadêmico, os demais países vizinhos do Brasil com ecossistemas e florestas tropicais úmidas. Tradicionalmente, recebe discentes desses países, o que tem alimentado a importante rede de relações com Instituições de Ensino Superior, Institutos de Pesquisas e ONGs ali localizados, cujos resultados estão expressos em publicações, pesquisas e simpósios realizados em parceria.

Na hierarquia organizacional, além de um coordenador e um vice-coordenador, há um Conselho Deliberativo presidido pelo primeiro, investido de poder para definição de políticas institucionais e de sua execução. Formado por professores e dois funcionários da instituição, além de representantes de quatro centros da UFPA, esse Conselho traduz o perfil do NAEA como unidade de integração da UFPA. O Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PDTU tem a função de acompanhar a vida acadêmica e pedagógica da instituição, traçar políticas, rever programas e conteúdos programáticos,

enfim, manter em funcionamento o regulamento da PDTU. A ele estão vinculados todos os alunos dos diferentes níveis de formação inscritos no núcleo. Esse conselho é presidido pelo coordenador do doutorado, com auxílio de seu vice, o coordenador do mestrado. A estrutura completa-se com as Coordenações de Setores, de Divisões, de Laboratórios e da Biblioteca.

O Ensino

O NAEA formou, ao longo de quase trinta anos de existência, pesquisadores e docentes para a atuação nas instituições de ensino e de pesquisa na região Amazônica, técnicos para órgãos de governo, ONGs ou outras organizações sociais. Sua experiência de pós-graduação inicia-se em 1973, com a implantação de seu primeiro curso de especialização de caráter interdisciplinar e internacional. Em 1977, iniciou seu Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, já com 160 dissertações sobre a Amazônia. Em agosto de 1994, recebeu a primeira turma de alunos no doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, tendo já titulado doze doutores.

As atividades de ensino do NAEA estão organizadas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU) que integra os três níveis de

pós-graduação. Está composto pelo doutorado, pelo mestrado e por cursos de especialização. O conteúdo programático dos currículos do mestrado e do doutorado têm avançado na procura de uma integração, por meio de disciplinas obrigatórias e optativas. Este propósito de integração é avaliado sistematicamente pelo Colegiado do PDTU formado pelos professores do quadro permanente da instituição. O resultado pode ser observado pelo tempo de permanência dos discentes no programa, com melhoria crescente no fluxo anual de alunos. As disciplinas de doutorado e de mestrado são oferecidas semestralmente, visando, ao mesmo tempo, à formação teórica e ao aprofundamento nas temáticas de dissertações e teses. O programa parte do pressuposto de que é necessário construir a interdisciplinariedade por meio de um processo de formação que se integre à pesquisa. Propõe, assim, uma avaliação contínua entre percursos metodológicos da pesquisa pela reflexão teórica, como pela observação de processos reais que se passam na sociedade, numa perspectiva que interroga os temas de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

A Pesquisa

As linhas de pesquisa são direcionadas à questão do desenvolvimento regional. Os diversos projetos executados por professores e discentes dos cursos de mestrado e doutorado, e ainda das especializações, estão integrados nas linhas de pesquisa: Agricultura e Extrativismo na Amazônia; Ecologia da Amazônia; Estado e Políticas Públicas; História Social da Amazônia; Urbanização e Cidades Amazônicas; Trabalho e Empresas na Amazônia. Concebemos essas linhas procurando integrar efetivamente o ensino à pesquisa segundo um padrão de discussão que orienta os alunos para as áreas temáticas cujos estu-

dos precisam ser estimulados. Esse perfil inovador da pós-graduação certamente influenciará a melhor aplicabilidade dos resultados de nossas pesquisas, seu compromisso com o desenvolvimento regional e um aproveitamento dos recursos naturais com menor risco ambiental.

A atividade de pesquisa tem incorporado a orientação do padrão de Grupos de Pesquisa. O NAEA possui doze grupos de pesquisa, no formato do Diretório de Pesquisa do CNPq, liderados por doutores do corpo docente permanente da instituição. Além das pesquisas, nas quais incorporam seus orientandos, realizam eventos sobre o tema e na interface com demais grupos. São os seguintes GPs: Agricultura e Extrativismo na Amazônia; Cooperação Nacional e Internacional; Ecologia Social; Estado e Políticas Públicas; História Social; Inovação Tecnológica; Meio Ambiente e Urbanização da Amazônia; Mineração; Trabalho e Sociedade; Mulheres, Relações de Gênero e Desenvolvimento; Saúde, Trabalho e Meio Ambiente; Sistemas de Energia Alternativa.

Extensão

Um outro objetivo institucional é a extensão, sobretudo pela difusão dos conhecimentos gerados e parcerias com a comunidade. Nessa perspectiva são realizadas as seguintes atividades: cursos de extensão sobre temáticas variadas; programa de eventos locais, nacionais e internacionais, tais como mesas-redondas, simpósios, oficinas de trabalho; seminários e encontros; e no formato on line, atualização de informações via home page. A instituição considera ainda relevante a prestação de consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil a propósito de temas relevantes e que exijam uma intervenção do conhecimento produzido no âmbito da academia.

Biblioteca e Centro de Documentação

A biblioteca do NAEA, especializadas em áreas amazônicas é uma referência na difusão de informação na região, sendo voltada em particular à socioeconomia e a áreas amazônicas. Por meio de sua biblioteca, o NAEA mantém intercâmbio com participantes de várias redes de bibliotecas às quais está integrado.

Publicações

As publicações dessa instituição têm constituído importante acervo ao conhecimento sobre os países da bacia amazônica e da Amazônia brasileira em especial, com reconhecimento nacional e internacional.

Laboratórios

Como infra-estrutura para a formação e a pesquisa, o NAEA conta com dois Laboratórios localizados em seu prédio: 1. Laboratório de análise espacial – LAENA –, objetiva oferecer aos projetos de pesquisa a oportunidade de desenvolver interpretações com georeferenciamento de imagens de satélite, espacialização da ação antrópica, mudanças na cobertura florestal, na evolução de ecossistemas, nos graus de degradação de solos, e

nas mudanças em cursos d' água etc. Enfim, sistematizar informações geográficas para identificar padrões e tendências no uso do solo. 2. Laboratório de Informática – SETIM –, objetiva apoiar o processamento de informações e os bancos de dados alimentados ou organizados pelas pesquisas. Funciona com duas redes: a interna e a externa, sendo que esta se apóia na *Home Page* como instrumento básico para difusão de dados, e potencialmente poderá disponibilizar as imagens produzidas no Laboratório de Análise Espacial ([www.http://naea.ufpa.br](http://naea.ufpa.br)).

Intercâmbios

Este núcleo possui intercâmbio acadêmico com instituições de relevância nacional e internacional, além de ser membro ativo de quatro associações nacionais de pós-graduação e pesquisa: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Anpocs; Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Economia/Anpec; Associação Nacional em Desenvolvimento Regional e Urbano/Anpur, e, mais recentemente, com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade/Anppas, além das universidades e institutos de pesquisa de países da Pan-Amazônia, da América Latina em geral, da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá.

Almeida, Francisco Manuel César Correia de

Considerações em torno do Nacionalismo Angolano. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 108 pp. Orientador: Octávio Ianni.

Esta dissertação pretende retomar um debate em torno do nacionalismo angolano, sua origem e desenvolvimento. A análise parte do estudo dos Reinos que existiram antes da intervenção colonial para concluir que uma dispersão migratória de povos bantu, iniciada na África Central, desembocou na formação de sociedades complexas e estruturadas cabíveis no conceito de Nação. Sob esse ponto de vista, Angola seria uma dessas nações herdeira de um grupo de Reinos e Estados independentes tributários do Reino do Congo e não consequência do desenvolvimento da colonização portuguesa. Findo o colonialismo, o Movimento de Libertação Nacional revelaria uma nação híbrida em que reminiscências pré-coloniais conviveriam com um nacionalismo educado e influenciado pelo Ocidente. Nessa perspectiva surge a pergunta: Que sentido dar ao desenvolvimento da nação angolana?

Almeida, Kátia Maria Pereira de

O Estilo Gráfico Shipibo: Arte e Estética na Amazônia Peruana. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 313 pp. Orientador: Marcio Goldman.

O objetivo desta tese é discutir as possibilidades de uma antropologia da arte e da estética no contexto das terras baixas sul-americanas através da investigação do estilo Shipibo (Amazônia Peruana) de decoração de superfícies, com ênfase na relação entre a produção técnico-artística e a experiência estético-visual associadas ao sistema gráfico abstrato-geométrico. O capítulo I esclarece a estratégia de construção desse sistema gráfico como objeto, partindo do argumento de que seu "interesse", do ponto de vista da antropologia, está relacionado com os limites do relativismo que a instaura como disciplina. O capítulo II é dedicado à análise a um só tempo formal e estética desses grafismos, partindo da sua autonomia formal. Os capítulos III e IV têm como eixo principal a busca de uma abordagem diferenciada a respeito da significação dos grafismos, e discutem as três hipóteses mais aceitas acerca desse tema: o conteúdo mítico-cosmológico; a *performance* xamânico-ritual e o significado ético. A conclusão revê o estatuto teórico do conceito de estilo buscando uma alternativa para pensar esse conjunto heteróclito de produções gráficas como um *corpus* coerente.

Almeida, Marcos Farias de

Extermínio Seletivo e Limpeza Social: A Sociedade Brasileira e os Indesejáveis. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1998, 221 pp. Orientador: José Luiz dos Santos.

Este trabalho estuda a ação de grupos de extermínio na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Duque de Caxias. Analisamos a idéia de limpeza social como uma das maneiras de legitimar o assassinato de pessoas. No processo altamente seletivo de construção e ataque da criminalidade, negros e pobres são identificados como vítimas destes grupos de matadores. E este trabalho foi desenvolvido com base na concepção de uma história teatral que identifica a criminalidade como sendo construída a partir dos espetáculos organizados em nossa sociedade. Essa perspectiva acompanha o processo que constitui a criminalidade através da articulação de questões como poluição, perigo, marginalidade e ordem, e considera o assassinato praticado pelos grupos de extermínio a legitimação de uma limpeza social. Esta, vista como uma necessidade de purificação social, tem transformado seres humanos em indesejáveis sociais.

Araújo, Maria Gabriela Jahnel de

Entre Almas, Encantes e Cipo. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1998. Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.

Este trabalho é uma etnografia sobre três comunidades de seringueiros e agricultores ribeirinhos da bacia do rio Tejo. Esta bacia faz parte da "Reserva Extrativista do Alto Juruá", área de conservação proposta por seringueiros do oeste amazônico, no Estado do Acre. As comunidades estudadas têm a peculiaridade de terem como patriarcas dois irmãos e uma irmã, especialistas em cura, que, como seringueiros, mantiveram uma relação relativamente amistosa com o antigo patronato, mantendo-se ainda ligados ao antigo sistema de clientela. A reflexão sobre esta família extensa (*kindred*) de seringueiros e curadores permite integrar a dimensão simbólica e religiosa à compreensão de movimentos sociais como o dos seringueiros da Amazônia.

Bahia, Joana

"O Tiro da Bruxa": Identidade, Magia e Religião entre Camponeses Pomeranos do Estado do Espírito Santo. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 328 pp. Orientadora: Giralda Seyferth.

O trabalho aqui apresentado é, um estudo sobre as expressões da cultura camponesa dos descendentes de imigrantes alemães, oriundos da província da Pomerânia (norte da Alemanha) no contexto das relações existentes com a sociedade no geral. Isto significa que tem como fio condutor o modo pelo qual estes camponeses representam a sua cultura e a importância desta na elaboração de uma identidade social e étnica. O município escolhido foi Santa Maria de Jetibã, um dos primeiros núcleos coloniais de imigração alemã no Estado do Espírito Santo, localizado a região centro-serrana.

Borges, Arleth Santos

A Construção do Partido dos Trabalhadores no Maranhão. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1998, 315 pp. Orientadora: Evelina Dagnino.

Estudo sobre o Partido dos Trabalhadores, PT, no Estado do Maranhão com ênfase no processo de construção da identidade do partido analisada a partir dos seguintes pontos: sujeitos sociais e concepções políticas presentes na fundação do PT no MA, onde são destacados estudantes políticos oriundos do MDB e trabalhadores rurais; grupos, tendências e dinâmica intrapartidária; conflitos em torno da linha política e controle interno; articulação entre trabalhadores rurais e urbanos; vínculos com as instâncias nacionais e relações do PT-MA com o ambiente externo: ligações com as lutas sociais, desempenho eleitoral e definição de amigos e inimigos. Aborda também a atuação do PT-MA à frente das primeiras prefeituras municipais conquistadas no Estado: Santa Quitéria, em 1982, e Alcântara, em 1992, consideradas pela autora vitórias e derrotas eleitorais.

Brandt, Maria Elisa Almeida

Os Conflitos entre Empregadas e Empregadores Domésticos pela Mediação do Sindicato e da Justiça do Trabalho. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1998, 249 pp. Orientadora: Alba Maria Zaluar.

A partir da perspectiva da antropologia jurídica, trato as práticas de mediação entre empregadas e empregadores domésticos realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, e as reclamações trabalhistas, como métodos de resolução de disputa. Análise, principalmente, a partir de um modelo sociolinguístico, duas situações de interlocução: o encontro entre as partes mediado pelo sindicalista e a audiência trabalhista. Mostro que a empregada doméstica é marginalizada pela lei, mas também pelo tratamento discriminatório que recebe dos juízes, em suas interpretações da lei e em suas decisões. Além disso, tem se consolidado nas Juntas Trabalhistas uma “cultura do acordo”, que evita a continuação da reclamação até a fase do julgamento. Ela é perniciosa não apenas por seus resultados concretos, mas porque contribui para que as domésticas (entre outros) leiam no processo a seguinte mensagem: “a Justiça é dos ricos”. As práticas de mediação entre as partes realizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Campinas, por sua vez, garantem uma solução mais ritual do que racional para disputa. Entre seus efeitos, está a possibilidade concreta do diálogo construtivo entre os indivíduos, em que critérios de responsabilidade são negociados e noções de cidadania são manipuladas.

Castilho, Sérgio Ricardo R.

Marketing e Política: A Construção Social do Mercado Eleitoral. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 346 pp. Orientador: Antonio Carlos de Souza Lima.

Este trabalho procura compreender aquilo que se denominou, a partir da década de 1980 no Brasil, “marketing político” ou “marketing eleitoral”. As hipóteses principais que sustentamos são relativas à consolidação de um *marketing político-eleitoral* (este se torna possível na medida em que a analogia entre o “mercado consumidor” e o “mercado eleitoral” estabelece-se como um espaço discursivo e operacional central às atividades de uma série de especialistas dispersos) e ao modo de operação desta atividade (o *marketing político-eleitoral* opera de maneira análoga ao pensamento mágico, através de uma “idéia prática” – Mauss – e da crença na eficácia de determinadas ações ritualizadas).

Cavalcanti, Rosângela Batista

Cidadania e Acesso à Justiça: O Caso das Promotorias de Justiça da Comunidade. Mestrado em Sociologia do Direito, Unicamp, 1998, 133 pp. Orientador: Rubem Murilo Leão Rêgo.

O trabalho analisa uma experiência do Ministério Público do Estado do Paraná – as Promotorias de Justiça da Comunidade –, cuja finalidade é a ampliação do acesso de indivíduos e grupos de baixa renda às instituições do Sistema Formal de Justiça. Tratou-se de verificar de que forma uma instituição central do sistema de justiça tem atuado para alargar o acesso aos direitos de cidadania. A partir dessa experiência concreta, pretendeu-se discutir o alcance e os limites do acesso ao direito como um mecanismo essencial. Para a efetivação dos direitos formais, foram empregados os métodos quantitativo – *survey* – com integrantes do Ministério Público Brasileiro e, especialmente, do Paraná, e qualitativo – entrevistas em profundidade com os atores que atuam nas referidas promotorias e com a população atendida.

Chaves, Elza Guedes

Atos e Omissões: Acidente com o Césio-137 em Goiânia. Doutorado em Meio Ambiente, Unicamp, 1998, 248 pp. Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

Este trabalho procura defender que as causas do sentimento de medo e pânico decorrentes do acidente com o Césio-137 resultaram das representações sociais constituídas em torno da energia nuclear. Utilizou-se o aporte teórico das representações sociais construído por Serge Moscovici e Henri Lefebvre. Trabalhou-se com os discursos dos diferentes personagens do acidente recolhidos principalmente através de entrevistas e matérias publicadas pela imprensa. Buscou-se demonstrar que o ambiente de medo e pânico vivenciado pela população durante o acidente decorreu das notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação e também das representações sociais resultantes das próprias atividades de atendimento às vítimas e de descontaminação do meio ambiente atingido. Enfatizou-se que o acidente exigiu da população a incorporação de conhecimentos técnicos que foram transmitidos pelos meios de comunicação. Esses conhecimentos, diferencialmente absorvidos, contribuíram para orientar as atitudes dos grupos sociais ante os desdobramentos do acidente.

Costa, Eliza Mara Lozano

Da Patronagem à Associação: Poderes em Disputa na Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 150 pp. Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.

Este trabalho pretende contribuir para as discussões sobre o poder local no Brasil e refletir sobre as possibilidades do gerenciamento de uma população rural sobre áreas de preservação ambiental. O enfoque são as dificuldades e as possibilidades de uma organização democrática de seringueiros e agricultores ribeirinhos numa região amazônica secularmente controlada por patrões. Trata-se da passagem de um poder tradicional, personalizado, para uma organização que se pretende democrática, trabalhando conjuntamente com um órgão burocrático federal. A partir da bibliografia sobre a organização política no meio rural brasileiro e de relatos sobre a história do movimento social que criou a Reserva Extrativista do Alto Juruá, procura-se analisar os conflitos e as práticas observadas em pesquisas de campo, percebendo como os mo-

radores se relacionam com as mudanças e com os diferentes agentes políticos locais e indicando algumas condições para a gestão democrática da Reserva.

Costa, Luiz Antonio Lino da Silva

Modelos do Presente, Narrativas do Passado: Por uma Antropologia Histórica nas Guianas (1596-2000). Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 129 pp. Orientador: Carlos Fausto.

Este trabalho tem como objetivo uma comparação entre as descrições de sociedades indígenas do passado e do presente nas Guianas. Apoiando-se em relatos de viajantes e cronistas dos séculos XVI a XIX, em trabalhos de historiadores acerca das sociedades que antecederam as atuais, e na produção etnográfica do século XX, procura-se encontrar linhas de continuidade e ruptura nas formas sociais da região. A região das Guianas tem sido amplamente estudada por antropólogos e historiadores que, embora tenham preocupações parecidas, nem sempre mantêm um diálogo. Este trabalho questiona esta dicotomia entre o presente e o passado nos estudos sobre as Guianas, inserindo os fatos históricos em debates da etnografia contemporânea.

Crivelli, Ericson

Democracia Sindical no Brasil. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2000, 243 pp. Orientador: Leôncio Martins Rodrigues.

Trata-se de um estudo de caso sobre as possibilidades da democracia nos sindicatos brasileiros. O trabalho aponta os limites legais e burocráticos impostos pelo modelo sindical corporativo. Elabora um conceito autônomo de democracia para os sindicatos: democracia sindical. Para a verificação empírica foram selecionados vários indicadores de democracia nas relações internas e externas dos sindicatos. O trabalho conclui pela possibilidade de democracia na invenção de novos mecanismos para além da estrutura sindical legal. Conclui, ainda, pela eficácia política possibilitada pela democracia. O conceito mais usado é o da poliarquia de Dahl.

Cruz, Antônio Carlos Martins da

A Janela Estilhaçada: A Crise do Discurso do Novo Sindicalismo. Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1998. Orientador: Antonio David Cattani.

O trabalho analisa a trajetória histórica do novo sindicalismo brasileiro a partir da análise do discurso, fundamentada nas elaborações teóricas de Mikhail Bakhtin e nas categorias desenvolvidas pela "Escola Francesa da Análise do Discurso" (Pêcheux, Courtine, Maingueneau etc.). Procuramos elucidar as determinações históricas (no sentido marxiano da expressão) que levaram o discurso do novo sindicalismo a transitar de uma orientação fundada sobre uma visão social de mundo, que procurava analisar os processos como totalidades históricas, para um discurso elaborado a partir de uma análise fragmentada das relações sociais. E, finalmente, procede a uma análise crítica da forma pela qual a sociologia brasileira vem representando cientificamente esta transformação, apontando formas genéricas de superação dos impasses.

Dávila, Brenda Maribel Carranza

Renovação Carismática Católica: Origens, Mudanças e Tendências. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 260 pp. Orientadora: Arlete Moysés Rodrigues.

Este trabalho analisa a Renovação Carismática Católica no Brasil. Busca-se compreender: (a) as diferentes motivações que levam os fiéis católicos a aderirem ao Movimento Carismático; (b) as condições sociais que permitiram seu enraizamento e crescimento; (c) as mudanças e alterações ao longo de vinte anos; (d) as novidades que introduz no catolicismo; (e) as tendências que apresenta. Este estudo aborda, ainda, as diferenças e as semelhanças entre a Renovação Carismática e o Pentecostalismo. Focaliza, também, a tensão existente entre a Renovação Carismática e a Teologia da Libertação.

Diniz, Simone

As propostas de Legislação Trabalhista e Sindical e o Processo Legislativo no Pós-Constituinte: 1989-1993. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 95 pp. Orientadora: Walquíria Leão Rêgo.

O trabalho investiga como se articulam na arena institucional os diferentes atores políticos no tratamento dado às propostas de legislação trabalhista e sindical no período pós-constituinte. Para tanto, analisamos a dinâmica de funcionamento e a organização do processo legislativo por meio do sistema de comissão permanente. Demonstramos que a autonomia que o legislativo poderia vir a ter para desempenhar suas funções esbarra em uma série de mecanismos institucionais que cerceiam a esfera de ação dos membros da comissão. Neste contexto, a ação do Executivo acaba sendo favorecida, pois o formato organizacional adotado no Legislativo possibilita uma maior agilização e aprovação dos projetos enviados por este poder, mas a ação do Executivo não está incólume a resistências por parte do Legislativo, principalmente quando a matéria em exame impõe perdas a grupos organizados, como ocorre com a legislação sindical no exame dessa legislação. Os membros da comissão de trabalho souberam se valer de estratégias procedimentais para rejeitar o projeto de reestruturação sindical apresentado pelo presidente Collor.

Fantinatti, Márcia Maria Corsi Moreira

Sindicalismo de Classe Média e Meritocracia: O Movimento Docente na Universidade Pública. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 237 pp. Orientador: Armando Boito Júnior.

O projeto enfoca o movimento sindical dos docentes universitários – especificamente, os da Universidade Pública –, objetivando apreender o conteúdo da classe média presente em suas manifestações políticas, na forma de organização sindical e nos métodos de atuação reivindicatória. Parte-se da hipótese de que a organização sindical de tais docentes se diferencia em relação à dos trabalhadores pertencentes à classe operária; e de que suas formas de ação coletiva, bem como as concepções a elas associadas, estariam ligadas ao seu pertencimento de classe. Buscando relacionar o estudo teórico sobre o conceito de classe média à sua instrumentalidade na interpretação do sindicalismo docente, o esforço analítico consiste em explicitar a relação entre a ideologia meritocrática e a situação de trabalho dos docentes e sua ação sindical. Foram pesquisados, além da situação de trabalho dos respectivos docentes, diversas publicações de entidades docentes, greves, processos de transformação de associações docentes em seções sindicais, além de terem sido realizadas entrevistas com docentes (na

Unicamp). O estudo permitiu concluir que parte significativa dos docentes tem aceito, no âmbito sindical, a luta reivindicativa e a greve como instrumento de pressão. Entretanto, esse sindicalismo mostra-se limitado pelo apego à meritocracia, que se revela sobretudo na defesa da hierarquia salarial e na adoção do sindicalismo corporativista segmentado pela profissão. Os limites impostos pela ideologia da meritocracia imprimem às entidades docentes um comportamento invariavelmente moderado no que se refere à atuação sindical.

Ferreira, Francisco Pontes de Miranda

O Automóvel como Vilão: Novas Formas de Contestação à Ordem Industrial. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 137 pp. Orientador: José Ricardo Ramalho.

O objetivo desta pesquisa é compreender a atitude e as ações de um grupo formado por ativistas ecológicos de ONGs e partidos políticos e de pessoas da classe média urbana brasileira contra o automóvel. Apesar de terem sido criadas dentro da cultura do automóvel (como símbolo de progresso e de modernidade), essas pessoas defendem que o automóvel traz problemas para as cidades. Segundo a opinião destes ambientalistas, viadutos, túneis, estacionamentos e estradas significam barulho e poluição. O grupo questiona o valor da própria modernidade e da industrialização. O movimento ambientalista é muito diversificado e surgiu como uma corrente da contracultura no final dos anos de 1960. Analisamos a ação deste grupo, composto majoritariamente por pessoas de classe média e com bom nível de escolaridade, contra o automóvel.

Fogaça, Jôse Rocha

Complementando a Renda no Ramal da Fome: O Estudo de um Programa de Renda Mínima. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998. Orientadora: Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa.

Trata-se de um estudo sobre o Programa Complementando a Renda, implantado pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo no ano de 1997, nas diversas regiões do Estado. Discute-se a emergência desse programa no cenário atual de debate sobre propostas e programas de renda mínima. Apontam-se as diretrizes do programa e suas características específicas com relação aos demais programas de transferência monetária a brasileiros. Discute-se a implantação de um programa de renda mínima em regiões não urbanizadas e historicamente empobrecidas. Analisa-se a condução do programa na região sudoeste do Estado, conhecida como Ramal da Fome, traçando um perfil da população ali beneficiada. Por fim, avaliam-se os impactos causados pelo programa na vida dos beneficiados, discutindo a questão da assistência social como direito.

Giumbelli, Emerson Alessandro

O Fim da Religião: Controvérsias Acerca das "Seitas" e da "Liberdade Religiosa" no Brasil e na França. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 426 pp. Orientador: Otávio Velho.

O trabalho analisa comparativamente as controvérsias recentes que ocorreram na França acerca das "seitas" e no Brasil em torno da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A partir de ambas as situações, procuramos mapear as personagens envolvidas (grupos acusados, associações civis, órgãos de comunicação, igrejas tradicionais, aparatos estatais, intelectuais), pro-

blematizando seus argumentos e estratégias e os efeitos específicos e conjugados de suas intervenções. Nos dois casos, acusações a “seitas” e à IURD implicam a contestação de seu estatuto de “religiões” e levantam questões relativas à “liberdade religiosa”, o que torna mais controverso o modo privilegiado de acesso aos dispositivos históricos de definição e de regulação do “religioso” nas sociedades francesa e brasileira. Essa abordagem, que pretende apontar para certos aspectos da constituição e do funcionamento de ambas as sociedades, assenta-se sobre uma reconsideração das relações entre religião, Estado e modernidade.

Gonçalves, Maria Fernanda de Vasconcellos

A Invenção da Maternidade Tardia. Mestrado em Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 93 pp. Orientadora: Mirian Goldenberg.

O objetivo deste trabalho é discutir as representações da maternidade tardia, enfocando as relações de gênero, família e conjugalidade. A abordagem é contextualizada a partir do século XVIII até o apogeu do ideário individualista, no final do século XX, apontando os vários momentos de transformação do sentimento materno associados às mudanças políticas e econômicas. Um levantamento de reportagens da grande imprensa, de programas de televisão e artigos médicos de revistas especializadas permitiu uma análise dos discursos envolvidos na construção do ideário da maternidade tardia, a fim de refletir sobre as questões dos riscos, das vantagens e desvantagens dessa opção.

Jacinto, Andréa Borghi Moreira

Afluentes de Memória: Itinerários, Taperas e Histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1998, 179 pp. Orientadora: Maria Suely Kofes.

O objetivo desse trabalho é compreender o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, situado no Noroeste de Minas Gerais, da perspectiva de grupos diretamente envolvidos por seu processo de implantação. Acompanhando encontros entre moradores locais e representantes dos órgãos que instituem e administram o Parque – Ibama e Funatura –, bem como seus diferentes discursos, memórias e ações relativas ao lugar, pode-se perceber um espaço múltiplo, cruzado por temporalidades diversas. Num primeiro momento, discuto o modelo de parques nacionais e a questão de populações tradicionais em suas áreas, desenvolvendo uma abordagem centrada em categorias espaciais, o que permite entrelaçar essa discussão à reflexão sobre a categoria sertão. Posteriormente, tomo a perspectiva local, buscando formas de ocupação espacial e organização social anteriores à criação do Parque. Através de itinerários construídos com esses sujeitos, de entrecruzamentos com a história regional e com o novo contexto criado pela proteção ambiental e seus atores, reafirma-se a idéia e a necessidade de se considerar o Parque Nacional também como um espaço social.

Jannuzzi, Paulo de Martino

Mobilidade Ocupacional e Social dos Migrantes no Estado de São Paulo: 1980-1993. Doutorado em Demografia/Migrações, Unicamp, 1998, 222 pp. Orientadora: Neide Lopes Patarra.

Analisando a evolução do perfil ocupacional dos migrantes, as transições “de” e “para” a inatividade e desocupação, as trocas de setor de atividade das ocupações, as mudanças pelas ca-

tegorias de posições na ocupação e categoria de emprego, procura-se entender o processo de mobilidade ocupacional e social dos migrantes no mercado de trabalho paulista entre 1980 e 1993 e avaliar em que medida a migração proporcionou alternativas de inserção laboral qualitativamente melhores para quem a empreendeu cada vez mais no contexto da conjuntura crescentemente desfavorável e instável do mercado de trabalho paulista a partir de 1980. Neste contexto de mudanças estruturais e repleto de variações cíclicas e anti-cíclicas expressivas, os chefes migrantes viriam enfrentar dificuldades crescentes de se inserir ou de se manter empregado no mercado de trabalho paulista, especialmente aqueles que empreenderam mudança mais ao final da década e nos anos 1990, aqueles menos qualificados ou de menor escolaridade, aqueles que partiram de uma situação mais vulnerável (em desocupação) ou de inserção laboral em setores tradicionais (agropecuária, serviços, construção civil), que se destinaram ou residiam na região metropolitana. As taxas de desocupação destes migrantes se ampliaram de forma bastante significativa no período, assumindo patamares invariavelmente maiores nas etapas migratórias, por conta das dificuldades iniciais da chegada na localidade de destino. Com maior conhecimento do mercado de trabalho, das oportunidades oferecidas, do mercado de bens e serviços, da conquista de alguns atributos “credencialistas” na localidade de destino – como o tempo de residência – os riscos à desocupação diminuía, assim como a inatividade por desalento. Migrantes mais jovens e mulheres, com participação crescente na mão-de-obra migrante, também estiveram mais propensos à condição de desocupado, como reflexo de tendências mais gerais observadas no mercado de trabalho.

Lourenço, André Luiz Correia

O Melhor dos Dois Mundos: A Representação do Humano e do Não-Humano na Ficção Científica. Mestrado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 179 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este é um trabalho sobre as representações de “humanidade” e de “humano” na cultura ocidental moderna, a partir de um *corpus* de livros e filmes ditos de “ficção científica” produzidos, principalmente, nos EUA. A comparação com um outro modelo explicativo da relação humano-natureza e com uma cosmologia diversa da ocidental contribui para a discussão do estatuto atribuído à condição de “ser humano”. Essa condição seria um valor disputado no confronto entre os “seres humanos” e os “seres da natureza”. Como o processo civilizatório ocidental é marcado pelo individualismo, o direito à individualidade é considerado uma característica essencial da pessoa. Iluministas e românticos defendem a manutenção das características humanas – a “humanidade”.

Macagno, Lorenzo Gustavo

Do Assimilacionismo ao Multiculturalismo: Educação e Representações sobre a Diversidade Cultural em Moçambique. Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 330pp. Orientador: Peter H. Fry.

Esta tese procura abordar alguns dilemas produzidos pela relação entre políticas de educação e representações sobre diversidade cultural em Moçambique, tanto no período colonial quanto no pós-colonial. Essa abordagem parte da suposição de que o *locus* dessa relação opera como uma rede complexa e interconectada de atores e idéias que transcendem os próprios limites geográficos de Moçambique. Uma das formas que assumem esses dilemas é a tensão en-

tre assimilacionismo e multiculturalismo. Tentarei mostrar que o uso dessas duas noções se justifica, na verdade, sob a condição de que sejam parte de um discurso nativo, quer dizer, componentes intrínsecos das formulações de um conjunto de agentes sociais: administradores coloniais, missionários, educadores, etnógrafos etc. Procuo analisar a forma como esses agentes pensaram e pensam o mundo sociocultural moçambicano e sobre como, simultaneamente, procuraram intervir na vida dos grupos que compõem esse mundo: seja através de missões civilizadoras e assimilacionistas, seja através da aplicação de determinadas políticas educativas.

Machado, Elielma Ayres

Narrativas, Trajetórias e Consideração: Um Estudo sobre Família e Relações Sociais no Complexo da Maré, RJ. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1998, 138 pp. Orientadora: Mariza Corrêa.

O objetivo central da presente dissertação consiste em procurar mostrar a percepção acerca da noção de família e das relações raciais entre os moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a partir da reconstrução de suas trajetórias. Apesar de o tema família não ser raro, poucas são as pesquisas etnográficas sobre o significado do sistema de classificação de cor na organização das unidades domésticas que tenham como ponto de partida as narrativas de história de vida.

Mardini, Andréa

Tecendo Limites na Foz do Breu, Alto Juruá, Acre, Brasil. Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1998, 220 pp. Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida.

O objetivo desse trabalho é narrar a ocupação da fronteira brasileiro-peruana, acompanhando seringueiros e agricultores em diferentes locais da Reserva Extrativista do Alto Juruá e destacando processos de ocupação do espaço e de formação de redes sociais. Procuo chamar a atenção do leitor para dois assuntos: a execução de um recorte etnográfico e a diversidade das estruturas e morfologias sociais que brotam do recorte alinhavado pelo pesquisador, sujeito de uma versão dos fatos. No segundo capítulo, analiso como narradores, historiadores, antropólogos e moradores constroem versões diferentes sobre os mesmos fatos, refletindo, também, nas narrativas, nas concepções e nas estratégias particulares. No terceiro capítulo, o foco são as formas de classificação espacial, local e "de fora". No caso da Foz do Breu, os limites territoriais são criados por redes de alianças assimétricas. Na colocação de seringueiros do Depósito do São João, uma colocação "de centro", os laços entre as casas são realimentados por trocas simétricas. No quarto capítulo, observo como os seringueiros classificam as pessoas em categorias que refinam, com nuances e matizes diferentes dos nossos, as gradações de idade e de *status* dos indivíduos: o caráter processual da vida das pessoas, a complexa transição dos indivíduos por categorias sociais. No quinto capítulo, as relações de aliança, simétricas e/ou assimétricas, apontam para formas diferenciadas de gerir o espaço, o poder e o *status* na região.

Marques, Eduardo César

Redes Sociais e Permeabilidade do Estado: Instituições e Atores Políticos na Produção da Infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998, 257 pp. Orientadora: Argelina Cheibub Figueiredo.

Esta tese analisa detalhadamente a política pública de saneamento básico no Rio de Janeiro entre 1975 e 1996. Partindo de uma extensa pesquisa empírica dos investimentos realizados pela empresa concessionária – a Cedae –, são analisados os aspectos temporais e espaciais da política de investimentos, assim como a distribuição dos contratos da companhia com empreiteiras e projetistas. Esses resultados e processos são cotejados com as explicações correntes encontradas na literatura de estudos urbanos e políticas públicas, com o objetivo de mostrar a incapacidade desses quadros analíticos de dar conta dos fenômenos observados. Uma explicação alternativa é então construída por meio de uma análise detalhada dos padrões de relações interpessoais presentes na comunidade profissional da área de saneamento. Para tal, submetemos os resultados de inúmeras entrevistas com profissionais do setor a técnicas de análise de redes sociais que nos permitem acompanhar a constituição e a transformação do campo profissional do setor. Nossa abordagem mostra como os padrões de relacionamento da comunidade e sua dinâmica explicam o desenrolar da política pública e a consolidação da Cedae como organização. Os padrões de relação entre Estado e sociedade também são explicados por essa rede, sugerindo que a associação de políticos e empreiteiras com partes da burocracia técnica da empresa é originária dos mesmos padrões que explicam a coesão da organização estatal.

Matos, Sônia Missagia

Artefatos de Gênero na Arte do Barro. Doutorado em Antropologia, Unicamp, 1998, 302 pp. Orientadora: Maria Suely Kofes.

Este é um estudo sobre gênero na produção artística de peças de cerâmica do Vale do Jequitinhonha, Noroeste do Estado de Minas Gerais. Na região, apenas as mulheres chamadas “paineleiras” praticavam esse ofício, que era transmitido de mãe para filha. Os programas de desenvolvimento alteraram o contexto no qual a arte do barro se tornou uma fonte alternativa de renda, vários homens decidiram entrar para o ofício. Tal fato tem provocado reelaborações no sistema simbólico de gênero. Dois métodos de investigação foram priorizados na pesquisa: as histórias de vida e a fotografia.

Molina, Mônica Castagna

A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: A Reinvenção do Futuro. Mestrado em Sociologia Rural, Unicamp, 1998. Orientadora: Maria Nazareth Baudel Wanderley.

A dissertação recupera o debate sobre o papel da Reforma Agrária nos anos de 1990, explorando as divergências entre a proposta que considera a redistribuição fundiária somente como política social compensatória e a concepção que considera a Reforma Agrária como política econômica e social de caráter estratégico para a mudança do modelo de desenvolvimento agrícola implementado no país. O trabalho aborda também a concepção de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e os resultados que ele tem obtido a partir dos assentamentos conquistados. Analisamos a importância da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar como políticas públicas capazes de gerar empregos em larga escala a custos reduzidos no campo brasileiro. Foi realizada uma pesquisa empírica no Assentamento Três Conquistas, no Distrito Federal, onde comprovou-se a melhoria das condições socioeconô-

micas e a garantia de emprego e renda às famílias de trabalhadores rurais beneficiárias da Reforma Agrária.

Montenegro, Silvia Maria

Dilemas Identitários do Islam no Brasil: A Comunidade Muçulmana Sunita do Rio de Janeiro. Doutorado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 336pp. Orientadora: Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti.

Análise dos dilemas e tensões identitários do Islam no Brasil, tomando como referencial empírico uma comunidade muçulmana que pertence ao ramo sunita do islamismo, na cidade do Rio de Janeiro. Partindo de um conceito de identidade social como *projeto*, esta tese tenta compreender as escolhas desse grupo dentro do repertório possível de fontes e discursos de identidade que permeiam o Islam como um todo. Procura-se sustentar que existem, nessa construção identitária, dois dilemas fundamentais: *arabismo* ou islamização e reconhecer ou não o “fundamentalismo” como categoria de auto-adscrição. Ao mesmo tempo, ambos os dilemas se relacionam com certos discursos de autenticidade elaborados pelo quadro intelectual dessa comunidade. Esses discursos referem-se à história do Islam no Brasil e à busca da presença muçulmana na “arquitetura islâmica” da cidade do Rio de Janeiro. Como tais, essas construções discursivas tentam enquadrar uma memória para localizar a tradição religiosa no âmbito local.

Moretti, Rita de Cássia Lahoz

Arrogantes, Anônimos, Subversivos: Interpretando o Acordo e a Discórdia na Tradição Autoral Brasileira. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998, 359 pp. Orientador: Guillermo Raul Ruben.

Com base nos métodos e nos pressupostos da antropologia interpretativa e da teoria da ação comunicativa, a autora interpreta analiticamente a história do campo autoral musical brasileiro, buscando esclarecer a existência ou não de uma tradição de pensamento e de linguagem nesse campo, a despeito da multiplicidade associativa, bem como a influência ou não de mediações extracomunicativas obstaculantes, no Brasil, que nos demais países mobilizou a constituição de uma sociedade única. Reduzindo a multiplicidade associativa encontrada no Brasil a três quadros básicos de interpretação, e caracterizando tais quadros não apenas em termos conceituais mas também como conjuntos de normas de ação político-moral e de regras de distribuição de dinheiro e de poder entre os titulares de direitos autorais, a autora acaba por discenir nas relações das entidades brasileiras com o Estado e com o mercado os pontos neurálgicos de uma distorção comunicativa que se impõe, como explicação da discórdia, sobre quaisquer malentendidos internos ao campo autoral propriamente dito.

Nogueira, Lenita Waldige Mendes

Música em Campinas nos Últimos Anos de Império: Uma Etnografia. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1998, 298 pp. Orientador: Guillermo Raul Ruben.

A autora analisa e descreve a vida musical na cidade de Campinas, SP, no período compreendido entre 1870 e 1899, abordando todos os aspectos que essa manifestação pode assumir.

Após a introdução, onde são apresentados os pontos principais da tese, passa-se a descrição propriamente dita, começando pela música nas igrejas, analisada em contraponto com a atividade religiosa. Segue-se a descrição das atividades nos teatros, englobando a música lírica, zarzuelas, operetas, revistas e concertos. Na sequência, é apresentada a música em clubes e associações; música em manifestações populares (música de escravos, bandas de música, serenatas e casamentos), concluindo com o capítulo referente à educação musical. Existe ainda um capítulo intitulado "Trajetórias", que descreve a vida dos músicos que atuaram na cidade, em especial, da Família Gomes, clã musical que dominou a vida artística na cidade naquele período, onde as figuras predominantes eram Carlos Gomes e seu irmão José Pedro de Santana Gomes. Trata-se de um trabalho que analisa a atividade musical em seu aspecto social e antropológico, procurando por meio da interdisciplinar, descrever uma sociedade cuja vida musical suplantava muitas outras no período abordado.

Oliveira, Marcelo Augusto Nahuz de

Avenida Paulista: A Produção Contemporânea de uma Paisagem de Poder. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 1998, 295 pp. Orientador: Antonio Augusto Arantes Neto.

Este trabalho investiga as peculiaridades das articulações entre os processos de globalização e localização na forma como elas se configuram, atualmente, na região da Avenida Paulista, na cidade de São Paulo. Em lugar de pressupor a oposição entre as forças promotoras da globalização e os processos sociais que continuamente produzem lugares diferenciados dentro das grandes metrópoles contemporâneas, procura-se argumentar que tais tendências se articulam a partir de relações que comportam simultaneamente conflitos e complementaridades. A partir da consideração de que as áreas urbanas centrais se constituem hoje objetos privilegiados de diversos investimentos que visam adequá-las aos novos requisitos impostos pela economia dos fluxos globais, a Avenida Paulista é tomada como um espaço de centralidade, historicamente produzido, que se encontra hoje tensionado pelos constantes movimentos de reterritorialização e desterritorialização produzidos em seus espaços.

Paranhos, Mônica da Silva

A Construção do Novo Trabalhador Industrial: A Experiência do SENAI-RJ. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 2000, 193 pp. Orientadora: Elina Gonçalves da Fonte Pessanha.

A pesquisa tem por objetivo o trabalhador industrial que está emergindo dos cursos profissionalizantes do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI em função da reestruturação produtiva que caracteriza a fase atual de desenvolvimento capitalista. O estudo desdobra-se em dois níveis distintos. No primeiro, analisamos como o SENAI está realizando a formação dos aprendizes que se tornarão os novos trabalhadores fabris do setor metal-mecânico no Rio de Janeiro. Para isto, identificamos as novas habilidades e os novos princípios e valores que a instituição tem inculcado nesses aprendizes. No segundo, apreendemos as percepções e as representações desses aprendizes e também de seus instrutores sobre as experiências vivenciadas no que concerne não só às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, como também às características e possíveis efeitos no processo de aprendizado. Em função disto, tentamos indicar a dimensão que o SENAI ocupa na formação e na definição profissional destes trabalhadores.

Pires, André

Velhos em Revista: Envelhecimento e Velhice nas Páginas de Cláudia e Playboy (Anos 80 e 90). Mestrado em Antropologia, Unicamp, 1998, 172 pp. Orientadora: Guita Grin Debert.

A pesquisa de que se originou a dissertação de mestrado teve como objetivo analisar o modo como a velhice, o envelhecimento e os velhos são concebidos por duas revistas brasileiras contemporâneas de circulação nacional – *Cláudia* e *Playboy* –, voltadas, respectivamente, ao público feminino e masculino. Foram lidos e classificados todos os exemplares das duas revistas em dois intervalos de tempo: década de 1980 e de 1990. O exame do material analisado constatou que a relação gênero e avanço da idade é construída de forma diversa pelas revistas de acordo com a situação. Em matérias sobre cuidados com o corpo para combater o envelhecimento, na relação entre pais que dependem de filhos adultos, nas relações de trabalho que tratam da aposentadoria pública, por exemplo, o avanço da idade é tido como algo problemático e constitui-se num marcador fundamental para definição dessas relações. Em outras situações como, por exemplo, nas relações de trabalho que não envolvem aposentadoria e nas relações entre pais e filhos tidas como igualitárias, a idade mais avançada se combina com outras marcações sociais. Por último, há certos contextos, como na relação entre casais que envolve satisfação sexual e nas relações com o corpo para homens, em que o avanço da idade se torna um benefício.

Ramos, Juliana Vilar Ramalho

Trabalho Feminino e Gênero na Produção de Uva em Petrolina. Mestrado em Antropologia Social, Unicamp, 220 pp. Orientadora: Suely Kofes.

Na introdução deste trabalho, através do relato da minha própria trajetória em relação ao tema estudado, apresento as questões que motivaram esta dissertação e exponho os referenciais teórico e metodológicos que balizaram a pesquisa. Por último, há uma descrição de como foi feito o trabalho de campo. O primeiro capítulo refere-se à apresentação do lugar onde foi feita a pesquisa. Focalizando o contexto regional de Petrolina, procurei situar o cenário sociocultural deste município tomando como referência o marco da irrigação e a posterior veiculação dos sistemas produtivos da região com os mercados internacionais, articulados a uma maior absorção de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho agrícola regional. O segundo capítulo trata da articulação entre o cultivo da uva em Petrolina e os significados de gênero revelados através desta cultura frutícola. O simbolismo de gênero que marca este processo produtivo aponta para a relação entre a produção da uva, o trabalho das mulheres e a produção da feminilidade. O terceiro faz uma reflexão sobre as representações do trabalho para as mulheres empregadas na produção de uva em Petrolina. São apresentadas duas histórias de vida, entrecruzadas a narrativas de outras trabalhadoras e informações provenientes de outras fontes. Desse modo, é possível perceber como estas mulheres constroem os sentidos do trabalho em sua trajetória de vida. Nas considerações finais retomo minha própria trajetória para observar como uma nova localização teórico-metodológica me possibilitou novas reflexões.

Ribas, Clarilton Edard Davoine Cardoso

Os Dekassegui: Uma outra face do Toyotismo. Doutorado em Trabalho e Sindicalismo, Unicamp, 1998, 221 pp. Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

O estudo analisa o toyotismo, como paradigma tecnológico, a partir do exame de um setor da força de trabalho menos considerada na literatura: o trabalhador imigrante brasileiro. A partir de dados secundários, pesquisa bibliográfica e algumas entrevistas, levantamos as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores. Procuramos encontrar chaves para a compreensão da estratégia de poder responsável pelo salto econômico japonês no pós-guerra e concluímos pela ocorrência, no âmbito do toyotismo, de uma parcela importante do operário imigrante em condições precárias de trabalho e de vida.

Ribeiro, Vanda Mendes

Conflitos de Valores entre os Primeiros Imigrantes Europeus e os Fazendeiros de Café na Província de São Paulo em Meados do Século Passado. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 105 pp. Orientadora: Gilda Portugal Gouvêa.

Tomando como objetivo a revolta dos colonos suíços e alemães ocorrida em 1856 na Fazenda Ibicaba, de propriedade do Senador Nicolau de Campos Vergueiro, nosso estudo pretende mostrar que as diferenças de valores dos grupos sociais envolvidos, que se reportam a distintas ordens sociais legítimas, são importantes para explicar os vários conflitos que ocorreram na Província de São Paulo entre imigrantes europeus e fazendeiros de café na metade do século passado, quando ocorriam as primeiras experiências brasileiras com o trabalho livre. Os referidos conflitos não ocorreram somente devido às condições de trabalho nas grandes plantações de café, mas também porque as ações dos colonos se chocaram com um determinado padrão de autoridade exercido por seus patrões, o qual pressupunha a não igualdade entre proprietários e não-proprietários; e havia ainda as dificuldades relativas à não liberdade de culto. Tendo como orientação suas noções de liberdade, que não prescindiam da igualdade perante a lei na sociedade, os colonos apontaram uma contradição entre o estabelecimento de um contrato – entre partes livres, por suposto – e a impossibilidade real de uma dessas partes recorrer a um aparelho jurídico imparcial.

Ribeiro, Adélia Maria Miglievich

Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: Entrelaçamento de Círculos e Formação das Ciências Sociais na Cidade do Rio de Janeiro. Doutorado em Sociologia, IFCS/UF RJ, 2000, 277 pp. Orientadora: Gláucia Kruse Villas Boas.

A tese discute a formação do campo das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, apoiando-se na teoria simmeliana a cerca dos “círculos sociais”. A autora contempla a trajetória pioneira de duas mulheres, Heloísa Alberto Torres (1895-1977) e Marina São Paulo de Vasconcellos (1912-1973), que contribuíram de forma ímpar para a “rotinização” e a “normatização” das atividades deste campo científico. Que mulheres, na realidade, portavam os atributos necessários para o desempenho de funções públicas num mundo intelectual marcadamente masculino? Esta é uma das perguntas da tese. A análise do ingresso de Heloísa e Marina no “mundo das ciências sociais” tem como pretensão ampliar os aspectos segundo os quais a história deste campo do saber pode ser contada no Brasil. Heloísa fez da antropologia um instrumento de luta em defesa da cultura brasileira, tomando parte, criando e recriando diversos círculos intelectuais no Museu Nacional, no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no Conselho Nacional de Proteção ao

Índio, no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Marina ocupou, durante dezesseis anos – tornando-se, depois da Reforma Universitária, professora titular – a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia, Universidade do Brasil, e vivenciou os primeiros esforços de formulação e manutenção da Universidade em nosso país. A multiplicidade das “redes de interações” de Heloísa e Marina, suas alianças e confrontos, permite observar como os papéis sociais assumidos pelas personagens foram incessantemente redefinidos e como, nesse sentido, a própria sociedade deve ser entendida como uma “teia de acontecimentos”, isto é, em seu dinamismo, em suas relações mínimas entre os indivíduos, cuja repetição contínua fundamenta as grandes formações objetivas que acabam por apresentar uma história própria.

Rocha, Dimitri de Oliveira Camiloto

Divinação, Mercado e Modernidade. Mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 129 pp. Orientador: José Maurício Domingues.

Este trabalho trata da mediação e da comercialização de técnicas divinatórias em um serviço de telefonia “0900 esotérico”. Enfocando o intercruzamento das diversas técnicas e as conseqüências culturais para o sistema social em questão, a pesquisa realiza um paralelo entre divinação e modernidade, analisando um novo tipo de sociabilidade que deriva diretamente das *tecnologias de interação* quando inseridas – ou não – no mercado. O trabalho introduz ainda o conceito de *intimidade sem presença*.

Rohden, Fabíola

Uma Ciência da Diferença: Sexo, Contracepção e Natalidade na Medicina da Mulher. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 431 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este trabalho trata da constituição de um saber médico preocupado com a sexualidade e a reprodução que se concentra na formação da ginecologia no século XIX. Esta especialidade, longe de ser apenas mais um desenvolvimento técnico-científico, constitui um conjunto de ideais e perspectivas de intervenção bastante amplos. Destaca-se uma preocupação com a definição da diferença entre os sexos e o predomínio da função reprodutiva para a vida das mulheres. Além disso, formula-se um conhecimento específico sobre as perturbações relativas à busca da satisfação sexual sem o objetivo da procriação, fora do casamento e dos padrões de sexualidade considerados normais. Também as mulheres que recorrem ao uso de métodos contraceptivos e à prática de aborto e infanticídio são alvo da atenção dos médicos. Essas preocupações acentuam-se, a partir das primeiras décadas do século XX, na medida em que a questão da população se torna um problema político estratégico, determinante para o futuro da nação brasileira. Para dar conta desse quadro, são analisadas tanto a produção médica do período (1830-1940), especialmente as teses das Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e outros documentos, quanto as polêmicas públicas envolvendo os temas referidos; além de processos e inquéritos relativos aos crimes de aborto e infanticídio. O foco privilegiado é a tematização de um projeto social calcado na manutenção de rígidas diferenças entre os gêneros e as condições de sua implementação por parte destes médicos.

Sasaki, Elisa Massae

O Jogo da Diferença: A Experiência Identitária no Movimento Dekassegui. Mestrado em Sociologia, 1998, Unicamp, 219 pp. Orientadora: Maria Teresa Sales de Melo Suarez.

O Movimento Dekassegui refere-se aos descendentes de japoneses que se dirigem ao Japão, desde os meados da década de 1980, para trabalhar temporariamente como mão-de-obra barata e não qualificada. Nesse estudo, tentamos entender como operam as negociações de identidades numa experiência migratória vivenciada pelos dekasseguis. Para tal, foi realizada uma pesquisa de campo, entrevistando os dekasseguis que retornaram ao Brasil após sua experiência no Japão.

Silva, José Carlos Gomes da

Rap na Cidade de São Paulo – Música, Etnicidade e Experiência Urbana. Doutorado em Cultura e Política, Unicamp, 1998, 285 pp. Orientadora: Ana Maria Niemeyer.

A tese discute as relações entre os *rappers* e as transformações sociais experimentadas pela cidade de São Paulo nos anos de 1990. A produção e a prática musical foram tomadas como principais fontes para a pesquisa. Os principais resultados indicam que, através da música, os *rappers* reconstróem a identidade coletiva e exprimem consciência do processo social. Confirma ainda que a música não pode ser negligenciada no estudo dos grupos juvenis.

Silva, Susana Maria Valeda da

Não Quero Mais Filhos...: A Opção pela Esterilização Cirúrgica no Município do Rio Grande/RS. Mestrado em Sociedade Urbano/Industrial e Trabalho, UFRGS, 1998, 156 pp. Orientadora: Lorena Holzmann da Silva.

Este estudo constitui-se em uma pesquisa sobre a opção pela esterilização cirúrgica feminina e masculina no município do Rio Grande. Os objetivos que nortearam a pesquisa consistem em analisar essa opção no contexto da vida reprodutiva das pessoas e dos fatores socioeconômicos e culturais que a influenciam. A abordagem privilegia a análise das estruturas que reproduzem a sociedade e as ações individuais nos limites contextuais definidos. Considera-se a categoria gênero uma parte constitutiva das relações sociais que permite verificar as desigualdades existentes entre mulheres e homens nas práticas anticonceptivas. A ação dos homens e das mulheres que optam pela esterilização cirúrgica tem uma racionalidade e um significado histórico. Essas pessoas conhecem o seu contexto social, econômico e cultural e, ao esterilizarem-se, sustentam e reproduzem tal contexto e a “cultura da esterilização” que se amplia no âmbito do masculino. Esta opção é fundamentada pelos trabalhadores da saúde (médicos e enfermeiros) que revestem do saber científico para legitimá-la. O aumento de vasectomizados não indica uma expressiva mudança nas relações de gênero.

Smircic, Sergio Aníbal Chamorro

Com a Cara e a Coragem: Uma Etnografia de uma Ocupação de Terras. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 104 pp. Orientadora: Lygia Maria Sigaud.

Este trabalho é uma reconstituição etnográfica de uma ocupação de terras em um engenho açucareiro no Estado de Pernambuco. A partir da análise das trajetórias das pessoas que participa-

ram e da diversidade de situações que atravessaram, tentou-se mostrar a variabilidade que envolvem essas situações, muitas vezes reduzidas a categorias generalizantes e empobrecedoras. Focalizamos (além das histórias de vida e trabalho das pessoas) a importância da elaboração de mitos e atividades ritualizadas nos processos de constituição de grupos e identidades específicas.

Sosa, Ruth

Crise do Fordismo ou Crise do Capital? Para uma Análise Gramsciana dos Aparelhos de Hegemonia no Capitalismo Contemporâneo. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 336 pp. Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

Trata-se de um estudo de caráter histórico-teórico que objetiva abordar a unidade orgânica entre processos de trabalho e aparelhos de hegemonia. Visando a apreender as atuais mutações do chamado “mundo do trabalho” – processo combinado a reformulações na organização da vida estatal – nos propusemos a fazer uma reconstrução histórica das duas “grandes reestruturações” do capitalismo do século XX, a saber, o taylor-fordismo, mediado pelas estratégias de classes que configuraram a chamada ordem hegemônica fordista-keynesiana, passando por uma análise da crise que começa por volta dos anos de 1960 e 1970 e se estende até os dias de hoje, e a reestruturação produtiva dela decorrente, substanciada à ofensiva neoliberal na esfera da política. Buscando fazer uma crítica ao economicismo dominante, utilizamos recursos analítico-estratégicos do marxista italiano Antonio Gramsci, resgatando categorias-chave necessárias à elaboração desta pesquisa. Entre elas, o conceito de *crise orgânica*, *hegemonia* e *revolução passiva* ganham relevância.

Tavolaro, Sérgio Barreira de Faria

Movimento Ambientalista e Modernidade: Sociabilidade, Risco e Moral. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 179 pp. Orientadora: Leila da Costa Ferreira.

A presente dissertação tem por objetivo analisar aspectos que estão na base da emergência e dinâmica das associações de defesa do meio ambiente que começaram a ganhar espaço na sociedade civil a partir de meados do século XX. Trata-se de um estudo que procura perceber as organizações ambientalistas como um fenômeno social próximo à modernidade, em seus mais variados matizes: conservacionistas, preservacionistas, ecologistas do bem-estar humano, movimento de liberação animal, e ecocêntricos (dentre os quais os autopoieticos, os ecofeministas e os transpessoalistas). Procuramos, primeiramente, definir os termos elementares a partir dos quais as relações dos homens entre si e com a natureza são mediadas. Em segundo lugar, investigamos as dimensões que dão configuração ao mundo moderno. Fizemos uso de um corte analítico (antropocentrismo/ecocentrismo) que nos permitisse localizar analiticamente as diversas tendências do ambientalismo. Por fim, chegamos a conclusão da sociabilidade, do perfil das situações de risco e da moral ambiental, que se encontram na base da emergência e da dinâmica das associações ambientalistas.

Travassos, Sonia Duarte

Capoeira: Difusão e Metamorfose Culturais entre Brasil e EUA. Doutorado em Antropologia, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 360 pp. Orientador: Gilberto Velho.

Esta é uma tese sobre a capoeira, sua organização social e significados culturais, estudados tal como têm-se manifestado nas últimas décadas do século XX. A pesquisa permitiu-me estudar a capoeira em um período sociologicamente importante, que é o de sua enorme difusão por todo o Brasil e, mais recentemente, para mais de cinquenta países em todo o mundo. Os EUA, país aonde complementei o trabalho de campo já realizado no Brasil, servem, nesta tese, como comparação para a análise sobre a difusão da capoeira para outras sociedades e culturas. No texto, encontram-se materiais de diversos tipos, produzidos pelos próprios capoeiristas, além de dados provenientes do trabalho de campo e das informações etnográficas que fornecem os trabalhos já realizados sobre a capoeira. Analisamos as continuidades e as discontinuidades na organização da capoeira e os significados que a ela são atribuídos ao longo do tempo entre o Brasil e os EUA.

Vecchioli, Virginia

Os Trabalhos pela Memória: Um Esboço do Campo dos Direitos Humanos na Argentina através da Construção Social da Categoria Vítima do Terrorismo de Estado. Mestrado em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2000, 94 pp. Orientador: Federico Neiburg.

Esta dissertação tem como propósito examinar o processo de construção de um monumento às vítimas do terrorismo de Estado na cidade Buenos Aires. Mostramos os esforços dos diversos agentes que participam do projeto (parlamentares, familiares das vítimas, militantes pelos direitos humanos, antropólogos) por consagrar uma categoria social: a de vítima do terrorismo de Estado, e traçamos seus limites: a categoria inclui os assassinados e desaparecidos como consequência do terrorismo de Estado no período de 1970-1983. Através da pesquisa de campo e do material documental coletado sobre o monumento, analisamos como é construída socialmente esta categoria a partir de práticas específicas e segundo princípios singulares de compreensão do mundo. Neste trabalho, os indivíduos que participam do projeto são, ao mesmo tempo, objetivados como grupo e como agentes autorizados no campo dos direitos humanos.

Vergo, Terezinha Maria Woelffel

Justiça e Violência Doméstica: Um Estudo Sociológico sobre a Prática do Juiz nos Casos de Violência contra a Mulher. Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1998, 207 pp. Orientador: Raul Enrique Rovo.

O presente estudo buscou conhecer quem é o juiz em Porto Alegre que atende as mulheres vítimas de violência doméstica. Quais são as motivações e os valores que interferem nas suas decisões, reforçando práticas discriminatórias que não observam a mulher como sujeito de direitos. Os juízes estão fortemente marcados em suas práticas da visão positivista e normativista do direito, em que a realidade social não intervém de modo a produzir respostas compatíveis com as reais necessidades daqueles que demandam por justiça.

Verlindo, Jorge Augusto Silveira

O Imaginário na Sociologia Brasileira Contemporânea (1984-1993). Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1998, 156 pp. Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares

A dissertação discute as transformações pelas quais passou a sociologia brasileira após a segunda metade da década de 1980. Com base em artigos de periódicos especializados, procurou-

se saber o que significavam as mudanças que direcionavam as pesquisas sociológicas para o estudo dos imaginários sociais. Para tanto, procurou-se analisar quais eram as tradições sociológicas da Europa e dos Estados Unidos que mais influência tiveram nas mudanças sofridas pela sociologia brasileira. A análise dos artigos brasileiros e dessas tradições sociológicas revelou a presença de um retorno de correntes interpretativas que, por sua vez, traziam uma forte influência do romantismo europeu.

Vicente, Aline Trigueiro

A Sociedade e a Ecologia na Relação entre o Local e o Global. Mestrado em Sociologia e Antropologia, IFCS/UFRJ, 2000, 144pp. Orientador: Gian Mario Giuliani.

A relação entre os aspectos *locais* e *globais* ganha novos contornos num contexto marcado pelas conseqüências da modernidade e pelas transformações do capitalismo, assim como pela consolidação da noção de globalização. Esses aspectos redimensionam a relação entre o *local* e o *global* e permitem que estes sejam analisados não mais como elementos dicotômicos ou antagônicos, mas sobretudo como elementos em contínua inter-relação. A discussão torna-se complexa quando a temática ecológica é inserida nesse debate. Por isso o desflorestamento na Amazônia serviu como exercício para se pensar os novos fluxos de interconexão entre os dois âmbitos em destaque.

Wolff, Simone

Informatização do Trabalho e Reificação: Uma Análise à Luz dos Programas de Qualidade Total. Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1998, 204 pp. Orientador: Ricardo Luiz Antunes.

A aplicação das novas tecnologias da informação na produção e as conseqüentes mudanças na organização e gestão do trabalho fazem parte de uma estratégia empresarial que objetivou responder à profunda crise que atingiu o capitalismo no início da década de 1970, e que persiste até os dias de hoje. Um dos principais instrumentos que integram esta estratégia é um novo estilo empresarial, a chamada administração participativa, que visa, entre outras coisas, a conformar um novo perfil de trabalhador que atenda as demandas exigidas pela informatização da produção. Este objetivo é atendido, mais especificamente, pelos Programas de Qualidade Total, os quais destacam-se como uma das inovações tecno-organizacionais mais representativas e eficazes no que se refere à otimização do novo processo de modernização empresarial. A partir da análise crítica de tais programas, este estudo procurou demonstrar que tal processo se caracteriza como uma nova forma de reificação do trabalho qualitativamente agravada, posto que a informática possibilita ao capital operar um novo nível de apropriação e objetivação, pelas e nas máquinas, das qualidades da força de trabalho: a expropriação de suas capacidades intelectuais e cognitivas.

TRABALHOS PUBLICADOS PELO BIB – 1975-2001

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kínzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil”.

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares e*

Ademir Figueiredo, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sônia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiá Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lás Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil".

1980-1990"; *Guita Grin Debert*, : Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento"; *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico"; *Arabela Campos Oliven*, "O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos"; *Wilma Mangabeira*, "O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica".

BIB 35

Sérgio Adorno, "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático"; *Christian Azais e Paola Cappellin*, "Para uma Análise das Classes Sociais"; *Guillermo Palacios*, "Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis"; "Arquivo de Edgard Leuenroth".

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, "A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto"; *Maria da Glória Bonelli*, "As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro"; *Marieta de Moraes Ferreira*, "O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975".

BIB 37

Fernando Limongi, "O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente"; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações"; *Maria Julia Carozzi*, "Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos".

BIB 38

Theodore Lowi, "O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)"; *Julia Silvia Guivant*, "Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia".

BIB 39

Marta T. S. Arretche, "Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)"; *Ronald H. Chilcote*, "Teoria de Classe"; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, "As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia".

BIB 40

"Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória"; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, "As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa"; *Lats Abramo e Cecília Montero*, "A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos".

BIB 41

Gustavo Sorá, "Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt"; *Mario Grynspan*, "A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada"; *Jorge Ventura de Moraes*, "Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical"; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, "Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras".

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, "Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo"; *José Maurício Domingues*, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; *Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva*, "A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; *Marco A. C. Cepik*, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; *Angela Alonso*, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

BIB 43

Sérgio Costa, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; *Luis Fernandes*, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; *Eduardo C. Marques*, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; *Paulo J. Krischke*, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; *Christina de Rezende Rubim*, "Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira"; *Gláucia Villas Bôas*, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; *Carlos Pereira*, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; *Flávia de Campos Mello*, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

BIB 45

Eli Diniz, "Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Recente"; *Terry Mulball e Jorge Ventura de Moraes*, "Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol"; *Alfredo Wagner Berno de Almeida*, "Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)"; *Lúcio Rennó*, "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes".

BIB 46

Julia S. Guivant, "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social"; *Carlos Aurélio Pimenta de Faria*, "Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social"; *Aloisio Ruschinsky*, "Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos"; "Debates sobre Autonomia Universitária: *Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo*, "Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior"; *José Vicente Tavares dos Santos*, "A Construção da Universidade Autônoma"; *Gilberto Velho*, "Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica"; *Tomaz Aroldo da Mota Santos*, "A ANDIFES e a Autonomia".

BIB 47

Eduardo G. Noronha, "A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho"; *Cecília Loreto Mariz*, "A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia"; *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*, "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico"; *Jawdat Abu-El-Haj*, "O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica".

BIB 48

Priscila Faulhaber, "Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira"; *Fernanda Wanderley*, "Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econô-

mica"; *Celina Souza e Márcia Blumm*, "Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura"; *Fabiola Rohden*, "Honra e Família em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional"; *Clarice Ehlers Peixoto*, "Antropologia e Filme Etnográfico: Um Travelling no Cenário Literário da Antropologia Visual".

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, "A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph"; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, "Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação"; *Luis Felipe Miguel*, "Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social"; *Mario Fuks e Karl Monsma*, "James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica".

BIB 50

Marcus André Melo, "Política Regulatória: uma Revisão da Literatura"; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, "Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia"; *Alejandro Frigerio*, "Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?";

Angela Xavier de Brito, "Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França".

BIB 51

Maria Herminia Tavares de Almeida, "Federalismo, Democracia e Governo no Brasil"; *Liszt Vieira*, "Notas Sobre o Conceito de Cidadania"; *Santuza Cambraia Naves e outros*, "Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil"; *Lúcio Rennó*, "A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto"; *Priscila Faulhaber*, "A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema".

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, "Globalização e Trabalho"; *Clara Araújo*, "Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes"; *Fabiano Toni*, "Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais"; *Celso F. Rocha de Barros*, "A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado"; *Luiz Henrique de Toledo*, "Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)".

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas), ou 6 mil palavras.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma - (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza

substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Critérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em *itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Enci-da Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em *itálico* /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrá-rias, state-building e autoritarismo". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas"

/VÍRGULA/ *in (em itálico)*/ iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea, em *itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O. B. Lima & S. H. Abranches (org.), *As origens da crise*. São Paulo, Iuperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em *itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações **ANPOCS**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM
CIÊNCIAS SOCIAIS

A **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS)** existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*.

Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A **REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB)** é uma publicação semestral que já conta com 50 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 40

Internacional: US\$ 60

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 25

Internacional: US\$ 50

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 50

Internacional: US\$ 90

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Sala 116 - USP - 05508-900 - São Paulo - SP
Tel. (011) 818-4664 Fax: (011) 818-5043

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____
Data: _____ Tel.: _____



A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para mantermos a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à:

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Editoria da Revista BIB
Universidade de São Paulo - USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
05508-900 São Paulo - SP